

Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara

Reitor: Prof. Dr. Pasqual Barretti

Vice-Reitora: Prof. Dra. Maysa Furlan

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Valnice Boldrin

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Edson Cocchieri Botelho

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA

Diretor: Prof. Dr. Jean Cristtus Portela

Vice-Diretor: Prof. Dr. Rafael Alves Orsi

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Antonio Ianni Segatto

Comissão editorial: Profa. Dra. Maria Teresa Micelli Kerbauy,
Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha e Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Cadernos de Campo : Revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Letras. – Vol. 1, n. 1 (1994)- . – Araraquara : Faculdade
de Ciências e Letras, UNESP, 1994–

Semestral

ISSN impresso 1415-0689

ISSN eletrônico 2359-2419

I. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp – Araraquara.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais FCL/UNESP/Araraquara

Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Fone: (16) 3334-6219 (Departamento de Ciências Sociais)

E-mail: cadernosdecampo.fclar@unesp.br

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento de
Ciências Sociais: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 –
CEP 14800-901 – Araraquara – SP

Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais

E-ISSN 2359-2419

<http://doi.org/10.47284/2359-2419.2022.33>

Cadernos de Campo	Araraquara	n. 33	p. 1-258	jul./dez. 2022
-------------------	------------	-------	----------	----------------

CADERNOS DE CAMPO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores-chefes

Maria Teresa Miceli Kerbaux, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Aline Cristina Ferreira, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Mateus Tobias Vieira, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

Comitê Editorial

Felipe Freitas de Souza, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Isis Caroline Nagami, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Julia Beatriz Giacchetto Barbieri, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Júlia Silva Lobo Campos, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Lucas Flôres Vasques, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Matheus Garcia de Moura, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Natanael Gomide Junior, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Paulo José de Carvalho Moura, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Thiago Rodrigues Costa, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

Conselho Científico Nacional

Antonio José Pedroso Neto, Universidade Federal do Tocantins (UFT) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), Brasil
André da Azevedo da Fonseca, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil
Cláudio André Souza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil
Elide Rugai Bastos, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Fernanda Arêas Peixoto, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Henrique Amorim, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Brasil
Isaías Albertin de Moraes, Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil
Ivan Henrique de Mattos Silva, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil
Paulo Gustavo Pellegrino Correa, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil
Gustavo Dias, Universidade Estadual de Montes Claros (UEMG), Brasil
Leon Victor de Queiroz Barbosa, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.
Marcos Alan S. V. Ferreira, Departamento de Relações Internacionais - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Marcos Chor Maio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil
Nildo Viana, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
Sidney Jard da Silva, Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil

Vera Alves Cepêda, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil
Patrícia Saltorato, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Conselho Científico Internacional

Ana Laura Hidalgo, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
Universidad Nacional de San Luis (UNSL), Argentina
Camilo Martín López Burian, Universidad de la República, Montevideo, Uruguai
Denise Ferreira da Silva, University of London, Reino Unido
Frederic Lebaron, Université de Versailles - St-Quentin-en-Yvelines, França
Felip Gascón i Martín, Universidad de Playa Ancha, Valparaíso, Chile
José Briceño Ruiz, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, México
José Passarini, Universidad de la República de Uruguay (UdelaR), Uruguai
João Vargas, University of Texas - Austin, Estados Unidos
Mauro Neves Junior, Departamento de Estudos Luso-Brasileiros, Sophia University, Tóquio, Japão

Revisão e Tradução

Agustina Craviotto Corbellini, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Amanda Fievet Marques, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Fernanda Martins Ferreira de Araujo, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Fernando Januário Pimenta, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Julia Bahia Adams, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Livia Fernandes Nunes, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Matheus Victor Silva, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Victor Carreão, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Diagramação

STAEPE – Laboratório Editorial

Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara

Imagem da capa

Título: “lado-contemporâneo-motivo-cluny-1182744”

Crédito: Anne Thys (Antjekantje)

Fonte: <https://pixabay.com/pt/photos/lado-contempor%C3%A2neo-motivo-cluny-1182744/>

Licença: Pixabay License

SUMÁRIO

Apresentação

Equipe Editorial da Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais..... 9

Apresentação do Dossiê

Os Fios de Ariadne na Renda de Bilros: múltiplos olhares sobre as
(des) continuidades da modernização brasileira na passagem para o século XX
Cecília de Alencar Serra e Sepúlveda e Diego Ramon Souza Pereira 11

Dossiê

Os “tipos de rua” e a loucura no cotidiano de São João Del-Rei (fins do século
XIX - início do XX)
Arthur M. S. Vargas..... 21

A representação dos negros no romance naturalista brasileiro
Onildo Araújo Correa..... 49

Ciência e Política na transição para o século XX: meio e raça como elementos
norteadores de uma nação
Fábio Silva Souza..... 77

“O legado de Eva”: representação social de mulheres e seu trabalho no Rio de
Janeiro na virada do século (XIX – XX)
Lucas Gabriel Feliciano Costa..... 101

Seção Livre

O jornalismo como campo de disputa de gênero: uma retrospectiva histórica da
inserção da mulher na imprensa
Janaina Lopes de Amorim e Thaisa Bueno..... 137

Educação na favela carioca: um olhar socioantropológico para o Só Cria - pré-vestibular <i>André Luiz Coutinho Vicente e Sabrina Galeno</i>	159
Aterros e desterrros na arqueologia da cidade: a dinâmica material de São Paulo entre os séculos XIX e XX. <i>Alessandro Luís Lopes De Lima</i>	187
A educação popular como via de libertação: reflexões a partir do acervo da laje. <i>Andreane Pereira Moreira e Luciano Santos</i>	209
Trajetórias generificadas de profissionais no campo jurídico: construção metodológica de pesquisa de campo durante a pandemia de Covid-19 <i>Laura Mostaro Pimentel</i>	231

APRESENTAÇÃO

A *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais* do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara apresenta seu número 33. Este número conta com o dossiê “Fios de Ariadne em renda de Bilros: múltiplos olhares sobre as (des) continuidades da modernização brasileira na passagem para o século XX”, organizado por Cecília de Alencar Serra e Sepúlveda, doutora em Ciências Sociais e pela UFBA em co-tutela com a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* - Paris, mestre em Urbanismo e Territórios pelo Instituto de Urbanismo de Paris da Universidade de Paris XII e mestre em Ciências Sociais pela UFBA; e por Diego Ramon Souza Pereira, doutorando em Sociologia pela UFSCar, mestre em Ciências Sociais pela UFBA.

O dossiê temático possui quatro artigos de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições do país, desde mestrands (os), doutorandas (os) até doutoras (es), apresentando um tema caro às ciências sociais, cujo aprofundamento é determinante para a compreensão do Brasil contemporâneo. Os textos abordam o processo de modernização do Brasil na passagem do século XIX para o XX, abordando temas como classe, raça, gênero e loucura, sempre tendo como foco as particularidades e contradições do processo civilizatório da nação que então se formava.

Por fim, o presente número apresenta cinco artigos de temática livre, com assuntos diversificados, tais como gênero e imprensa; educação; arqueologia da cidade e trajetórias profissionais.

O presente número conta com uma diversidade de autoras (es) de renomadas instituições. Do Sudeste, temos colaborações de intelectuais da UFMG, UFRJ, UFRRJ, USP e UFJF; do Nordeste, temos a presença da UFS, UFM e UNEB; da Região Norte temos trabalho de pesquisadres da UFPA; além da Região Centro-Oeste com autoras (es) vinculadas (os) à UFG.

Agradecemos a todas e todos que contribuíram para a concretização da presente publicação, desde os organizadores do dossiê, as (os) avaliadoras (es), as (os) revisoras (es) textuais até o Laboratório Editorial e a Biblioteca da UNESP de Araraquara.

Desejamos uma boa leitura!

Equipe Editorial da *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*

OS FIOS DE ARIADNE NA RENDA DE BILROS:

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS (DES) CONTINUIDADES DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA NA PASSAGEM PARA O SÉCULO XX

Cecília de Alencar Serra e SEPÚLVEDA¹
Diego Ramon Souza PEREIRA²

Este Dossiê reúne pesquisas recentes que abordam o processo de modernização brasileiro ocorrido na passagem do século XIX para o século XX, sob uma perspectiva multidisciplinar. Os mesmos trazem à luz as contradições do projeto civilizatório encabeçado pelas camadas dirigentes da Primeira República e seus impactos sobre as diferentes camadas sociais, bem como sobre as populações tradicionais e étnicas que vieram a compor a nação em formação, ensejando reflexões sobre a pesquisa no campo amplo das Ciências Humanas e Linguagens, a partir do exemplo histórico brasileiro.

Segundo a mitologia grega, a princesa Ariadne entrega um novelo de linha para que o seu amor Teseu, ao entrar no labirinto do Minotauro, pudesse sair e retornar para os seus braços (BULFINCH, 2002). A produção de conhecimento social e histórico consiste na reconstrução de trajetórias, de linhas de conduta dos antepassados, recompostas em narrativas (INGOLD, 2007). São “estes fios” que nos auxiliam no entendimento sobre os processos de modernização de nosso país.

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA – Brasil. Doutora em Ciências Sociais em co-tutela com a École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris. Universidade de Paris XII, Instituto de Urbanismo – Paris. Mestre em Urbanismo e Territórios; Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA – Brasil. Mestre em Ciências Sociais. Pesquisadora junto aos projetos O Imaginário Social e a Popularização da Medicina no Brasil, UFBA-CNPq; Investigação Colaborativa sobre Materiais Curriculares e Educativos para as Relações Étnico-raciais baseados na História do Racismo Científico UEFS/UFBA-CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2227-6046>. E-mail: sepulvedacica@hotmail.com

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Doutorando em Sociologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA – Brasil. Mestre em Ciências Sociais. Docente da Rede Estadual da Bahia desde 2013. Docente substituto da UNEB, desde 2018. Integrante do Grupo de Pesquisa Ideia e instituições para o desenvolvimento e a democracia, liderado pela Profa. Dra. Vera Alves Cepêda. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1912-6415>. E-mail: drspereira@uneb.br

No entanto, em se tratando do Brasil, país tão diverso e desigual, o único fio de Ariadne não seria suficiente para tecer a trama complexa de sua formação como nação Luso-Afro-Ameríndia, situada no cone sul da América e com dimensões continentais. Única nação das Américas a se tornar um Império sob o auspício da nobreza europeia colonial, e não uma República, após a Independência, e última nação ocidental a abolir a escravidão africana em seu território (SCHWARCZ, 2018; SKIDMORE, 2012), o Brasil desafia as análises pautadas na grande narrativa ocidental e incita reflexões acerca de modernidades múltiplas e híbridas (EISENSTADT, 2001; SANTOS, 2007).

Como em uma renda de Bilros, em que os fios partem de posições distintas para formar um intrincado tecido, este Dossiê busca trazer as diversas dimensões que conformam o Brasil que se (auto)intitula moderno a partir da passagem do século XIX para o século XX. Esta trama abrange as dimensões política, social e cultural da nossa História tangíveis unicamente sob uma perspectiva plurifocal no âmbito das Ciências Humanas e Linguagens. Procuramos, portanto, dar vasão à narrativa construída no interstício interdisciplinar da Sociologia, História, Ciências Políticas, Antropologia, Letras e Linguagens sobre o processo de modernização da sociedade brasileira.

O sentido de nação e consequentemente de modernidade para o Brasil permeia o pensamento dos intelectuais do período finissecular (MICELI, 2001; PÉCAUT, 1990), os quais se debruçam sobre as marcas deixadas e ainda presentes do processo colonial, da monocultura, da escravidão, do latifúndio e das práticas servis e clientelistas que rondam as relações sociais (BOMFIM, 1998; ROMERO, 2001). As classes dirigentes (acadêmicos, políticos, jornalistas, beletristas e outros) realmente tinham uma visão única de modernização e um sentido singular de nação? Ademais, como realmente o povo representava aquele contexto? Estas são questões que resultam em aporias sobre a modernidade tropical (VENTURA, 1991), as quais animam, ainda hoje, o pensamento social brasileiro.

A formação do Estado moderno, bem como a interdição legal do trabalho escravizado no Brasil e adoção do trabalho assalariado suscitaram anseios de diversos setores sociais. A República era uma incógnita para a qual confluíam projeções divergentes, podendo representar o igualitarismo ensejado pela campanha abolicionista (SCHWARCZ, 2012) — através do rompimento da estrutura aristocrática vigente no Império — ou um projeto civilizatório excludente que visava a importação de valores europeus e o embranquecimento da população brasileira, através da política de incentivo à imigração de trabalhadores vindos da Europa (CHALHOUB, 1996).

Passada a instabilidade política, experimentada durante os mandatos de dois militares na presidência da neófito República, o pacto federativo se estabilizou sob a hegemonia dos grandes proprietários rurais do Sudeste, representados, inicialmente, nos mandatos consecutivos de dois fazendeiros paulistas, Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902). O novo regime consolidava-se sustentado em uma política de modernização elitista e tecnocrática que excluía a participação social e política da classe trabalhadora mestiça, descendentes de escravos e ameríndios que enfrentavam sólidas barreiras à ascensão social (CARVALHO, 1987).

No plano das ideias e das letras, a apropriação do racismo científico — tecido em teorias como o organicismo de Spencer, o determinismo geográfico e racial de Taine e o Darwinismo Social — contribuiu para o estabelecimento de novos mecanismos de dominação e para a formação de uma nova hierarquia social, baseada não mais na oposição entre senhores e escravos, mas na dicotomia entre ocidentalizados brancos e “incivilizados” não brancos (SCHWARCZ, 1991; SEVECENKO, 1995; NEEDEL 1993).

Tendo em vista as contradições que envolvem a configuração do Brasil moderno visíveis sob a perspectiva dos diferentes ramos das Ciências Sociais, o presente Dossiê aborda questões políticas acerca da reconfiguração do Estado brasileiro, sob o impacto da construção do federalismo republicano. O mesmo estabeleceu tensões com interesses regionais de amplo espectro, abrangendo dimensões econômicas e identitárias (FERNANDES, 2000).

Do mesmo modo, no campo da Sociologia, os artigos reunidos enriquecem o pensamento social brasileiro, trazendo à luz interpretações e experiências biográficas compostas no contexto do projeto civilizatório da Primeira República. Estão presentes investigações que revisitam obras canônicas com as de Sílvio Romero (1851-1914), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Felisbello Freire (1858-1916), Júlio Ribeiro (1845-1890), Coelho Neto (1864-1934), bem como pesquisas sobre a atuação de intelectuais pouco conhecidos, tendo em conta obstáculos regionais, raciais, sociais e de gênero. No âmbito da investigação Antropológica, os artigos neste dossiê abrangem a configuração da alteridade no contexto de formação da nação brasileira, abordando narrativas, histórias de vida e acontecimentos que envolvem a construção das diferenças entre os diversos agrupamentos humanos que compõem o Brasil: uma nação que agrupa nações (OLIVEIRA, 1998).

A modernidade à moda brasileira, nada linear e tampouco universal, traz à baila a premência de reformulação de conceitos da sociologia clássica conformada, por sua vez, no âmbito das especificidades do processo de industrializa-

ção e de expansão do capitalismo europeu da segunda metade do século XIX (GIDDENS, 1991). Nesse sentido, o presente dossiê contém reflexões teóricas sobre a modernidade e suas (re)configurações, tendo como exemplo as contradições da ocidentalização no Brasil e seus impactos tão homogeneizantes, quanto estimuladores da diversificação cultural (MARCUS, 1991). Entende-se, logo, que a produção de conhecimento em torno do processo de modernização da sociedade brasileira é fundamental para a compreensão das desigualdades sociais, cujas raízes remontam à reconfiguração política, sociocultural e econômica do país após a abolição e proclamação da República.

São muitos questionamentos que rondam este período emblemático do nosso país, circundado de muitos fios. Com a intenção tecer estes fios, os trabalhos reunidos descortinam o processo de modernização instaurado pela iniciante República, como fenômeno crucial do nosso pensamento social e político, dando relevo aos seus impactos disciplinadores sobre os corpos negros dos africanos e de seus descendentes “recém libertos” das senzalas. O seu objetivo é compreender as desigualdades instituídas nesse período basilar de nossa história, priorizando a interseccionalidade como aspecto constitutivo das relações de poder. No novo desenrolar dos fios e das rendas que cercam o projeto de modernização brasileira, não se pode desconsiderar a produção de realidades e as representações do cotidiano elaboradas pelos “subalternizados” ou “bestializados” como pontua Carvalho (1987). Os olhares múltiplos a serem abarcados evidenciam não apenas a perspectiva dos dominantes como também a dos subalternos (SPIVAK, 2010).

Visando um olhar plural acerca do período, este dossiê congrega trabalhos interseccionais, com conhecimentos das Ciências Humanas e das Linguagens, possuindo como pano de fundo o cenário social vigente no Brasil no final do século XIX e início do século XX, período que ficou marcado na história do Brasil. Estão na mira as narrativas canônicas — interpretações do Brasil produzidas por intelectuais da época (beletristas, jornalistas, políticos, acadêmicos) — como também as exaltações das narrativas do cotidiano feitas por outros sujeitos (ex-escravizados, cordelistas, cantadores, trovadores, populares, entre outros), ensejando a reconstrução de subjetividades subalternas (SPIVAK, 2010).

Sob o título “Os ‘Tipos de rua’ e a loucura no cotidiano de São João del-Rei (fins do século XIX- início do XX)”, o primeiro artigo conta com a autoria de Arthur M. S. Vagas, mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFMG e analisa a relação entre loucos e não-loucos, a partir dos “tipos de rua”. Destaca a ligação desses personagens com o universo capitalista do trabalho, bem como a presença deles no cotidiano da cidade, como parte

significativa da vida urbana. Entre a simpatia e o estranhamento, os “tipos de rua” foram alvos de medidas regulatórias de caráter higienista típico das intervenções do poder público sobre o espaço urbano brasileiro naquela quadra histórica. Estes aspectos são investigados, a partir da análise de periódicos como *O Repórter* (1905-1914) e de trabalhos literários e memorialísticos, nos quais são notórios os discursos e práticas alienistas, durante a gênese do saber-poder psiquiátrico no Brasil.

Destaca-se no artigo a investigação teórica sobre a aplicação conceitual da categoria “tipo popular” ou “tipo de rua”, considerando o seu sentido histórico em São João del-Rei, dialogando com pesquisas como as de Magali Engel (2001) e Helena Morley (2017). O modo como o saber leigo da elite letrada de São João del-Rei abordou a presença dos “tipos populares” ou “loucos de rua”, ora como emblemas da cidade que serviam à distração dos habitantes, ora como doentes perigosos a serem tratados, exemplifica o desenvolvimento de uma engenharia social pautada nas novas ciências médicas. O artigo demonstra as transformações do espaço urbano brasileiro para a adequação das cidades ao modo de vida burguês na nova ordem industrial capitalista.

Intitulado “A Representação dos negros no Romance Naturalista Brasileiro”, o artigo de Onildo Araújo Correa, Mestrando em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, investia o imaginário acerca da negritude na literatura brasileira, analisando personagens em quatro obras: *As Vítimas Algozes* (1869) de Joaquim Manuel de Macedo, *A Carne* (1888) de Júlio Ribeiro, *Praga* (1890) e *O Rei Negro* (1914) de Coelho Neto. O texto registra a convergência entre o imaginário social fomentado pela elite letrada brasileira e as teorias do racismo científico que defendiam o embranquecimento da sociedade brasileira, tanto em suas matrizes genéticas quanto em suas bases culturais. Buscando compreender os estereótipos sobre os negros recorrentes na nossa literatura, a pesquisa lança mão de categorias analíticas que classificam os personagens negros, de acordo com o seu papel na trama literária.

O terceiro texto desta coletânea foi escrito por Lucas Gabriel Feliciano Costa, mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com o título “O legado de Eva: representação social de mulheres e seu trabalho no Rio de Janeiro na virada do século (XIX - XX)”. O autor aborda, a partir de fontes documentais (entre 1889 e 1902), presentes no acervo digital da Biblioteca Nacional, a vida de mulheres no Rio de Janeiro, naquele momento Capital Federal da nascente República Brasileira. As duas dimensões abarcadas no texto são: processo de socialização e incorporação das mulheres no mundo do trabalho da época, bem como o papel da família e do cuidado dentro da esfera

do feminino. Pistas interpretativas são dadas ao longo da leitura do texto, em especial sobre as relações de gênero.

Já o quarto texto é assinado pelo sergipano Fábio Silva Souza, doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, denominado “Ciência e Política na transição para o século XX: meio e raça como elementos norteadores de uma nação”. Do próprio título já entendemos que os “fios” que o autor desenrola para interpretar o período de transição finissecular, são o da raça e o do contexto pós abolição. Para tanto, ele articula a esfera da ciência racista, de cunho lombrosiano, e o cenário conservador político da época. O que se destaca neste texto é o contexto do folclore como materialidade do nosso “atraso” social fruto de nossa hibridização racial. Este processo miscigenado percorre a produção de intelectuais nordestinos como Sílvia Romero e Felisbela Freire, não tão convencionais do pensamento social brasileiro. Portanto, Fábio resgata um contexto importante para o nosso novelo da modernidade, através dos fios do folclore e da obra de intelectuais nordestinos.

Fechando esta coletânea, o texto situa o entrelaçamento da literatura com a construção da ideologia racialista, após a abolição, que legitimou a manutenção de desigualdades extremas na estrutura social brasileira, pensadas não mais sob a dicotomia senhor-escravo, mas sob a base de uma hierarquia racial que sobrepõe os brancos sobre pretos e pardos.

REFERÊNCIAS

- BOMFIM, M. **O Brasil Nação**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BULFINCH, T. **O livro de ouro da Mitologia**: histórias de deuses e heróis. 26. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 35, p. 139 - 163, abr. 2001.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. In: SILVIANO, S. (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. vol. 3. p. 980 - 1562.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

INGOLD, T. **Lines**: a brief history. London and New York: Routledge, 2007.

MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX a nível mundial. **Revista de Antropologia**. São Paulo, n. 34, p. 197-221, 1991.

MICELI, S. Poder, sexo e letras na República Velha. In: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 102-201.

NEEDELL, J. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Quinze; São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. Tradução Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

ROMERO, S. **Compêndio de história da literatura brasileira**. Colaboração João Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago: Ed. UFS, 2001.

SANTOS, B. DE S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.79, p. 71–94, nov. 2007.

SCHWARCZ, L. M. Brasil viveu um processo de amnésia nacional sobre a escravidão, diz historiadora. Entrevista concedida à Júlia Dias Carneiro. **BBC Brasil, São Paulo**, 10 maio 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44034767>. Acesso em: 01 abr. 2023.

SCHWARCZ, L. M. (coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v.3.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Tradução Donaldson M. Garschagen; prefácio Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

VENTURA, R. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BOSSIÊ

OS “TIPOS DE RUA” E A LOUCURA NO COTIDIANO DE SÃO JOÃO DEL-REI (FINS DO SÉCULO XIX - INÍCIO DO XX)

Arthur M. S. VARGAS¹

RESUMO: Este artigo procura analisar a relação entre loucos e não-loucos em São João del-Rei entre o fim do século XIX e o começo do século XX a partir da análise da figura dos “tipos de rua”, loucos geralmente ligados ao universo do não-trabalho e de alguma forma marcantes para o cotidiano da cidade. Essas personagens, parte da paisagem urbana brasileira, se tornaram objeto de intervenção do poder-saber psiquiátrico com a ascensão de discursos e práticas alienistas no Brasil desde meados do Oitocentos. Por meio principalmente do exame de periódicos, procuramos entender como a população, dentro dela, as elites letradas locais compreendiam e lidavam com a presença desses sujeitos, em particular, e dos loucos e pobres, em geral, num contexto de normatização do espaço urbano e dos habitantes sob os conceitos de “trabalho” e “civilização”. A relação entre a cidade e seus loucos mostrava-se complexa na medida em que dela faziam parte atores leigos, não-especializados, marcada ainda por mostras de simpatia para com os tipos de rua e de agência desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: loucura; trabalho; normatização; São João Del-Rei.

THE “STREET TYPES” AND THE MADNESS IN THE EVERYDAY LIFE OF SÃO JOÃO DEL-REI (ENDS OF 19TH CENTURY-EARLY OF XXTH CENTURY)

ABSTRACT: *This article analyze the relationship between mad and non-mad people in São João del-Rei from the end of the 19th century to the early 20th, based on the figure of “street types”, madmen generally linked to the universe of non-work and somehow remarkable*

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0430-3194>. arthurmsvargas@gmail.com.

for the daily life of the city. These characters, part of the Brazilian urban landscape, were transformed from the intervention of the psychiatric power-knowledge with the rise of alienist discourses and practices in Brazil since the mid 1800s. Mainly by means of the examination of periodicals, we tried to intend how the population and, within it, the literary elites of the places understood and dealt with the presence of these subjects, in particular, and of the crazy and the poor, in general, in a context of normalization of the urban space and of the inhabitants below. the drawings of “work” and “civilization”. The relationship between the city and its madmen proved to be complex insofar as lay, non-specialized actors were part of it, furthermore marked by shows of sympathy towards the types of street and agency of these subjects.

KEYWORDS: *madness; work; normalization; São João Del-Rei.*

Introdução

Correndo o olho pelo *Repórter*, periódico publicado em São João del-Rei entre 1905 e 1914, entre notas de falecimento de gente notória e/ou das relações dos redatores, chama a atenção um curto texto. Fala da morte de “um conhecido tipo de rua cognominado O BARBELA”, ocorrida na Santa Casa de Misericórdia. Um “preto velho, que arrastava suas misérias pelas ruas da cidade, servindo de divertimento à garotada, que o apedrejava desapiedadamente”. O redator pedia “paz à sua alma” (O REPÓRTER, 14/06/1908). Qual então a relevância de dar conta da morte de um mendigo, um miserável perseguido pela molecada sanjoanense? A chave está no fato do Barbela ser um “tipo de rua”. Categoria ampla, abarcava sujeitos vinculados à experiência do cotidiano urbano, quase sempre loucos e pobres. Mas que por esse mesmo motivo – sua ligação intrínseca ao mundo da rua, ao espaço público –, tornaram-se tema dos homens de letras locais e preocupação das autoridades sanjoanenses do final do século XIX e início do XX. Sendo parte integrante desse viver em São João, o Barbela e sua morte assumiam relevo suficiente para figurarem no *Repórter*. O que não quer dizer que houvesse acolhimento pronto e simples pela população – sujeitos, por seu estado e situação, de forma explícita ou velada, a violências várias, mesmo que gerassem certa simpatia.

Este artigo procura entender a constituição da categoria do “tipo de rua” em São João del-Rei, as características daqueles marcados com esse rótulo, a sua relação com o cotidiano da cidade, os discursos dos homens de imprensa sobre eles e o tratamento dispensado pelas autoridades. Desse modo, a análise, centrada

no final do século XIX e o início do XX sanjoanense, perpassará principalmente as considerações feitas pelos periódicos locais durante esse tempo tendo em vista uma mudança de sensibilidade em relação à pobreza e à loucura, num cenário maior de normatização da cidade sob os moldes burgueses, mas com elementos próprios. Outras fontes empregadas, além da imprensa periódica, serão trabalhos literários e memorialísticos, bem como textos oficiais.

Um primeiro ponto deve ser elencado: trata-se de um estudo que abarca discursos em sua maioria feitos por leigos. Leigos porque as imagens criadas e o trato em torno desses loucos perpassavam grupos que lidavam com essa gente fora de instituições especializadas, no cotidiano da vida da cidade, dialogando, é certo, com noções do poder-saber alienista, mas contando com as particularidades desse espaço. Assim, não-especialistas, tanto os homens de imprensa quanto as autoridades, respondiam à presença desses tipos a partir de considerações por vezes distantes do que eram a teoria e a prática médicas e psiquiátricas correntes. Nesse contexto, já se havia gestado um corpo de especialistas e criados espaços voltados para o confinamento de doentes mentais, como o Hospício Pedro II, depois Hospício Nacional de Alienados, no Rio, o Manicômio de Barbacena, em Minas, e o Juqueri, em São Paulo (MACHADO *et al.*, 1978; CUNHA, 1986; DUARTE, 1996; ENGEL, 2001). É comum (e justificável) que a bibliografia do período centre-se nesse gênero de instituições. Nesta pesquisa, seguiremos parte do projeto de Engel (2001, p. 10-11), ao privilegiar as “ideias e posturas assumidas pela população urbana diante da loucura” e a vivência cotidiana com os seus loucos. E também da parcela mais letrada dessa população, das elites locais, que, por sua própria posição, almejava ordenar a cidade, num cenário urbano do interior brasileiro em processo de normatização da vida dos habitantes.

O que legitimava as falas dos homens de imprensa sanjoanenses acerca do universo do não-trabalho era o fato de proporem um modelo ideal de cidade. O periódico era então ferramenta de debate e difusão de políticas relacionadas com o que se acreditava ser a modernidade e a civilização (GOODWIN JUNIOR, 2015). Como outros segmentos que tinham acesso à palavra escrita, atuavam como uma “cidade das letras”, pensando a *urbs*, formulando representações, problemas e soluções a fim de constituí-la sob determinada ordem (RAMA, 2015, p. 26-27). Importante notar, porém, que o discurso jornalístico, alerta Sosa (2006, p. 110), “obedece às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e conteúdo apresentado está visceralmente ligado à seu tempo”. Portanto, “balizados pelo contexto em que foram criados”. Cabe lembrar, além disso, que a imprensa “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno

de chegar até o público” (LUCA, 2006, p. 139). Os periódicos construíam os textos que seriam publicados a partir de um critério que deveria transmitir essa mensagem de valorização de certa ordem urbana, por meio de leituras específicas, ênfases e silêncios calculados, o que deve motivo de atenção no exame das fontes.

Esses discursos, tratando dos loucos, dos pobres e da cidade não podem ser dissociados de um projeto maior de reformulação do espaço urbano e disciplinarização da conduta de seus moradores. Os homens de imprensa tomavam parte importante nesse projeto, formulando propostas e intervindo para a sua implementação, tentando assentar no público, que de alguma forma era atingido por esse discurso, a partir de concepções vigentes de cidade, de civilização, de trabalho, certas percepções que previam aos diferentes grupos de habitantes usos dos espaços que fossem consonantes com seus papéis nessa sociedade – regulamentando o território a partir de uma norma (FOURQUET; MURARD, 1978). Produziam representações² da cidade e de seus habitantes que, em última instância, criavam uma geografia da norma, de modo que certos espaços eram próprios e adequados de certas categorias. mas não outros, prevendo-se aos loucos e os miseráveis, a quem a rua se queria interdita, lugares como albergue, o manicômio, a cadeia ou o extra-muros de São João.

Os tipos de rua na vida Sanjoanense

Categoria um tanto abrangente, o “tipo popular” ou “tipo de rua” designava toda sorte de desclassificados – loucos, bêbados, mendigos – que pelas suas idiossincrasias, por sua personalidade insólita e anedótica e cuja existência era indissociável do cotidiano da cidade, presença constante nas vias públicas. Sua existência era precária e sua tolerância condicionada por uma série de fatores. Mesmo quando não eram objeto de exclusão, sofriam vários tipos de violência, algumas não visíveis. O colaborador “Drap”, na *Opinião*, assim definia: “todas as cidades têm seus tipos de rua”. Alguns muitos conhecidos: os antigos Castro Urso, no Rio, o príncipe Obá, o padre Kelé e os modernos Profeta, Seixas e Pinheiro Chicote e “tantos mais que com suas pilherias faziam às vezes as delícias da estudantada essencialmente brejeira dos grandes centros” (A OPINIÃO, 17/03/1908). Sujeitos essencialmente ligados a uma experiência urbana com-

² Por “representação” tomo emprestado o conceito de Roger Chartier, para quem as representações do mundo social são determinadas pelos interesses dos grupos que as formularam, concorrendo com outros grupos na supremacia de suas próprias concepções; daí a importância de se averiguar os discursos e o meio daqueles que o fomentaram. São “[...] as formas e os motivos [...] que, à revelia dos atores sociais, traduzem suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse.” (CHARTIER, 1990, p. 16-19).

partilhada, “Drap” recordava esses tipos do Rio de Janeiro no século XIX, muito característicos na sua forma de vestir, de falar, de agir, presentes na memória popular carioca porque parte do existir do Rio daquele tempo (ENGEL, 2001).

E quem eram os tipos de rua de São João del-Rei? Uns autóctones, como o “celebrado” Barbela, o “preto velho” Cadê-Relojo e o Biti, já morto; “Outros importados”, como “o pobre” Roberto Piloto, vindo de cidade próxima; e mulheres como a Baú, a Não-come-queijo (A OPINIÃO, 14/03/1908). Em outro texto, além do Piloto, a *Opinião* cita o Sebastião, os dois “conhecidos tão antigos” dos sanjoanenses (A OPINIÃO, 14/08/1907). O *Combate*, em 1901, lamentava a morte do “popular João Pinto Alves, o velho sineiro de S. Francisco, o Coronel, como todos aqui o chamavam”, “crioulo honrado e digno de confiança”, a abrir “um claro na falange dos tipos de rua, entre os quais ele destacava-se, logo à primeira vista” (O COMBATE, 21/12/1901). Mais antiga era a “velhinha” Popota, que, como o Coronel, morava no telheiro da Igreja de São Francisco. Lembrada por “Tog”, no *Repórter*, ao falar das escolas de São João entre 1886 e 1893, era motivo de implicação dos alunos da D. Palhares (O REPÓRTER, 14/04/1912). A *Verdade*, nos anos 1910, questionava o paradeiro dos tipos locais, “que tanto gosto davam o que fazer à nossa garotada”. O Piloto. O Barbela. O Quede-Relojo. O Falei-bem-ou-falei-mal. O Luiz Bocurra. A Sá Aninha dos Cachorros (A VERDADE, 17/03/1914). Havia a Evarista, a “popular Urucubaca” (A NOTA, 19/05/1917). A Joana Arraia, “pavor da criançada sanjoanense”, vivia de esmolas, “cantando pelas ruas”. “Infeliz velhinha”, “perturbada da mente”, dizia-se que ao ver um filho ser vendido no tempo do cativoiro (A TRIBUNA, 24/07/1924). O “originalíssimo” Brugudum, “o mais reles meia-colher” de São João, é recordado por Lara Resende (1972, p. 104).

Se em comum tinham a implicância da molecada, cada um deles era conhecido por uma característica própria, marca de sua vesânia para os não-loucos, signo de sua identidade, inscrito no apelido e que, na posteridade, chega a substituir a memória do nome de batismo. O Coronel era assim chamado “pela sua *monomania* de ser riquíssimo e Coronel [grifos nossos]”. Botaram-lhe na cabeça que era proprietário da banha Alves, do Rio Grande do Sul “e o João Pinto convenceu-se disso e por esse fato, considerava-se rico, embora morasse no *Telheiro* da igreja de S. Francisco e vivesse de tão humilde mister” (O COMBATE, 21/12/1901). O Piloto era lembrado por “reduzir à expressão mais simples, com respostas humorísticas àqueles que tentavam troçá-lo” (A VERDADE, 17/03/1914). Quando a criançada gritava-lhe “Piloto!!”, ele respondia: “Vai para a escola estudar,/ Menino!”, o que valeu-lhe o título de “enérgico fiscal/ Do ensino”, no poema humorístico da *Opinião*. O Sebastião compunha

com o Piloto, na verva do periódico, o quadro “dos dedicados amigos/ Da instrução”. Era tipo conhecido por sua “palavração”: “Depois dele começar/ Não parava de falar/ Um momento!”. (A OPINIÃO, 14/08/1907). A Sá Aninha dos Cachorros ganhou esse apelido por ter “sempre atrás de si uma [sic] majestoso acompanhamento de cães” (A VERDADE, 17/03/1914). O Falei-bem-ou-falei-mal reproduzia no apelido seu “cacoete” famoso, batizando ainda revista local do poeta sanjoanense Modesto de Paiva, encenada em 1903 (GUERRA, 1967, p. 95). O Brugudum, bêbado de pinga, costumava “esgoelar pelas ruas: *bandalheira! Tudo neste País é bandalheira. Morra a bandalheira.*” (RESENDE, 1972, p. 104). Mostra tanto da fama assumida por alguns tipos populares, quanto da ligação de sua figura com algum elemento – um gesto, um causo, um bordão – é o fato da primeira edição da *Tribuna* inserir o clichê de um sujeito cuja “vida histórica” era “muito conhecida pelos sanjoanenses de outros tempos” pedia ao leitor que enviasse ao periódico o nome da “individualidade” retratada, sua descrição e sua vida (A TRIBUNA, 26/07/1914) (FIG. 1).

Figura 1 – Clichê de tipo popular



Fonte: A TRIBUNA (26/07/1914).

Além das idiossincrasias, os tipos de rua eram conhecidos como tal pelo fato de comporem a paisagem urbana. O Barbela “arrastava suas misérias pelas ruas da cidade” (O REPÓRTER, 14/06/1908). O Totonho, “pedinte de igre-

jas, tipo excêntrico, composto à Zevaco”, “de uma imbecilidade sereníssima”, não sendo possível precisar se alguém real ou criação de Gil Pereira Coelho, o “Jacques Saint”, passava quase despercebido aos transeuntes, a “arrastar pelas ruas a tristeza safada das opas”, pedindo uma “esmola p’ras almas” (MINAS-JORNAL, 21/12/1918). Como destaca João do Rio, os tipos populares exteriorizavam “a influência psicológica da rua”, apreensíveis em sua singularidade apenas quando em relação com o local de suas andanças e façanhas. Fora desses domínios, perdiam a sua notabilidade enquanto tipos de rua (RIO, 2007). Apreensão que dissipa-se no espaço, mas também no tempo. A memória foi progressivamente desfeita conforme aqueles que os conheceram desapareciam. O sanjoanense Sebastião Cintra dedicou algumas linhas de suas *Efemérides*, publicadas na segunda metade do século XX, a falar da edição inaugural da *Tribuna*, aquela que continha a fotografia do tipo de rua e a charada sobre sua pessoa. Elenca o nome dos que figuraram nos clichês estampados na folha: autoridades do Estado, o engenheiro e o médico recém-formados. Mas cala-se quanto ao tipo popular (CINTRA, 1982). Com os anos, sua identidade fora esquecida, de modo que Cintra já não podia mais responder à pergunta do periódico: “Quem é este?” (A TRIBUNA, 26/07/1914).

Esses tipos contavam com certa liberdade de movimento, o que significava “manter certo saber e certo poder sobre si mesmos e sobre sua loucura”, dando mostras de outras formas de pensar-se e lidar-se com ela na sua relação com os não-loucos (ENGEL, 2001, p. 33). Corriam a cidade, como a Sá Aninha e sua escolta canina. Por sua vez, Raimundo de tal, encontrado morto no Buraquinho com roupas de algodão com as iniciais da Santa Casa de Misericórdia, era dela “alienado”, mas havia fugido do estabelecimento. Por “ser manso, andava solto e prestando bons serviços há mais de 35 anos” (GAZETA MINEIRA, 10/06/1891). Bebiam, como o Brugudum. Sendo parcas as informações, não sabemos onde residia a maioria deles. Alguns viviam no telheiro do São Francisco, como o Coronel e a Poponha, o que denota a sua relação com a caridade dos grupos religiosos locais, permitindo que aí morassem. A *Gazeta Mineira*, que em 1892 pedia a demolição dessa estrutura, afirmava ter ela convertido-se em “dormitório de alguns mendigos andrajosos e de uma pobre louca”, certamente a Poponha (GAZETA MINEIRA, 01/01/1892). É provável que mesmo sendo miseráveis tivessem residência, se formos pautar-nos em referências a outros mendigos e tipos sanjoanenses. Por exemplo, o mendigo Francisco Leite da Silva fora encontrado morto em sua casa na rua do Progresso (O DIA, 30/03/1912). Severiano de Resende, lembrando a São João de sua infância, fala de José Munguengue ou Zé das Almas, tipo popular muito conhecido em

meados do século XIX e que morava numa “pequena casa” na travessa da Cruz (O REPÓRTER, 04/08/1912). Chegavam mesmo a ter alguma ocupação, como o sineiro Coronel ou o Munguengue, sapateiro, mas “verdadeiro remendão” (O REPÓRTER, 04/08/1912). Como ressalta Engel, viviam “de expedientes e de atividades que, para os padrões das classes dominantes, inseriam-se no universo do não-trabalho, nas fronteiras entre a legalidade e ilegalidade” (ENGEL, 2001, p. 35).

Travavam relações com os não-loucos, em tom muitas vezes amistoso, de certo modo queridos pela população. Capazes de defender-se de alguma forma das investidas dos “sãos”, também afirmação de sua agência (ENGEL, 2001, p. 33), expressa, por exemplo, na reação contra o tumulto infantil ou na palavra afiada do Piloto aos seus gozadores. Cyro dos Anjos (1994, p. 32) já falava das “regalias que se concedem a malucos” ao lembrar daqueles que povoavam sua infância em Montes Claros nas primeiras décadas do Novecentos. Já em São João, o Coronel, por exemplo, “era muito estimado e todos tinham-lhe dó pelas maneiras afáveis” (O COMBATE, 24/12/1901). Quando tentou-se despachar o Barbela para outra localidade, puderam somente levá-lo à Estação, “constando até ter havido *empenho para que ele não fosse exportado!!!*” (A OPINIÃO, 14/03/1908). A Joana Arraia fora enterrada no cemitério da Boa Morte, aí comparecendo “crescido número de pessoas piedosas e membros de irmandades religiosas” (A TRIBUNA, 24/07/1924). Havia mesmo loucos que chegavam a publicar suas obras. O *Resistente*, em 1898, noticiava que Ernesto Rangel, “doente” da Santa Casa, lançara pela Tipografia Comercial o livro “O Doido Manso”, de composições rimadas, tendo o autor remetido um exemplar ao periódico. Rangel, conforme o próprio afirmava no prólogo, procurava contar a sua “triste vida”, existência que “tem sido não só o cúmulo de uma loucura horrível, como também de tudo que se chama enfermidades, infelicidades, vexames, misérias, [ilegível]” (O RESISTENTE, 03/11/1898).

Com suas singularidades a provocar o riso da população não-louca de São João, o redator da *Verdade*, ao perguntar o paradeiro dos tipos locais, lamentava a ausência de quem poderia “quebrar a monotonia quotidiana da rua...”. A dúvida quanto a sumiço desses sujeitos talvez tenha sido suscitada por um evento ocorrido dias antes e narrado na mesma edição, porque a reflexão originada é bastante parecida, já que “há muito que a população desta cidade se ressentia de um fato sensacional que viesse distrair-lhe o espírito, tão prenhe de coisas tristes”. Em 11 de Março de 1914, “um desconhecido profeta (?)” fez distribuir boletins anunciando uma pregação, palavras “ditadas pelo Criador”, constando ainda que às 20 horas surgiria um “grande clarão” no lugar escolhido para a

conferência. Curiosa, uma multidão juntou-se no Largo do Tamandaré para escutar “o *senhor profeta*”, atraída pela fogueira que ele havia acendido. Tirou do bolso uma grossa papelada que mais parecia “um discurso de Rui Barbosa”, falando sobre o “psiquismo”. Discorrendo sobre a alma, o sujeito provocou a hilaridade da “molecagem irreverente”. Em certo momento alguém estourou uma bombinha, ao que a multidão respondeu com uma estrondosa gargalhada. Na hora anunciada do clarão, mal ouvia-se o homem, tal a gritaria do público em expectativa. Com a plateia impaciente, a provocar o orador cada vez mais zangado, o sujeito foi então convidado pelo Delegado de Polícia a descer do banco que servia-lhe de púlpito, “debaixo de grande caçoadá da molecagem que fez ao estranho desconhecido imponente manifestação de *simpatia*”. O “novo Messias” foi levado até sua residência no Jogo da Bola, seguido por muita gente que perguntava-lhe em tom de pilhéria sobre o clarão. O texto terminava brincando que “bem podíamos ter de vez em quando, cá pela terra, um desses *profetas* para nos distrair um pouco o espírito tão apreensivo com a *encrenca* do Ceará, e o estado de Sitio”. (A VERDADE, 17/03/1914).

Pelo seu papel de fazer rir, o tipo de rua era tolerado na comunidade, numa cidade onde havia uma ausência notória de formas diversas de diversão. Papel que distinguia-o, por exemplo, de outros loucos, cuja vesânia, expressão violenta e imoral, trazia apreensão e desconforto para a população. Vera Silva, na *Opinião*, notava que na falta de outras diversões, o costume era ir à igreja para flertar, conversar, namorar, mostrar o bem-vestir (A OPINIÃO, 13/10/1909). “Passe-Partout”, pseudônimo do Dr. Ribeiro da Silva, lamentava a falta de divertimentos em São João. Para o médico, depois de uma semana de trabalho, tudo o que a pessoa procurava era uma forma de distração na noite de sábado e no domingo. Entretanto, “à menos que não se queira ir contemplar pela décima ou vigésima vez vistas cinematográficas já insuportáveis, à força de conhecidas”, restava ao cidadão jogar a bisca com a família ou percorrer a Avenida em busca das “últimas novidades locais”. Assim, predominava o tédio, muito embora a cidade contasse com elementos suficientes para diversões agradáveis (O REPÓRTER, 08/03/1908). O lazer, criação do ideário burguês, já aparecia como complemento ao trabalho (ORTIZ, 1991). Mas, embora fosse requerido, as estruturas sociais e culturais da cidade estavam enraizadas em elementos mais antigos, incompatíveis com demandas que privilegiavam novas formas de entretenimento. O resultado era essa sensação de enfado, quebrada, em parte, pela aparição do tipo de rua. Podemos, dessa forma, nos apropriar dos comentários de Helena Morley (2017) para os loucos da sua Diamantina de fins do século XIX: “Mas também uma cidade sem doidos deve ser muito sem graça”. De sua

parte, não queria deixar de tê-los. “Cada um é mais engraçado com a sua mania” (MORLEY, 2017, p. 264). Como ressalta Engel (2001), apesar dos acessos de fúrias, das perseguições das humilhações, a convivência entre loucos e não-loucos nesse universo leigo podia ainda pautar-se em termos de compaixão, simpatia, consideração, estima, respeito, admiração.

O saber alienista, em um crescente no Brasil desde a década de 1830, levou a uma reconfiguração dessa sensibilidade em relação a loucura: patologização, transformação em doença mental, portanto passível de intervenção do médico no sentido de proporcionar a cura, o que se daria a partir do isolamento em estabelecimentos específicos. Essa virada só seria possível a partir do momento em que o louco figurasse como elemento perigoso na ordem social, situação que por esse mesmo motivo legitimava a ação do saber médico sobre a cidade e seus habitantes (MACHADO *et al.*, 1978; ENGEL, 2001). Novas concepções, difundidas por periódicos, incutiam certo medo, certo receio, uma ideia de que esses personagens tinham lugares marcados – dentro da ordem, mas longe dos outros.

Saberes sobre a loucura e o trato dos loucos em São João Del-Rei

Se formos crer nas palavras dos redatores do *Minas-Jornal*, São João, num “dia de azar”, mais parecia um “pátio dos milagres”, tal a profusão de “aluados” nas ruas. O autor via na esquina uma “*detraquê*” a fazer caretas. No Cais, a amurada que margeava a Praia, córego a cortar a cidade, um homem esmurrava imaginários marinheiros. Um bêbado choroso recitava versos. Um “pobre-diabo farrapento”, em delírio febril, discorria sobre a viagem que faria aos Estados Unidos para casar-se com Ella Hall. Na ponte da Cadeia, um “preto” metido em uniforme de gala executava continências. Uma “mulher delirante” gritava “coisas horríveis”. Numa janela, uma “crioula lírica” esganiçava uma música. E o cidadão, aturdido com essa profusão de loucos, sentado num café para espairar as ideias, ainda tinha de ouvir de um bêbado, ancorado em Darwin e Victor Hugo: “O sr. é um cavalo!” (MINAS-JORNAL, 19/03/1919).

Na percepção leiga, no senso comum, a loucura seria manifestada pela sua visibilidade imediata: delírio, violência, descoordenação, vestuário exótico, hábitos estranhos, palavras e gestos absurdos, a diferença, enfim (CUNHA, 1986; ENGEL, 2001). As fontes nos dão alguns casos. Esse aluado que lutava contra marinheiros fantasmagóricos. O Coronel, com seus ares de grandeza. Manuel J. de Aguiar, cuja anormalidade nas “faculdades mentais” era atribuída pelo *Zuavo*, periódico de tendências católicas, a sua proximidade com o espiritismo, sendo

o “irmão” intermediado por “comunicações ‘inter-espirituais’” que mandavam-no intimar os padres locais a fecharem as igrejas, chegando mesmo a atacar o Sacrário (O ZUAVO, 16/12/1915). Todos exemplos de expressões do delírio. A Popota despejando palavrões, os tipos de rua reagindo às provocações das crianças, esse mesmo Aguiar avançando contra o padre, são, assim, manifestações dessa agressividade. Uma jovem sanjoanense, Adelaide Maria do Sacramento, além de sua “moléstia”, sofria com a pobreza. Tida como louca pelo incômodo que causava à vizinhança por seus gritos, por sua dificuldade em ser contida, a ponto de ser “presa a uma camisola de força” (O REPÓRTER, 01/12/1910). E os tipos de rua, “mentecaptos”, pelo “enorme ridículo a que se prestam”, poderiam ser enquadrados enquanto loucos exatamente por isso: reticentes às convenções sociais, assumindo a diferença, colocar-se-iam num lugar em que não poderiam ser coisa alguma além de um Outro. Dissemelhança que causava a “chacota” da gente comum, as pedradas das crianças, o desconforto das elites locais (A OPINIÃO, 14/03/1908).

Se havia esse reconhecimento da loucura a partir do senso comum, os pressupostos da psiquiatria eram parte do discurso dos periódicos quando tratavam do tema, no reconhecimento da loucura como doença, de suas manifestações e de suas causas. Podemos discernir, em primeiro lugar, o emprego de determinados termos: a “monomania” do Coronel, termo de Pinel (O COMBATE, 24/12/1901); o uso da expressão “estado de alienação”, pela *Pátria Mineira* para referir-se ao comportamento de uma mulher que atirava pedras e atentava contra a moral (PÁTRIA MINEIRA, 20/02/1890). Os grandes nomes do saber psiquiátrico eram conhecidos e referenciados. Charcot era notícia por se opor às “doutoras-médicas” (A VERDADE POLÍTICA, 31/01/1889). Esquirol aparecia em anedota que concluía pela impossibilidade de um único remédio ser capaz de proporcionar todas as curas (O RESISTENTE, 10/12/1896). Lombroso, vulto “universalmente conhecido”, grande cérebro da psiquiatria (O REPÓRTER, 24/10/1909). Morel era citado para dar subsídio aos redatores da *Nota* no quadro apresentado sobre a degeneração geracional causada pelo álcool, do vício até a extinção da raça (A NOTA, 27/03/1918). O saber popular e o saber psiquiátrico eram, desse modo, empregados para discorrer-se sobre a loucura. Já o tratamento dado ao louco perpassava variáveis nem sempre assentadas no conhecimento especializado e no modelo asilar, muito embora fossem reconhecidos como os mais adequados. Projeto de efetivação de um saber médico, limitado pela predominância do elemento leigo em São João, por dificuldades de ordem material, com todos os senões decorrentes e correlatos.

Como a miserável Adelaide, Alfredo era outro que atormentava o sossego das famílias com palavras obscenas. Posto na Cadeia, conseguiu fugir. Sendo “furioso”, o *Dia* pedia que todos ficassem prevenidos para que não ocorresse alguma “agressão inconsciente” desse “infeliz louco” (O DIA, 27/02/1913). Há aqui um reconhecimento do louco enquanto pessoa potencialmente perigosa, a arriscar a segurança das pessoas e por isso objeto de intervenção do saber psiquiátrico. Alfredo, sendo louco, não deveria estar preso. O periódico pedia que fosse remetido para Barbacena. Afinal, “a cadeia não é lugar de doidos” (O DIA, 20/01/1913). De modo que havia o consenso, dentro das elites letradas sanjoanenses e de parcelas da população local, que não bastava a mera exclusão do louco – seu destino era o Hospício, local ideal para o tratamento de sua moléstia específica.

A reação contra a presença de loucos na cadeia, tema constante nesse final do Oitocentos e início do novo século, é uma demonstração contundente do reconhecimento do saber psiquiátrico como o mais adequado para o trato desse tipo de gente. A *Verdade Política*, em 1889, denunciava o boato de que os “alienados” recolhidos ao Hospício da Santa Casa eram enviados à cadeia, procedimento que considerava “bárbaro”, verdadeiro “suplício” (A VERDADE POLÍTICA, 15/02/1889). Indignação semelhante teria o *Repórter* anos depois, que reclamava da presença de dois loucos na Cadeia em face da superlotação do Manicômio de Barbacena e da incapacidade da Santa Casa de recebê-los, em espetáculo que desabonaria “os foros de cidade civilizada” de São João. No lugar do cárcere, precisavam de “conforto, de carinho”. Pior ainda seria o fato de serem apreciados pelos frequentadores do Mercado Municipal como “uma fera recolhida numa jaula” (O REPÓRTER, 22/02/1912). O Código de Posturas de 1887 colocava os loucos no mesmo título que dispunha sobre a presença de imundícies e animais na cidade: o último artigo, o 139, somente prescrevia que aqueles que possuísem loucos em casa deveriam tê-los em segurança e evitar que vagassem pelas ruas, sob pena de multa de 10\$000, fora os prejuízos causados (SÃO JOÃO D’EL-REY, 1887). Não havendo maiores esclarecimentos, é provável que as autoridades dispusessem dessa gente conforme julgassem o mais adequado.

São João del-Rei contava com o Hospício da Santa Casa. Até a criação do Manicômio de Barbacena, era o principal local de recolhimento de loucos em Minas. D. Pedro II, em passagem por São João para a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1881, assinalou que dos 76 enfermos internados, 30 eram loucos, colocados numa parte distinta do edifício, sendo “o único asilo para loucos da província” (D. PEDRO II *apud* ALVARENGA, 2009, p. 143).

Relatório do estabelecimento referente a 1887-1888 destacava que esses “infelizes” eram “as mais das vezes abandonados das próprias famílias” (A VERDADE POLÍTICA, 04/10/1888). Severiano de Resende, redator do *Arauto de Minas* e deputado provincial, em discurso proferido em 1886 informava que havia 48 alienados “em tratamento constante” para 23 cômodos. Sendo naquele momento o único estabelecimento do gênero em Minas, alguns loucos, trazidos de muito longe, não encontrando lugar no Hospício, abandonados nas ruas pelos condutores, “com grave perigo para a população” (ARAUTO DE MINAS, 01/06/1886).

A Santa Casa já abrigava loucos muito provavelmente antes da década de 1850, porque os “Apontamentos” feitos por José Antônio Rodrigues, publicados em 1859, informam que na Misericórdia havia “acomodações para alienados e morféuticos”, o que mostra que a visão do louco como doente que deveria ser isolado, expresso no uso do termo “alienado”, já existia em São João na metade do século XIX, ainda que esse isolamento não ocorresse através de um tratamento ancorado no saber psiquiátrico, como mostrarei a seguir. Segundo o mesmo Rodrigues, existia ainda um Hospício dos Irmãos da Terra Santa, administrado por dois religiosos e situado num edifício de “modesta aparência” na Praça de São Francisco. Este estabelecimento deve ter desaparecido em algum momento da segunda metade do Oitocentos, pois não mais é citado nas fontes. Assim, ainda que na Santa Casa houvesse dois médicos e um cirurgião para 240 enfermos assistidos anualmente (RODRIGUES, 1859), o trato dos loucos perpassava muito mais a caridade de ordem religiosa, a assistência, do que um tratamento de cunho medicalizado (CUNHA, 1989).

O Hospício da Santa Casa manteve sua importância durante os primeiros anos do período republicano. Em 1893 foi aprovado que o governo do Estado despendesse um auxílio de 80\$000.000 réis em partes iguais para o Hospício de Alienados de São João e Diamantina. Foi ainda estabelecida uma anuidade de 15\$000.000 com a condição de serem neles tratados de 10 a 50 alienados, por indicação do Estado (A PÁTRIA MINEIRA, 25/05/1893). Mas não deixava de haver problemas. O Hospício vivia cheio, a ponto de despachar loucos que não podia abrigar: em 1890 apareceu na cidade “uma pobre mulher em completa alienação”, pois andava atirando pedras e “em circunstâncias ofensivas a moral”. Apesar da ação das autoridades, não teve entrada na Santa Casa, continuando a vagar pelas ruas. Segundo a *Pátria Mineira*, a resposta do provedor foi que “mandasse levá-la para o lugar donde veio” (A PÁTRIA MINEIRA, 20/02/1890). Além disso, os enfermos eram vítimas de maus tratos: o *Combate*, folha dos apoiadores do então Agente Executivo Municipal J. D. Leite de Castro, criticava, em 1900, o sofrimento dos “pobres loucos”, como o Padre Teófilo Claudino

dos Santos, nu, amarrado em correntes, “em estado deplorável”. Em situação análoga estava Horácio Drumond, “infeliz” chefe de trem. Pedia melhorias na “sorte desses desventurados” (O COMBATE, 14/10/1900). Isso mesmo quando havia um “médico alienista”, o sanjoanense Balbino da Cunha, proficiente na “especialidade” (O COMBATE, 20/10/1900). Ainda que o *Combate* apontasse ser movido unicamente pela caridade, não podemos deixar de ter em mente que Carlos Sanzio, opositorista e redator do *Resistente* havia sido eleito mordomo da Santa Casa nesse ano, de modo a crítica às condições do estabelecimento inscreviam-se nas disputas políticas que varreram São João à época (VARGAS, 2021). É digno de nota que no *Resistente* fossem destacados “a boa ordem, asseio e regularidade” da instituição, avaliação que ia em sentido oposto daquela feita pelo *Combate* (O RESISTENTE, 05/07/1900).

Como disse, a fundação do Manicômio de Barbacena em 1903, pautado nos princípios então vigentes da psiquiatria, veio substituir a Hospício da Santa Casa de São João del-Rei, calcado na caridade e isolamento, como principal instituição do gênero em Minas. Como indicam as fontes, a Misericórdia de São João contava, em 1910, com 88 loucos, posteriormente remetidos para Barbacena (DUARTE, 1996). Todavia, a sorte daqueles da Santa Casa não evoluiu. As condições higiênicas eram ruins (O REPÓRTER, 03/09/1911). Em 1911 o *Repórter* denunciava que ele era uma “vergonha para a nossa civilização”. Antônio Viegas, ex-interno do H.N.A. e “especialista no assunto”, atestara que lá “não existiam os elementos essenciais para uma vida sã, quanto mais para organismos, cujo equilíbrio está completamente alterado”. “Coitados” que viviam “atirados” num quarto semelhante a uma prisão, apartado do convívio dos companheiros, “quando modernamente não é assim que procedemos”. O texto seguia enumerando alguns métodos terapêuticos então aceitos: educação para a convivência, jogos de bilhar, leitura de romances e obras científicas (O REPÓRTER, 10/12/1911). Assim, o redator acreditava que a reforma do Hospício Santa Casa traria melhor ventura aos enfermos. Se seu discurso amparava-se nas teorias científicas, o que vemos inclusive na sugestão de criação de uma casa exclusiva para epiléticos, “membros gangrenados do organismo social” a serem “amputados pela seleção artificial” (O REPÓRTER, 09/10/1910), se reconhecia a loucura como doença de fundo orgânico (CUNHA, 1989), se apontava para tratamentos considerados modernos e humanos, a situação dos loucos na Santa Casa denota que no cotidiano da instituição esse influxo de ideias ainda não se implementara. O local continuava com alta lotação, indicada, por exemplo, no encarceramento de loucos na cadeia, o que tornou-se mais visível nesse meio tempo em que a Misericórdia esteve em obras, ao que aliava-se a “superlotação” do Manicômio de

Barbacena, fazendo fracassar qualquer tentativa das autoridades de lá internar os doentes (O REPÓRTER, 22/02/1912). Ou então pela situação de loucos presos em suas próprias casas. “Espetáculo arrepiante”, o *Minas-Jornal* informava de um louco “em cárcere particular” no fim do Tejuco, em completa nudez, pedindo providências do delegado (MINAS-JORNAL, 15/06/1918). E embora nesse fim da década de 1910 a Santa Casa de Misericórdia tenha colocado a seção de “Clínica Psiquiátrica” como parte da nova divisão de serviços (ALVARENGA, 2009, p. 225), havia a opinião de que o hospital, “apesar de ser modelar nas instalações, não possui lugares apropriados para os desafortunados lunáticos que lá se acham”, como expressava o Dr. Antônio Austragésilo em carta ao Diretor da Assistência de Alienados de Barbacena, Dr. Joaquim Dutra, pedindo a intervenção deste juntos aos poderes públicos no sentido de que os alienados de São João recebessem “mais misericordiosa assistência” (MINAS-JORNAL, 10/07/1918).

E os tipos de rua, onde figuravam nessa equação do trato dos loucos em São João del-Rei? “Drap” é assertivo sobre seu destino ideal: esse ridículo só poderia ser evitado pelo “meio eficaz” que seria o seu “recolhimento”. Sendo termo vago e vagas igualmente as disposições das posturas acerca da presença de loucos em São João, não sabemos se trata-se da cadeia ou do hospício (A OPINIÃO, 14/03/1908). De qualquer modo, os tipos populares ainda eram caso de polícia. Olhando as ocorrências policiais registradas pelos periódicos vemos o seguinte, por exemplo: Belarmina de Jesus, a “Baú”, fora chamada e notificada na delegacia por provocar distúrbios e insultar vizinhos na rua General Osório (O REPÓRTER, 08/03/1909). Outra “Baú”, Maria da Conceição, “conhecida vagabunda e desordeira” fora recolhida à Cadeia por provocar desordens e faltar com respeito à moral (O REPÓRTER, 12/04/1909). Anos depois, uma Maria Baú (a mesma Maria da Conceição?) fora presa por embriaguez na rua Moreira César (A REFORMA, 02/05/1914). Ora, sabemos pela *Opinião* e pela *Verdade* da existência de uma mulher com o apelido de “Baú” e notório tipo popular sanjoanense. Qualquer delas que seja a tal “Baú”, tiveram sua conduta enquadrada pelas autoridades como questão policial, não sendo levantada a opção de enviá-la a algum hospício. Semelhante conduta tiveram com a Urucubaca, repreendida por conta de suas “pândegas”, não atinando-se para um tipo de solução diferente, de ordem médica e psiquiátrica (A NOTA, 19/05/1917). O *Minas-Jornal* pedia providências contra “alguns tipos e tipas de rua” que berravam palavras indecorosas, indo contra o “grau de civilização da nossa cidade”. É significativo que a instituição a que o texto direcionava-se seja a polícia e que o manicômio não fosse uma alternativa sugerida ou ao menos explicitada (MINAS-JORNAL, 30/11/1918).

Mas quando da ineficácia do “recolhimento”, segue “Drap”, havia um outro meio empregado no trato dos tipos de rua: a “exportação”. Utilizando-se de uma “frase pitoresca”, essas “preciosidades” eram enviadas para outros centros, onde pudessem ser acolhidos em “asilos especiais”, principalmente no Rio, lugar em que caso não se portassem com “o decoro que exige a polícia”, eram “intimados logo à requisição da autoridade competente”. Despachar um desses “pobres homens” para cidades próximas, onde as pessoas sabiam a sua origem e onde não teriam meios de impedir a perturbação da ordem por esses “desequilibrados”, seria o mesmo que “mandá-los passear por algum tempo, desejando-lhes breve regresso”. Assim foi com o Piloto, que voltou. Assim foi com o Barbela, impedido de embarcar na estação, mostra do desagrado que a medida trazia em parcelas da população, que tinham alguma simpatia com seus tipos de rua. E como não se podia “libertar” São João desses “pobres-diabos”, inconvenientes somente quando bulidos, “Drap” sugeria que a polícia investisse não contra eles, mas contra a garotada que provocava-os, o “insuportável” moleque sanjoanense, a quem caberia algumas horas no xadrez (A OPINIÃO, 14/03/1908). Quando a *Opinião* dizia que o Sebastião e o Piloto não figuravam mais no “número dos... habitantes de S. João del-Rei”, dando “até breve!” a um e “boa viagem!” a outro, o que temos é um desses episódios de exportação (A OPINIÃO, 14/08/1907). O Piloto voltou. O Sebastião não. É de crer-se que havia um verdadeiro intercâmbio de loucos na região. Em 1894 militares e paisanos de Juiz de Fora haviam sido presos por conta de desordens que estavam provocando em São João. Logo averiguou-se que vieram à cidade com o fim de abandonar o louco nas ruas, sendo este encontrado dias depois pedindo pão “pelo amor de Deus” na Estação (A PÁTRIA MINEIRA, 18/01/1894). Se posso explicar a situação nesse final do século XIX pelo fato de o Hospício da Santa Casa de São João ser o único de Minas no gênero, motivando que as pessoas lá deixassem os seus loucos inconvenientes, a prática se manteve, cada localidade enviando para as vizinhas os elementos que perturbavam a ordem das ruas, meio relativamente mais fácil criado em alternativa face às dificuldades de enviar-se loucos aos estabelecimentos para alienados.

Havia, em resumo, formas de sensibilidade diversas no trato dos loucos. Nesse universo majoritariamente leigo e pautado pelo senso comum, embora houvesse ascendido a figura do “doente mental” e o louco fosse reconhecido como potencialmente perigoso e passível de intervenção do saber-poder psiquiátrico, sendo possível e requerido o tratamento e eventual cura por métodos científicos, a opção de enviá-los para estabelecimentos apropriados era limitada por dificuldades burocráticas e pela lotação das instituições. De modo que esse

destino era reservado prioritariamente a loucos reconhecidamente furiosos ou que atentassem contra a moral das famílias e sem que nenhum método fosse capaz de contê-los. No mais das vezes as atitudes assumidas em relação à loucura perpassavam variáveis não necessariamente medicalizadas, determinadas por contingências de ordem cultural ou material: o encarceramento, a “exportação”, e mesmo uma relação mais ou menos tolerante, a ponto de populares empenharem-se em reter o louco na cidade ou ainda de estarem presentes em seu sepultamento.

Esquadrinhar a cidade, enquadrar na norma

Essa postura ambígua no tratamento dispensado aos tipos de rua, mesmo que não resvasse necessariamente na internação asilar e em outras alternativas medicalizadas, expressas, por exemplo, na “exportação” dos loucos, denota uma mudança na relação com essas categorias do universo do não-trabalho. Discussão que pode ser iniciada a partir de alguns exemplos. Assim, voltemos a José Munguengue, personagem da infância de Severiano de Resende. Era José Rufino de Faria Lobato Carlos Tolentino e Castro. O nome fidalgo chamou a atenção de Pedro I, em passagem por São João, em 1830. Indagado, José Rufino explicou ser cativo e filho de escrava. Seu pai, esquecido da triste situação do rebento, era sujeito de posses, com cargo na Corte. O monarca, entre comovido e indignado, providenciara a alforria. Já liberto, José Munguengue percorria as ruas com roupas muito características, pedindo esmolas para os defuntos. Daí o apelido de Zé das Almas. Quando parava em negócios alegrava a freguesia com causos. Apesar do gênio calmo, caso chamado de José Munguengue, especialmente pela garotada, ficava possesso, soltando vários palavrões. Munguengue, explicava Resende, queria dizer “mole, cabendo-lhe a alcunha por ter se saído covardemente em certo combate no qual se empenharam em favor do deus Cupido”. Uma sociedade de amadores chegou a levar ao teatro uma comédia sobre ele, que contou com a presença do próprio, muito bem recebida. Morava na travessa da Cruz e vivia do ofício de sapateiro, embora não fosse lá muito bom. Sem as esmolas e a pilhagem de comida passaria fome. Aos oitenta anos o José Munguengue casou-se com Siá Maria da Assunção, que a partir daí ficou conhecida como Maria Munguengue ou Maria das Almas. Teve uma síncope cerebral no dia do enlace, mas, acudido por médicos amigos, logo recuperou-se. Arrotava virilidade e saúde, atribuída a um remédio de seu uso, o “Suadeiro do Zé Munguengue”. Viveu muitos anos ao lado da companheira, como “interessante par de galhetas velhas”, indo sempre às missas da Matriz, sempre vestidos com roupas peculiares

(O REPÓRTER, 28/07/1912; 01/08/1912; 04/08/1912). Atravessemos agora algumas décadas. Em 1897, “Tom-Zé”, cronista do *Resistente*, reproduzia texto da *Folha* de Barbacena criticando “certo uso ou costume que também é nosso”: a prática de se dar esmola para homens vestidos de opa “as almas, para o santíssimo, etc!”. Argumentava que tratavam-se de exploradores da fé e da religião do povo barbacenense e que deviam ser devidamente registrados pela polícia e, na falta de autorização, passar “24 horas gratuitamente no hotel dos vagabundos” – a cadeia (O RESISTENTE, 03/06/1897). Não posso deixar de lembrar de Totonho, personagem de “Jacques Saint”, enxovalhado por respeitável cavalheiro (“Vá p’ra o diabo!”) ao ver quebrada o silêncio da casa com os pedidos de “esmola p’ras almas” desse “tipo que dói na sensibilidade”. (MINAS-JORNAL, 21/12/1918).

Algo mudou entre o Munguengue e o Totonho. Uma nova relação com a pobreza instalou-se, a ponto da própria presença dessas personagens nas ruas ser motivo de ação policial. A “mendigagem na via pública” constituiria um “costume deprimente para os foros de um povo civilizado” e, portanto, coisa a ser extirpada (O REPÓRTER, 01/10/1911). “Civilização” era a palavra de ordem das elites brasileiras de fins do século XIX e início do XX, em companhia de outro substantivo poderoso, “progresso”. Assentada na apropriação de temas do ideário burguês da Europa e dos EUA, os grupos dominantes, além da remodelação do espaço urbano brasileiro, promoveram a condenação de tudo o que recendia a cultura popular. A cidade, sob uma ótica funcionalista, seria espaço do consumo e do trabalho (PECHMAN, 1994, p. 32-33). Nesse processo de ordenamento da cidade, as elites brasileiras, ancoradas num médico-higienista, se voltaram para a presença de pobres e de todos os elementos desviantes, todos aqueles identificados com o universo do não-trabalho. Importava adequar esses sujeitos, nesse Brasil que emergia da Abolição, com uma concepção burguesa de trabalho e família, bases dessa sociedade que queria-se assentada nos pressupostos de um capitalismo emergente. (CHALHOUB, 2012; RAGO, 1987). Por isso, era fundamental conhecer e esquadrinhar a população da cidade, “definindo lugares e destinos para cada categoria, estabelecendo disciplinas e rotinas, criando regras capazes de transformar a multidão disforme e ameaçadora em um laborioso e pacificado formigueiro humano” (CUNHA, 1986, p. 40).

Esse discurso em São João del-Rei assumia um fundo ideológico particular. Cidade cuja população, no período, variou entre 10.911 pessoas em 1872 (PIMENTEL, 1905), e 14.603 em 1918 (A REFORMA, 24/01/1918); lugar no qual as atividades urbanas tinham grande peso, entreposto comercial destacado no Império, sofreu uma retração econômica durante a segunda metade do século XIX, suavizada com a criação da Oeste de Minas, em 1881, e com

a chegada de contingentes de imigrantes, principalmente italianos, e de outros grupos de trabalhadores, bem como da implementação de fábricas e indústrias (GRAÇA FILHO, 2002). Mas ao longo do Novecentos, algo parecia mudar. O Município perdeu sua relevância política estadual. Seus chefes políticos, nas primeiras décadas do século XX, gravitavam na órbita de influência de um dos próceres do P.R.M., o lavrense Francisco Sales (COSTA, 2000). Os periódicos locais já notavam esse reordenamento da centralidade política e econômica sanjoanense. Se num primeiro momento a Oeste, criada com capital local, representou um alívio para a localidade, a natural expansão de seus trilhos foi objeto de apreensão. A *Opinião*, por exemplo, diante de projetos de transformações de trechos da ferrovia, temia a diminuição do número de transações na praça, “que hoje não é o que foi em tempos anteriores” (A OPINIÃO, 22/02/1908). A *Tribuna*, em 1920, nesse momento ligada a facção rival do salismo dentro do P.R.M., a Arthur Bernardes e a Raul Soares, via na vassalagem política de São João ao lavrense a causa da perda de relevância do Município no mosaico mineiro, com consequências inclusive econômicas. Pior ainda seria a transferência dos escritórios da Oeste, “baluarte da prosperidade” local para Belo Horizonte (A TRIBUNA, 08/02/1920).

Tal diagnóstico de perda de centralidade política e econômica de São João ia, na visão dos periódicos locais, contra as imagens que as elites letradas sanjoanenses criaram sobre a cidade e seus moradores. De cidade tradicional, importante na história mineira (A TRIBUNA, 16/08/1914), de gente ordeira, pacífica, civilizada (O COMBATE, 28/05/1902). Se os melhoramentos, por um lado, poderiam responder às demandas econômicas, no sentido de manter os foros de cidade atenta à marcha do progresso, as intervenções no campo social, por sua vez, se legitimavam pelo emprego discursivo dessas mesmas representações: sendo uma cidade civilizada, São João deveria enquadrar seus habitantes no que considerava-se como parte de um universo civilizado, de sorte que a normatização da vida dos habitantes, calcado em pressupostos construídos por suas elites letradas, naturalmente levaria à manutenção de tais representações. Ou seja, transformar essa visão da elite sanjoanense em algo hegemônico no corpo de moradores. O *Resistente*, por exemplo, era dessa opinião: o braço da lei deveria incidir na moralização dos costumes, contra a vadiagem de homens e mulheres, contra o jogo, contra a malcriação dos meninos nas ruas, a bem, dentre outras coisas, “da boa reputação de nosso adiantamento e civilização” (O RESISTENTE, 17/03/1898).

E, como não podia deixar de ser, o controle sobre a vida e presença de pobres e mendigos se inseria nesse projeto maior de normatização da existência

dos habitantes da cidade. Costa nota que pela maior parte da década de 1900 o tema passou batido pelos periódicos locais, surgindo com força a partir de 1908, numa intensa campanha contra a mendicância (COSTA, 2000). Particularmente degradante, no parecer da *Opinião*, seria o espetáculo que se via todo sábado em São João, o “desfile interminável” de mendigos a esmolar, “maltrapilhos e seminus”, deixando por onde passavam um fedor de “unguentos e sujidades”. Citando o exemplo de Barbacena, pedia que “moços” da terra fundassem uma associação que socorresse a pobreza, cerceando a mendicância, esta reservada somente àqueles que realmente seriam “merecedores” dos vinténs do povo sanjoanense. Ao invés das esmolas serem distribuídas nos sábados, correriam diretamente para a associação (A OPINIÃO, 17/06/1908). Uma tentativa, dessa forma, de conciliar a ideologia do trabalho à tradição de caridade cristã, comum às cidades mineiras do período (GOODWIN JUNIOR, 2015). Havia mesmo quem acreditasse que nem a “falta das pernas, de um braço, ou mesmo da própria vista” seria justificativa plausível para a mendicância, como o protestante José Orton, que tomava o exemplo de um “entrevado das pernas”, morador do Carmo, que sustentava a família com o suor de seu trabalho. Os sanjoanenses pagariam com seu “excesso de sentimento” caritativo em esmolas, que no sábado fluiriam para o jogo do bicho (O REPÓRTER, 27/09/1908).

A Câmara Municipal, nesse ano de 1908, fez parte do debate acerca da mendicância e tratou de aprovar um “regulamento em relação aos mendigos”. Mendigo seria todo aquele que por incapacidade de ganhar a vida pelo trabalho, sem meios de fortuna, nem família que o acudisse, se visse obrigado a esmolar. Deveria se inscrever num livro, de forma livre ou compulsória, após exame médico da autoridade policial que atestasse sua incapacidade. Agiria contra aqueles que não se enquadrassem nos termos, contra os forasteiros e os menores de 21 anos, deportados uns, enviados aos responsáveis os outros. Placa, bilhete e documentos deveriam identificar o mendigo, que só poderia esmolar em lugar determinado. Os efeitos do registro de inscrição terminavam assim que a cidade possuísse um asilo. (O REPÓRTER, 02/08/1908). Apesar da resistência de alguns, que tomaram a medida como “draconiana”, outros encaparam a iniciativa, chegando mesmo a formar-se uma sociedade cujo fim seria a criação de um “Asilo de Mendicância e da Velhice Desamparada” (O REPÓRTER, 06/08/1908; 24/09/1908).

O projeto do asilo não logrou êxito, mas a campanha contra a mendicância continuou. Artigos contra a mendicância seriam comuns a partir de então, denotando uma mudança de sensibilidade em relação à pobreza. O contato direto com os miseráveis não mais seria visto como algo digno e caridoso – cabia

a intermediação de um estabelecimento responsável por cuidar desses sujeitos, presos uns, excluídos outros. Pobreza e perigo seriam então quase sinônimos e o dar a esmola, padrão paternalista e de laços clientelistas entre grupos dominantes e dominados, desencorajado. E nesse processo era fundamental a ação da autoridade policial. O delegado especial, capitão João Lima, procedeu à iniciativa de numerar os mendigos, catados na rua à medida que fossem encontrados esmolando. Dos 68 mendigos levados, só 32 foram considerados inválidos. Essa ação deveria ser secundada pela criação do Asilo, como o próprio Lima ressaltava. (O REPÓRTER, 22/05/1910). Novas medidas visavam restringir ainda mais o campo de ação dos mendigos. Teriam dia e lugar marcados para esmolarem, “a bem do decoro público” (O REPÓRTER, 23/02/1911). O que não deixou de suscitar críticas: Guilherme Milward, médico recém-formado, iniciou calorosa polêmica nas páginas do *Repórter*, após colocar-se contra a prática de numeração dos mendigos, considerada por ele “anti-humanitária, deprimente e vexatória” (O REPÓRTER, 28/09/1911).

A União Popular, agremiação católica fundada sob os princípios da doutrina social da Igreja de Roma e em São João liderada pelo franciscano holandês Cândido Wroomans, entrou na questão da mendicidade, procurando um bom termo para o problema. O “estigma infamante da placa numerada” teria seu fim com a retirada dos mendigos das ruas com os empreendimentos da associação, que contaria com o apoio da sociedade local (O REPÓRTER, 29/10/1911). Faltava em São João o “albergue para pobres”, situação mais reprovável do que as chapas de metal numeradas, dizia Tancredo Braga. As 12 mil almas católicas sanjoanenses deveriam acorrer à iniciativa, para que desse modo tivesse fim o “espetáculo doloroso e lamentável” dos sábados (O REPÓRTER, 02/11/1911). Finalmente, no ano seguinte, após acordos entre a União Popular, o Comércio e a Câmara Municipal, em transição do governo de Leite de Castro para o de Odilon de Andrade, foi escolhida uma chácara nos arredores da cidade para a colocação do Albergue de Santo Antônio. Em troca da subvenção municipal, os franciscanos ficavam encarregados de recolher os mendigos remetidos pela Edilidade (COSTA, 2000). “S. João civiliza-se” era a conclusão de Braga. Numa população “tradicionalmente católica”, a medida só poderia mesmo ter boa acolhida (O REPÓRTER, 04/01/1912). Feliz seria o pobre de São João del-Rei, “porque quando adoece tem o tratamento de gente rica” dada a presença de inúmeras instituições caritativas (O DIA, 24/02/1913). O que não quer dizer que os dois grupos devessem manter-se próximos: não é por acaso que o Asilo situava-se longe do centro, nos arrebaldes da cidade. Embora a Câmara tivesse o direito de “mandar internar ali os mendigos que vagarem pelas ruas da cida-

de”, conforme escrevia o próprio Frei Cândido, a Diretoria da União Popular se resguardava em “não aceitar mendigos que sejam pessoas inconvenientes, desordeiras e incorrigíveis”, podendo expulsar quem caísse nessas faltas (SÃO JOÃO D’EL REI, s.d., f. 56) Regido sobre os princípios da doutrina social católica, o Asilo também encampava a ideia da civilização pelo trabalho – tinha oficina para conserto de máquinas de costura, encarregando-se também de empalhamento de cadeiras, fabrico de cigarros de palha e de papel e de sabão virgem. Toda a renda era destinada para a manutenção do Albergue (O REPÓRTER, 24/10/1912).

Apesar da ação das autoridades e dos esforços de parcelas da sociedade local em reter os pobres e mendigos no Asilo, aqueles sobre quem recaía esse empenho nem sempre aceitavam de bom grado a situação. Ao elogio da criação do Albergue seguiu-se as lamentações pela subversão de seus propósitos. Optando pela liberdade de movimentação, muitos mendigos, quando instados a se recolherem, “se irritam e passam descomposturas, usando de termos acres e indecentes”. Preferiam passar a noite no relento, “sofrendo as intempéries do tempo” (O DIA, 16/06/1913). O *Dia* deplorava a opinião de que o Albergue tolhia a liberdade de mendigar. Mal nascera e já se anunciava a sua “decadência”, atribuída à inércia da Polícia e da Municipalidade (O DIA, 23/07/1913). Além disso, “a maioria desses que pedem esmola por aí, ou melhor a quase totalidade deles”, recusavam-se a serem tomados por mendigos: “querem ser chamados *pobres*” (A REFORMA, 13/07/1916). Daí a recorrência dos pedidos para não destinar-se esmolas aos que estavam nas ruas, dando o dinheiro diretamente ao Albergue (A REFORMA, 27/07/1916) e a reafirmação de disposições das autoridades impedindo a presença de mendigos pela cidade (A TRIBUNA, 17/04/1921).

Assim, as elites letradas locais faziam coro às iniciativas de enquadrar seus pobres, recorrendo às imagens e discursos caros a essa gente – a civilização, a cultura, a ordem e a religiosidade inatas do sanjoanense. Do que resultaria a exclusão dos incapacitados, o disciplinamento dos aptos, a expulsão dos incômodos. Todavia, o processo de normatização da conduta de grupos pobres no espaço urbano sanjoanense encontrava seus limites na reação desses mesmos indivíduos, na sua recusa em terem a liberdade de dispor de suas vidas e de sua movimentação suprimidas, na reafirmação do direito de esmolar pelas ruas. Certo é que o recolhimento ao Asilo também era estratégia válida encontrada por alguns, que julgavam-se incapazes de dar conta da vida de outro modo: “Muito satisfeita, *Nhonhô*”, garantia uma mulher albergada aos redatores do *Minas-Jornal* que indagaram-na sobre o estabelecimento (MINAS-JORNAL, 21/08/1918). Mas nem sempre esse era o padrão. Recorriam às relações tra-

dicionais de tratamento aos pobres contra essa outra, nova, que visava seu enquadramento sob os preceitos da disciplina e do trabalho. Tipo de relação reconhecida também por outras parcelas da população local, que questionavam essa exclusão dos mendigos, que esforçavam-se para que os indivíduos marginalizados e de alguma forma sustentados pela caridade, como os tipos de rua, não fossem despachados da cidade.

Conclusão

Procurei aqui discutir o cotidiano da loucura em São João del-Rei a partir da relação entre loucos e não-loucos encetada pela presença dos chamados “tipos de rua” na cidade, entre o fim do Oitocentos e as primeiras décadas do Novecentos. Sujeitos geralmente loucos, eram figuras intimamente ligadas ao universo urbano. Com o desenvolvimento e promoção do saber médico-psiquiátrico, esses indivíduos tornaram-se objeto de apreensão e intervenção de médicos e autoridades na medida em que loucura passou a ser associada com perigo e distúrbio da ordem. Seu destino certo seria a internação em espaços especializados, ou, quando isso não fosse possível, sua retirada das ruas pelos meios que estivessem à disposição das autoridades. O problema com essas figuras inseria-se num processo maior de normatização da vida dos habitantes da cidade, em sintonia com os anseios das elites brasileiras de um modo geral. A imprensa assumia aí papel fundamental, tentando incutir no público um padrão de lugar que correspondesse a cada sujeito. O que tinha por consequência a urgência de uma reconstrução da relação que a população local deveria ter com seus loucos, a partir da promoção de imagens de perigo e de estranhamento.

A reação daqueles que seriam objeto desse intento, bem como de parcelas da população local, pode encaminhar-nos para dois pontos não pouco relevantes: a análise da relação da cidade com seus loucos deve abarcar também o mundo fora do universo asilar, compreendendo, se as fontes assim o permitem (como as nossas permitiram), as possibilidades de inserção e permanência dentro da comunidade; o processo de medicalização da loucura e enquadramento dos loucos é mais longo do que supomos, obedecendo às especificidades de cada localidade, o que, em última instância, determinava a própria maneira de como lidava-se na prática com essa categoria de pessoas. São João, aliás, continuou a ter e simpatizar de alguma forma com seus tipos de rua, isso em um período posterior a nosso recorte. É Sebastião Cintra (1982, p. 469) que nos fala de Sinfrônia de Tal, a Muda, falecida em 1944 e “figura exótica, inofensiva, estimada e profundamente popular”.

Fontes periódicas

O Arauto de Minas, São João del-Rei (1886)

O Combate, São João del-Rei (1900-1902)

O Dia, São João del-Rei (1912-1913)

Gazeta Mineira, São João del-Rei (1891-1892)

Minas-Jornal, São João del-Rei (1918-1919)

A Nota, São João del-Rei (1917-1918)

A Opinião, São João del-Rei (1907-1912)

A Pátria Mineira, São João del-Rei (1890-1894)

A Reforma, São João del-Rei (1914-1918)

O Repórter, São João del-Rei (1907-1912)

O Resistente, São João del-Rei (1896-1900)

A Tribuna, São João del-Rei (1914-1924)

A Verdade, São João del-Rei (1914)

A Verdade Política, São João del-Rei (1888-1899)

O Zuavo, São João del-Rei (1915)

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. de M. **História da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Gráfica Formato, 2009.

ANJOS, C. dos. **A menina do sobrado**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Garnier, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://bit.ly/3z38BYs>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**, Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CINTRA, S. **Efemérides de São João del-Rei**. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. 1-2.

COSTA, A. J. G. **Frades na cidade de papel: a ação social católica em São João Del Rei: 1905-1925**. 2000. 302p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1588353>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CUNHA, M. C. P. **Cidadelas da ordem: a doença mental na República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUNHA, M. C. P. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.

DUARTE, M. N. **Ares e luzes para mentes obscuras: o Hospital Colônia de Barbacena: 1922-1946**. 1996. xi, 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte.

ENGEL, M. G. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

FOURQUET, F.; MURARD, L. **Los equipamientos del poder: ciudades, territorios y equipamientos colectivos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1978.

GOODWIN JUNIOR, J. W. **Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz Fora (1884-1914)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

GRAÇA FILHO, A. de A. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del-Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GUERRA, A. **Pequena história de teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei (1717-1967)**. Juiz de Fora: Esdeva, 1967.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

- MACHADO, R.; LOUREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MORLEY, H. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.
- ORTIZ, R. **Cultura e modernidade: a França no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PECHMAN, R. M. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, S. (org.). **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994. p. 29-34.
- PIMENTEL, A. P. C. Chorographia Mineira (Município de S. João d’El-Rei). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 10, v. 1, p. 3-21, 1905.
- RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. São Paulo: Paz & Terra, 1987.
- RAMA, A. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RESENDE, A. de L. **Memórias 2: da Serra do Caraça à Serra do Véu da Noiva**. Belo Horizonte: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa, 1972.
- RIO, J. do. **A alma encantadora das ruas: crônicas**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- RODRIGUES, J. A. **Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do Município da Cidade de São João del-Rei. Província de Minas Geraes, oferecidos ao Ilustrissimo Senr. Commendador Antônio Simões de Sousa**. São João del-Rei: Typografia de José Antônio Rodrigues, 1859.
- SÃO JOÃO D’EL REI. **Código de posturas e regimento interno da Camara Municipal de S. João d’El-Rey**. Ouro Preto: Typografia da “Província de Minas”, 1887.
- WROOMANS, Cândido. **Caderno arquivo da União Popular de São João del-Rei pelo frei Cândido Wroomans**. São João del-Rei: [s. n.], s.d.. Manuscrito.
- SOSA, D. A. C. Imprensa e história. **Biblos**, Rio Grande, v. 19, p. 109-205, 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/258>. Acesso em: 11. set. 2021.
- VARGAS, A. M. S. Os livros do Xanxas: imprensa, política e circulação de literatura pornográfica em São João del-Rei (1889-1901). **Aedos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 395-438, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/112996>. Acesso em: 07. out. 2021.

Recebido em: 04 de outubro de 2021

Aprovado em: 21 de junho de 2022

A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NO ROMANCE NATURALISTA BRASILEIRO

Onildo Araújo CORREA¹

RESUMO: Utilizando-se de quatro obras emblemáticas da literatura brasileira, publicadas no contexto naturalista da virada para o século XX, este artigo propõe discutir sobre a questão da representação literária dos personagens negros. Principalmente em relação às formas pelas quais estes foram descritos, seus “tipos” e construções narrativas. Metodologicamente, esta pesquisa se deu através dos métodos de análise de conteúdo e do estudo comparativo, operando como recurso para a sistematização do material literário o *software* de análise qualitativa Atlas.ti. Partimos do pressuposto teórico de que os literatos do período ocupavam um forte papel de fomentadores do imaginário brasileiro, influenciando uma visão de mundo no seu público leitor, ao mesmo tempo que influenciados pela conjuntura científico-histórica do período, em processo de formação desde início do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: racismo; naturalismo; sociologia da literatura.

THE REPRESENTATION OF THE BLACK POPULATION IN THE BRAZILIAN NATURALIST NOVEL

ABSTRACT: *Using four emblematic works of Brazilian literature, published in the naturalist context at the turn of the 20th century, this article proposes to discuss the question of the literary representation of black characters. Mainly in relation to the ways in which they were described, their “types” and narrative constructions. Methodologically, this research was carried out through the methods of content analysis and comparative study, using the*

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Mestrando em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA – UFRJ). Bolsista CAPES. Bacharel em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5600-7904>. onildo.araujo.correa@gmail.com.

qualitative analysis software Atlas.ti. as a resource for the systematization of the literary material. We start from the theoretical assumption that the authors of the period occupied a strong role as contributors to the Brazilian imaginary, influencing a worldview in their reading public, at the same time that they were influenced by the scientific-historical conjuncture of the period, in formation since the beginning of the 19th century.

KEY-WORDS: *racism; naturalism; sociology of literature*

Introdução

Em 1911, a abolição da escravidão brasileira emergia no horizonte das consciências como um fruto mais verde do que para nós, hoje, apresenta-se a constituinte de 1988. Os desalentados recém-libertos, juntamente com seus filhos e filhas, netos e netas, podiam há pouco ter adquirido a tão sonhada liberdade jurídica de existir sobre desamarrados pés calçados. Todavia, não é apenas quanto ao ordenamento legal que se volta a questão dos direitos de ser. Se, por um lado, as elites nacionais assinaram o fim do regime e propagandearam o início de uma nova era – supostamente justa, moderna, capitalista, civilizada, etc. –, o que se viu, na prática, foi uma tensão explícita e constante entre polos dicotômicos. De um lado, um projeto de país dos sonhos, com conteúdos copiados da Europa e contornos quase surrealistas – tendo diversos intelectuais e políticos do período chegado a considerar um dever cívico colocá-lo em prática, ou, se preferir, uma missão (SEVCENKO, 1983); do outro, os entraves da realidade inescapável de um país inundado em contradições.

Tratando-se da população negra, é fácil imaginar que o Brasil idealizado do futuro não abriria margens para a inserção cívica dos negros, principalmente quando lembramos que, até há tão pouco, eram considerados, por alguns agentes influentes do período e parte da população ordinária, seres dos mais abjetos a pisar em nosso solo fértil (essa concepção racista perdurou por diversas décadas adentro do século XX, perdendo força gradativamente, embora jamais por completo). E tudo isso legitimado por um discurso pretensamente cientificista, que dava uma “justa forma” para anseios claramente políticos e sociais (AZEVEDO, 2004; SCHWARCZ, 1993). Daí que, embora o regime escravista tenha oficialmente tido fim em 1888, tensões em outras esferas tomaram o protagonismo no conflito entre as elites (políticos, proprietários, intelectuais, etc.) e a população negra brasileira. Se não mais havia uma tessitura jurídica de privação da liberdade, passou a haver, com força, ataques no campo das identidades culturais,

espaços sociais, direitos políticos e trabalho. Evidentemente, neste embate havia uma disparidade tão abismal no acesso aos recursos materiais e simbólicos, que o discurso “legítimo”, por muito tempo, esteve monopolizado nas mãos das elites nacionais, como veremos mais à frente.

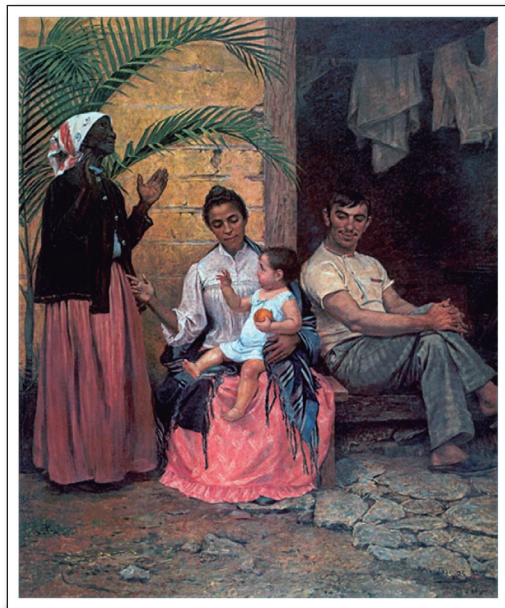
Mas antes, no nível de ilustração introdutória, retornemos brevemente nossa atenção para o ano de 1911. Neste ano, ocorreu um evento internacional na Universidade de Londres denominado Congresso Universal das Raças. O Brasil possuía considerável interesse neste evento, que estava em sua primeira edição, e enviou como seu representante o médico, antropólogo e diretor do Museu Nacional, João Baptista de Lacerda. Nosso representante foi com a missão de defender a sua teoria da purificação das raças através das gerações, mesmo sabendo que este tipo de teoria já estivesse em desuso no velho mundo (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013). Acontece que o Brasil estava a tentar convencer a si e ao resto do mundo sobre a sua capacidade de igualar-se às “civilizações superiores” através do embranquecimento do povo brasileiro. Isto devido à popular interpretação de que a presença das raças não brancas seria o principal fator da nossa suposta degeneração racial e social (SCHWARCZ, 1993).

Ou seja, trocando em miúdos, a parcela da população recém-liberta, assim como os seus descendentes, miscigenados ou não, estava sendo postulada como o alvo central de um projeto nacional branco e, dito, moderno. Mas, para a ironia do destino e a infelicidade de João Lacerda e daqueles a quem representava, as teorias raciais que estavam em voga na Europa do início do século XX compreendiam a mestiçagem não como um mecanismo de “purificação racial”, mas sim enquanto um contundente fator degenerativo das espécies. O Brasil estava a defender como solução um procedimento eugenista que nos colocaria em direção à Europa, enquanto os europeus defendiam que este procedimento nos colocaria ainda mais distantes dos moldes civilizacionais por eles mesmos definidos (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013).

Agora, o ponto específico ao qual gostaria de atentar-me, é que os diagnósticos e remédios eugenistas difundidos no período não estavam circunscritos exclusivamente ao campo do debate científico. As artes produzidas desde os fins do século XIX, por meio dos intelectuais das letras e das artes plásticas, altamente interessados no debate público, assinavam, em grande medida, na mesma direção das teorias de embranquecimento de Lacerda, e ocupavam uma posição proeminente enquanto patrocinadores do que se tornou um movimento político-cultural. Isso pode ser notado tanto nas obras literárias, marcadamente as de cunho naturalista (*O mulato*, *A carne*, *O cortiço*, etc.), como também no caso das pinturas. Por exemplo, observemos o emblemático quadro “A reden-

ção de Cam” (1895), do pintor espanhol, embora residente no Brasil, Modesto Brocos y Gomez.

Figura 1 – A redenção de Cam, Modesto Brocos (1895)



Fonte: Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes

Vemos retratada uma verossímil família oitocentista brasileira. Em sua composição, apresentam-se, da esquerda para a direita²: a avó, de mãos erguidas para o céu, semblante de agradecimento e pele retinta; a mãe, ao centro, de pele mais clara, mas não caucasiana, apontando à esquerda enquanto olha a criança; o filho, caucasiano, no colo de sua mãe, distraído com sua avó; e o pai com face alegre e pele clara semelhante à criança. O que se vê nessa pintura, repleta de méritos do pintor Modesto Brocos, é a síntese daquilo que se constituía à época enquanto um dos mais importantes debates nacionais, cristalizado no imaginário dos fins do século XIX e que culminou na produção da teoria racial de João Lacerda. A obra, portanto, é uma representação cênica do eugenismo em voga, que buscava o desaparecimento dos negros das terras brasileiras. O meio para tal se daria através do incentivo à imigração europeia e estadunidense para “limpar” o sangue brasileiro com o decorrer das gerações. Assim, o título “A redenção de

² As referências de direções são da perspectiva de quem vê o quadro.

Cam” remete a uma inversão simbólica do trecho bíblico Gênesis 9, no qual Cam é condenado a tornar-se escravo e tem sua pele enegrecida³, enquanto, na cena do quadro, o suposto descendente de Cam recebe a redenção ao nascer branco. Logo, na interpretação vigente do período, um indivíduo desassociado dos signos da escravidão e supostamente superior racialmente. Nas palavras de Lotierzo e Schwarcz (2013, p. 7),

Se na reinterpretação temporal do episódio ocorre o enegrecimento da personagem amaldiçoada, a tela de Brocos ilustra o movimento contrário. Produto de um momento ainda bastante próximo da emancipação no Brasil, A redenção de Cam propõe uma leitura original do episódio bíblico, mostrando um caminho para reverter a maldição de Noé, pois ao invés de “enegrecidos”, os supostos descendentes de Cam são branqueados na imagem.

Portanto, a questão é que, mesmo com divergências, os diversos debates sobre a questão nacional que se desdobraram de meados do século XIX até o início do século XX, entre as mais diversas figuras nacionais, estavam a confluir em direção a uma noção de raça como fundamental para os caminhos do Brasil. É verdade que, até a primeira metade do século XIX, a hegemônica concepção sobre a população negra girava em torno da ideia dos negros enquanto escravos, sendo este entendido como o fator determinante para a cunhagem de certas características, condutas comportamentais, valores, etc., entendidos como negativos (AZEVEDO, 2004). Contudo, a partir da popularização das importadas teorias poligenistas, uma nova e popular perspectiva racializada, que funcionava como fundamento científico para um projeto político, influenciou a produção escrita tanto dos “homens de sciencia” como dos homens das letras. Literatos que passaram a introduzir em suas obras, direta ou indiretamente, o debate sobre o negro e a miscigenação na sociedade brasileira.

Nesse sentido, este artigo propõe discutir sobre alguns elementos da composição imagética e narratológica dos personagens negros da literatura naturalista brasileira. Com a intenção de investigar os modos pelos quais esses personagens

³ “As exegeses do Gênesis 9 promovem uma transformação significativa do episódio escritural. A principal modificação se dá entre o final da Idade Média e o início da era moderna. Num momento de expansão da Cristandade ocidental rumo à África, à Ásia e, posteriormente, às Américas, a passagem passa a ser utilizada como justificativa para a escravidão dos africanos, vista como “natural” pelos europeus. O mecanismo que permite tal modificação estrutural é que a pele de Cam (e seus descendentes) se torna, nessas interpretações, negra. Ao mesmo tempo, Sem passa a ser associado à Ásia e Iafet é descrito como branco. Como se vê, há um claro discurso que usa cor como marcador e assim associa tonalidades a hierarquias históricas e políticas” (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013, p. 7).

estavam caracterizados, tanto fisicamente, como no sentido do que podemos chamar de uma composição moral dos personagens, que, embora se utilize das descrições caricaturais como fonte de argumento moral, extrapola tais elementos ao se apoiar em teses raciais e sociais, traço característico da ideologia estética do movimento literário naturalista (SÜSSEKIND, 1984). Esse artigo, então, joga luz sobre uma parcela das complexas dinâmicas de sobrepujação da população negra da época. Nesse caso, será possível notar o diálogo dessa literatura com a criação/manutenção de imaginários sociais pautados em dicotomias de bem e mal, no qual a contraposição direta ao suposto polo negativo servia como auto-determinação de superioridade. Foram utilizadas, para esse fim, quatro obras emblemáticas dos fins do século XIX e início do século XX: *As vítimas algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo (1820 - 1882); *Praga* (1890), de Coelho Neto (1864 - 1934); *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro (1845 - 1890); *Rei negro* (1914), de Coelho Neto.

A questão dos negros na literatura brasileira do século XIX

Dos finais do século XVIII até o início do século XIX, o negro, enquanto personagem na literatura brasileira, atraía consideravelmente pouca atenção dos literatos. Estavam quase sempre apagados da trama narrativa, servindo não mais do que a composição dos ambientes. A exceção estava em certa presença de personagens tipificados como “negros nobres”, que havia se tornado um símbolo patriótico e heroico no período (SAYERS, 1958). Vale notar que o predomínio temático da literatura deste período – Arcadismo – residia principalmente no nacionalismo, no bucolismo e na exaltação de nossa natureza.

Todavia, os negros começam a ganhar uma maior participação nas obras literárias, ainda que muitíssimo diminuta quando comparado ao que viria a ser, a partir de 1830. Isso se deu, entre outros fatores, devido à influência do movimento romântico “com seu interesse pelos camponeses e demais membros das classes sociais mais baixas” (SAYERS, 1958, p. 142) e o surto de um sentimentalismo antiescravista que começou a emergir no início do século XIX. Ainda assim, vale notar que a presença desses personagens se sintetiza em um conjunto de estereótipos bem limitados e na ausência de uma voz própria (DUARTE, 2013).

Esse cenário começou a mudar significativamente duas décadas depois, por volta de 1850, quando o tráfico de escravos fora proibido através da lei Eusébio de Queiroz, e a efervescência de um crescente e intenso debate abolicionista trouxe o negro mais à tona na literatura nacional. Entre os autores que mais se preocuparam com esta questão em meados do século XIX, temos, com toda

certeza, o poeta Castro Alves. Nascido em 1847 na vila de Curalinho, hoje “cidade de Castro Alves”, publicou grandes obras na história de nossa literatura e é tido como um dos maiores representantes dos abolicionistas e humanistas. Seu romantismo contribuiu para a formação de um imaginário que acrescia em repúdio à instituição da escravidão; e o seu poema “O navio negreiro” (1869) é conhecido como um exemplo da produção literária abolicionista do período. Nas palavras de Raymond Sayers (1958, p. 221)., “fez sua a causa dos negros, e conseguiu evidenciar o mal causado pela escravidão”

Não obstante, vale aqui uma ponderação feita pelo próprio Sayers, demonstrando que, se, por um lado, os negros foram de fato uma constante tratada tanto por Castro Alves como por alguns dos seus literatos contemporâneos; por outro, o sofrimento assumia, em suas obras, um tom místico, que colocava ao centro menos o negro enquanto sujeito real e mais o sofrimento negro como matéria de produção romântica. Uma idealização que, ao mesmo tempo em que fomentava um sentimentalismo antiescravista, afastava o imaginário sobre os reais problemas.

Esse ciclo negróide seria a expressão de um romantismo de mistificação, que encobria os aspectos reais do problema sob a roupagem de um sentimentalismo doentio, sadomasoquista, em que a piedade que despertava era a outra metade, o polo oposto de um sadismo negrocida sem precedentes (SAYERS, 1958, p. 220-21).

Com a sua morte, aos 24 anos, em 1871, marca-se o fim da terceira, e última, geração do romantismo brasileiro, de acordo com Sayers (1958). Iniciou-se com isso um processo de popularização de uma posição antirromântica ou pré-realista, que culminaria na formação do movimento realista a partir da década de 1880⁴. É então, a partir dos finais do século XIX, decorrente do pulular de diversos fatores somados – tais como: intensificação do debate abolicionista, assimilação das teorias raciais produzidas na Europa, anseios de modernização nacional, importação da ideologia estética naturalista, etc. –, que personagens negros passam a figurar de maneira ampla através de um vasto conjunto de obras. Tornam-se uma presença constante, com descrições mais detalhadas, subjetividade e impacto na trama. Embora, como fica evidente, caracterizados de

⁴ Segundo Afrânio Coutinho (2002) e Nelson Werneck Sodré (1965), os principais exemplares de obras pré-realistas durante a década de 1870 são: *O Cacauleta* (1876) e *O coronel sangrado* (1877), de Inglês de Sousa (1853 – 1918); *Os retirantes* (1879), de José do Patrocínio (1853 – 1905). Em boa medida, estas obras anteciparam o padrão estético realista-naturalista, que se tornaria predominante no Brasil entre os anos de 1881 e 1900, de acordo com as periodizações mais usuais.

maneira racializada e pejorativa, usualmente categorizados em tipificações “de desumanização que subjaz à estereotipia” (DUARTE, 2013, p. 2).

Como exemplos de obras literárias canônicas que apresentaram os negros nestes quadros estereotipados, podemos citar, entre tantos outros, *O cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, através da personagem Bertoleza, escrava que se suicida; *A carne* (1888), através do personagem Joaquim Cambinda, escravo feiticeiro que matava outros escravos para prejudicar seu dono. Nessa linha de raciocínio, Domício Proença Filho (2004), em seu artigo “A trajetória do negro na literatura brasileira”, buscou, utilizando-se de referência o autor David Brookshaw⁵, estabelecer quatro tipificações sobre os negros, recorrentes na literatura produzida a partir da segunda metade do século XIX. Temos, então, segundo Proença Filho (2004):

- a) *o escravo nobre*: caracterizam-se pela superação de sua condição através do branqueamento e da aceitação da submissão, representados em obras como *Escrava Isaura* (1872), de Bernardo Guimarães, e *O mulato* (1881), de Aluísio de Azevedo.
- b) *o negro infantilizado*: caracterizado por ser serviçal e subalterno, encontrado em peças como *O demônio familiar* (1857), de José de Alencar, e *O cego* (1849), de Joaquim Manuel de Macedo.
- c) *o escravo demônio*, sujeitos que se tornam “animais irracionais e assassinos” pela força da escravidão; aparecem em obras como *As vítimas-algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo, e *A família Medeiros* (1892), de Júlia Lopes de Almeida.
- d) *o negro erotizado*: personagens negros ou miscigenados associados à promiscuidade, à sensualidade, e tratados como objeto sexual; aparecem em obras como *O cortiço* (1900), de Aluísio de Azevedo, e na novela *Pai Raiol, o feiticeiro*, presente na obra *As vítimas-algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo.

Estas tipificações, por mais que não esgotem os estereótipos da vasta literatura do período, fato esse reconhecido pelo próprio Proença Filho (2004), nos ajudam a compreender preliminarmente as relações imagéticas que estavam sendo levantadas e construídas neste imaginário sobre o negro.

⁵ BROOKSHAW, David. *Raça & cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Importante notar, neste aspecto, que, quando tratamos do Realismo e do Naturalismo brasileiro, a questão acerca do negro passou a assumir uma perspectiva geral diferente daquilo que era proeminente dos finais do século XVIII até meados do século XIX. Isto é, com o ápice das teorias raciais nos finais do século XIX no Brasil, período em que essas mesmas teorias já não se encontravam tão populares no exterior (SCHWARCZ, 1993), a presença dos personagens negros esteve entrecortada por uma perspectiva de hierarquização das raças, em diálogo com o debate nacional, que tendia a colocar o processo de eugeniação como necessário para o progresso nacional.

Somado a isto, estes movimentos literários do final do século incorporaram a perspectiva de que o Brasil, para além de branco, deveria ser “moderno”. O romance realista e naturalista buscou expressar anseios de diferentes setores letrados da sociedade, tentando estabelecer condutas críticas e padrões de sociabilidade como “modernas”, “progressistas” e “civilizadas” (ALVES; SEPÚLVEDA, 2018). Desse modo, os sujeitos das letras fomentaram um imaginário sobre o negro altamente entrelaçado com o espírito elitista e modernizante da época. Um imaginário tecido em diálogo aos parâmetros político-intelectuais da engajada e influente geração 1870, que teve na luta política e na postura intervencionista as suas marcas mais notáveis (ALONSO, 2002).

As tipificações dos personagens negros

Em primeiro lugar, as obras literárias aqui trabalhadas apresentam grande quantitativo e significativa diversidade de personagens negros, tanto quanto às várias tipificações, como nos papéis narrativos a eles atribuídos; sendo que, em quase todas as histórias, são os personagens negros que mobilizam o nó dramático⁶. Ou seja, eles são recorrentes, importantes para o desenvolvimento das tramas e, distintamente dos personagens negros em expressões literárias antecessoras, geralmente possuidores de uma nítida dimensão psicológica.

Desse modo, os autores nos apresentam as motivações das ações dos personagens negros – tendencialmente vilanescas, mas não só –, como também aos sentimentos destes mesmos: medo, amor, desejo, ódio, etc. Isso, neste caso, acaba nos revelando, enquanto investigadores do passado, muito mais sobre aqueles que estão escrevendo e sobre o mundo no qual os mesmos estão inseridos, no contexto da virada para o século XX, do que efetivamente sobre a população

⁶ A única exceção está no romance *A carne*, de Júlio Ribeiro, devido ao proeminente enfoque na relação amorosa de Lenita e Barbosa. Neste caso, o nó da narrativa aparece quando a moça apaixonada descobre ser, possivelmente, só mais um dos inúmeros amores do seu amado.

negra brasileira em sentido antropológico. Ou seja, a partir daqui, tratar-se-á os conteúdos literários destas obras como evidências sociais que nos permitem a reconstrução histórica de uma perspectiva sobre os negros; ou, ao menos, alguns elementos desta perspectiva.

Assim, após a catalogação das descrições e das passagens temáticas, podemos, primeiramente, dividir os personagens negros em dois grandes grupos. De um lado, estão os personagens passageiros, que, na maioria dos casos, não possuem nenhuma fala, ação específica ou mobilização narrativa; estes apenas “existem” no universo criado, surgindo e desaparecendo de modo fugaz, podendo ser citados diretamente ou apenas mencionados. Em grande parte, devem ser entendidos como meros compositores do cenário escravista – elemento comum a estas obras ficcionais; isto porque, como exposto por Flora Süssekind (1984), constituem-se enquanto elemento necessário para a construção da verossimilhança literária desta realidade intentada pelos autores.

É comum estes personagens aparecerem *aos olhos de*, ou seja, serem apresentados para o leitor na medida em que notados por outros personagens significativos da trama. Quando isso ocorre, são recorrentemente percebidos de modo não impactante, como quem vê aquilo que se espera necessariamente enxergar em algum contexto específico. Não obstante, em certos casos particulares, estes passageiros são usados como pretexto em prol do desenvolvimento de algum elemento narrativo ou psicológico de outro personagem. Estes tipos de passagem servem para dizer mais sobre aquele quem vê do que sobre o visto; personagens que, na maior parte do tempo, são invisíveis, subentendidos ou efêmeros.

Nesse sentido, note, por exemplo, Lenita, personagem principal do romance *A carne* (1888), que, a certa altura da história, passa a perceber com atenção corpos sensuais de alguns negros da fazenda em que estava fazendo retiro após a morte do amado pai. A descrição sensualizada destes corpos é utilizada para demonstrar a perda do autocontrole de seus “impulsos animais”, neste caso, o desejo sexual. A sensualização aqui é utilizada como mecanismo para ilustrar o processo de mudança da personagem, central para a trama; que, a certa altura, se autocompreende adoecendo, para, em seguida, interpretar como estando afastando-se da “superior civilidade” e “masculinidade” que tanto a orgulhava.

Existem diversos outros exemplos neste mesmo sentido, como Pai-Raiol, o feiticeiro da novela de Joaquim Macedo, percebendo e descrevendo aspectos de outros negros escravizados de modo que nós, leitores, percebamos a personalidade egocêntrica, controladora e má do feiticeiro. Ou ainda Macambira,

protagonista do romance *O rei negro* (1914), de Coelho Neto, descrevendo e repudiando atos libidinosos dos seus pares, os quais chega a descrever como um “cio”, denotativo do que seria seu caráter distinto, heroico e superior.

Todavia, este tipo de uso é apenas um particular modo pelo qual os negros passageiros ocupam as páginas destas histórias; no geral, eles não desempenham este fim específico. Nesse sentido, com intenção de organizar de forma mais detalhada a grande quantidade de personagens negros passageiros presentes nestas obras ficcionais, podemos dividi-los em três categorias, de acordo com as funções que ocupam nas histórias. Mas, mesmo que estas divisões sirvam para distingui-los, ainda assim todos compartilham um fundamental elemento comum: são sempre usados no sentido de compor algo maior do que os próprios.

Podemos falar primeiramente dos negros escravizados, que aparecem em afazeres diários do cotidiano do engenho, ou nas senzalas; sozinhos e/ou acompanhados. Estes personagens, como já dito, possuem a principal função de compor o cenário escravista da época, neste caso, mais especificamente relacionados à fazenda. Estão presentes em todas as obras ficcionais analisadas. Algumas das características mais comuns são:

- a) Sensualidade e/ou lascívia, seja por meio da descrição dos seus corpos ou da descrição de situações sexuais tidas como libidinosas nas quais estão envolvidos. Estas situações geralmente possuem conotação negativa;
- b) Associação a um estado lúgubre de existência, de modo a desenhar um quadro de sofrimento, especificamente relacionado à vida escrava, por meio do choro, do canto e da tristeza. Estas descrições do sofrimento escravo são, de certo modo, humanizantes e denotam um tom abolicionista;
- c) Características físicas tidas como “afeiadas” pelo trabalho braçal, ou devido a elementos tipicamente racializados; são descrições carregadas de forte tom pejorativo.

Em seguida, temos os negros escravizados que compõem o lar doméstico. Estes estão quase sempre circunscritos ao cenário da casa-grande e apresentam um panorama descritivo distinto do anterior. São, possivelmente, os personagens negros mais “invisíveis” do texto, existindo, na maior parte do tempo, nas entrelinhas. Estes, por sua vez, são marcados pelas seguintes características:

- a) Apresentam comportamento dócil, subserviente e quieto. São como a mobília de um aposento, estão presentes, servem a algo, na maior parte do tempo agem de modo eficiente à luz das expectativas, e só;
- b) Comumente relacionados à curiosidade, fofoca, por vezes intriga. Quando em relação a outros personagens negros de fora da casa-grande, costumam denotar certo poder;
- c) Geralmente mulheres, são caracterizadas com estética mais apazível e melhor comportamento social. Estão, predominantemente, sob o domínio da esposa do senhor de escravos.

Por fim, o último tipo de personagem negro passageiro é aquele utilizado como pretexto para composição do grupo racial. Ou seja, estes são descritos e existem na medida em que servem como ponto de generalização. Aparecem ou são mencionados costumeiramente nas festas, em certos afazeres da fazenda, nas senzalas e em situações cotidianas de lazer. Contudo, diferentemente daqueles usados para compor o cenário da fazenda, ou do lar, estes têm sua individualidade suprimida em meio à externalidade na qual estão inseridos, de modo que, a partir deles, os autores descrevem características – físicas, morais e/ou comportamentais – que supostamente serviriam para todos os negros, ou grande parte deles. Mais do que sujeitos, eles podem ser lidos como “parâmetros”. Estas generalizações não apresentam, de modo algum, tom elogioso, sendo, no geral, as seguintes:

- a) Estética negativa, sujeira e odor fétido. O fedor, neste caso, aparece recorrentemente associado como causado pelo fator racial, em passagens que os descrevem, por exemplo, com “cheiro d’África”. Assim como as características físicas são descritas como negativas na medida em que são “negroides”: lábios, mãos, maxilares, etc.;
- b) São, geralmente, violentos, bárbaros – na medida em que distintos de moldes comportamentais tidos como civilizados, advindos, principalmente, da Europa; barulhentos, com seus gritos “horrendos” e batuques intensos durante as festas; alcoólatras;
- c) São considerados seres mais próximos do mundo animal do que do humano. Nesse sentido, tidos predominantemente como irracionais e incapazes de controlar os “impulsos”.

Note que um mesmo personagem pode, a variar o contexto, apresentar mais de uma destas funções compositivas. Mas nenhum deles desempenha o papel de mobilizar o direcionamento da trama. Esta função fica a cargo de outro grupo de personagens negros. Porém, antes de falar destes, pode-se ver a sistematização do que foi até então exposto na tabela abaixo.

Tabela 1 – Os personagens negros passageiros

Grande grupo	Tipos	Principal função narrativa	Principais características ¹	Exemplos
Personagens negros passageiros	Escravidados em afazeres diários da fazenda.	Composição do cenário escravista.	<ul style="list-style-type: none"> – Corpos sexualizados; lascívia. – Existência lúgubre. – Corpos “afeiados” pelo trabalho braçal e/ou aspectos raciais. 	Os exemplos são diversos e podem ser encontrados, todos eles, ao longo de todas as obras ficcionais citadas. Aparecem e somem rapidamente; geralmente sob o olhar de outros personagens.
	Escravidados que atuam no serviço doméstico da casa grande.	Composição do lar doméstico.	<ul style="list-style-type: none"> – Docilidade e subserviência. – Curiosidade, fofoca, intriga. – Estética feminina mais aprazível. 	
	Negros generalizados.	Composição do grupo racial.	<ul style="list-style-type: none"> – Sujos, feios, maltrapilhos e fedidos. – Violentos, bárbaros, barulhentos e alcoólatras. – Irracionais. 	

Fonte: Elaboração própria.

⁷ Estes personagens podem apresentar uma ou mais destas características. Inclusive podendo ser, ao mesmo tempo, descritos como “feios” e “sensuais”.

Por outro lado, há o conjunto de personagens negros da trama, ou principais, podendo ser protagonistas ou não. Estes, por sua vez, possuem bem desenvolvidos elementos subjetivos, ações diretas que mobilizam a narrativa, situações a eles particulares e descrições físicas pormenorizadas. Diferentemente dos passageiros, que apresentam tendência de surgir aos olhos de outros e, por consequência, serem avaliados fisicamente e moralmente por estes, os personagens negros da trama possuem suas descrições quase todo o tempo construídas diretamente para o leitor, pelas palavras do narrador onisciente que não só os descreve como os julga.

Nesse sentido, é nítido como o narrador – por consequência, o autor – se utiliza deste mecanismo literário para, de certo modo, justificar as ações futuras e pregressas destes personagens, como também os aspectos comportamentais, os valores morais e os interesses gerais. Ou seja, percebe-se a nítida presença de um padrão racializado na construção das tramas e dos personagens nestas obras literárias, na medida em que, primeiro, o indubitável narrador descreve e situa certos personagens em espaços específicos, de modo a caracterizá-los como “vis”, “hediondos”, “repugnantes”, “monstruosos”, etc. – com ênfase explícita e recorrente nas características raciais e nos espaços próprios dos escravizados –, para, em seguida, associar este personagem já tipificado em contextos de vilania.

Este procedimento específico de construção dos personagens negros da trama demonstra como as características raciais estavam sendo utilizadas como fundamento justificante para a vileza. A raça, neste caso, possui a função literária de trazer coerência contextual aos personagens, tornando-os, aos olhos da época, críveis. Isto fica ainda mais evidente quando notamos o único “vilão” branco das histórias mencionadas, Julinho, do romance *Rei negro*, de 1914 (o último dos publicados entre as obras aqui analisadas). Neste caso, embora ocupe parte da função vilanesca que em outros casos são monopolizados por personagens negros, não há, por parte de Coelho Neto, a tentativa de enfatizar nele o fator racial enquanto vetor justificante dos seus atos malfazejos, como o faz explicitamente com a feiticeira Vaca-Brava, nesta mesma história.

Em outras palavras, estes literatos tendem a construir os personagens negros de modo a traçar uma linha nítida de expectativa, no leitor, para suas ações com o decorrer da narrativa. A descrição racial, nesse sentido, não apenas ilustra o personagem por meio de uma imagem a ser captada, mas também carrega consigo um fundamental elemento para uma construção narrativa racialmente maniqueísta.

Todavia, importante notar que nem todos os personagens negros da trama são carregados do mesmo conjunto de características pejorativas, como veremos a

seguir. Há certa diversidade nas composições, embora todas elas, no fim, sirvam a mesma função narrativa descrita.

Assim, em síntese, podemos falar de 4 tipos específicos de personagens negros da trama. São eles: os feiticeiros; os escravizados íntimos à família da casa-grande; o escravizado criminoso; o negro herói. Com exceção do último, todos são “vilões” de suas respectivas histórias. Ou seja, eles causam nós dramáticos sempre no sentido da destruição de algo ou alguém. Em todo caso, esses personagens vilões assemelham-se ao apresentar o mesmo destino: mortos ou presos. Passemos, então, para a análise de cada um destes tipos.

Primeiramente, os feiticeiros são quantitativamente os mais presentes. Todas as obras apresentam personagens com esta alcunha⁸. Assim, quando olhamos para estes personagens, fica mais do que perceptível um notável interesse temático por parte dos literatos no que os mesmos denominam como o “domínio das forças sobrenaturais e naturais”.

O principal recorte no que tange a essa tipificação encontra-se na clara noção de “alta periculosidade” a eles associados. Dessa forma, estes devem ser tão evitáveis que qualquer indivíduo, independentemente da origem ou da posição social, que venha a interagir com os “negros do feitiço”, estão imediatamente suscetíveis à desgraça. Ou seja, o poder e a maldade dos feiticeiros são compreendidos como tão significativos que chegam a sobrepujar, em certos momentos, o poder financeiro, político, social ou “racial”.

Os feiticeiros são sempre negros e carregam as mais racializadas descrições entre todos os personagens. Seu poder transcorre através de variados canais, como devido ao amplo conhecimento da fauna e da flora local, permitindo-lhes: criar venenos diversos e incuráveis; ter o controle dos animais, como serpentes, usadas ao seu bel-prazer; ter a capacidade de amaldiçoar seus inimigos com o poder da palavra ou simples desejo mental; e até mesmo ter a capacidade de retornar dos mortos para vingar-se. Não possuem qualquer dimensão de benevolência, são temidos por negros e brancos, livres ou não; podendo ser tanto homens como mulheres. No geral, compartilham diversas características físicas e/ou morais em comum, como as que seguem:

- a) Todos os feiticeiros apresentados possuem como motivação central para suas ações malévolas a vingança e/ou o desejo de poder. São moralmente torpes, capazes de matar, manipular ou destruir propriedades para satisfazerem seus desejos;

⁸ Pai-Raiol (*Pai-Raiol, o feiticeiro*); Joaquim Cambinda (*A carne*); Úrsula (*Praga*); Vaca-Brava (*Rei negro*).

- b) Manipuladores do sobrenatural e do poder contido na natureza (energia, plantas e animais). Temidos por suas capacidades singulares;
- c) As descrições físicas são predominantemente negativas e carregadas de ênfase racial. No geral estão desenhados à imagem de monstros.

O segundo tipo recorrente de personagens negros da trama são aqueles que estão próximos à família da casa-grande, com considerável dimensão de intimidade. Embora, em todo caso, continuem claramente ocupando a posição de escravos nas relações diárias; detalhe este reafirmado constantemente, de modo que o escravizado jamais ultrapasse certas fronteiras sociais impostas pela instituição da escravidão.

Por ocuparem certa posição hierárquica de prestígio na lógica da fazenda, pode acontecer de não serem bem-vistos por seus pares, principalmente em algumas manifestações de inveja ou desdém, já que outros personagens negros os veem como “capachos” dos senhores da casa-grande. Em todo caso, compartilham a posição narrativa de serem a causa ou um dos vetores da destruição da família branca.

Assim, habitando internamente a casa-grande, aproveitam-se da vulnerabilidade dos seus donos para colocarem seus planos em prática. Desse modo, configurar-se-iam como o mais perigoso tipo de escravo, passando despercebido pelos olhos “ingênuos” dos escravistas. Três são os personagens principais com estas características: Simeão; Esméria; Lucinda. Todos fazem parte das novelas de Joaquim Macedo, *As vítimas-algozes*. Neste caso, denotativos das intenções temáticas do autor, em fiel busca da defesa didática de sua tese abolicionista, que trata a escravidão enquanto inimigo central de todas as esferas sociais do seu tempo. Ou seja, são personagens que demonstram a ideia de não importar a qualidade do tratamento recebida por um escravo, a intimidade ou o carinho: estes sempre acabarão erguendo-se contra seus algozes. As principais características são as que seguem,

- a) São personagens bem tratados por seus donos e não desenvolvem qualquer tipo de trabalho braçal. Geralmente movidos pelo desejo pela liberdade e/ou por posses materiais;
- b) Possuem como principais características a grande capacidade de dissimulação, manipulação e inteligência. O comportamento social, embora muitas vezes carregado de segundas intenções, é sempre exemplar;
- c) Seus traços físicos são mais suaves e apazíveis.

O terceiro tipo de personagens negros da trama, denomino como “escravos criminosos”. Estes aparecem em duas histórias: na novela *Simeão, o crioulo*, por meio do personagem Barbudo; e no conto *Praga*, por meio do protagonista Raimundo. Neste caso, é o único tipo de personagem negro bem desenvolvido que não está circunscrito diretamente e consistentemente às relações do engenho. Barbudo “habita” o ambiente da *Venda*; enquanto Raimundo passa a maior parte do tempo sofrendo de enfermidade e lembrando-se do passado.

Assim, o ponto fundamental em comum entre eles, para além dos traços contextuais, é o fato de serem criminosos. Todavia, perceba que este elemento não desempenha o mesmo papel das inúmeras outras características, usadas intencionalmente pelos autores com a finalidade de compor a imagem de um personagem. Neste caso, é o principal ponto de construção destes, pelo qual a trama na qual estão inseridos se desenvolve e torna-se justificada. Ou seja, eles cometeram crimes no passado – assassinatos – e, devido a isto, comportam-se de forma específica e/ou sofrem as consequências de seus comportamentos.

No caso de Barbudo, sua experiência criminosa o torna motivador e cúmplice dos atos malfazejos do protagonista, Simeão. Sem a presença de Barbudo, Simeão não planejaría o atentado à casa-grande; logo, não haveria história a ser contada. Do mesmo modo, Raimundo é assombrado pelo fantasma da feiticeira Úrsula, a qual o próprio Raimundo assassinou. A centralidade da construção deste tipo de personagem negro, nesse sentido, reside proeminentemente em seu desvio. As principais características destes são as seguintes:

- a) Personagens movidos por desejo financeiro e liberdade. Possuem uma clara inclinação para vida livre: sem o controle do Estado, da escravidão ou de normas. Agem de acordo com seus interesses particulares e tornam-se vítimas das consequências destes.
- b) Inescrupulosos assassinos e carregados de flexibilidade moral. Mas humanos, na medida em que dotados de sentimentos, afeição por certos indivíduos e arrependimento.
- c) Enquanto as características físicas possuem traços brutos, malcuidados, envelhecidos e cicatrizados. Denotam força física, mas não nobreza.

Por fim, o último tipo é o denominado “negro herói”. Como dito, aqui está a exceção da regra até então exposta. Ou seja, este é o único tipo de personagem negro não associado à dimensão vilanesca; e mais, mesmo incluindo os personagens negros passageiros, são os únicos a apresentarem claras positificações

físicas e morais. Dois são os exemplos: Alberto, da novela *Pai-Raiol, o feiticeiro*; Macambira, do romance *Rei negro*. Ambos ocupam a mesma função nestas histórias: concluem-nas por meio da morte do vilão, através de ação assassina moralmente justificada e narrativamente positivada.

Assim, Alberto mata o feiticeiro Pai-Raiol, livrando a fazenda e Esméria do mal; enquanto Macambira assassina Julinho em vingança: o estuprador de diversas meninas e mulheres da fazenda, incluindo sua esposa. Importante notar que a tipificação dos “heróis negros” é construída através do contraste aos demais personagens negros. Nesse sentido, eles são tão positivos na medida em que distantes dos parâmetros aos quais todos os outros estão, mais ou menos, circunscritos. Se outros escravos são lascivos e violentos, o herói é casto e bondoso; se o feiticeiro é astuto, mas covarde, o herói é forte e corajoso; daí por diante.

Não obstante, os “heróis negros” apresentam, em conjunto a estas positivamente, outra característica fundamental: são os melhores servos do senhor de escravos. Eles são disciplinados, fiéis e complacentes. Tira-se como conclusão que a mais positivada das tipificações, entre todos os personagens negros, é, concomitantemente, a mais existencialmente subserviente aos brancos. Esta característica também é contrastante com os demais personagens negros. Em síntese, as principais características são as que seguem:

- a) São movidos por um senso particular de justiça. Envolvem-se não para causar a destruição, mas para destruir aquele que justificadamente o merece. Quando não estão respondendo a este contexto, vivem de modo calmo e complacente;
- b) São dotados de moral ilibada, bom comportamento, coragem e força de espírito;
- c) Embora negros e, por consequência, esteticamente racializados, acentuam-se, em suas características, aspectos hercúleos.

Estas quatro tipificações são capazes de abarcar todos os onze personagens negros principais, aproximando-os através de suas características comuns e funções narrativas. Do mesmo modo quanto aos personagens negros passageiros, a seguir o leitor encontrará uma tabela sistematizando do que foi até aqui exposto.

Tabela 2 – Os personagens negros principais

Grande grupo	Tipos	Principal função narrativa	Principais características	Exemplos
Personagens negros principais	Feiticeiros(as).	Mobilizar os nós dramáticos da narrativa. São sempre vilões.	<ul style="list-style-type: none"> – Personagens movidos pela vingança e/ou pelo desejo de poder. – Manipuladores do sobrenatural e do poder contido na natureza (energia, plantas e animais). – Descrições físicas predominantemente negativas e racializadas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Pai-Raiol (<i>Pai-Raiol, o feiticeiro</i>) – Joaquim Cambinda (<i>A carne</i>) – Úrsula (<i>Praga</i>) – Vaca-Brava (<i>Rei negro</i>)
	Escravizados íntimos à família da casa-grande.	Mobilizar a trama em relação direta e negativa aos brancos (traição, manipulação e/ou destruição).	<ul style="list-style-type: none"> – Personagens bem tratados por seus donos. Geralmente movidos pelo desejo pela liberdade. – Dissimulação e inteligência. – Traços físicos mais suaves e apazíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> – Lucinda (<i>Lucinda, a mucama</i>) – Esméria (<i>Pai-Raiol, o feiticeiro</i>) – Simeão (<i>Simeão, o crioulo</i>)
	Escravizados criminosos	Mobilizar a trama em relação a outros personagens negros (corrupção e latrocínio).	<ul style="list-style-type: none"> – Movidos por desejo financeiro e liberdade. – Inescrupulosos assassinos. – Brutos, envelhecidos e cicatrizados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Barbudo (<i>Simeão, o crioulo</i>) – Raimundo (<i>Praga</i>)
	Negros heróis	Desfecho da trama por meio de justificada ação de morte.	<ul style="list-style-type: none"> – Traços físicos hercúleos. – Moralmente positivados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alberto (<i>Pai-Raiol, o feiticeiro</i>) – Macambira (<i>Rei Negro</i>)

Fonte: Elaboração própria.

Análise comparativa

Após a exposição destas tipificações, podemos compará-las em dois sentidos. Primeiramente, no que tange às proximidades entre as construções imagéticas dos personagens negros, é perceptível haver consideráveis semelhanças.

Em linhas gerais, estes personagens compartilham motivações semelhantes, de acordo com as funções narrativas desempenhadas, e possuem descrições físicas altamente racializadas, assim como, não obstante certas particularidades, todos estão sobrepujados por uma lógica de dominação, fundamentada através da reificação de uma hierarquia específica. Em alguns casos, esta hierarquia estrutura-se por meio do fator condição social – principalmente nos exemplos retirados das novelas da obra *As vítimas-algozes*; em outros, dá-se proeminentemente pela perspectiva racial.

Ademais, outro elemento comum à construção dos personagens negros se dá através da semiótica animalésca. Estes personagens são descritos enquanto animais irracionais, na medida em que incapazes de controlar os impulsos do corpo, ou, mais especificamente: a lascívia e o ódio. Este controle é idealizado e esperável quando em relação aos tidos “seres superiores” da sociedade – “brancos”, “civilizados”, “racionais”, etc. –, mas passam longe dos personagens negros. Nesse sentido, as festas destes são sempre tomadas por “banhos de suor”, “atos libidinosos” e “volúpia”, configurando-se enquanto imediato oposto dos “civilizados” festejos das classes altas, aos moldes europeus. Soma-se a este descontrole sexual a também ausência de controle do ódio. É perceptível como, em todas as histórias analisadas, temos ao menos um personagem negro que se banha nas águas torrenciais do desejo por sangue. Este ódio incontrolável é geralmente sintetizado por meio da busca por vingança, embora sua “causa” varie de acordo com as histórias.

Por exemplo, nas novelas de Macedo, a própria escravidão, por meio de sua tão vil e inexorável injustiça no mundo dos homens, criou escravos que se veem impelidos a se tornarem algozes dos seus senhores; ou, se preferir, eventualmente trocar de posição com os próprios. O escravo enxerga, no seu senhor, a síntese de algo monstruoso que vai para além da existência de ambos. Assim, o sentimento tão arraigado, com o passar dos anos, impele os escravos a buscarem vingança por sua existência sofrida, a qual, fica claro nestas histórias, se dá através do ataque ao seu senhor. Simeão, Pai-Raiol e Lucinda são, para Macedo, os algozes-produtos.

Em seguida, embora com distinta causalidade, as outras histórias analisadas apresentam a mesma centralidade na temática vingança-destrutiva. No romance de Júlio Ribeiro *A carne*, o “horrendo” escravo feiticeiro Cambinda assassina outros escravos e animais da fazenda com a intenção de prejudicar seu dono. No conto *Praga* (1890), de Coelho Neto, Úrsula, também feiticeira, vinga-se do seu assassino: outro escravo que a matou com fins de obter suas posses. Por fim, Macambira, o rei negro do romance homônimo do mesmo autor, torna-se

um animal vingativo a partir do momento que descobre os crimes de Julinho, filho do fazendeiro, que estuprou sua esposa, engravidando-a.

Esta ausência de controle do corpo, oposta ao controle presente e positivo nos personagens brancos, faz com que a construção do corpo negro seja, nesse sentido, a de um corpo não docilizado. Evidentemente que não são todos os personagens negros que apresentem essa construção específica: há alguns exemplos de personagens dotados de “exemplar obediência”; todavia, não diria que, nesse caso, o controle dos impulsos deva ser lido como uma positivação racial, é apenas a expressão da fabricação do corpo ideal do escravizado, disciplinado a ponto de nem sequer desejar a liberdade, fiel ao seu senhor e sempre à disposição. Note, por exemplo, o caso da feiticeira Úrsula, em deveras ilustrativo diálogo com seu algoz, antes do efetivo assassinato.

[Praga]

– Tenho um conhecido que se ofereceu para tratar da minha liberdade. Falo com ele sobre vosmecê. Se vosmecê quiser...?

Dina, calma, sempre a fumar o seu pito, sacudiu a cabeça negativamente.

– Por que? Mas vosmecê não pensa em deixar esta sina de cativo?

– Nasci assim! disse com acento doloroso, erguendo os ombros.

– Mas olhe que a velhice está aí. Vosmecê já não pode com o cabo de uma enxada.

– Quem? exclamou com arrogância. Ainda não pedi a ninguém para fazer a minha tarefa.

– Mas não é melhor que a gente trabalhe para nós? Não é melhor ser livre? – Ora! Há muito cativo no mundo de Deus... (NETO, 1921, p. 16)

Esta é apenas uma das possíveis ilustrações para esta dualidade. Encontramos nas narrativas tanto o escravizado dócil, defensor de sua própria condição e protetor do seu todo-poderoso senhor, como, ao mesmo tempo, o escravo rebelde, algoz, assassino, propenso à destruição e ao descontrole dos seus impulsos mais profundos. Assim, a mesma Úrsula deste diálogo, após o infortúnio sangüinário, vinga-se diretamente do além-túmulo, matando seu assassino. Aquela não era mais a Úrsula escrava, não havia as amarras da vida escravizada para controlar as “propensões” do seu corpo. Nesta mesma linha, podemos observar a jornada de Macambira: se, ao fim da história, o temos erguendo-se

em todo seu esplendor após matar Julinho, não podemos dizer o mesmo do seu retrato inicial. Macambira estava completamente sob o jugo do controle imposto sobre si. Era um dos melhores trabalhadores da fazenda, benquisto por seu dono, repudiava os atos libidinosos, era contrário aos festejos descontrolados, à violência e à exposição sexual. Macambira era o “escravo perfeito” sob a lógica do controle; mesmo correndo em seu sangue a descendência heroica e nobre, advinda da sua terra natal, isso não importava àquela altura. Foi, como visto, necessário um vetor de ignição para que seu corpo dócil se tornasse puro ímpeto: livre e poderoso.

Assim, os corpos não docilizados são aqueles que, no geral, recebem a maior ênfase nas histórias e possuem a função narrativa de mobilizar os personagens brancos em torno de nós dramáticos específicos. Estes são os únicos personagens negros capazes de mobilizar o mundo à sua volta, rompendo-se dele. São dotados de motivação sanguinária, enxergam fins às suas ações e, com exceção do rei negro, são os vilões. No fim, seu rompimento é quase sempre punido com a destruição, o corpo indisciplinado é pejorativizado e a subjetividade destes personagens apresentada enquanto um retrato de sua própria condição “desumana”.

Não obstante costumeiramente desumanizados, comparados a animais irracionais, tomados por ódio e lascívia, os negros aparecem peculiarmente humanizados através de um único elemento comum: a dor. Como ilustrado por Raymond Sayers (1958), a literatura antecessora, o Romantismo, embora apresentasse costumeiramente a dor dos negros, fazia-o de modo que o sofrimento assumia um tom místico, que colocava ao centro menos o negro enquanto sujeito real e mais o sofrimento negro como matéria de produção romântica. Por outro lado, a dor dos personagens negros nestas obras aparece como um dos raros momentos em que estes, de modo bem particular e efêmero, se tornam humanos; seres reais que sofrem uma dor real, que existe no mundo enquanto fenômeno real e, por consequência, capaz de se materializar. O modo pelo qual isso ocorre? O canto triste. É através da expressividade musical que os personagens negros, em brevíssimos momentos, transitam do mundo “animal” para o mundo “humano”.

[A carne]

A voz do cantor, fresca modulada de um timbre sombrio, coberto, tinha uma doçura infinita, um encanto inexprimível.

Fechando-se os olhos, não se podia crer que sons tão puros saíssem da garganta de um preto, sujo, desconforme, hediondo, repugnante.

A resposta coral, melopéia inarmônica, mas cadenciada em quebras de uma tristeza suavíssima, repercutia pelas matas no silêncio da noite, com uma grandiosidade melancólica e estranha.

A letra nada dizia; a toada, o canto era tudo. (RIBEIRO, 1888, p. 35)

[Praga]

O terror alarmara os sertanejos supersticiosos. Era tal o desânimo que todas as almas desesperadas, num mesmo ímpeto de fé, voltaram-se para Deus com tamanho ardor que, mesmo dos campos, à luz cáustica, dentre o rumor bucólico dos rebanhos, subiam coros religiosos dos vaqueiros [...] Canoeiros, descendo e subindo o rio, cantavam saudações ao propício ano novo, singrando ao sabor da brisa sertaneja, leve, impregnada do cheiro quente do rastolho [...] Longe, no fundo violáceo do horizonte de serras, roncavam, merencórias e lúgubres, as guaribas soturnas e, de espaço a espaço, da solidão calma dos vales, em ondulação de gemido, magoada e enternecida, vinha a toada da cantiga dos tropeiros que desciam, rumo à cidade, tangendo a cavallhada. (NETO, 1921, p. 1-2)

[Rei negro]

A terra, a água e o sol lá estavam cercando de fecundidade as raízes e os negros auxiliavam a natureza capinando as roças, lançando fogo aos maninhos, derrubando os capoeirões para aproveitar o terreno em semeaduras prosperas, ou, com um canto triste, guaiado, raspavam os ramos lustrosos dos cafeeiros, enchendo as peneiras de bagas vermelhas, desenterravam a mandioca, cortavam a canna, quebravam o milho; e os carros desciam com um chiado crispante e os terrenos cobriam-se de café para a sécca ou os paiões atestavam-se de canna ou de milho para a moagem, para a debulha. (NETO, 1926, p. 10)

[Rei negro]

De viva que era e buliçosa tornou-se macambusia, evitando as companhias e, isolando-se, com a almofada de crivo ao collo, jogando machinalmente os bilros, cantarolava baixinho, com tristeza, entrecortando o canto de suspiros ou parava e iam-se-lhe aguando os olhos, tomavam-na soluços e, debruçando-se sobre a almofada, ficava a chorar dorida. (NETO, 1926, p.31)

Estes são alguns dos trechos exemplificativos retirados das obras. Contudo, a humanização dos personagens negros não está associada a todos os tipos de dor e sofrimento. As mazelas oriundas do castigo físico, da humilhação e da expiação pela morte aparecem como retratos reificantes da própria imagem negativa à qual os personagens negros estão circunscritos. Nestes tipos de contextos, o negro sofre pelas mãos do que seria a justa causa, e sua expressão simbólica no texto aparece por meio dos “horrendos gritos de dor” ou do “fedor de podre carne queimando”, apenas para citar alguns exemplos. Note, por exemplo, que o canto dos negros, enquanto materialização da dor e da tristeza, é humanizante. Por outro lado, o canto ou a percussão, quando associados a alegria, festas, comemoração, religiosidade, etc., desembocam sempre na mesma representação do bárbaro, animalesco.

Agora, no que tange a certas distinções entre as tipificações nestas obras, podemos notar um desenvolvimento claramente dialógico com as mudanças acerca do imaginário social sobre os negros, em correspondência ao desenvolvimento das teorias raciais da virada para o século XX. Ou seja, as três novelas de Macedo, publicadas em 1869, explicitam a suposta condição de inferioridade dos negros por meio da escravidão. Fica mais do que explícito que, para o autor, através da destituição desta mazela nacional, não haveria um impedimento inexorável para o desenvolvimento desta população. Por outro lado, no romance naturalista *A carne*, publicado em 1888, fica nítida a posição cientificista do autor em compreender os negros enquanto “racialmente inferiores”. Ou seja, o “hediondo” feiteiro Cambinda, como descrito na narrativa, não tem sua condição fundamentalmente definida pelo fato de ser escravo, mas sim por ser negro. Nesse sentido, a escravidão aparece como uma das causas, mas não a primeira e mais fundamental. Esta interpretação está em pleno acordo com a biografia de Júlio Ribeiro, e dialoga diretamente com as populares teorias raciais dos finais do século XIX. Em seguida, na publicação de Coelho Neto *Rei negro* (1914), volta a perspectiva que toma na escravidão as causas de suposta inferioridade. A própria narrativa deixa nítido como, se não fosse pelo fato de ser escravo, Macambira seria um nobre rei em sua terra natal, líder de um povo próspero, bem distinto daqueles que habitam a fictícia fazenda Cachoeira. Assim, a história de *Rei negro* pode ser tomada como um manifesto de superação e possibilidades para o futuro.

Em outras palavras, as construções imagéticas menos racializadas encontram-se na publicação de 1869, *As vítimas-algozes*, época marcada pela perspectiva abolicionista que via na escravidão as supostas causas de degeneração da população negra. Já nas publicações das décadas de 1880 (*A carne*), 1890 (*Praga*) e 1910 (*Rei negro*), a noção cientificamente racializada aparece predominan-

te, principalmente no romance de Júlio Ribeiro. Subsequentemente, a obra de 1914 retorna a certa postura abolicionista, mas sem romper por completo com a desumanizante racialização.

Ademais, é possível encontrar a presença de um alinhamento moral nas estratégias eugenistas nestas obras literárias, na medida em que os personagens miscigenados, embora não tão recorrentes como os brancos e negros, não apresentam as mesmas construções imagéticas inferiorizadas. Estes personagens possuem características que os aproximam mais do mundo humano do que o animal; nesse sentido, estão racialmente embranquecidos. Do mesmo modo, é notável a supervalorização da cultura e do povo europeu, todavia não haja manifestações explícitas em prol das teses imigrantistas.

Conclusão

Quando observamos a literatura naturalista de modo geral, é possível notar uma rede múltipla e confluyente de influências, tornando possível que estas obras sejam analisadas profundamente por diversos ângulos: como por meio dos elementos “psicológicos” e “biográficos” dos autores; ou o tão difundido contexto histórico-científico da virada para o século XX; ou mesmo os conteúdos literários em sentidos próprios. De todo o modo, todos estes ângulos, no fim, parecem convergir para um imaginário sobre a população negra que tentava a todo custo apagá-los da história brasileira: caracterizando-os como um problema nacional. Se não de modo unânime, como é de se supor, tudo indica que de modo predominante.

Assim, enquanto esta literatura nitidamente dialoga com seu tempo histórico, é mais que notória sua capacidade de compor um quadro imagético particular, materializado de tal modo que talvez não o fosse possível por outro meio. Ao menos nas emblemáticas obras aqui analisadas, a literatura não apenas contribuiu para a construção de uma imagem visual do negro na imaginação daquela época, como fizeram as artes plásticas; foram além, entrelaçando-os em uma rede específica de expectativas em relação ao amplo universo dos comportamentos e valores morais. Objetivamente, a perspectiva sobre o negro nestas obras se resume na apresentação de dois caminhos possíveis: ou são essencialmente ignóbeis e, por consequência, sem qualquer esperança de saudável inserção social; ou são dóceis aceitadores de sua condição, subjugados pelo mundo que lhes é imposto em sua completude: física, moral e culturalmente. Talvez o *Rei Negro* de Coelho Neto, publicado próximo à virada literária modernista, indique os caminhos distintos que a literatura brasileira seguiu em relação aos personagens negros no século

XX. Não obstante, as marcas negativas destas obras do movimento naturalista permanecerão indelevelmente eternizadas.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. M. **Ideias em Movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, P. C.; SEPÚLVEDA, C. Espaços literários e trajetórias intelectuais na Bahia (1880-1920). **Todas as Artes**, Porto, v. 1, n. 2, p. 117-133, 2018.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- COUTINHO, A. **A Literatura no Brasil. Volume 4. Parte II/Estilos de época**: era realista/ era de transição. 6ª edição. São Paulo: Global, 2002.
- DUARTE, E. de A. O negro na literatura brasileira. **Navegações**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 146-153, 2013.
- LOTIERZO, T. H. P.; SCHWARCZ, L. K. M. Raça, gênero e projeto branqueador: a redenção de Cam, de Modesto Brocos. **Arteologie**, [S. l.], n. 5, p. 1-26, set. 2013.
- NETO, H. M. C. **Rei negro**. 2. ed. Porto: Chardron, 1926.
- NETO, H. M. C. Praga. In: NETO, H. M. C. **Sertão**. 3. ed. Porto: Lelo & Irmão, p. 9-76, 1921.
- MACEDO, J. M. de. **As vítimas-algozes**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012 [1869].
- PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161-193, abr. 2004.
- RIBEIRO, J. **A carne**. Rio de Janeiro: Gazeta da Tarde, 1888.
- SAYERS, R. S. **O negro na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1958.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SODRÉ, N. W. **O Naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A; 1ª edição, 1965.

SÜSSEKIND, F. **Tal Brasil, qual romance?** Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

Recebido em: 04 de dezembro de 2021

Aprovado em: 21 de julho de 2022

CIÊNCIA E POLÍTICA NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX: MEIO E RAÇA COMO ELEMENTOS NORTEADORES DE UMA NAÇÃO

Fábio Silva Souza¹

RESUMO: A construção de um projeto de nação brasileira se deu na primeira metade do século XIX, em meio a um período de turbulências. Nesse período, foram criados os cursos de Direito em Olinda e São Paulo, além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Após 22 anos de precariedade, o curso de Olinda foi transferido Recife, e foi quando, em 1870, Silvio Romero anunciou um conjunto de ideias cientificistas, inaugurando uma nova fase da historiografia brasileira. Ele propôs uma tríade racial como formadora do povo brasileiro, e para estudá-la recorreu ao folclore, tendo como objetivo compreender a contribuição cultural de cada raça para formação do povo brasileiro analisando homem e natureza. Essa sugestão aparece nas obras de Felisbello Freire e Euclides da Cunha que tomamos como exemplo para investigar a repercussão do pensamento de Romero. Está pesquisa está pautada por uma sociologia do conhecimento de Mannheim, preocupada em investigar como as verdades são construídas em tempos de turbulência social. E, assim, a passagem do império à república é significativa para a dicotomia entre tradição e modernidade, sertão e litoral.

PALAVRAS-CHAVE: nação; IHGB; Romero; Freire; Cunha.

*SCIENCE AND POLITICS IN THE TRANSITION TO THE 20TH CENTURY:
ENVIRONMENT AND RACE AS GUIDING ELEMENTS OF A NATION*

ABSTRACT: *The construction of a project for a Brazilian nation took place in the first half of the 19th century, in the midst of a period of turmoil. During this period, Law courses were*

¹ Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS) – São Cristóvão - Sergipe - Brasil. Doutor em Sociologia. Pesquisador Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociologia, Educação e Trabalho (GEPSET). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3529-5374>. fasiso72@gmail.com

created in Olinda and São Paulo, in addition to the Brazilian Historical and Geographical Institute After 22 years of precariousness, Olinda's course was transferred to Recife, that is when, in 1870, Silvio Romero announced a set of scientific ideas, inaugurating a new phase of Brazilian historiography. He proposed a racial triad as the formation of the Brazilian people, and in order to study it resorted to folklore. His objective was to understand the cultural contribution of each race to the formation of the Brazilian people, analyzing man and nature. This suggestion appears in the works of Felisbello Freire and Euclides da Cunha, which we take as an example to investigate the repercussions of Romero's thoughts. This research is guided by Mannheim's sociology of knowledge, concerned with investigating how truths are constructed in times of social turmoil. Hence, the passage from empire to republic is significant for the dichotomy between tradition and modernity, sertão and coast.

KEYWORDS: *nation; IHGB; Romero; Freire; Cunha.*

Notas introdutórias

O presente texto reflete sobre a importância de uma geração intelectual situada entre 1870 e 1930, relacionando a importância de categorias como raça e meio geográfico como elementos norteadores de uma nação. Vale lembrar que o pensamento científico da época era regido pelo positivismo, evolucionismo e determinismo racial, categorias emblemáticas para se refletir sobre dilema entre povo e atraso da nação. O debate construído, principalmente a partir das sugestões de Silvio Romero sobre a fabula das três raças e o folclore como método investigativo, buscava refletir sobre a realidade social brasileira por um novo prisma, buscando elementos empíricos, influenciados pelos métodos positivistas.

Esse modelo interpretativo da realidade brasileira, incorporava ares litorâneos guiados por uma narrativa produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e suas amarras à corte portuguesa, situada na cidade do Rio de Janeiro (MORENO, 2014; ROSI, 2016). A reação a esses ares afrancesados se deu na Escola do Recife (ER), onde Tobias Barreto, jurista mulato, percebeu a contradição de sua associação ao determinismo racial, positivista francês. Por oposição à teoria francesa, Barreto findou, propondo na ER, uma teoria filosófico-jurídico alemã, que no nosso entender, pode ser considerado o embrião de uma querela Norte e Sul, perpetuado na distinção entre o “sertão” arcaico e o “litoral” moderno.

Na sequência, Silvio Romero (2002)², na própria ER, incorporou uma postura mais afrancesada, propondo elementos que relacionavam o meio e o homem para refletir a nação. Nesse momento poderíamos então refletir: estando Romero na ER, onde havia uma forte tradição do debate alemão, sugerido por Barreto; tendo ele assumido uma postura diferente de seu antecessor e conterrâneo sergipano; por que esse optou pelo não enfrentamento teórico com Barreto?

Nossa hipótese nesse momento é guiada por uma sociologia do conhecimento sugerida por Randal Collins (2004), que percorre uma microsociologia, pela qual procura analisar os ritos e a rede de sociabilidades que creditam as ideias e teses de um determinado autor, pensando pelo viés do campo bourdieusiano. Barreto já era um intelectual consagrado, alguém que propôs uma revolução no curso de Direito na ER, que publicava nos jornais alemães etc. Diante de tal autoridade, Romero tomou uma postura mais pacata, totalmente diferente do que ele fez em relação a Manoel Bomfim, autor de *América Latina males de origem* (1905).

O livro de Bomfim propunha teses inovadoras à época, refletindo sobre o atraso brasileiro por meio de questões parasitárias do povo europeu. Mas Romero, autoridade agora reconhecida no campo do pensamento social, sem pestanejar, escreveu

um livro relativamente volumoso com 361 páginas, assim denominado, *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim* (ROMERO, 1906), por meio do qual Romero se dedica a responder às críticas que recebeu do intelectual e conterrâneo Manoel Bomfim. (SOUZA, 2022, p. 96)

De posse dessa apresentação preliminar, onde foram elencadas contradições Norte e Sul, sertão e litoral, atraso e modernidade, sociabilidades entre dois expoentes intelectuais da ER, investigamos o espírito que animou a produção intelectual na transição de império à república. Tomando como figura central no debate o intelectual Silvio Romero e suas sugestões sobre a fábula das três raças e o folclore como método. Percebendo ainda como essas sugestões levaram a um modelo investigativo, descritivo, paisagístico e relacional determinista de comportamentos antropológicos, presentes no pensamento social brasileiro, em especial nas obras de intelectuais como Felisbelo Freire (1891) e Euclides da Cunha (1902). Pensadores classificados como intelectuais “Republicanos de Primeira

² Texto original publicado em 1882. Dado fundamental para compreendermos o pioneirismo de suas ideias.

Geração”, ambos pensadores apresentam obras que parecem seguir orientações advindas de Silvio Romero (2002), descrevendo a paisagem e posteriormente o homem como um apêndice adaptativo a esse meio natural.

Para tal reflexão percebemos em Romero (2002) um intelectual responsável pela recepção do positivismo evolucionista no Brasil. Um pensador que inovou na interpretação intelectual sugerindo a inclusão do negro na galeria étnica formativa do povo brasileiro. Nesse sentido avançando sobre as propostas advindas do romantismo indianista que via o povo brasileiro pelo cruzamento entre brancos e índios, exemplo típico encontrado no romance indianista, *Iracema* de José de Alencar, publicado em 1865.

A hipótese aqui sugerida é as ideias sobre a fabula das três raças, como formadoras do povo brasileiro e a necessidade de relacionar meio e raça/etnia aparecem, pelo menos quatro grandes obras do pensamento social brasileiro: *História de Sergipe* (1891); *Os sertões* (1902); *Casa grande e senzala* (1933) e *Etnias sergipanas* (1950). Entretanto, dada à natureza do texto apresentado, por hora iremos nos ater a análise apenas das duas primeiras, explanando ainda sobre o contexto ideológico e político que permeavam a produção dessas obras.

Do ponto de vista metodológico, recorreremos a sociologia do conhecimento sugerida por Karl Mannheim (1893-1947). Pensador preocupado com o tema da produção da verdade, considerado a partir de determinados contextos políticos e sociais, Mannheim procurou investigar a possibilidade de um corpo intelectual, por ele denominado de *Intelligentsia*, bem como sua capacidade de mediar os diferentes conflitos sociais, por meio de vínculos institucionais (MANNHEIM, 1964; 2004; VIEIRA, 2008; BORTOLI, GALLON, 2015; BARBOSA, 2019; FONTANA, 2015).

Esse modelo sociológico mannheiminiano é assaz interessante como elemento condutor de uma investigação acerca do dilema entre tradição e modernidade na sociedade brasileira do final do século XIX e como esses elementos foram incorporados no debate do pensamento social. Nosso objetivo foi investigar como as sugestões teórico-metodológicas advindas transitaram no debate social, analisando mais especificamente como a relação entre meio e raça estiveram presentes nas descrições minuciosas e nas relações empreendidas por Freire e Cunha, revelando dois brasis, um arcaico, situado no sertão e outro um moderno idealizado pelo litoral.

O presente texto discute sobre o contexto, produção e repercussão das obras de Felisbello Freire e Euclides da Cunha. Para tal análise, partiremos de uma incursão teórica acerca da construção do debate sobre nação partindo da formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pela relevância

de Silvio Romero e da Escola do Recife no debate social. Por fim, apresentamos como essa estrutura entre meio e raça norteou a reflexão sociológica na transição do século XIX e início do XX.

Uma historiografia brasileira e a questão da nação

A primeira fase da historiografia brasileira se encontra marcada pela predominância amadorística e literária. Nela encontramos como referência os cronistas coloniais como Frei Vicente do Salvador (1564-1635). O período seguinte gravitou sobre uma historiografia preocupada em criar uma narrativa que prestasse conta da criação do Estado Nação e foi justo nessa fase que se deu uma importante virada epistêmica, que caracterizou uma geração, situada entre os idos de 1870 a 1930. Um grupo de pensadores que ficou marcado pela importação do positivismo francês, com elementos de um determinismo geográfico e racial, além do rompimento com séculos de tradição pautados no pensamento religioso no Brasil.

A terceira fase da historiografia brasileira se pautou sobre o tumultuado contexto dos anos 1930, o retorno ao nosso passado colonial como mecanismo de busca de nossas origens étnicas e construção de uma identidade cultural nacionalista. A velha cisão entre norte e sul foi ratificada, pela *intelligentsia* paulista, que já havia tentado implementar um projeto de modernidade estético-literária nos idos de 1920 (PIVA, 2000), que gerou um movimento regionalista, com predomínio de um debate acerca da nordestinização, que foi capitaneado por Gilberto Freyre no Recife (FREYRE, 2013; ALBUQUERQUE JR., 2009; 2017).

O grupo paulista buscou criar uma “identidade bandeirante”, através de uma narrativa que adotava São Paulo como referência historiográfica. Esses intelectuais adotaram o referido Estado como ponto de partida das missões tanto para Goiás, como para Minas Gerais por meio do bandeirantismo. De modo a reforçar essa ideologia vieram para o Brasil, missões³ de intelectuais americanos,

³ De acordo com a professora Fernanda Peixoto (2001), a escolha desses grupos atendia a necessidades específicas. A autora observou que os pensadores estadunidenses traziam em sua experiência estudos clássicos a Escola de Chicago, famosa por seus estudos urbanos sobre conflitos étnicos. Lembremo-nos que essa região atraiu inicialmente negros libertos da escravidão que migraram do Mississippi em busca de empregos e melhores condições de vida urbana. Já no início do século XX, com a revolução Taylorista, a fábrica da Ford passou a atrair milhares de trabalhadores de todo o mundo seduzidos pela busca de melhores salários (SOUZA, 2010). Esses ingredientes alimentaram condições para o desenvolvimento do que veio a ser a Escola de Chicago e foi essa experiência que subsidiou a vinda desse grupo para São Paulo.

Os intelectuais franceses vieram em busca de experiência pedagógica e consistência pessoal curricular. Eles trouxeram uma vasta experiência teórica e experiência sobre às humanidades (PEIXOTO, 2001).

atrelados à Escola de Chicago e aos mestres franceses, com vasta experiência em humanidades. Sendo esses os principais grupos intelectuais responsáveis por fundar a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em 1933 e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (FFCL-USP) em 1934.

Vale lembrar que a narrativa bandeirantista e vitoriosa do grupo paulista não retratava a realidade em si, ela era uma reação de um momento de declínio de sua elite política local e ascensão de grupos oriundos de outras regiões do país, a exemplo do líder gaúcho, Getúlio Vargas. O empreendedorismo dessa elite paulista representava muito mais uma tentativa de soerguimento de um grupo cafeeiro no cenário político nacional. A reação capitaneada por Freyre no Nordeste abarcou quase todos os Estados da região a exceção da Bahia, que desde a obra *Jubiabá* (1934) de Jorge Amado, optou por apresentar um regionalismo urbano, litorâneo e sincrético, distanciando-se da visão de miséria, fome e seca que pairava sobre o Nordeste.

A terceira fase historiográfica brasileira ficou marcada pela criação e institucionalização de vários cursos de graduação, nas áreas de humanidades, que tinham por intuito esquadriñar a geografia e a população do Brasil para fins desenvolvimentistas⁴. Essa fase foi consolidada com o surgimento de órgãos e entidades de classes, eventos, publicações e vários cursos de pós-graduação nos idos de 50 (LIMA; CORTES, 2013). Os referidos professores lembram que para compor a primeira fase de institucionalização situada entre 1934 e 35, foram contratados seis professores originários de universidades e liceus franceses: Emile Coornaert (História); Pierre Deffontaines (Geografia); Robert Garric (Literatura Francesa); Paul-Arbousse Bastide (Sociologia); Étienne Borne (Filosofia e Psicologia); e, Michel Berveiller (Literatura Greco-latina) (LIMA; CORTES, 2013).

Na fase subsequente, compreendida entre 1935 e 37, apenas dois intelectuais tiveram seus contratos renovados, Berveiller e Arbousse-Bastide. Os novos contratados vieram para um período de três anos,

Eram jovens sem experiência no ensino superior, mas tiveram forte influência na organização inicial dos cursos e na definição da agenda de interesses de pesquisa da Sociologia da USP nas décadas seguintes. Dentre eles, sobressaíram-se: Pierre Monbeig (Geografia), Fernand Braudel

⁴ Aqui vale uma observação. Alguns dos senhores poderão indagar: como institucionalização das ciências sociais se haviam, no mínimo a Escola do Recife e a Faculdade de Medicina da Bahia, entre outra na região sul? Mas, lembremo-nos que essas faculdades trabalhavam muito mais com o campo abstrato, teórico que propriamente empírico, descritivo, estatístico etc. É preciso recobrar que Mannheim adentra ao Brasil primeiramente pelas vias do planejamento, administração e burocracia, temas clássicos à sociologia alemã desde os tempos de Weber.

(História, o único já docente), Pierre Hourcarde (Literatura Francesa), Jean Maugüé (Filosofia), Claude Lévi-Strauss (Sociologia) e François Perroux (Economia). (LIMA; CORTES, 2013, p. 421).

No ano de 1937, o ensino superior no Brasil ganhou maior visibilidade com a instalação da Universidade do Brasil. No ano seguinte, desembarcou no Brasil uma nova missão de intelectuais, “composta de professores mais experientes como Roger Bastide (que substituiu Lévi-Strauss), Jean Gagé (substituindo Braudel), Alfred Bonzon (Literatura Francesa) e Paul Hugon (Economia) (Fundação Biblioteca Nacional, 2009).” (LIMA; CORTES, 2013, p. 421).

Feita essa introdução, gostaríamos de limitar-nos a uma análise acerca da segunda fase historiográfica do pensamento social. Período iniciado com a renúncia de D. Pedro I e seu retorno para Portugal fazendo eclodir várias revoltas de cunho liberal, em diversas partes do Brasil. Tentando abrandar essas revoltas surge uma historiografia, produzida a partir do IHGB e que tentava criar uma narrativa de nação. Além disso, em 1826, fica decidido a criação das Faculdades de Direito em Olinda e São Paulo, voltadas para atender respectivamente as populações do norte e sul. Apresentar então esse cenário que se buscou construir uma narrativa e suavizar as revoltas liberais.

IHGB e o projeto de Nação

No ano de 1822, o Brasil se tornou independente. Estruturou-se, então, o Primeiro Reinado, mas a abdicação de D. Pedro I e seu retorno para Portugal suscitou diversas revoltas e conflitos no Brasil, norteados por ideologias liberais que marcaram todo o Período Regencial. Enquanto se aguardava a maioridade de Pedro II o Brasil foi governado por quatro regências, durante o período de quase uma década, quando em 1840, foi então antecipada e declarada a maioridade de D. Pedro II, aos 14 anos de idade.

O novo imperador assumiu o governo brasileiro ainda imerso em diversas revoltas em todo o país. A pacificação das elites regionais perpassava a criação de uma narrativa, capaz de agregar os revoltosos dentro de um projeto de nação. Como parte dessa política de pacificação nacional foi criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Instituição responsável pela coleta de materiais e criação de uma narrativa preocupada em criar um ideal de nação. Godoy (2009) ressalta ainda que o

Conjunto de escritos encontrados, preservados e publicados sobre o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 num contexto de formação do estado nacional após o processo de Independência de 1822, e que teria possibilitado um passo importante no processo de institucionalização da pesquisa histórica no Brasil. (GODOY, 2009, p. 70-71).

No ano de 1840 se deu um concurso realizado pelo IHGB e o vencedor foi o naturalista alemão Karl Friedrich P. Von Martius (1781-1826). A partir de então, a referida instituição passou a organizar e sistematizar uma carga documental, de modo catalográfico, de modo a formular uma síntese interpretativa que fosse capaz de criar uma narrativa genuinamente nacional, apaziguadora dos conflitos internos e pacificadora dos diferentes povos.

Historiadores do século XIX, entre os quais os três mais importantes eram Von Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu, pretendiam divulgar um modelo de história que prestasse contas com a vida brasileira. Eles se inspiraram em tendências europeias, particularmente francesa e alemã⁵, sobre o qual se pensava sobre o debate da nação. Von Martius foi o primeiro nessa linha sucessiva e foi sucedido por Varnhagen.

Varnhagen (1816-1878) avançou no trabalho historiográfico atribuindo um critério classificatório entre historiadores episódicos, obras modernas, crônicas históricas e eruditismo (GODOY, 2009). O fio condutor dessa historiografia tradicional guiou uma produção entre os idos de 1868 a 1920, de modo a buscar de forma local afirmações e identidades regionais específicas.

Encerrando essa tríade historiográfica, tivemos Capistrano de Abreu, pensador preocupado com o tema indígena e buscar de um mito fundacional, em uma leitura moderna e romântica do índio brasileiro. Esse componente étnico foi então pensado dentro de um mito da nacionalidade passando a analisá-lo por sua contribuição para a formação cultural brasileira através de seus mitos, religiões, superstições etc.

⁵ A França tinha procurado evitar um estado de anomia, enquanto a Alemanha dedicava esforços para unificar uma nação. Na primeira, a palavra utilizada foi *civilization*, expressão por meio da qual se compreendia e classificava determinado povo por suas realizações materiais. Na Alemanha, essa tentativa se deu por meio da *Kultur*, que representava os aspectos imateriais de um povo, entenda-se idioma, símbolos etc., pelos quais os filósofos alemães dedicaram especial atenção no século XIX, fato esse que desembocou no desenvolvimento da filosofia naquele território.

Nesse sentido, percebemos que Capistrano de Abreu e João Ribeiro (1860-1934)⁶, ambos considerados paradigmas de historiadores no Brasil, comungam de uma influência comum, a saber o historicismo alemão de Werner Sombart (1863-1941)⁷. O indianismo romântico comum aos intelectuais dessa geração se deu, portanto, pela influência do conceito de *Kultur* e sua preocupação com um passado livre e o bom viver, que por sua vez, era o oposto ao ideal evolucionista francês de *civilization*. Infelizmente, dado às limitações do período, esses pensadores não tiveram como aprofundar suas linhas de pensamento naquele momento, mas eles abriram perspectivas tanto em seu tempo como em debates posteriores.

Um dos pilares lançados por Capistrano veio de sua proposta de sobre a nação e o dilema do atraso brasileiro. Desse modo, podemos afirmar que Silvio Romero, foi um interlocutor contemporâneo de Capistrano de Abreu no que tange a preocupação de etnias formativas do povo brasileiro. Entretanto, contrapondo-se ao ideal romântico, o jurista sergipano radicado na Escola do Recife, ampliou o leque de possibilidades étnicas inserindo o negro no debate e foi além quando coletou informações por meio do folclore (SOUZA, 2022). Outro pensador que refletiu por uma linha sugerida por Capistrano de Abreu foi Manoel Bomfim em 1902. Ambos os intelectuais adotaram pressuposto comuns, entendendo a classe dominante como exploradora da sociedade e findaram por criticar a colonização portuguesa e as classes dominantes no Brasil.

Em linhas gerais, a obra de Capistrano constitui uma antítese a de Varnhagen quanto a sua composição.

Rival de Varnhagen, Capistrano foi porém, paradoxalmente um seguidor do Visconde de Porto Seguro em vários aspectos. A própria ideia de fazer uma “nova história” do Brasil começou a germinar em Capistrano, de fato, não em sonho, mas a propósito de uma reedição crítica de Varnhagen, isto é, o projeto de fazer alentadas introduções a cada um dos volumes da *História geral do Brasil*. Enquanto surgiram alguns “Capítulos”, ou o esboço deles, parte dos quais publicados, em versão simplificada, a partir

⁶ João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes ou simplesmente João Ribeiro (1860-1934) foi membro da Academia Brasileira de Letras e atuava em várias frentes, entre as quais jornalismo, crítico literário, historiador, entre outras atividades.

⁷ Capistrano de Abreu já apresentava influência do historiador alemão Werner Sombart historiador alemão nascido em 19 de janeiro de 1863 e que veio a falecer em Berlim a 18 de maio de 1941.

Na obra de Capistrano de Abreu (1963) são apresentados indícios explicativos que remetem ao culturalismo. Sua interpretação do Brasil transitou pela análise entre meio e raça, e contrariamente aos humanistas de sua época, já vislumbrava uma visão pessimista acerca de um Brasil melhor.

de 1905, na revista *Kosmos* do Rio de Janeiro, sob o título de “História da pátria.” (VAINFAS, 2004, p. 176).

Varnhagen produziu uma obra excessivamente preocupada com citações, fontes históricas e explicativas, através de inúmeras notas de rodapé, sobre os cronistas coloniais. Por sua vez, Capistrano esteve preocupado em obter uma obra acessível à população, através de uma linguagem fácil, direta, sem muitas erudições, nem rebuscamentos, produzindo assim um livro em volume único de fácil acesso e compreensão popular.

Paralelamente no Recife, o Brasil assistia a uma virada epistemológica a partir do prefácio de Silvio Romero, texto que apresentava o livro de Tobias Barreto. Nesse texto, Romero apresentou novos critérios de cientificidade advindos diretamente da Europa, a saber o positivismo e evolucionismo social darwinista ao que ele denominou de *Bando de Ideias Novas*. Esse conjunto de ideias anunciadas por Romero em 1870 será debatido na sequência do texto a partir da contextualização de dois centros dedicados aos estudos do direito no Brasil criados em agosto de 1826, sendo um deles em São Paulo, com o intuito de atender às populações da região sul e outro em Olinda, dedicado às demandas das populações do Norte do país.

A Escola do Recife

Agosto de 1826 foi uma data importante para os estudos de direito no Brasil. Esse ano ficou marcado pela decisão de criação de dois centros dedicados aos estudos jurídicos, decisão ratificada através de lei de 11 de agosto de 1827. Nesse dia ficou definido a criação de um dedicado às populações do Norte, em Olinda, posteriormente transferido para o Recife, em 1854, e outro centro curso de direito na cidade de São Paulo, com o objetivo de atender as populações da região sul (SCHWARCZ, 1993).

Esses cursos passaram a funcionar de modo incipiente e precário. Em linhas gerais, além da escassez de educadores e falta de uma equipe com legitimidade intelectual, as profissões associadas aos egressos do curso gozavam de pouco prestígio. Apesar dessas dificuldades, esses cursos ajudaram a formar uma elite intelectual, rural dominante, que foram essenciais para a formação de homens que atuaram na política enquanto deputados, senadores, governadores e ministros ao longo do período imperial.

Desde o início, São Paulo e Olinda adotaram perspectivas teóricas distintas. O primeiro se viu mais influenciado pelo modelo liberal, enquanto a

Faculdade de Direito do Recife, de modo muito seminal, já se alinhava com a temática do problema racial, adotando como referência evolucionismo e darwinismo social como modelo de análise. Schwarcz (1993) observou que em Olinda o curso foi arquitetado por um modelo inspirado nas escolas portuguesas. Ela lembra que

Em Olinda tudo se assemelhava a metrópole portuguesa que se buscava combater. A estrutura do curso era idêntica à da escola de Coimbra assim, como os hábitos, já que em pleno verão “era comum ver-se acadêmicos usando chapéu alto, fraque e sobrecasaca preta.” (RAFDR *apud* SCHWARZ, 1993, p. 144)

O curso de direito funcionou na cidade de Olinda ao longo de 22 anos, mas em 1854, veio sua transferência para a cidade do Recife. Uma mudança para além do espaço geográfico, o novo ambiente proporcionou uma verdadeira guinada conceitual e produtiva. Seus intelectuais se lançaram a navegar por outros mares, abandonando a pouca produção intelectual, o enraizamento de base religiosa e o jusnaturalismo católico, passando a ser norteados por uma verdadeira virada na produção intelectual.

O professor Antônio Candido (1959) lembrou que juristas, médicos e engenheiros formavam a tríade de intelectuais que compuseram uma *intelligentsia* brasileira do século XIX. Mais especificamente, coube aos juristas definir o Estado moderno, interpretar as relações entre vida econômica e estrutura política. Em meio a essas atribuições intelectuais, associativas do pensamento social brasileiro, deu-se no Recife uma virada epistemológica no pensamento social brasileiro.

Essas antigas orientações foram abandonadas e se passou a adotar o positivismo científico e evolucionismo como linhas mestras do pensamento social, orientados principalmente por uma obsessão científica com ênfase nos fatores naturais, especialmente à preocupação biológica sobre a raça; etapas históricas; estudos generalizantes e busca pelas grandes sínteses.

O marco dessa ruptura se deu quando Silvio Romero prefaciou o livro de Tobias Barreto apresentando um conjunto de ideias importadas da Europa, mas inovadoras no Brasil. Esse pacote de ideias às quais Romero denominou de *Bando de Ideias Novas*, pautava-se essencialmente pelo positivismo determinista racial. Esse prefácio provocou verdadeiro impacto na estrutura do curso em Recife, decorrendo daí a introdução de novos processos de críticas à história literária e a instrução ao direito e à política. Em um espectro ainda maior, pode-

mos afirmar que o referido texto impactou a monarquia, a hegemonia católica e o romantismo literário, classificados como responsáveis pelo atraso da nação brasileira, desembocando em um movimento reacionário de caráter republicano e positivista-cientificista.

Na avaliação do sociólogo Antônio Candido (1959), a fase compreendida entre 1870 e 1930 ficou marcada pela atuação de intelectuais não especializados, preocupados em formular princípios teóricos capazes de interpretar a sociedade brasileira de modo global. Em linhas gerais, o problema da construção de uma identidade nacional anunciado por Capistrano de Abreu continuou, mas a inserção de um determinismo racial no debate fez desembocar por uma interpretação pessimista de nação, fadada ao atraso. E assim, coube à Escola do Recife a tarefa de interpretar modelos eurocêntricos os adequando a realidade brasileira.

O quadro de referências e paradigmas europeus eram marcados pela ideia de branqueamento das raças, decorrendo aí uma incompatibilidade diante de uma nação miscigenada. Como consequência de uma ideia de branqueamento, surgiram medidas implementadas pelo Estado que se estenderam do fim do tráfico negreiro à abolição da escravatura em 1888. Há de se registrar ainda que não houve nenhuma ajuda ou benefício concedida aos antigos escravos.

De acordo com Boris Fausto (2001), a agenda em voga na transição do Império para a República era guiada por ideais sugeridos por Gobineau (filósofo francês: 1816–1882), Ratzel (geógrafo e etnólogo alemão: 1844–1904) e Agassiz (zoólogo e geólogo suíço: 1807–1873). Esses intelectuais propuseram um conjunto de ideias que levava inevitavelmente a um ideal de dominação branca, amplificada pelo debate da mestiçagem, sugerido Romero. No primeiro quartel do século XX, por sugestão de Oliveira Viana, esse pacote ideológico acerca do branqueamento foi incorporado pelo Estado

O bando de ideias novas: aceitações, críticas e reformulações

Essa seção nos remete ao contexto de uma sociologia constituída pelo positivismo, evolucionismo e republicanismo, elementos característicos da “geração 1870”, uma denominação que merece uma contextualização. Para isso recorremos a professora Ângela Alonso (2002, *apud*, SOUZA, 2022, p. 70), que percebeu nesses intelectuais, o fato de

estarem excluídos politicamente do império. Do ponto de vista intelectual foi possível perceber que, se por um lado, o determinismo biológico e racial funcionou como influenciadores dessa geração, por outro, a ausência

de uma maturidade empírica no Brasil forçou essa geração a buscar na filosofia social e na literatura, componentes propiciadores de uma credibilidade e de uma autonomia no campo.

Por sua vez, o universo da exclusão política é provavelmente um dos indicadores que mais chamam atenção na análise da professora Alonso (2002) sobre a geração de 1870. Além de republicanistas de primeira geração, em linhas gerais, esses pensadores estavam unidos não pela origem, raça ou classe social, mas pelo fato de formarem uma argamassa acadêmica civil e/ou militar que se fez rebelar por meio de diversas manifestações pulverizadas pelo país.

O pacote de ideias que fazia parte daquela agenda flertava com o germanismo aventado por Tobias Barreto e influências positivistas sugeridas por Silvio Romero, ambos na Escola do Recife. Os pensadores dessa geração tinham entre seus limites e possibilidades moldes lógicos e epistêmicos de se fazer ciência transitando de forma desprovida de fronteiras rígidas entre história, geografia, folclore, sociologia e literatura. No nosso entender, esses desbravadores foram pioneiros no pensamento social, classificá-los pela alcunha de intelectuais “pré-científicos” seria no mínimo errôneo, injusto e porque não dizer preconceituoso.

O conjunto de ideias sugerido por esses intelectuais atravessou o final do século XIX, o modernismo literário dos idos de 20 e pautou, de certo modo, o debate da tríade racial replicado na obra *Casa Grande e Senzala* (1933) escrito por Freyre. As ideias e a estruturação do livro apresentada por Romero, apresenta uma análise estruturalmente similar ao que foi escrito pelo pensador e sociólogo pernambucano. Ambas as obras dissecam sobre a contribuição de brancos, negros e índios para a formação do povo brasileiro e utilizam-se do folclore como ferramenta metodológica para coleta e catalogação desse aporte.

Apesar de nítida a influência do jurista sobre o sociólogo, Freyre não se reportou a Romero. Nossa intuição é que isso se deu de forma intencional e premeditada, visto que as ideias de Romero tinham um caráter evolucionista e desembocaram em uma política de branqueamento reforçada por Oliveira Viana. Freyre inverteu a visão pessimista sugerida por Romero que correlacionava o debate do atraso brasileiro com a questão racial e norteava a nação por uma lógica pessimista subserviente.

Essas ideias racistas começaram a ser questionadas, sem muita repercussão, por abolicionistas como Joaquim Nabuco (1849-1910). O médico Nina

Rodrigues, ao analisar o primeiro código civil do período republicano (1891), criticou de certo modo os ideais racistas ao questionar sobre a mesma responsabilidade criminal imputada a brancos, civilizados, provido de razão e outras etnias, índios e negros, considerados inferiores e desprovidos de racionalidade e por isso inaptos a assumirem seus atos penais. Já em 1902, Manoel Bomfim, apresentou uma tese ousada criticando o parasitismo europeu. Navegando no contra paradigma, seus ideais foram criticados, acusados de ausência empírica e por isso abandonados, sendo recuperados pelo estudos pós-coloniais após quase 70 anos.

Romero e Rodrigues, Recife e Bahia, de certo modo, estavam dialogando nas entrelinhas das necessidades de comprovações empíricas. Se o primeiro recepcionou e difundiu princípios positivistas no Brasil, Rodrigues teve o mérito de percorrer diversos terreiros nas periferias de Salvador, pesquisando sobre fenômenos de transe e possessão nos rituais afro, consolidando uma tradição empírica, que transitava a FAMEB. Veremos a partir agora a importância das teses sugeridas por Silvio Romero no campo do debate étnico e metodológico propondo pela fabula das três raças e o folclore como método, respectivamente.

Silvio Romero

Sergipano, natural de Lagarto, Silvio Romero concluiu o curso de Bacharelado em Direito, na Faculdade do Recife em 1873. Ele

iniciou sua atividade intelectual como jornalista e crítico literário no primeiro ano do curso, momento em que professou advogar abertamente a adesão ao positivismo de Augusto Comte e a alguns elementos da perspectiva evolucionista de Herbert Spencer. (BARBOSA, 2018, p. 43-44)

Esteve embebecido com parte dessa agenda que norteava o IHGB, preocupado com o dilema da nação e, assim, proclamou a necessidade pela busca de três elementos étnicos como formadores do povo brasileiro.

Conforme observado pelo professor Ivan Barbosa (2018, p. 49), “as primeiras análises sobre o fenômeno literário no Brasil dos noventa, assentadas em presumidos critérios objetivos, contaram com a significativa contribuição da geração de 1870.” Silvio Romero, influenciado pelo positivismo e pela busca do objeto como ele observou que

a literatura romântica e a indianista eram efeitos de uma imitação e desmereciam o componente negro e mestiço no processo de inspiração de obras e fenômenos culturais que manifestavam a autenticidade da situação nacional. O que existia como realidade modeladora da “excentricidade” e singularidade do brasileiro não estava apenas no português, no índio ou no africano. Essa realidade, apreendida em função de fatores biossociológicos, era o mestiço. (BARBOSA, 2018, p. 50)

Romero recorreu à literatura e ao folclore, e percebeu que no Brasil essas raças não permaneceram puras, deu-se no Brasil uma miscigenação racial, que foi o amálgama e ao mesmo tempo o motivo para o atraso brasileiro, conforme o autor. Seu texto “Introdução à história da literatura brasileira” (ROMERO, 2002 [1882]), apresenta um roteiro constituído de capítulos como:

“teorias da história do Brasil”, “a filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro”, “o meio”, “fisiologia do brasileiro”, “a nação brasileira como grupo etnográfico e produto histórico”, “raças que constituíram o povo brasileiro o mestiço”, “literatura e folclore”, “tradições populares cantos e contos anônimos alterações da língua portuguesa no Brasil.” (ROMERO, 2002, [1882]).

Por fim, Romero propôs novas contribuições para o estudo do folclore brasileiro sugerindo a análise de fatores antro-etnológico do “*branco*”, “*negro*” e “*índio*”. Sua proposta era inovadora à medida em que se afastava do padrão civilizatório do branco e da hipervalorização romântica do nativo e trazia novos elementos para o debate como o negro e o mestiço. Essa ideia revolucionária encontrou interlocutores como Felisbello Freire, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Felte Bezerra entre outros⁸. A estrutura pensada por Romero e a relação meio geográfico e contribuição cultural por raça está presente ao menos em quatro grandes obras do pensamento social brasileiro: *História de Sergipe: 1575-1855* (1891); *Os sertões* (1902); *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Etnias sergipanas* (1950).

⁸ Lembremo-nos, mais uma vez, que o nosso foco é analisar a estrutura predominante no pensamento social na transição do Império à República. A avaliação sobre Freyre remeteria aos idos da década de 1930 e de Bezerra uma década depois, culminando com a publicação de *Etnia sergipanas* (1950), considerado livro referência do autor. Assim sendo, embora anunciados, dada a natureza deste texto, os dois últimos não serão apreciados aqui.

Felisbello Freire: meio e raça/etnia para compreender a nação brasileira

A estrutura que correlacionava descrição do meio geográfico, com povoamento territorial e consequentemente à adaptabilidade da raça, esteve presente em *História de Sergipe: 1575-1855*, obra escrita pelo sergipano Felisbello Freire em 1891, onde podemos perceber a influência da reflexão de Romero e a preocupação com o tema da nação. Ao debater sobre as raças *turanianas*, esses autores estão norteados por um debate antropológico como elemento reivindicador de uma nação. Nesse sentido, o território nacional conclamado não corresponde necessariamente às fronteiras e limites políticos, mas sim étnico raciais, típico do pan-nacionalismo que existiu no determinismo geográfico e antropológico alemão de Ratzel. Freire (1891, p.14) fala então que

[...] esta posição dúbia, que o ilustrado critico sergipano Sylvio Romero põe em saliência, mostrando que a substituição proposta pelo litterato portuguez do nome *Seytho-mongolicas* pelo de *raças turanianas*, não indica mais do que a convicção do litterato portuguez sobre a inanidade do *turanismo*, a impossibilidade de uma divisão symetrica das línguas, como diz Gaidoz, do mundo inteiro, em uma triada de famílias não se prestando a natureza a uma cathégorisação tão simples.

Deixando isto, porém, de lado, vejamos se a primitiva raça que colonizou o Brasil foi a raça *turaniana*, como quer Theophilo Braga.

No Brasil, Sylvio Romero já refutou o *turanismo*, auxiliado pelos trabalhos de Meyer, Nott e Gliddon.

Pela referida citação, nota-se que Freire está preocupado em debater as ideias de Romero acerca sobre raça e povo brasileiro como elementos constitutivos de uma nação e ressalva a dificuldade de fazer isso pelo idioma, enaltecendo o debate racial. No primeiro capítulo, Freire discutiu sobre elementos mineralógicos e arqueológicos, passando depois a abordar os “*Elementos ethnicos do brasileiro. Sua physiologia e psychologia*” “[sic]”, analisou os diferentes tipos físicos e o resultado do cruzamento desses. No terceiro capítulo, ele apresentou os “*Factores externos da civilização no Brazil*” “[sic]”. O *Evolucionismo, a melhor teoria histórica*”, e mostrou a importância de estudos que relacionam homem e sua adaptação ao meio.

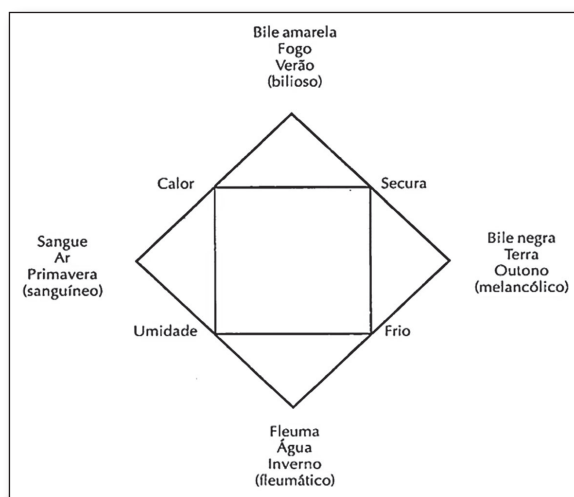
No que tange à psicologia, Freire (1891, p. 48) assinalou uma distinção entre povos do Norte e do Sul, onde os primeiros estariam

habitando uma zona mais fértil, sente a vida mais fácil e, por conseguinte, torna-se mais indolente, o que dificulta o espírito de iniciativa, a organização da indústria, o levantamento da descrença contra as classes dirigentes da política.

Assim sendo, Felisbelo Freire estabeleceu uma relação determinista entre clima, adaptação, sistema nervoso e industrialização, que muito lembra as quatro disposições propostas por Hipócrates (400 a 370 a.C.), considerado o pai da medicina.

a célebre relação entre elementos da natureza e comportamentos humanos, assim exemplificado:

Figura 1: Elementos da natureza e comportamentos humanos segundo Hipócrates



Fonte: Oliveira; Lima (1996).

[...] os evolucionistas do século XIX utilizaram as correlações hipocráticas com interesses de implantar uma dominação ideológica estabelecendo conexões entre elementos biológicos e tipos comportamentais. No primeiro grupo, destacamos pessoas com predominância sanguínea, regidos pelo ar, guiados pela primavera e que apresentavam, predominantemente, comportamentos impulsivo e irritado. O grupo seguinte é norteado por indivíduos fleumáticos e suas correlações com a água, o inverno, em indivíduos sonhadores, pacíficos, dóceis, presos aos hábitos e distantes das

paixões. O oposto a esse grupo é aquele onde os indivíduos são marcados pela raiva, pela cólera ou bÍlis amarela, com predominância do fogo, do verão, que caracterizam o sujeito ambicioso, dominador, com propensões a reações abruptas e explosivas. Por fim, o tipo melancólico, marcado pela bÍlis negra, no qual encontramos um perfil de sujeito arraigado à terra, norteado pelo outono, um indivíduo nervoso, pessimista, rancoroso e solitário. (SOUZA, 2022, p. 199).

A relação entre meio e raça pautava uma agenda entre Norte-Sul, sertão e litoral dado, em geral, pela expectativa de um homem rústico, marcado pela raiva, típico do homem sertanejo em oposição ao tipo civilizado sulistas e/ou litorâneo, ligado a climas mais frios. O determinismo geográfico determinístico de uma psique humana esteve presente na noção preconcebida de um sertão descolorido e sem vida de Euclides da Cunha, revelando-se, assim, uma primeira contradição entre uma expectativa literária e sua comprovação empírica (SOUZA, 2022).

Euclides da Cunha um republicano

Euclides da Cunha (1866-1909) foi um escritor e jornalista, formado na Escola Militar, instituição pautada nos altos estudos e voltadas para as ciências exatas, matemática e formação para engenharia. Fez parte do grupo dos republicanos, com orientações muito próximas dos jacobinos e como tal responsabilizava o império pelo atraso brasileiro.

Filiou-se a esse grupo, tentou se tornar deputado, chegou a intervir dentro do Exército Brasileiro e participou do Ministério das Relações Exteriores, junto ao Barão de Rio Branco. Conhecendo essa realidade é possível a conjecturara que Cunha tinha pretensões de se tornar um grande líder republicano, mas a chegada desse grupo ao poder, desiludiu o referido intelectual e uma das práticas políticas que mais o decepcionou foi a do desterro, uma técnica pautada no distanciamento geográfico de seus inimigos políticos, enviando-os para regiões desérticas como Amazonas, Minas Gerais etc.

Influenciado pelos ideais cientificistas do século XIX e, portanto, defensor do processo civilizatório, Cunha via a prática do desterro com muita tristeza. Sua decepção, descontentamento e rebeldia com tais práticas lhe custaram caro. Então, mesmo ele pertencendo ao alto quadro do exército brasileiro, foi enviado a trabalhar no interior de Minas Gerais, seguindo posteriormente para as fronteiras do Norte do Brasil.

Cunha tinha formação e domínio em ciências exatas e desenhos técnicos, e por isso foi incumbido de mapear, descrever e publicar textos de lugares até então pouco conhecidos, a exemplo da região Amazônica ou “deserto verde”⁹. Enviado para cobrir jornalisticamente a Guerra de Canudos, aí se deu uma virada em seu pensamento, quando em Monte Santo na Bahia, “o homem das letras e ciências” se defrontou com um sertão vivo, totalmente diferente daquele anunciado pela literatura de sua época (GALVÃO, 1984; 2004).

A obra *Os Sertões* foi escrita em um misto de euforia pelo impacto empírico de seu autor na região, mas muito influenciado pelo evolucionismo da época sobre esse intelectual. Esse traço é bastante nítido na forma como Cunha se reportava à região, denominando-a de Tróia de Taipa, seus combatentes, os jagunços etc. O livro é dividido como uma peça de teatro grego, são apresentados: o cenário, dado pelo sertão; os atores, compostos por jagunços e sertanejos; e por fim, o ato final, a guerra.

Ele seguiu o cientificismo de Silvio Romero e como profundo conhecedor das ciências naturais, Cunha descreveu a geografia do sertão nos seus mínimos detalhes. No segundo capítulo, temos a presença humana e a disputa feroz pela disputa hegemônica do território em questão. Influenciado pelas ideias de seu tempo e preso também às suas convicções subjetivas pessoais, Cunha finda por valorizar o branco, representado pelo exército, fazendo prevalecer o cientificismo evolucionista que permeava a geração de 1870 a 1930. Por fim, temos o “ato final” dado pelo capítulo intitulado “A luta”, no qual são narradas as batalhas em Bole Monte.

O pensamento de Euclides da Cunha é marcado pelo cientificismo evolucionista de sua formação e sua postura romântica, que tende a valorizar o sertanejo como herói nacional, apesar de denominá-lo jagunço. A obra situada em um período de secularização do pensamento tem o mérito de propor um Brasil diferente, dado pela contradição entre o litoral moderno e o sertão arcaico, região habitada pelos desvalidos, esquecidos pelo Estado, pela ausência de leis, onde imperam os mais fortes.

⁹ A categoria *deserto* que se caracteriza pela ausência do Estado, delimitando um território marcado pela ausência de perspectivas, governo e leis, fazendo prevalecer a lei do mais forte. O deserto é dado pelo abandono e esquecimento, portanto o “deserto da Amazônia” e “deserto do sertão baiano” são tidos como sinônimos de sertão, de esquecimento estatal, configurando assim um *lôcus* de resistência muito forte ao processo civilizatório (BEZERRA, 1984).

Considerações finais

O presente texto foi guiado pela sociologia do conhecimento ou sociologia dos intelectuais intuída por Mannheim, cuja preocupação é a formação de uma *intelligentsia* responsável por gerenciar os conflitos entre diferentes grupos ideológicos. No período em questão, o Brasil vivia intensos conflitos entre diferentes elites políticas, por isso foi criado o IHGB, com a missão de coletar uma documentação e criar um discurso capaz de apaziguar tais diferenças. Lamentavelmente essa missão não teve êxito, pois ficou restrita ao Rio de Janeiro, à corte e aos seus hábitos afrancesados.

Enquanto isso, no Recife, o mestiço Tobias Barreto, por coerências de seu itinerário pessoal, findou por optar pela oposição à corte, recepcionando o germanismo no Brasil. Na sequência, Silvio Romero, que também estava no Recife, trouxe ideias positivistas e evolucionistas para o Brasil e contradições ao germanismo. Ele, no entanto, reconhecendo a autoridade de Tobias Barreto, procurou evitar enfrentamentos com esse, praticando uma sociologia do conhecimento passível de análises ritualísticas e cotidianas (COLLINS, 2004). Esses pensadores, apesar de suas divergências e opções intelectuais, respeitavam-se mutuamente, tanto que, no prefácio do livro de Barreto, escrito por Romero, encontra-se o conjunto de ideias que irão marcar a geração de 1870.

Sua ideia sobre fabula das três etnias formativas - folclore como método, meio geográfico e adaptabilidade cultural -, influenciaram obras de vários republicanos da Primeira Geração, entre os quais se encontra Felisbelo Freire e Euclides da Cunha. Mais que isso, suas ideias sobre a composição étnica do povo brasileiro ultrapassaram os idos de 1930 e estiveram presentes nas obras de Gilberto Freyre, que fez questão de omiti-lo, muito provavelmente em face a sua ligação com o branqueamento e o determinismo racial. A substituição de uma ideia pessimista de nação dada pela mestiçagem, sendo substituída por um ideal otimista dado pela miscigenação agradou os interesses de construção de um Estado ufanista, projetou o Brasil enquanto laboratório racial, despertando a atenção de intelectuais internacionais que queriam testar a hipóteses raciais aventadas por Freyre, chamando também a atenção da UNESCO, interessada em compreender a harmonia entre diferentes povos e etnias e atraiu capital internacional, e preocupada em investir em territórios distantes dos conflitos mundiais.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. de. **Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963.

ALBUQUERQUE JR., D. M. “O Nordeste é uma invenção das elites agrárias”. **Revista IHU on-line** (Instituto Humanitas Unisinos), 2017. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573122-o-nordeste-e-uma-invencao-das-elites-agrarias>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ALBUQUERQUE J.R., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOSA, I. F. Lugares de Silvio Romero na sociologia brasileira. **Revista TOMO**, Sergipe, n. 32, p. 41-70, jan./jun. 2018.

BARBOSA, Ivan Fontes. Considerações sobre as dimensões políticas do conhecimento em Karl Mannheim. **Revista Latitude**, Maceió, 2019. p. 57-79. v.13, n.1.

BARBOSA, I. F. Considerações sobre as dimensões políticas do conhecimento em Karl Mannheim. **Latitude**, [S. L.], v. 13, n. 1, p. 57-79, 2019. DOI: 10.28998/lte.2019.n.1.6359. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/6359>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BEZERRA, F. **Etnias sergipanas**. 2. ed. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1984.

BORTOLI, L. V.; GALLON, S. A repercussão da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim no Brasil: uma análise da presença do autor no país e nos estudos de administração. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, [on-line], v.14, n.3, p. 166-181, set./dez. 2015.

BOURDIEU, P. Sistema de ensino e sistema de pensamento. *In*: **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 203-230.

CÂNDIDO, A. A sociologia no Brasil. *In*: **Enciclopédia Delta Larousse**. Rio de Janeiro: Delta S/A, 1959. p. 2216 - 2232.

COLLINS, R. **Interaction ritual chains**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FONTANA, F. A Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim aplicada ao Pensamento Político e Social Brasileiro. *In*: CÊPEDA, Vera Alves; MAZUCATO,

Thiago; FONTANA, Felipe. (orgs.). **Interfaces da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim**. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2015. p. 205-258.

FREIRE, F. **História de Sergipe: 1575-1855**. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1891. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221700>. Acesso em: 17 jul. 2020.

FREYRE, G. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2013.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GALVÃO, W. N. (org.). Euclides da Cunha: Os sertões. In: MOTA, Lourenço. (org.). **Introdução ao Brasil**: Um banquete no trópico. 4.ed. São Paulo: Ed. Senac, 2004. p. 151-170.

GALVÃO, W. N. (org.). **Euclides da Cunha**. São Paulo: Ática, 1984.

GODOY, J. M.T. de. Formas e problemas da historiografia brasileira. **História Unisinos**, v.13, n.1, p. 66 - 77, jan./abr. 2009.

LIMA, J. C.; CORTES, S. M. V. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 416–435, 2013. DOI: 10.15448/1984-7289.2013.3.16522. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16522>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MANNHEIM, K. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MANNHEIM, K. **Essays on the sociology of knowledge**. London: Routledge e Kegan Paul LTD, 1964.

MORENO, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RORIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (org.). **Identities brasileiras**: composições e recomposições. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 07-30.

PEIXOTO, F. A. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001. p. 477-532. Vol. 1.

PIVA, L. G. **Ladrilheiros e semeadores**: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Ed. 34, 2000.

ROMERO, S. Introdução à história da literatura brasileira. *In: Literatura, história e crítica*. Rio de Janeiro: Imago. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe [1882] 2002. p. 03-12.

ROMERO, S. **A América Latina**: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim. Porto: Chardron, 1906. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25976>>. Acesso em: 22 abr.2022.

ROSI, B. G. **Squaremas, Luzias, o Brasil e os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: 2016. Tese (Doutorado apresentado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2016.

SCHWARCZ, L. K. M. **O espetáculo das aças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, F. S. **Felte Bezerra**: um odontólogo no contexto de recepção das ciências sociais no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

VAINFAS, R. Capistrano de Abeu: capítulos de história colonial. *In: MOTA, Lourenço. (org.). Introdução ao Brasil*: Um banquete no trópico. 4. ed. São Paulo: Ed. do Senac, 2004. p. 171-190.

VIEIRA, C. E. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista brasileira de história da educação**, v. 8, n. 1 [16], p. 63-85, jan./abr. 2008.

Recebido em: 25 de outubro de 2021

Aprovado em: 11 de outubro de 2022

“O LEGADO DE EVA”: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MULHERES E SEU TRABALHO NO RIO DE JANEIRO NA VIRADA DO SÉCULO (XIX – XX)

Lucas Gabriel Feliciano COSTA¹

RESUMO: Este artigo investiga vida e trabalho (livre) de mulheres na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 até 1902. Objetivamos identificar e caracterizar, a partir de fontes primárias e secundárias, generalidades sobre a vida de mulheres na sociedade estudada, evidenciando (i) seus processos de socialização; (ii) sua inserção nos mundos do trabalho à época. Fazemos uma pesquisa documental relacionando fontes, valendo-nos principalmente de anúncios e textos de jornais e revistas da época acessados pela Biblioteca Nacional Digital. Propomos que existe uma relação intrínseca entre a configuração da instituição social “família” e seus membros e o trabalho de mulheres de diferentes posições sociais. Argumentamos que o processo de identificação e da construção de papéis sociais da mulher e do feminino como modelos rígidos de “filha”, “mãe” e esposa”, impulsionaram uma determinação dos ofícios e serviços de mulheres privilegiadas econômico e culturalmente ou não.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho de mulheres; relações sociais de sexo; prendas do bello sexo; papéis sociais; socialização.

“EVA’S LEGACY”: SOCIAL REPRESENTATION OF WOMEN AND THEIR WORK IN RIO DE JANEIRO ON THE TURN OF THE CENTURY (XIX – XX)

ABSTRACT: *This article investigates life and (free) work of women in the city of Rio de Janeiro between 1889 and 1902. It aims to identify and characterize, based on primary and secondary sources, generalities of women’s life back in that society, remarking (i) their*

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia – GO – Brasil. Bolsita Capes. Mestre em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1774-1780>. lucasgfc.lg@hotmail.com.

social process of socialization; (ii) their insertion in the work worlds back then. We develop documental research relating different sources, especially making use of advertisements and texts from newspapers from that time, accessed through the Digital National Library of Brazil. We propose that there is an intrinsic relation between the configuration of the social institution “family” and its members and the work of women from different social positions. We argue that the processes of identification and construction of social roles of both woman and feminine as rigid models of “daughter”, “mother”, and “wife”, boosted a determination of crafts and services of women economic and culturally privileged or not.

KEYWORDS: *work of women; social relations between sexes; prendas do bello sexo; social roles; socialization.*

– *Você deveria ter nascido...*
– *Homem?*
– *Homem e advogado. [...]*

Helena, Machado de Assis

Relembrando Eva: Introdução, proposições e objetivos do trabalho²

Este artigo tem por objetivo principal caracterizar, a partir das fontes primárias e secundárias, as generalidades sobre a vida e o trabalho das mulheres na cidade do Rio de Janeiro na transição do século XIX para o século XX (1889-1910), tendo como marco de início do período o fim da escravidão negra e a Proclamação da República no Brasil, e fim, a primeira década do novo século. Com o objetivo de conhecer como se deu o processo de inserção das mulheres no mundo do trabalho produtivo e as principais ocupações que desempenhavam à época, buscamos entender quem eram e o que podiam essas mulheres fazer dentro e fora de casa. Para isso, nos dedicamos a compreender as representações e papéis sociais a elas atribuídos no Brasil dos oitocentos e do início dos noventa.

Partimos da seguinte proposição: existe uma relação intrínseca entre a configuração da instituição social “família” e seus membros e o trabalho de mulheres de diferentes posições sociais. Argumentamos que o processo de individualiza-

² Este artigo contém parte dos resultados da nossa pesquisa de mestrado intitulada *O som das patricias: mulheres e seu trabalho no mundo da música carioca (1889-1902)*, defendida em julho de 2022 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Professor Doutor Jordão Horta Nunes (UFG).

ção (ELIAS, 1990), identificação (DUBAR, 2001, 2009) e da construção de papéis sociais da mulher e do feminino como modelos rígidos, impulsionaram uma determinação dos ofícios e serviços de mulheres prestigiadas econômico e culturalmente ou não. Esses modelos podem ser entendidos como uma segunda natureza (ELIAS, 1990) e, ainda, resultado das configurações das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho, pensados politicamente e integrados ao projeto civilizatório e de modernização do Estado-Nação brasileiro à época estudada.

Entendemos que a identificação de mulheres como “filha”, “esposa” e “mãe” é fruto de representações sociais, oriundas das relações sociais que as criam, reproduzem, desvirtuam e efetivam pela prática (ELIAS, 1990; KERGOAT, 2003) durante o processo de individualização dessas mulheres; processo esse que é constante de constituição e formação enquanto indivíduos particulares, porque partícipes de uma figuração social; suas formas de ser, em seu presente e devir, estarão sempre limitadas às características que lhe dão essa figuração. Em outras palavras, é-se “filha”, “mãe” e “esposa” tal como definem e comportam as estruturas sociais — estrutura da cadeia de relações interdependentes — de um tempo e espaço, fruto de um acordo cumulativo que formam relações funcionais (daí se derivam identificações e papéis sociais). Estrutura e regularidades formam-se no progressar das relações entre pessoas individuais que formam as unidades parciais e completas de uma sociedade (ELIAS, 1990; 2002).

Acreditando na existência de um projeto modernizador e civilizador das instituições sociais e políticas do Brasil, potencializado na segunda metade do século XIX. Percebemos que transformações significativas aconteceram na vida “d'A mulher” (representação social do indivíduo do sexo feminino) para fazer existir e efetivar-se como *habitus* (BOURDIEU, 1989) esses modelos rígidos femininos.

No entanto, verificamos que essas transformações afetaram de maneira diferente a diferentes mulheres. É importante lembrar que esses modelos não eram assimilados da mesma forma por indivíduos de estratos sociais distintos. Seja o ser mulher de um jeito determinado e o ser homem de um jeito determinado também ditos universais e desejados pelos formadores do arbitrário cultural, nem sempre essas condições se davam por completo no cotidiano de despossuídos e desprestigiados, mas de alguma forma estavam presentes em suas vidas (CHALHOUB, 2012).

Percebemos que os principais tipos de trabalho e atuação profissional livre para mulheres de posições sociais baixas e desprestigiadas, pretas e mestiças (vocabulário da época), estavam diretamente relacionados às “prendas do bello sexo”,

atividades tradicionalmente aprendidas pelas mulheres na primeira socialização no espaço da casa. Era o trabalho doméstico na condição de criada, ocupação guarda-chuva, que aglutinava diferentes tipos de serviços e exigências sob um único nome. Pela necessidade, pela urgência de sobreviver, essas mulheres sempre trabalharam, mesmo que associadas afetivamente (em relação de amasamento) a um homem (CHALHOUB, 2012). Como sua relação com o trabalho era maior, acabavam por experimentar certa autonomia e independência de seus parceiros do sexo oposto, subvertendo a característica submissão do ser mulher e experimentando formas diferentes de relações amorosas e da vivência social como um todo.

Já as sinhás e senhoras, brancas, de posições intermediárias e superiores também tinham parte do seu trabalho remunerado ou gratuito ligado às “prendas...”. Contudo, suas trajetórias eram divergentes das de outras camadas sociais. Investigamos em que condições estas mulheres se apresentavam ao trabalho produtivo, ou seja, o que lhes levava a buscar trabalho mesmo pertencendo a grupos sociais de maior capital econômico. Uma de nossas hipóteses é de que isso acontecia quando estavam já desassociadas de um homem provedor (pai, marido, irmão mais velho) do núcleo familiar em que viviam, uma vez que só na ausência destes elas estariam permitidas a buscar “ganhar a vida de forma honrada”. Nelas, podemos ver maior assimilação dos modelos e maior dependência social e econômica de seus parceiros. Sobre suas formas de ganhar a vida, verificamos que as ocupações de professora, costureira e secretária predominam no período estudado, mas também encontramos outras ocupações tidas como femininas, como a de tipógrafa.

*

Sobre o processo e procedimento de pesquisa, desenvolvemos uma pesquisa documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA; GUINDANI, 2009; CELLARD, 2008; PIMENTEL, 2001 [não consta referência para esses autores, incluir]) em material primário e secundário, somando informações de ambos os grupos para construir nossas respostas de pesquisa. A depender da natureza de cada material analisado, mobilizam-se abordagens distintas que se ajustem à demanda do material. Em nosso caso, privilegiamos a análise do discurso (THOMPSON, 2000) e de representações sociais (BECKER, 2015) para os textos de periódicos, e fizemos leituras do material iconográfico baseadas em princípios da semiótica. Por fim, nossa metodologia e proposta de procedimentos técnicos de pesquisa se desenvolve de maneira afim e coerente à proposta de John Thompson (2000) para análise de formas simbólicas.

Das fontes primárias, valemo-nos principalmente do material da Hemeroteca Digital³ disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (BNDB)⁴. Através dos mecanismos próprios de pesquisa da Hemeroteca (GIORDANO, 2016 [não consta referência para esses autores, incluir]), pesquisamos por palavras e expressões⁵ que nos ajudaram a localizar informações em diferentes tipos de texto sobre mulheres trabalhadoras. Em cortes de 10 anos (1880-1889; 1890-1899; 1900-1909), pesquisamos principalmente por anúncios de oferta e demanda de trabalho a mulheres, privilegiando os periódicos de maior circulação na capital do país à época estudada; assim, destacam-se *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde*.

Contam os antigos: contexto e referencial teórico

A relação entre trabalho e sociedade no Brasil tem sua história atravessada pela escravidão negra. No IV século brasileiro após a chegada da máquina colonizadora e mercante, esse sistema ainda é o motor principal da criação de riquezas e da geração de bens à vida e existência. Essa força de trabalho, fruto do tráfico ultramarino que cresce vertiginosamente a partir do século XVII (cf. FAUSTO, 2012), estava sob posse e controle de grandes senhores de terras, patriarcas latifundiários, principais agentes dominadores da grande sociedade agrária brasileira. A fusão desses dois aspectos — a presença do cativo negro e o exercício de poder tradicional do velho patriarcado latifundiário — farão parte de leituras sobre a história da formação econômica e da sociedade de trabalho nacional (cf. SAFFIOTI, 1974; 1985; CARDOSO, 2019).

Mesmo que por diferentes abordagens (ainda que predominando as de filiação marxista), as interpretações da transição do trabalho escravo ao trabalho não escravo e livre convergem em alguns pontos importantes sobre o tema: a formação e o estabelecimento de um Estado capitalista no Brasil se identifica com a *quasi*-inércia e posterior ocaso da escravidão no país; a herança escravista somada à mescla entre instituições sociais tradicionais (tradicional-patriarcalista); dependência forte, especialmente no setor agropecuário, da força de trabalho escrava

³ Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁴ BNDB - Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁵ Como parte de uma pesquisa maior (cf. nota 2), reproduzimos aqui as principais palavras e expressões usadas na investigação para a dissertação que levaram, também, aos resultados de busca reproduzidos em imagem aqui: “cantora brasileira”; “compositora”; “maestrina”; “procura professora”; “professora de bandolim”; “professora de canto”; “professora de música”; “professora de violino”; “professora”; “trabalho feminino”; “trabalho para senhoras”; “trabalho para mulheres”; “criada”; “aluga-se uma moça”.

negra e dependência econômica dos países de capitalismo central; e a introdução de um pensamento social moderno “alienígena” (pensamento capitalista liberal burguês) resulta num estado antissocial que deu acesso aos mecanismos institucionais a apenas alguns grupos sociais, constituindo um grande conglomerado oligárquico (BOSI, 2012; CARDOSO, 2019; SAFFIOTI, 1976, 1985).

Esses pontos possibilitam chegar a algumas consequências do processo: a fundação de um Estado capitalista no Brasil não é condição para a existência de outras formas de trabalho para além da escrava; no entanto, durante a existência legal da escravidão negra e depois dela, a transição resulta em forte degradação do trabalho manual e, por consequência, de seus executores. Adalberto Cardoso (2019) vai dizer que isso aconteceu porque a ética do trabalho oriunda da escravidão foi a desvalorização do próprio trabalho, braçal, do corpo, do relegado aos corpos negros que pagavam com o suor sua existência odiosa e amaldiçoada — discurso religioso cristão. Deus anunciou, com voz barítônica e decisiva, a condenação do humano ao trabalho, mas parte de sua criação, a colonizadora, fez a seleção de quais corpos condenar: “E para o homem ele [Deus] disse: [...] Com fadiga tirarás dela [da terra] o alimento durante toda a tua vida. [...] Comerás o pão com o suor do teu rosto [...]” (BÍBLIA, Gênesis, 3, 17).

O fim jurídico, mas não social, da escravidão com a lei Áurea em maio de 1888 se encontra com a Proclamação da República brasileira em novembro de 1889. Não só estavam em transição as formas de existir as relações dos mundos do trabalho, como também a ordem jurídica do Estado, transformada forçosamente por um golpe militar (FAUSTO, 2012; MOTA; LOPEZ; SILVA, 2015). Esse Estado nascente se dizia, ou se projetava, capitalista e liberal, ou seja, em referência ao modelo ideal-típico, ajustava a ordem, a regulação “por meio da luta política”, e dava facticidade a organização “dos modos de distribuição dos recursos escassos resultantes da operação automática (garantida pela força) do direito de propriedade privada dos meios de produção” (CARDOSO, 2019, p. 75). Quer dizer, seria o Estado agora um ponto centralizador e regulador das formas de acesso à propriedade privada, às oportunidades de acesso a bens e experiências e aos meios de (re)produção da vida material; regularia também a distribuição de recursos sociais (meios de vida e riquezas).

Com a abolição, a experiência de transição do trabalho escravo ao trabalho não escravo e livre no Brasil não pode ser pensada como um momento uno e geral, senão mais bem fragmentado, longo e que assume ritmos diferentes em diversas partes do país. Portanto, houve diferentes transições (CARDOSO, 2019; cf. NEGRO; GOMES, 2006). No Rio de Janeiro oitocentista, por exemplo, que convivía com um regime escravista diferente de outras áreas menos

urbanizadas do país, em que predominavam os escravos ao ganho, de ganho ou de aluguel, viu-se a coexistência de trabalho escravo e não escravo em algumas mesmas ocupações. Destarte, como existiam pessoas escravizadas, libertas e livres desenvolvendo o mesmo trabalho ou dividindo o mesmo espaço de labor, há de se pensar que seu trabalho era identificado e caracterizado da mesma forma. Em outras palavras, reiterando as ações, os papéis e as posições sociais que lhes eram determinados (guardadas as devidas distinções da leitura social desses corpos que trabalhavam). Houve uma demora na formação de uma população livre. No entanto, independente de qual fosse sua classificação social (trabalhadora ou trabalhador escravo, liberto ou livre), o que importa em relação a esse fato é a correspondência de um grupo social a um tipo de trabalho que lhe é justo fazer. Sendo assim, sabemos que esse grupo de desprestigiados — brasileiros ou não — fará o trabalho sujo, o trabalho desvalorizado, de baixo valor e de menor empreendimento (aos participantes de camadas médias que conseguiam manter pequenos negócios; pequenos comerciantes, por exemplo) (cf. CHALHOUB, 2012), ou seja, o trabalho que os membros das grandes famílias patriarcais, de alto estamento — de “sociedade” — não vão fazer.

Nessa transição, para além de considerar a escravidão na formação socioeconômica nacional, Heleieth Saffioti (1985) nos obriga a nomear esse Estado de capitalista-patriarcal, termo que sintetiza uma agudização das contradições dos modos de produção capitalista e das sociedades de forma patriarcal que se instaura institucionalmente. Acrescenta-se uma variável ao complexo da análise: sexo. A autora identifica que, assim como no capitalismo se hierarquizam as atividades de produção e reprodução da vida, no patriarcalismo se hierarquizam os agentes responsáveis por essas atividades. Somando o referencial marxista a uma leitura feminista das relações sociais⁶, ela chama a atenção para a correspondência e destinação histórica das mulheres ao trabalho reprodutivo. Então, a mulher e o seu trabalho são ao mesmo tempo desvalorizados e subalternizados. A divisão sexual do trabalho estará na base da subordinação da mulher ao homem na experiência das relações sociais, e isso será ainda mais crítico em sociedades de tipo capitalista. E aqui está nosso ponto de inflexão entre relações de trabalho e relações sociais de sexo.

Estamos investigando mulheres e suas atividades profissionais em um determinado tempo histórico. Para fazê-lo, entendemos a categoria adscrita “sexo” como uma distinção biológica e social básica geradora de conflitos e

⁶ Especialmente pensando a consubstancialidade das opressões sofridas por mulheres trabalhadoras, acenando para a definição de Helena Hirata (2014).

tensões sociais entre os indivíduos⁷, e que se estende para os “mundos” em que participam e trabalham. Logo, precisamos de uma ferramenta conceitual para estudar as relações entre os indivíduos de sexo diferente para que possamos associá-las às teorias sociais que fundamentam nossa abordagem (relacional e processual), baseada principalmente em princípios da sociologia elisiana.

Fazemos, a partir de uma associação teórica coerente, uma aproximação entre as teorias de Norbert Elias e das teorias de materialistas francesas que é pouco usual, senão nova, no âmbito dos estudos de trabalho e gênero. Em nossa abordagem do tema, buscamos por teorias que nos ajudassem a partir de uma ideia de sociedade fundada em relações de indivíduos e posições desses indivíduos dentro de uma figuração configurada em espaço social, uma vez que entendemos que o trabalho das pessoas, direta ou indiretamente, é uma atividade relacional orientado por convenções de um “mundo” que organiza todas essas pessoas e seus trabalhos. Ao identificarmos os sujeitos de pesquisa, mulheres trabalhadoras, necessitávamos de uma ferramenta teórica coerente que nos possibilitasse identificar e compreender como se dão as relações sociais entre indivíduos de sexos diferentes. Daí o cruzamento das teorias de Elias e das autoras francesas através do conceito de relação. Não deixamos de reconhecer a existência de abordagens relacionais no estudo do trabalho, como acontece em pesquisas de Marie Buscatto (2019), mas que usam outras referências. Infelizmente, estas e outras discussões não cabem nos limites deste texto de gênero que nos obriga à supressão de valiosíssimas elucidacões teóricas e contextuais, bem como outras tantas notas explicativas.

Entendemos que as teorias das relações sociais de sexo e suas atividades ou formas de expressão — divisão sexual do trabalho; divisão sexual do poder; e categorização do sexo — (DEVREUX, 2005) são adequadas e coerentes a esse fim.

⁷ Concordamos inteiramente com o Devreaux (2005, p. 562-563) que a identificação da categoria adscrita sexo não é uma atitude de fundamentalizar diferenças e dividir o mundo binariamente, mas sim um ato social de marcar hierarquias básicas entre indivíduos desde o nascimento, antes de quaisquer outras categorizações possíveis. Nas palavras da autora: “O ponto mais importante reside na acentuação do fato de que as relações entre os homens e as mulheres constituem uma relação social. O gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que, para mim, é o resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação. [...] Uma segunda razão leva-me a preferir o conceito de relação social de sexo ao de gênero: o primeiro nomeia explicitamente o sexo enquanto o segundo termo evita mencioná-lo e o eufemiza. Ora, a referência ao sexo biológico parece-me essencial pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sob esse critério ou, mais precisamente, sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos. Psicólogas francesas feministas demonstraram que classificar e definir os indivíduos no nascimento pelo critério da ausência ou da presença do pênis constitui um ato social: essa redução da identidade social ao pênis (ou não) é um ato social. Cada nascimento dá lugar a esse sintético e fundamental ato social. Fundamental para cada indivíduo e seu futuro, pois a partir desse ato de classificação, sua trajetória começa sob o signo da diferença e da hierarquia.”

“Relações sociais de sexo”, tal como definiu Anne-Marie Devreux (2005, p. 582), é um conceito adequado para “estudar as desigualdades entre os sexos, os fatores sociais que as produzem, sua evolução e suas interferências com outras relações sociais em diferentes sociedades”. Concordamos com sua argumentação e defendemos o uso desse conceito porque, diferente de outros criados para analisar problemas sociais em um tempo histórico e de natureza diversa de nossa pesquisa, o conceito de relações sociais de sexo: (i) está fundado na análise de um grupo de relações sociais; (ii) funciona, quando tomado no singular, como uma síntese teórica, ou representação científica, da “unicidade lógica” (DEVREUX, 2005, p. 565) da dominação de homens sobre mulheres e a incapacidade de reduzi-la a outros tipos de relação; (iii) pode ser empregado em qualquer tempo histórico, o que argumentamos por seus princípios básicos⁸, suas formas de expressão das relações⁹ e propriedades¹⁰, já que indica, no plural, as diferentes formas observáveis socialmente de opressão, exploração e de subordinação de um grupo social a outro, o de mulheres ao de homens.

A divisão sexual do trabalho, forma de expressão ou até “desafio que põe em jogo as relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2003, p. 846) identifica não só a separação e designação de ofícios e serviços produtivos entre homens e mulheres nos mundos do trabalho produtivo, geralmente desenvolvido no espaço público, senão também o trabalho reprodutivo, doméstico, desenvolvido no espaço privado. Separa e designa o trabalho nos planos coletivo (produtivo e reprodutivo) e individual (na socialização e na formação de identidade). Sabemos que essa divisão sexual do trabalho como resultado de um processo, configurou como geral nos mundos do trabalho homens destinados ao trabalho produtivo e mulheres ao reprodutivo, como dito anteriormente.

Há dois princípios organizadores destas relações (KERGOAT, 2003, p. 847): o de separação, o que quer dizer que há trabalhos “de homem” e “de mulher”; e o de hierarquia, em que o trabalho de homem é melhor (e vale mais) que de mulher. Reiteramos que esse é um resultado geral na média das sociedades¹¹, Brasil incluído (ALVES, 2013), mas não uma configuração estática, imutável e exatamente igual em qualquer tempo e espaço.

⁸ Práticas sexuais são socialmente construídas; essas relações têm bases ideológicas e materiais (DEVREUX, 2005).

⁹ Divisão sexual do trabalho; divisão sexual de poder; e categorização de sexo (DEVREUX, 2005).

¹⁰ Transversalidade; dinamicidade; e estabelecimento de um antagonismo entre as partes da relação (DEVREUX, 2005).

¹¹ Segundo Kergoat (2009, p.68) os princípios de separação e hierarquização seriam válidos para todas as sociedades conhecidas “se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam fortemente no tempo e no espaço”.

Portanto, falar da escravidão e do patriarcalismo (associado à dominação gerontocrática) (cf. WEBER, 1977) no Brasil é pensar sobre como a sociedade organizava a divisão do trabalho social; como mulheres e homens integrados àquela sociedade participavam e estavam posicionados e organizados nas configurações de relações sociais no espaço social da época. Também orienta o olhar à forma e estrutura daquela sociedade, porque, vista em processo, podemos levar em consideração os elementos mobilizados na construção social da realidade objetiva daquele tempo, na distribuição do poder dentro das relações entre os indivíduos daquela sociedade; bem como orienta a identificação e caracterização daqueles para sua classificação, validação e hierarquização de suas atividades em um mundo social. Assim, podemos ver na escravidão e sua herança e no cruzamento de um espírito capitalista burguês e do patriarcalismo (que engloba a presença de princípios judaico-cristãos professados pela fé católica, religião oficial do Estado-nação brasileiro até a constituição de 1890) os elementos capitais na construção da sociabilidade no Brasil, quer dizer, do modo de ser da ordem social em que cada indivíduo é colocado em “seu” lugar no cruzamento de linhas de força entre os agentes sociais, pondo de encontro suas ações e expectativas.

Entendida como uma situação apreendida em fluxo, a sociabilidade, em processo, tem seu conteúdo — das posições, ações e expectativas recíprocas — atualizado. Então, ao fazermos uma sociologia informada historicamente, nos importa acessar a história para conhecer como as relações sociais se configuraram no tempo, identificar e caracterizar os papéis e as posições sociais estabelecidos à época para compreender quais as possibilidades de ação social dos sujeitos em foco: mulheres trabalhadoras.

Começamos, na seção seguinte, pelo estudo de representações sociais feitas sobre e para as mulheres à época; como essas representações sociais podiam influenciar sua inserção no mundo do trabalho. Observamos as ocupações livres (remuneradas ou não) mais frequentes exercidas por elas. De maneira concisa, falamos sobre as diferentes formas de sociabilidade e relação com o trabalho de mulheres de estratos sociais diferentes — de Ritas Bahianas, Bertolezas e Pombinhas a Guimares, Lívias e Estelas. Para cada uma delas, damos ênfase às ocupações mais representativas de cada um desses estratos, como a de “criada” para as primeiras e a de “professora” para as últimas.

A autora do pecado original: “A mulher” e as mulheres

[...] os homens costumam construir teorias para si e outras para as mulheres.

Eu e Jimmy, Clarice Lispector

Estava em curso o desenvolvimento de um Estado capitalista no Brasil do século XIX. Um Brasil que queria fazer-se civilização e civilizado: eis o principal objetivo do projeto de modernização e civilização brasileiro em curso nesse período. Espelhando-se na experiência francesa e inglesa, o país corria, com algumas passadas de desvantagem, uma carreira rumo à economia do capital e à sociedade mais urbana, de modos e cultura burgueses. Visto desde sua capital, o Rio de Janeiro, queria progressar e estabelecer um Estado-Nação à europeia, de espírito capitalista e fachada moderna e liberal, mas antes precisava limpar casas e ruas e ajeitar aparência e maneira bem brasileiras, desordenadas pelos horrores da colonização, desigualdade social, escravidão e fortíssima presença de corpos e culturas não brancas, para pulverizar o passado e o atraso e chegar à “vitória da higiene, do bom gosto e da arte”¹², fazer-se país moderno, confortável e civilizado¹³ (cf. NEEDELL, 2012). Fazer-se pelos feitos de muita gente interessada nessa mudança.

Em execução, esse projeto reconstrói modelos de ação e relação rígidos aos seus indivíduos e instituições — uma nova construção social da realidade. A nova experiência da urbanização gradual, da diferenciação mais complexa entre os membros da sociedade no Rio, a presença do trabalho livre e a nova exigência de mediadores simbólicos entre pessoas e estamentos somaram-se como fatores importantes na delineação de novos pontos de referência para aquela realidade mais dinâmica dos oitocentos e princípio dos novecentos.

Uma mudança elementar que acontece nesse período é a da família e seus constituintes. Que família? Bem, começemos pela família que estendeu a casa grande e passou a viver também em sobrados, “a família modelo”: branca, católica, aristocrática, de posses e nobre com seus *pater familias* chefes e suas mulheres dóceis e amáveis. Pensando com Elias (2002, p. 45), a família tem

¹² Trecho de “Chronica”, publicada em 1904 por Olavo Bilac (1904).

¹³ Paráfrase às palavras de João do Rio (2008) sobre a necessidade da reforma em curso no espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro à época, com seus dois símbolos máximos de progresso e civilização em destaque: a Avenida Central, marco da transformação carioca e brasileira, e a Rua do Ouvidor, espaço cosmopolita, artístico e intelectual, de conexão da capital da República com o mundo.

um potencial de transformação das unidades completas das quais fazem parte como unidades parciais justamente porque “inculcam a organização e a integração de funções em crianças individuais que quando adultos serão chamados a continuar, desenvolver e quiçá alterar as instituições do sistema superior [a unidade completa, a sociedade]”. A configuração e representação social desse conjunto de relações institucionalizadas, subfiguração, a família é tocada pelos planos de modernização e civilização do Estado e sua gente, justamente por ser uma parte integrante, relativamente autônoma e constituinte importante da sociedade: entender a família, seus indivíduos e suas relações é entender um germe de transformação social. É nela que encontraremos “a mulher”, ideia-modelo, para as ações e relações dos indivíduos do sexo feminino, da qual falamos a seguir.

Com o espaço fora da casa tornando-se de interesse público, a rua passa a ser um espaço diferente, e com relações igualmente diferentes, da casa que lhe tem anexa. Amplia-se a separação entre os mundos público e privado. O seio familiar, protegido pelas paredes dos sobrados e casarões e cortinas das janelas, preocupa-se mais com a sua privacidade, mudando suas maneiras de estabelecer relações com os indivíduos externos a ele. Essa separação, não abrupta, entre os dois polos opostos impulsionou transformações na arquitetura das moradias abastadas, repensando em como proteger a movimentação e a intimidade das pessoas em seu interior (cf. D’INCAO, 2004). Não só a intimidade e os passos de toda a família, mas principalmente de suas mulheres. Suas imagens e reputações eram de suma importância para medir a nobreza, honra e distinção de uma família (D’INCAO, 2004; PINSKY, 2012; SCOTT, 2012; MONTELEONE, 2019).

“Bela, recatada e do lar”. A mulher, *sinhá-mocinha* ou *sinhá-dona* do sobrado e da corte, era o humano do sexo “naturalmente” frágil e dependente de seu superior mais forte, o homem. O lar era seu reino e nele se fazia, vivendo seu mundo possível. A mulher era o útero, o seu corpo, tal como os discursos médico e moralista da época defendiam (PINSKY, 2012; VERONA, 2013). Havia uma “correspondência direta entre ‘faculdades afetivas’ e formas anatômicas que dá legitimidade científica ao discurso” (CHALHOUB, 2012, p. 177) formador de práticas e relações que moldavam as referências do processo de individualização das pessoas.

As diferentes posições e os diferentes papéis de homens e mulheres faziam parte do conteúdo de diversos tipos de relatórios sobre as sociedades ocidentais do século XIX. Pintores franceses como Pierre-Auguste Renoir e Edouard Manet puseram sobre tela suas impressões de cenas e eventos de seu

tempo, registrando a pinceladas mesclas de tons e movimentos de ambientes ao ar livre que lhes era possível acessar com os olhos (GOMBRICH, 1997). Nas figuras 1 e 2, telas desses artistas, vemos representações de multidões em eventos públicos comuns à sociedade burguesa que se expandia na França do século XIX. Há elementos comuns às obras que nos chamam especial atenção: há o registro de pessoas anônimas, indicando suas presenças nas pinturas por silhuetas indiscriminadas de seus rostos ou outras partes de seus corpos, revelando um traço forte da indiferenciação entre os indivíduos nas grandes urbes europeias. Essa consequência da evolução das sociedades humanas (cf. ELIAS, 1990) impulsionaria o desenvolvimento de mecanismos de diferenciação e distinção dos indivíduos entre si a fim de demarcar seus papéis e posições sociais em espaços de relação. Daí que eventos públicos como concertos de música e bailes eram espaços comuns a membros (da burguesia francesa à época) estarem para ver e serem vistos, apresentar-se aos pares em mesma situação de classe e construir relações e associações. Mais do que sublinhar a representação de um espaço típico de sociabilidade burguesa, podemos ver que ambas as pinturas colocam em evidência as expectativas de imagem e comportamento de homens e mulheres: senhoras aparecem sentadas (imóveis), sozinhas ou próximas a outras mulheres, possivelmente falando sobre assuntos que lhes dizem respeito, tal como os últimos romances lidos, as árias de ópera preferidas, coisas do lar e etc. Se estão em movimento, seja de pé próximo a um grupo, seja dançando, vão acompanhadas de um homem. Já os senhores, os vemos principalmente de pé (móveis), arrodoados de outros barbados, certamente discutindo sobre as últimas manchetes políticas, assuntando sobre economia e ciências. Disso podemos interpretar quão forte e presente eram as diferenças entre os sexos; que a importância e o papel de cada um desses grupos sociais não eram os mesmos. Foi aquela sociedade francesa uma referência no projeto de modernização ao Brasil novecentista.

Figura 1 – Dance at Le Moulin de la Galette de Pierre-Auguste Renoir (1876)



Fonte: Captura de tela da obra no acervo do *Google Arts & Culture*¹⁴.

Figura 2 – A Musique aux Tuileries de Edouard Manet (1862)



Fonte: Captura de tela no site do Museu de Arte para a Pesquisa e Educação (MARE)¹⁵.

¹⁴ Conferir em: <https://artsandculture.google.com/asset/dance-at-le-moulin-de-la-galette/rQEx7CtGiKE3yg>. Acesso em: 10 set. 2021.

¹⁵ Conferir em: <https://blog.ffelix.eti.br/libreoffice-writer-iniciar-numeracao-a-partir-de-determinada-pagina/#:~:text=V%C3%A1%20em%20Inserir%20E2%86%92%20Quebra,op%C3%A7%C3%A3o%20Alterar%20n%C3%Bamero%20da%20p%C3%A1gina>. Acesso em: 10 set. 2021.

Como num cânone, a caracterização corporal e sentimental/temperamental dos sexos se repetia em parença uma com a outra: ser mulher é ser constituída de fragilidade física que lhe dava “delicadeza e debilidade da constituição moral”, e lhe obrigava a viver “sob a proteção do homem, [...] cuidar do lar e dos filhos”; estar destinada a amar e sentir (mais) em suas relações. Seu oposto, o ser homem, é “pelo vigor físico e pela força moral” que se relaciona racionalmente com o mundo e com as pessoas; sempre austero e duro, goza a vida sensualmente (CHALOUN, 2012, p. 178).

Ainda sobre as mulheres, sua honra, sinônimo hiperbólico de virgindade, era assunto de família, em outras palavras, controlada pelo homem responsável por sua “propriedade”, seja ele um “pai” ou “irmão mais velho”. Quer nas relações conjugais, quer não, “esta dominação se justifica... em uma espécie de compromisso entre pai e o poder médico”, em que o patriarca dos tempos coloniais, já sem a possibilidade de dominar toda sua família, agregados e dependentes, terras e escravos, ao cidadão civilizado lhe restava a “propriedade privada da mulher” como mais uma de suas coisas (CHALOUN, 2012, p. 179).

Fortemente dependente de uma figura masculina, a mulher dos oitocentos e início dos novecentos brasileiros tinha o destino (quase) escrito: ser filha submissa às figuras do pai e do irmão mais velho; ser esposa, após o contrato social e político firmado entre o pai da moça e o pretendente; ser mãe, como fim natural de sua existência.

Como filha, é casta e honrada, atenta aos mandos da mãe. Deve aprender algumas prendas domésticas e demandar tantas outras à criadagem (escravizada e/ou livre). Chegado o tempo das “regras” — menarca e início dos ciclos menstruais —, era hora de buscar casamento. Apresentada à sociedade como produto novo no “mercado casamenteiro” em eventos de sociedade, no mundo público/na rua (festas de corte, bailes e saraus em grandes salões, igrejas e teatros, espaços aos quais voltaremos mais tarde). Depois de consultada pelo namorado, a beliscões mais no início do século, ou cartas pomposamente românticas, rumo à segunda metade dos oitocentos e início dos novecentos (RAGO, 2004), recebidas com autorização do pai ou irmão mais velho e uma figura religiosa próxima à família, trocam-se, finalmente, prestígios, posses e os papéis sociais d'A mulher.

Agora é esposa, e “há de ser boa esposa, modesta, solícita e econômica” (ASSIS, 1994, p. 336). E muito em breve será uma “boa mãe de família segundo alguns padres-mestres da civilização, isto é, fecunda e ignorante” (ASSIS, 2019, p. 23), responsável pela boa educação moral de sua prole e da formação do homem honrado do futuro. Está formada a família tradicional, unindo entes opostos em relação de dominação e dependência de uma pelo outro formando

os laços pelo amor aos filhos. Preludiavam as sagradas escrituras este destino: “Para a mulher ele [Deus] disse: ‘Multiplicarei os sofrimentos de sua gravidez. Entre dores darás luz aos filhos. A paixão te arrastará para o teu marido, e ele te dominará’”. (BIBLIA, Gêneses, 3, 16).

As luvas de “filha”, “mãe” e “esposa” calçavam bem as mãos brancas das mocinhas e senhoras dos sobrados, mas apertavam os punhos “desajustados” das que se amontoavam em quartos, pensões, mocambos ou cortiços, entre a parentela e as amizades. Mulheres de baixas posições sociais, pretas, pardas, mestiças tinham outra forma de estar no mundo marcada diretamente pela contravenção forçada dos modelos rígidos de “ser mulher” contemporâneos.

Em primeiro lugar, mulheres pobres necessariamente trabalhavam. Isso fazia com que a natureza de sua relação com os homens se transformasse. A partir disso, vemos que essas mulheres tinham uma maior independência das figuras masculinas com quem se relacionavam no mundo da “casa”, já que a “rua” também era seu espaço. Em sua situação de trabalhadoras, ter renda própria e construir relações públicas e privadas sem mediadores lhes permitia viver por sua própria conta.

No entanto, a vida independente não resultava em desamparo e solidão. Pessoas pobres de ambos os sexos construíam e configuravam suas relações por outros meios. O amasiamento era, nesse grupo social, segundo Sidney Chalhoub (2012), uma forma de mobilizar e acessar a solidariedade de amigos, parentela e compadrio do casal, como uma via à sobrevivência.

Vale destacar que a sociabilidade de pessoas pobres se dava por relações de solidariedade entre entes que se entendiam como rigorosamente iguais. Em coexistência numa mesma posição no espaço social, a formação de redes de solidariedade era comum para a potencialização da sobrevivência. Participar dessas redes era vital para muitos indivíduos em situação social de carência, uma vez que a rede se estabelecia para amenizar ou resolver problemas dessa gente: moradia, fome, criação e cuidado de crianças. Assim, um casal pobre seria uma unidade ativa de acesso a uma rede de solidariedade em algum espaço social.

Nessas redes, geradas entre iguais — em relação a sua posição social —, construía-se a interação entre seus participantes baseada em deveres de reciprocidade, em relações dadivosas (MAUSS, 2015), em que o favor¹⁶ e a consideração

¹⁶ Esses favores aqui são entendidos como “bens” para a troca e geradores de sociabilidade entre pessoas que se entendiam como iguais, ou seja, que não existia um desequilíbrio de poder entre os indivíduos em relação. O que será diferente do *favor* como mediador de uma relação de dependência entre desiguais, como propõe Roberto Schwarz (2000).

eram os presentes que se trocavam obrigatoriamente. Era um tipo de relação séria que se (re)fazia em deveres diários: receber fulano pra jantar; olhar os filhos de beltrano; visitar sicrano na data e hora que se prometeu; ajudar a levantar as paredes da casa de um outro etc.

Voltando às mulheres, solteiras ou casadas, elas constituíam importantes nós dessas redes. Chalhoub (2012) nos mostra em sua pesquisa como o trabalhar era não só necessário como muito importante para a construção do *status* social e da identificação das senhoras humildes em seus ciclos de convivência: ser trabalhadora, independente do que se fizesse, era critério importante para integrar-se como pessoa honrada à rede de solidariedade. Em tempos em que já se ensaiava a política da “anti-vadiagem” (cf. CARDOSO, 2019), o controle da mão de obra livre a novas formas de trabalho; já se experimentava a honra e a dignificação pelo trabalho. Chalhoub acrescenta que as mulheres eram as principais prestadoras de serviços dádivosos — como interpretamos — às redes de solidariedade.

Podemos concluir que, para as senhoras de segmentos populares, ser esposa não era um imperativo, não significava completa submissão a uma figura masculina tampouco um contrato econômico-político entre famílias, mas sim uma formação de uma unidade de sobrevivência para penetrar e/ou ampliar o acesso a uma rede de solidariedade entre “iguais” construídas a partir desse amasiamento, em formas mais flexíveis — sem o compromisso da união eterna, por exemplo. Ser mãe não era o fim máximo de sua existência, mas uma parte da vida que acontecia eventualmente em suas vidas e era possível ria-los sem “um pai”. Ser filha é começar cedo a seguir os passos da mãe para aprender a trabalhar dentro e fora de casa.

Assim, vemos como os modelos rígidos têm menos condições de existir entre as senhoritas e senhoras das baixas posições sociais. No entanto, esses ainda sim continuam como referências aos papéis sociais de sexo nesse contexto. Mesmo as mulheres mais independentes continuam responsáveis pelos trabalhos reprodutivos e vivendo do trabalho remunerado na “rua” que é, em sua maioria, uma extensão do que está delegada a fazer dentro de casa. Continuavam como principais responsáveis por sua prole, geralmente em “guarda compartilhada” como outras mulheres-mãe (avós, amigas, sogras, tias...) (MONTELEONE, 2019; CHALHOUB, 2012).

Os modelos rígidos de ser mulher eram, então, assimilados parcialmente pelas senhoras mais do povo. É como tocar uma mesma música em instrumentos diferentes: o timbre altera o resultado sonoro.

Multiplicação do sofrimento e do suor: As mulheres e o trabalho (possível) dentro e fora de casa

*Meu senhores... ninguém nota que eu existo... Mas, ...eu juro que existo!
Muito, até.*

Trecho, Clarice Lispector

Sinhás e senhoras de chapéus e sombrinhas de renda poderiam e/ou deveriam trabalhar? E as moças dos vestidos de barra suja, com que trabalhavam? Sabemos que a mulher das capas médias e altas da sociedade brasileira, nos últimos quartos do século XIX, de maneira geral, passaram a receber novas incumbências para além da gerência do lar. A vida feminina das famílias do sobrado muda com seus papéis.

A mulher, agora mais presente no mundo público/na rua, precisa, como filha, mostrar-se casta e prendada, teclando o piano e cantando agradavelmente as árias ou modinhas do momento, além de lidar bem com linhas e agulhas e saber comandar bem a criadagem. Depois de polcar e valsar¹⁷ com o par escolhido ou designado para a vida, como esposa, será inteligente. É mulher que conhece línguas e estabelece relações públicas para ser boa anfitriã e companheira do ciclo social do marido (TINHORÃO, 2001; SOUZA, 2013). Boa mãe, higiênica e dedicada, participa cada vez mais de uma relação com as crianças e é responsável pelo desenvolvimento moral dos filhos e pela formação adequada dos novos cidadãos da nação (SOUZA, 2013; HAHNER, 2012). É “mãe cívica”, responsável pelo fortalecimento da raça (RAGO, 2004; cf. PINSKY, 2012)

Assim, para além de aumentar o seu valor simbólico no mercado caseiramente, a educação (escolar, religiosa ou feita em casa) primária e secundária de meninas estava dedicada, também, ao aprendizado das prendas do sexo e de habilidades desejáveis à boa “esposa pública” — aprender línguas, tocar o piano e cantar com esmero, estabelecer relações públicas eram esperadas e necessárias à mãe. A maternidade, como assunto político e de Estado, impulsionou o sistema educacional da época e possibilitou uma ampliação da escolarização feminina. Desse modo, a mulher inteligente, dedicada aos filhos, ao mari-

¹⁷ José Ramos Tinhorão (2001, p. 109-200) argumenta que as festas públicas em salões de sociedade e eventos de família nobre eram a oportunidade de contato visual e corporal entre pessoas do sexo oposto durante os momentos de baile desses eventos. A partir da análise de romances do século XIX, o autor entende que essa prática de aproximação física era legítima, coisa com a qual concordamos, tendo em mente o caráter ritual e mediador de relações para seus participantes. Ver, ser visto e construir relações públicas pelo casamento, pelo pecúlio e pela política — pontos de relação direta com a referência da sociedade burguesa da França, aquela mesma no quadro de Manet (Figura 2).

do e ao lar, desenhava a forma de mulher “trabalhadeira”, “epíteto elogioso” (PINSKY, 2012, p. 641) que perdurará no tempo e avançará ao século XX juntamente a seu derivado oneroso e vexador — neste nível social —, o de mulher “trabalhadora”. Aliás, e as mulheres trabalhadoras, quem são? Eram mulheres de todas as cores, idades e posições sociais que desempenhavam algum tipo de trabalho produtivo e/ou reprodutivo, remunerado ou não, quase sempre fora do ambiente doméstico. No entanto, suas características adscritas (especialmente raça/cor), o *status* social e as representações sobre seus corpos regionalizavam seus espaços de trabalho e funções.

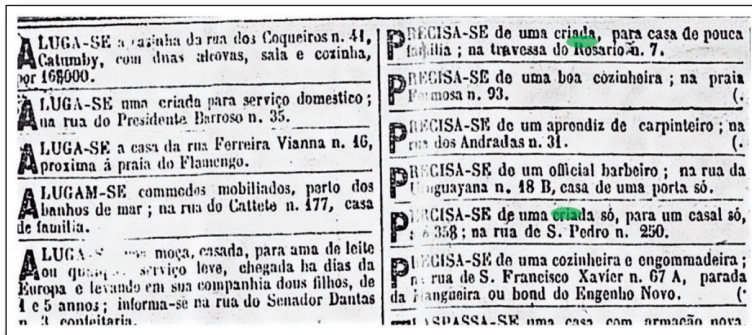
Começamos pelo trabalho doméstico. As mulheres dos sobrados e casarões também o faziam. Eram responsáveis por parte do trabalho doméstico gratuito; no entanto, a maior parte desse serviço era realizado por negras escravas e mestiças pobres, as mulheres das senzalas, mocambos e cortiços. Às sinhás dos casarões, o tipo de trabalho (possível) será outro. A todas as outras, são mulheres que os modelos rígidos não podiam moldar, uma vez que a rua era seu espaço, o trabalho era uma necessidade, ser trabalhadora era sua sina. É com elas e a partir delas, mulheres das camadas populares, que poderemos conhecer as primeiras formas de trabalho remunerado realizado por mulheres naquele contexto.

Lavar, passar, engomar, cozinhar, costurar, vender: verbos que predicam sujeitos femininos geralmente identificados como criadas. Mesmo antes da abolição da escravidão em 1888, o trabalho doméstico delegado a outras mulheres se dividia entre criadas negras escravas e mestiças livres. Joana Monteleone (2019) nos informa que em 1870, 71% das mulheres ativas no Rio de Janeiro estavam ocupadas como criadas. Acrescenta que, mesmo livres, muitas mulheres trabalhavam por “casa e comida”, sem remuneração. Com o fim do tráfico de escravos, a prática da delegação deste serviço pesado permaneceu, deixado ao grupo de mulheres das posições sociais mais baixas e desprestigiadas, sub-remuneradas, em posições subalternas e degradantes, “vistas pelos patrões como disponíveis sexualmente, invisíveis dentro dos sobrados” (MONTELEONE, 2019, p. 2).

Mais uma vez percebemos a relação estreita existente entre a configuração dos papéis sociais da mulher modelo e a identificação das ocupações destinadas aos diferentes tipos de mulheres, as que cabiam no modelo e as que não cabiam. A serviço das famílias “distintas”, as criadas cuidavam de suas roupas, de sua alimentação e da conservação de seu lar. Suas ocupações eram, dentro das casas, de cozinheira, lavadeira, passadeira, costureira (desde remendos à produção completa de prendas de vestir), faxineira, confeitadeira e pajem. Fora das casas, trabalhavam como vendedoras ambulantes de doces e quitutes confeccionados por elas

mesmas, mas com ganhos voltados à renda da família “empregadora”. As criadas também eram importantes responsáveis por parte dos ganhos de uma família dita de sociedade (cf. MONTELEONE, 2019). A Figura 3 mostra anúncios típicos de oferta e demanda de criadas e “moças para alugar” na seção de classificados de um periódico do Rio do Janeiro; a Figura 4 apresenta um curioso anúncio de demanda de “duas moças sérias” por um apartamento na Lapa (RJ) que contenha “quarto para criada”, mulheres diferentes associadas pelo serviço que uma presta às outras; e a Figura 5 traz um registro fotográfico de uma possível criada trabalhando em uma de suas múltiplas atividades, a de aguadeira, no Rio Grande do Sul, situação de trabalho que certamente se repetiria no Rio de Janeiro.

Figura 3 – Anúncio de oferta e demanda do serviço de criadas e “moças para serviço doméstico”, Rio de Janeiro, 1890



Fonte: Gazeta do Povo (RJ), 1 de janeiro de 1890. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Figura 4 – Anúncio de demanda por apartamento na Lapa, Rio de Janeiro, 1895



Fonte: Gazeta do Povo (RJ), 1 de maio de 1895. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Figura 5 – Aguadeira, fotografia da coleção Pedro Corrêa do Lago, Rio Grande do Sul, 1900



Fonte: Brasiliana Fotográfica da Biblioteca Nacional Digital, acervo do Instituto Moreira Salles.

É importante ressaltar a muito frequente violência sexual sofrida por estas mulheres, criadas, de seus patrões. Seguindo Lélia González (1984), essas mulheres, principalmente negras, ainda que livres, eram (e são) tratadas como objetos de posse do homem que as empregava, emulando senhores de escravos com suas pretas de brinquedo, as escolhidas para o estupro. Na Figura 6 vemos uma charge com duas mulheres: uma senhora branca conversa com outra negra, como numa situação de contratação de serviço, ou um momento de confidências da primeira; a senhora sentada, inerte no ambiente doméstico, solicita fidelidade (e cumplicidade) de sua potencial criada, ao que sua interlocutora, de pé e certamente preparada para sair à rua, já que tem uma guarda-chuva consigo, redarguiu que não permitiria jamais “lambanças” por parte do marido da patroa acontecerem sem lhe dar notícias. O título da charge é *Criados por annuncio*, em tom satírico, Julião¹⁸ (que supomos ser homem) denuncia e desdenha de uma possível conversa constrangedora e comum entre patroa e empregado, antes ou depois da contratação dos serviços da criada que, seguramente, foi contatada por um anúncio de jornal.

¹⁸ Não conseguimos maiores informações sobre a autoria desta charge.

Figura 6 – “Criados por annuncio”, autor desconhecido, Rio de Janeiro, 1900



Fonte: Gazeta de Notícias (RJ), 26 de junho de 1900. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

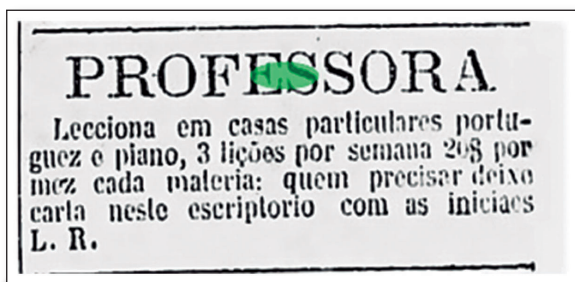
Quem não trabalhasse como criada, como ganhava a vida? Para além do trabalho no campo, de ganhar a vida como vendedoras de rua ou prostitutas, as mulheres trabalhavam em fábricas. Até o ano de 1920, o Rio de Janeiro concentrava o maior número de operários e operárias do país. A industrialização brasileira, iniciada em meados do século XIX, atraiu um numeroso contingente de imigrantes europeus ao país. “Sabemos, entretanto, que era significativo o número de mulheres e crianças [...] era maioria em nossas primeiras fábricas. [...] Em 1890, existiam no Brasil 119.581 mulheres estrangeiras contra 231.731 homens” (RAGO, 2004, p. 768). Mulheres, estrangeiras ou patrícias, eram numerosas na indústria têxtil, mas “ausentes dos setores como metalúrgica, calçados e mobiliário, ocupados pelos homens” (RAGO, 2004, p. 768). Ana Scott (2012) observa que a nova concepção de “família conjugal moderna”, especialmente durante a *Belle Époque* brasileira (1898-1914)¹⁹, que reconstrói o papel das mulheres dentro dessa instituição, afasta as mulheres trabalhadoras das fábricas. A autora apresenta que, no primeiro recenseamento brasileiro, registrou-se 76% de trabalhadoras nas fábricas do país, número que cai a 20% em 1950 (SCOTT, 2013). Concordamos com sua leitura e a de outras autoras (PINSKY, 2012; MARQUES, 2016) de que os principais fatores que explicam esse fato é a representação social da mulher que salientava sua suposta natural fragilidade (VERONA, 2013). Essa representação convertida em ação apregoava que as mulheres deveriam estar voltadas ao lar e deveriam dedicar-se inteiramente aos papéis de mãe e esposa. Os resultados desse fenômeno eram: a exclusão de mão de obra feminina, diminuindo assim a concorrência com a mão de obra masculina. A primeira era tida como indesejada e inapta ao trabalho pesado, e a segunda era a desejada — a que não engravidava, a que era capaz e tinha presença legítima no trabalho fabril; além do mais, soma-se à lista de variáveis do discurso que afastava as mulheres pela ideia do ambiente das fábricas ser perigoso à honra e à moral das senhoras.

No final do século XIX, após a abolição, viu-se também uma expansão do trabalho de mulheres no espaço público em funções de baixa exigência intelectual, mais rotinizadas e mecânicas. Às mulheres mais pobres, restava o trabalho honrado para senhoras, aquele que os homens não queriam fazer e tampouco as corromperia. Geralmente eram serviços pessoais e de produção (anacronicamente falando) — garçonetes, vendedoras, secretárias, tipógrafas, datilógrafas, taquígrafas (Figuras 10 e 11) etc. Àquelas de maior capital econô-

¹⁹ Seguimos definição e datação do período feita por Jeffrey Needell (cf. 2012).

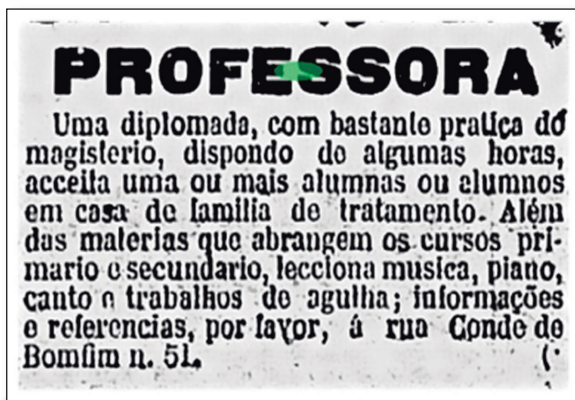
mico, na ausência de um homem provedor, permitia-se o trabalho em serviços sociais, geralmente, ligado à prática da docência, em ambientes domésticos (Figuras 7 e 8) e institucionais (Figura 9). Vale lembrar que, com ou sem seu homem, o trabalho filantrópico (Figura 12), associado à igreja, faz parte de suas possibilidades de atuação profissional, mas também em ocupações ligadas ao cuidado, como enfermeiras e parteiras, e ensino, como professoras (PINSKY, 2012; RAGO, 2004).

Figura 7 – Anúncio de serviços de professora (i), Rio de Janeiro, 1901



Fonte: Gazeta de Notícias (RJ), 5 de janeiro de 1900. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Figura 8 – Anúncio de serviços de professora (ii), Rio de Janeiro, 1901



Fonte: Gazeta de Notícias (RJ), 5 de janeiro de 1900. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Figura 9 – Anúncio de serviços de professora (iii), Rio de Janeiro, 1901

AMA DE LEITE
Precisa-se de uma que se alugue sem o filho. Trata-se na rua do Rosário 56, loja, das 9 às 3.

OURO
Compram-se joias velhas, ouro, prata e brilhantes, é quem paga mais e aproveitem a ocasião; rua da Uruguayana n. 9, ourives, perto do largo da Carioca.

PROFESSORA PORTUGUEZA
Lecciona grammatica, historia, geographia e litteratura portugueza, francez theorico e pratico, musica e leitura escripta para cegos, methodo Dr. Mascaro. Lecciona tambem os mais delicados bordados a branco; lãs, sedas, ouro, prata, cabelo e applicações. Só accella discipulas de familias respeitaveis. Carta com o nome e morada a Mme. Souza Pereira, no escriptorio da Gazeta de Noticias.

Fonte: Gazeta de Notícias (RJ), 1 de fevereiro de 1901. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

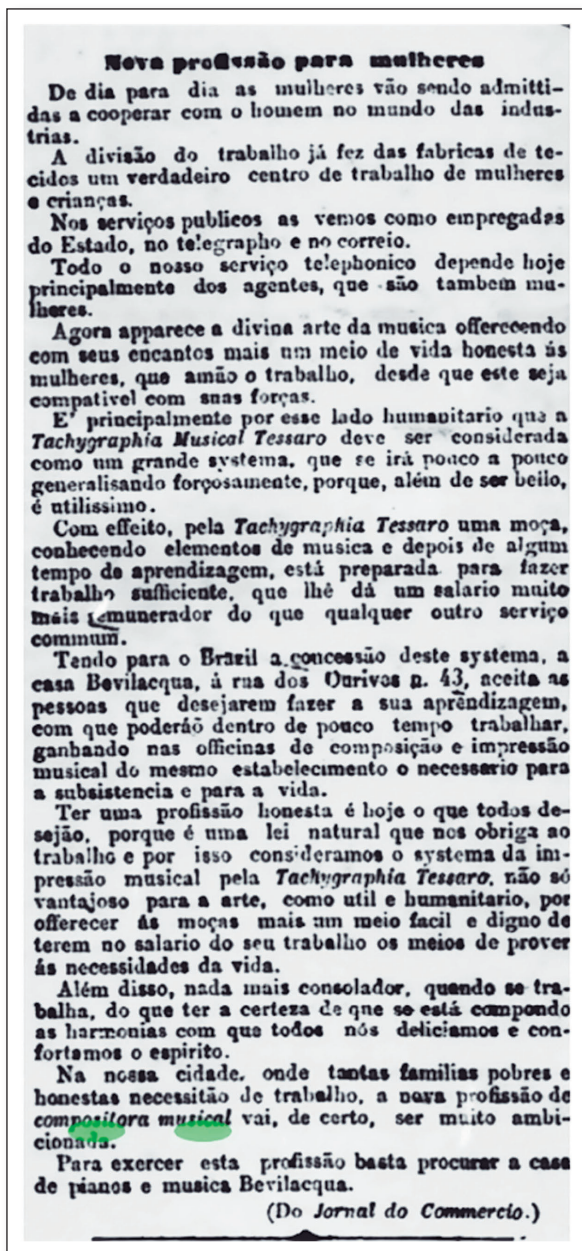
Figura 10 – Anúncio de oferta de vagas a moças com formação musical para trabalhar como compositoras [de documentos] musicais, ou seja, taquígrafas, Rio de Janeiro, 1892

TRABALHO PARA SENHORAS
Precisa de mais algumas moças para a officina de composição musical, exige-se que saibão bem elementos de musica, Casa Bevilacqua. Rua dos Ourives n. 43.

LYCEO DE ARTES E OFFICIOS
As alumnas da aula de musica acharão emprego na officina de composição musical, na Casa Bevilacqua 43 rua dos Ourives 43.

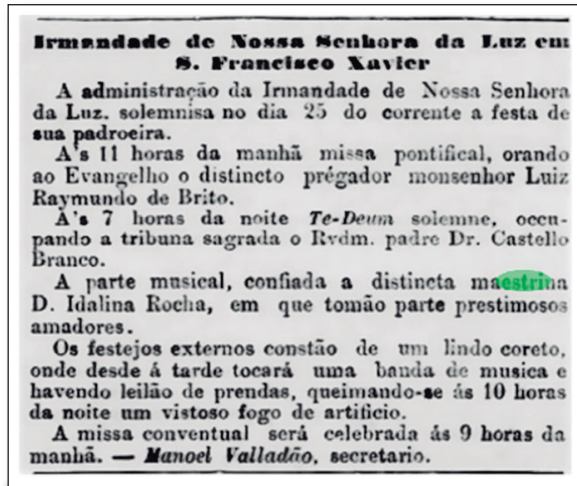
Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 24 de maio de 1892. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Figura 11 – Texto que divulga curso de formação para mulheres para trabalharem como compositoras [de documentos] musicais, taquígrafas, Rio de Janeiro, 1891



Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 19 de setembro de 1891.
Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Figura 12 – Anúncio de festividade religiosa promovida, Rio de Janeiro, 1890



Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 21 de dezembro de 1890.
Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Dentre outras coisas, é importante destacar uma característica verificada nas relações sociais de sexo dentro do trabalho: a confusão entre as noções de qualificação ao labor (ou profissional) e qualidades pessoais. Danièle Kergoat (2003) mostra que há um “deslocamento de tensões” das relações entre homens e mulheres no mundo do trabalho, na medida em que homens no trabalho têm suas competências profissionais desassociadas de suas qualidades individuais, o que não ocorre para as mulheres. Ou seja, na vida laboral, as mulheres têm suas habilidades e competências associadas às “coisas de mulher”: ser “atenciosa”; “cuidadosa”; “minuciosa”; “solícita”; “subordinada” etc. Portanto, num âmbito subjetivo da divisão sexual do trabalho, que diz respeito a como o trabalho se relaciona com a formação de identidade e a autoimagem dos indivíduos, mulheres sofrem mais com a desaprovação e a falha no labor, pois, ao serem desqualificadas por suas competências profissionais, sentem-se desqualificadas enquanto “pessoas”. Mais ainda: ao associar habilidades às qualidades próprias de ser mulher, o trabalho feminino passa a ser relacionado a atividades que não necessitam de qualificação formal, o que justificaria sua desqualificação e subalternização em relação ao trabalho masculino. Este último tema é também importante para orientar uma leitura da subjetividade das mulheres “trabalhadeiras” e trabalhadoras.

Depois do Eden: conclusões

Estava em curso um projeto de modernização e civilização das estruturas físicas e sociais do Brasil. Ideais e costumes transformavam-se no decorrer de transições do trabalho escravo ao trabalho livre; do império à república; da condição semicolonial à experiência de república federativa de estados unidos moderno independente. Um dos nossos pontos de foco, a família, é uma das instituições em que podemos acompanhar características dessas transformações. Incorporada no *habitus* de seus membros, e presente no processo de tornar-se indivíduo de cada um deles e cada uma delas, observamos como uma determinada forma de pensar e um grupo de ideias e comportamentos instauram-se como “espírito”, construindo novas instituições e papéis sociais para os indivíduos.

Aprendizes de Weber (2004; cf. 1997), fizemos o que o sociólogo alemão considerava um dos objetivos principais da Sociologia: compreender de que maneira ideias se efetivaram na realidade histórica. Das ideias de modernização, progresso e civilização, tivemos as consequências: mudanças nas formas de agir e comportar de homens e mulheres.

Interpretamos que os novos modelos rígidos de “ser mulher” surgem como consequência, e não por causa, do dito processo modernizador corrente no Brasil à época. Esses novos modelos rígidos, condensados nos papéis sociais de “filha”, “esposa” e “mãe”, estabeleciam os limites de comportamento e ação dos indivíduos do sexo feminino em geral, mas, como argumentamos, eram assimilados de forma distinta por pessoas de estratos sociais diferentes. Assim, desenvolvemos quais eram as formas ideais dos modelos; quais os corpos que mais os assimilavam, mulheres brancas de estratos superiores, e quais menos (e até subvertiam suas regras em alguma medida), mulheres negras de estratos baixos. Ainda sobre os modelos, mostramos que essa disparidade de assimilação dos papéis sociais de forma unívoca na sociedade acontecia porque o cumprimento das expectativas de “ser mulher” dependia das condições sociais em que as mulheres mesmas viviam.

Condições sociais essas que associavam mulheres ao trabalho de maneira também diferente. Concluímos que (i) às mulheres de posições sociais superiores, devido ao seu processo de socialização, dedicavam-se a profissões ligadas às “prendas do bello sexo”, o que é dizer, um prolongamento das atividades reprodutivas no ambiente produtivo. Assim, estavam livres para ocupar-se em atividades de ensino, cuidado e de menor “demanda intelectual” uma vez que já estivessem ausentes as figuras masculinas que lhes provessem sustento. No caso das (ii) mulheres de posições sociais inferiores, especialmente negras, privadas

de instrução formal e com a necessidade constante de trabalhar para viver, a ocupação guarda-chuva “criada” será seu principal destino.

*

Poderíamos sintetizar o que foi dito como uma analogia: imaginemos o público de um espetáculo de ópera num grande teatro. Se procurarmos as mulheres na plateia, perceberemos que senhoras que ocupam posições sociais diferentes estariam sentando-se em lugares distintos e separados da plateia. Vimos que ser trabalhadora é importante para as mulheres pobres, pois é essa sua forma de acesso às redes de solidariedade em que se goza de favores essenciais à vida em penúria nos subúrbios citadinos. Portanto, se uma mulher trabalhadora está na plateia, assiste ao espetáculo lá dos últimos assentos — ou certamente escuta irregularmente o que acontece no palco enquanto limpa os corredores da antessala ou os camarins e bastidores. Ser “trabalhadeira” é condição para a formação completa de uma mulher de sociedade e para a perseguição de seu destino a um bom casamento; junto à criadagem ou independentemente desta, a mulher trabalhadeira dominará o lar e será parte ativa na reprodução da vida dentro da casa, seu mundo principal. Encontramo-na em belo traje, em um camarote alto e com binóculos e por detrás do ombro do marido, acompanhando os eventos que acontecem no palco.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271–289, ago. 2013. DOI: 10.1590/S1981-77462013000200002. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1423>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ASSIS, J. M. M. de. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ASSIS, J. M. M. de. **Helena**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. vol. I

BILAC, O. Chronica. **Kósmos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, maio 1904. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=146420&pesq=Olavo%20bilac&pagfis=167>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BECKER, H. **Para hablar de la sociedad**: la Sociología no basta. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

- BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: **BÍBLIA** 50. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. [1567].
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BUSCATTO, M. Exploring gender in music... to better grasp musical work. In: SMUDITS, A. **Roads to music sociology**. New York: Springer Berlin Heidelberg, 2018, p. 8.
- CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.
- CELLARD, André. A análise documental. In. POUPART, Jean *et al*; NASSER, Ana Cristina. **A pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- DEVREUX, A.-M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561–584, dez. 2005.
- D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. In. DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. B. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 223-240.
- DUBAR, C. **A crise das identidades**. São Paulo: Ed. da USP, 2009.
- DUBAR, C. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Ed., 2001.
- ELIAS, Norbert. **Compromiso y distanciamiento**. Barcelona: Península, 2002.
- ELIAS, N. **La sociedad de los individuos**. Barcelona: Edicions 62, 1990.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: Ed. da USP, 2012.
- GIORDANO, Rafaela Boeira. **Do jornal à ciência**: a hemeroteca digital brasileira como fonte de informação para a pesquisa científica. Rio de Janeiro, 2016. Tese (Doutorado) - IBICT/UF. Rio de Janeiro-ECO, 2016.
- GOMBRICH, E. H. J. **La historia del arte**. London: Phaidon, 1997.
- GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. São Paulo: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

- HAHNER, J. E. Honra e distinção das famílias. In: HAHNER, J. E. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 9-83, p. 126-168, p. 333-359, p. 447-514.
- HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, 26 (1), 2014, p. 61-73.
- KERGOAT, D. De la relación social de sexo al sujeto sexuado. **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, v. 65, n. 4, p. 841-861, dic. 2003.
- LISPECTOR, C. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- MARQUES, T. C. N. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 667-686, dez. 2016.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- MONTELEONE, J. de M. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-11, 2019.
- MOTA, C. G.; LOPEZ, A.; SILVA, A. da C. e. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2015.
- NEEDELL, J. D. **Belle époque tropical**. 1. ed. Bernal: Univ. Nacional de Quilmes, 2012.
- NUNES, J. H. O trabalho de músicos no Brasil: tensões identitárias e arranjos domésticos. **Revista Colombiana de Sociología**, Colombia, v. 40, n. 2, p. 107-128, 2017.
- PICHONERI, D. F. M. **Relações de trabalho em música: a desestabilização da harmonia**. 2011. 251 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2011.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001.
- PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-83, p. 126-168, p. 333-359, p. 447-514.
- RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: RAGO, M. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 126-168.

RIO, J. do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia De Bolso, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**, São Paulo, v. 8, p. 95-141, 1985.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História**, p. 15-30, 2009.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: SCOTT, A. S.. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-83, p. 126-168, p. 333-359, p. 447-514.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. 5. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2000.

SOUZA, A. S. **Atuação feminina no cenário musical do Rio de Janeiro (1890-1910)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Música, 2013.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TINHORÃO, J. R. **A música popular no romance brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001. 3 v.

VERONA, E. M. **Da feminilidade oitocentista**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2013.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. **Economía y sociedad**. Madrid: F.C.E. de España, 1977.

Recebido em: 13 de outubro de 2021

Aprovado em: 21 de junho de 2022

SEÇÃO LIVRE

O JORNALISMO COMO CAMPO DE DISPUTA DE GÊNERO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA INSERÇÃO DA MULHER NA IMPRENSA

Janaina Lopes de AMORIM¹

Thaís BUENO²

RESUMO: O século XIX marcou a consolidação do jornalismo como campo, bem como o início da inserção das mulheres na área, com a influência da urbanização (TRAQUINA, 2005; ROCHA; SOUSA, 2011). Compreender como se deu esse processo é fundamental para entender as tensões como as violências simbólicas praticadas contra as jornalistas até os dias de hoje. Por isso, este artigo faz uma revisão de como se deu a inserção da mulher no jornalismo no Brasil, observando as disputas de poder entre os sujeitos pela dominação do espaço. Verificou-se que, desde a entrada das mulheres no mercado jornalístico, há resistência, expressa pelas violências simbólicas, como duplas jornadas e o assédio, que ainda fazem parte da rotina jornalística. Os resultados ajudam a entender as práticas nacionais e regionais na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; mulheres; história.

JOURNALISM AS A FIELD OF GENDER DISPUTE: A HISTORICAL RETROSPECTIVE OF THE INSERTION OF WOMEN

ABSTRACT: *The 19th century marked the consolidation of journalism as a field, as well as the beginning of the insertion of women in the area, with influences of urbanization (TRAQUINA, 2005; ROCHA; SOUSA, 2011). Understanding how this process took*

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís – MA – Brasil. Jornalista. Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1190-2547>. jannaina.amorim@gmail.com.

² Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís – MA – Brasil. Jornalista. Doutora em Comunicação, Mestre em Letras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7048-3920>. thaisabu@gmail.com.

place is essential to understand the tensions such as the symbolic violence practiced against journalists today. Therefore, this article reviews how the insertion of women in journalism in Brazil took place, observing the power struggles between the subjects for the domination of space. It was found that, since the entry of women into the journalistic market, there is resistance, expressed by symbolic violence, such as double shifts and harassment, which are still part of the journalistic routine. The results help to understand national and regional practices today.

KEYWORDS: *journalism; women; history.*

Introdução

O jornalismo como campo toma forma no século XIX, em decorrência do desenvolvimento do capitalismo e dos processos consequentes, como a industrialização, a urbanização, a alfabetização da população, a profissionalização do jornalismo e sua massificação (TRAQUINA, 2005). Foi também quando as mulheres passaram, ainda que de forma tímida, a ocupar as redações, inclusive no Brasil (ROCHASOUSA, 2011).

Essa inserção não se deu de forma tranquila. A sociedade ridicularizava as jornalistas, assim como as demais que se lançavam no mercado de trabalho, sob a prerrogativas de que não era possível conciliar a carreira profissional com as atividades domésticas (CASADEI, 2011) - reação resultantes das forças dominantes para manter o monopólio de poder (BOURDIEU, 1983). Vale pontuar que as mais pobres, em sua maioria negras, trabalhavam, sem tantas críticas, nas fábricas e nas casas (DUARTE, 2003). No jornalismo também é notada essa assimetria entre as raças, marcada pelo perfil das jornalistas pioneiras: brancas e de classe média, que eram as que tinham acesso à educação formal (DUARTE, 2003). Assim, é possível notar as desigualdades presentes nas ocupações dos diferentes espaços. Situações que são uma demonstração de que os gêneros não gozam do mesmo reconhecimento, sendo que uns podem ou valem mais que outros. Afirmção percebida por meio das relações de poder (LOURO, 2011) e dos sistemas de classificação da sociedade (BOURDIEU, 1983).

Entende-se que essas tensões no campo jornalístico geradas com a entrada das mulheres estão relacionadas a questões de gêneros, compreendido aqui como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75), sendo, portanto, uma construção sociocultural. Assim definidos em duas partes integradas: “como elemento constitutivos de relações sociais baseados na

diferença entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86) que delineiam os mais diversos papéis desempenhados por homens e mulheres e seus respectivos valores sociais e econômicos. É, também, “uma forma primária de dar significação às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), já que o gênero é um dos campos pelo qual o poder é articulado.

Entender a perspectiva histórica da inserção das mulheres, a forma como foram recebidas e as relações construídas é importante para compreender como se estabeleceram algumas práticas na profissão que permanecem nos dias de hoje, como as violências de gênero. É importante, ainda, pelo fato de a identidade da profissão ser composta de resultados de processos como esses que incorporam características e valores (ROCHA; SOUSA, 2011).

Conceituando o gênero

O uso do termo “gênero” e os respectivos estudos sobre o tema são aspectos da busca de legitimidade acadêmica em uma tentativa de reivindicar terreno. Essa preocupação teórica com o termo enquanto categoria analítica é recente, ganhando fôlego em meados dos anos 90, no século XX. Até então, as teorias pautavam questões como a oposição binária entre feminino e masculino e a identidade sexual, mas não necessariamente tratava de gênero enquanto sistema de relações sociais. Assim, o que havia de estudo era insuficiente para explicar as desigualdades e demais complexidades que envolvem homens e mulheres (SCOTT, 1995; BUTLER, 2003).

Nos anos 70 e 80, o termo “gênero” começou a ser utilizado entre as feministas americanas³ para se referir as distinções baseadas no sexo apoiando a definição de homem e mulher em termos recíprocos e relacionais ao invés do sexo sujeitado a questões biológicas. Passou a considerar como fundamental as relações sociais e as construções culturais entre os sexos (SCOTT, 1995) para a formação das identidades. Dessa forma, as ideias sobre os papéis considerados como homens e mulheres são criações sociais.

Importante pontuar que a análise relacional não é suficiente para tratar as questões que envolvem gênero porque não há estabilidade e nem permanência entre eles, já que o ser homem ou ser mulher é construído socialmente (BUTLER, 2003) e as sociedades possuem um caráter dinâmico que varia conforme os mais diversos contextos, como o histórico e econômico. Além disso,

³ Entendemos como feministas as que aderem ao feminismo, movimento social e intelectual que objetiva dar visibilidade às mulheres, defender sua emancipação, bem como apontar as causas da ausência feminina em várias esferas da vida em sociedade, como a política e a ciência (LOURO, 1997).

a análise relacional pode levar um caráter dicotômico e, considerando a estruturação da sociedade, inferir na superioridade do homem, que é o centro de referência (BEAUVOIR, 1980). Esse viés também pode levar a uma leitura que ignore a resistência do oprimido, a capacidade dele fazer dos espaços e das instâncias de opressão ou de exercício de poder.

Quando se considera essa concepção de gênero para além do binarismo e do determinismo biológico, o pensamento passa a ser mais plural e as considerações de diversidade de representação das mulheres, e dos homens, ficam mais visíveis. Dessa forma, é possível vislumbrar que as concepções diferem no momento histórico e internamente, de acordo com cada sociedade (LOURO, 1997) e com as realidades nas quais os sujeitos estão inseridos.

Essas mudanças conceituais significaram, ainda, o reconhecimento das pluralidades e particularidades de cada polo, inclusive internas (LOURO, 1997). Significou reconhecer que não há, essencialmente, diferença, que ninguém é essencialmente o outro e que o que é tido como diferente é uma construção que se dá “a partir de um dado lugar que se toma como centro e como referência” (LOURO, 2011, p. 66). Outra questão é que não há unidade no sujeito e por isso há outras interseções políticas, culturais, raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais que devem ser consideradas (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995; LOURO 1997).

No entanto, quando estamos falando de gênero não estamos falando apenas das construções de papéis masculinos ou femininos. Estas seriam regras arbitrárias atribuídas aos sujeitos, onde cada um sabe a expectativa social e responde a ela. Esse pensamento é simplista, já que a questão deve ser tratada enquanto identidade dos sujeitos, sendo essas plurais, dinâmicas, múltiplas e contraditórias. Nessa perspectiva, entende-se que o gênero constitui o sujeito e que as instituições e as práticas sociais também são assim constituídas e atravessadas (LOURO, 1997).

Baseada nessa amplitude das questões de gênero, Scott (1995) aponta a importância dos estudos para além dos vieses antropológicos e históricos, ressaltando a inclusão de abordagens que envolvam outros aspectos como educação, o sistema político, a identidade subjetiva e mercado de trabalho, que é o foco desse trabalho. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, em especial no jornalismo - área em que se concentra este artigo - e a forma como as relações se expressam até hoje são exemplos de campo e das disputas de poder entre os sujeitos pela dominação do espaço. Além do mais, a análise levando em conta o gênero permite enxergar mecanismos de dominação específicos e as relações de poder (MORAIS; TEMER, 2016).

Campo, gênero, mercado e dominação no jornalismo

Antes da ascensão do capitalismo, as mulheres desenvolviam trabalhos que eram reconhecidos na sociedade, como o cuidado da saúde da família, a fabricação de manteiga e até mesmo o comando de tavernas (DAVIS, 2016). Exerciam trabalhos que inclusive exigiam força, como arar a terra e carregar os filhos (TOLEDO, 2008), o que revela uma imposição cultural para os serviços considerados pesados. Nas sociedades de coleta e caça, os homens saíam para caçar e o provimento deles era incerto, já que a captura de animais nem sempre era garantida. Contudo, a coleta realizada pelas mulheres acontecia cotidianamente, sendo fundamental para a sobrevivência humana (SAFFIOTI, 2011, p. 60).

No século XVII, na Inglaterra, as mulheres ocupavam função de agiotas, donas de papelarias, de navios, de lojas, vendedoras de livros, fornecedoras de roupas para o exército e a marinha, eram varejistas e atacadistas. Chegaram, inclusive, a deter um monopólio na fiação têxtil. No entanto, elas só eram aceitas nesses negócios quando levadas por um homem, por isso faziam parte desses espaços basicamente mulheres casadas (SAFFIOTI, 1976). Esse é um dos motivos que torna difícil tratar de independência econômica feminina nesta época, já que as atividades desempenhadas por elas se desenvolviam apenas no grupo familiar e em função dele.

Por meio de um processo violento de proibições, elas foram impedidas de exercer atividades que não tivessem fins domésticos, seja por meio de leis, seja pelo julgamento social. A inferioridade imputada às mulheres permitiu a ampliação da mão de obra não remunerada (FEDERICI, 2014), com a execução das atividades de casa, que agora não produziam mais mercadoria, sendo, portanto, consideradas sem valor (TOLEDO, 2008). Uma desvalorização arbitrária, uma vez que esse tipo de atividade está na base estrutural da sociedade (BANDEIRA, 2019), já que é em casa que o trabalhador se alimenta e descansa, ações fundamentais para o rendimento no trabalho realizado em outros contextos (TOLEDO, 2008).

Com o advento do capitalismo houve uma reconfiguração e elas passaram a ser “trabalhadoras extra lar” (SAFFIOTI, 1987, p. 61). Com a Pós-Revolução Industrial e a necessidade do mercado por mão de obra, as mulheres passam a trabalhar para as fábricas de tecidos, tendo em vista que a tecelagem era considerada um trabalho tradicionalmente feminino (DAVIS, 2016). É importante notar que essa conquista do trabalho fora da esfera doméstica é ampliada justamente no período de expansão das fábricas e do capital, que declinou as manu-

faturas e exigiu a presença de mais trabalhadores e trabalhadoras (TOLEDO, 2008), ou seja, foi fruto de uma necessidade do capitalismo, não de reconhecimento. Com o surgimento das máquinas, as mulheres passaram a ser contratadas, porque as atividades desenvolvidas dispensavam a força física, motivo pelo qual essa mão de obra era considerada inferior.

Ademais, a expansão fabril ressignificou o valor dos bens.

Enquanto os bens produzidos em casa tinham valor principalmente porque satisfaziam às necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca – em seu poder de satisfazer as demandas por lucro dos empregadores. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação *estrutural* entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista (DAVIS, 2016, p. 241).

A partir disso surge o subproduto ideológico “dona de casa”, realidade de uma parte da sociedade, sobretudo das classes médias emergentes, já que as mulheres com menor poder aquisitivo, principalmente as imigrantes, trabalhavam com péssimas condições e salários nas fábricas. Para estas, dona de casa era mais um dos papéis a serem desempenhados, o que significava outra sobrecarga (DAVIS, 2016).

Além disso, as mães operárias não tinham tempo para amamentar as crianças, pois eram chamadas de volta às fábricas 10 ou 15 dias após o parto e, muitas vezes, para manter os empregos, recorriam ao uso de tranquilizantes para os filhos. A situação acarretava altos índices de mortalidade infantil e as crianças sobreviventes eram incorporadas às fábricas ainda na infância (TOLEDO, 2008).

Havia também outro tipo de mão de obra feminina: a das operárias em domicílio. As mulheres deveriam apenas possuir máquinas de costura. Porém, o rendimento exigido era muito alto e os salários eram tão baixos que elas não conseguiam sequer pagar o equipamento (TOLEDO, 2008). Ou seja, as mulheres continuavam sendo exploradas e acabavam endividadas. Inclusive, mesmo com a diminuição da precarização do trabalho e flexibilização das leis, essa ainda é uma realidade comum atualmente.

De forma geral, se por um lado o trabalho nas fábricas significou liberdade econômica e, conseqüentemente, o início da emancipação feminina, por outro acarretou mais uma jornada, devido aos trabalhos domésticos. Para as trabalhadoras de base das fábricas, isso denotou ainda maior alienação (TOLEDO, 2008). Isso porque a elas foram imputadas múltiplas funções: mãe, dona de casa, esposa e trabalhadora, papéis que consumiam todo o seu tempo. Com isso, há uma reconfiguração e passaram a existir novas fronteiras entre o tempo de trabalho e outros tempos sociais, principalmente para essas mulheres que passaram a viver mais fortemente essa pluralidade dos tempos em função de todos os papéis atribuídos a elas (NEVES, 2013).

Mesmo que o capitalismo não tenha inventado essa subordinação, ela faz parte de sua construção, uma vez que, como já mencionado, se apropriou do trabalho não pago das mulheres (THOMÉ; SCHWARZ, 2015) e de outras questões, como o desprestígio dos trabalhos femininos, tanto social quanto financeiramente. Desse modo, podemos afirmar que colaborou para a hierarquização de gênero no mercado de trabalho.

No Brasil, a industrialização inicia no século XIX. Boa parte das pessoas que ocupavam o universo fabril na condição de trabalhadores ou trabalhadoras eram imigrantes, que passaram a substituir a mão de obra escravizada em função da Lei do Ventre Livre e da Abolição dos Escravos, e uma significativa parcela dessa força de trabalho era composta por mulheres e crianças. Naquela época, assim como no século XX, elas atuavam principalmente nas indústrias de fiação e tecelagem, em condições precárias, ocupando funções menos especializadas e com jornadas que chegavam a 18 horas diárias. Então, se as mulheres em geral ocupavam um lugar social de desprestígio, para as operárias era ainda pior, pois comumente eram consideradas incapazes de realizar qualquer trabalho de origem intelectual ou artística. A elas, eram imputadas apenas as atividades braçais, consideradas de menor valor, inclusive moral (RAGO, 2004).

Essas mudanças trouxeram reflexo também para o Jornalismo. Com a industrialização, a complexificação da organização social e a expansão das fronteiras, houve maior necessidade de intermediação para o conhecimento do mundo (ALMEIDA, 2018). Nesse contexto e influenciado pela globalização e pela informatização da sociedade, há uma tentativa de abandonar a condição de ser uma ocupação para galgar o *status* e o prestígio de profissão (ROCHA; SOUSA, 2011), colaborando para solidificação do campo. Uma grande mudança para área foi a inserção das mulheres, que trouxe as disputas de gênero para o fazer jornalístico, questões que serão abordadas nesta seção.

No Brasil, o processo de profissionalização se intensifica, sobretudo, a partir de 1930, quando são criadas associações e sindicatos, e com a exigência do diploma para o exercício da profissão, no fim da década de 1960 (ROCHA; SOUSA, 2011). Contudo, para além do domínio institucional, o Jornalismo, como espaço propriamente cultural, também é um campo de disputas (BOURDIEU, 1997), marcado pelas escolhas dos sujeitos/agentes que o compõe, pelo lugar de onde falam, suas formulações, escolhas e recusas (PEREIRA, 2015). Fazem parte desse campo, agentes como empresas de mídia, cursos de Comunicação e os profissionais (MARTINO, 2018).

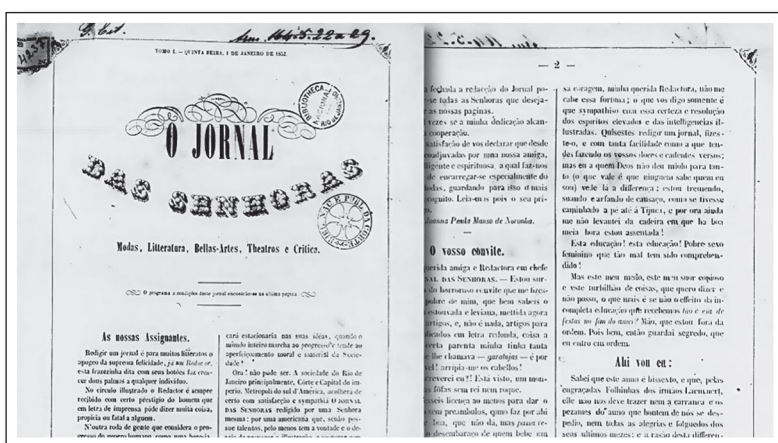
Essa contextualização ajuda a adentrar na questão norteadora desta pesquisa, inserção das mulheres na prática jornalística, e a entender como se constitui esse espaço de trabalho, principalmente porque, durante muitos anos, a área foi um espaço exclusivamente masculino (CASADEI, 2011). De fato, o ingresso das mulheres no mercado jornalístico foi lento, o que mostra a hierarquização e estruturação desse setor (MARTINO, 2018). No Brasil, o cenário começa a ser modificado, inicialmente, com o ingresso das mulheres nas escolas, com a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas, em 1827. Antes disso, meninas só tinham acesso à educação por meio de poucos conventos, que as “guardavam” para o casamento, e de escolas particulares nas casas das professoras ou por meio de ensino individualizado, sendo que a preocupação era o aprendizado de atividades domésticas (DUARTE, 2003).

Vale lembrar que o processo de feminização das profissões, incluindo as do Jornalismo, tem início no contexto da industrialização, impulsionado pela Revolução Industrial e acentuado com as Guerras Mundiais, quando as mulheres brancas passaram a ocupar o lugar dos homens que foram à guerra (SANTOS; TEMER, 2016; ROCHA; SOUSA, 2011). As negras, devido à sua situação de vulnerabilidade econômica e social, resultante do processo de escravização, já desempenhavam trabalhos para além da esfera privada como modo de subsistência (HIGA, 2016). Contudo, mesmo que as guerras tenham sido primordiais para a sua inserção, os cursos de graduação foram as “principais portas de entrada das mulheres no mercado de trabalho em jornalismo” (ROCHA; SOUSA, 2011, p. 9).

No século XIX, já era possível encontrar uma série de atividades femininas ligadas ao Jornalismo. Muitos autores mencionam *O Jornal das Senhoras* (Figura 1) como o primeiro de mulheres, porém há registros de que o *Belona Irada contra os Sectários de Momo* tenha sido o pioneiro, pois fora fundado 19 anos antes, sob direção da poetisa feminista Maria Josefa. Este era um jornal de cunho mais político e foi modelo para muitos outros (MUZART, 2003).

Em relação ao *O Jornal das Senhoras*, ele foi criado pela argentina, erradicada no Brasil, Joana Paula Manso de Noronha, em 1855 (CASADEI, 2011). Tratava de moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica. Tanto a diversificação dos temas, já que o mais comum era que o conteúdo fosse voltado a atividades domésticas, quanto o fato de ter somente jornalistas do sexo feminino representavam uma ruptura importante para a história do Jornalismo (MUZART, 2003). Na época, geralmente, quando mulheres trabalhavam em periódicos, escreviam de casa e eram apenas colaboradoras (CASADEI, 2011).

Figura 1 – Primeira edição de *O Jornal das Senhoras*.



Fonte: Captação de tela Jornal da PUC (2020)⁴

Inicialmente, o trabalho das mulheres no Jornalismo era visto como secundário, mesmo quando elas passaram a ocupar cargos de direção. Havia ainda uma ridicularização relacionada à inserção das mulheres no Jornalismo e nas demais áreas que exigiam mais profissionalização, sob a prerrogativa de que era impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão (DUARTE, 2003). Essa atitude contrária à presença das mulheres no campo jornalístico é resultado da ação das forças dominantes que tentavam manter o monopólio, nesse caso de poder, contra o novo, que força o direito de entrada (BOURDIEU, 1983). Enquanto isso, as mais pobres trabalhavam, sem tantas críticas, nas fábricas e em atividades domésticas nas casas das classes mais privilegiadas (DUARTE, 2003). Provavelmente, o fato de o Jornalismo

⁴ Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=5484&sid=24>. Acesso em: 09 set. 2019.

se configurar como uma atividade intelectual representava mais uma barreira para as mulheres.

A luta por espaço, que de fato significa poder, autoriza a pensar que no Jornalismo, assim como em outros espaços de trabalho, alguns gêneros podiam e valiam mais que outros no que tange a direitos, oportunidades e reconhecimento. Isso porque os significados são atravessados ou marcados por relações de poder, que resultam em distinções e em hierarquias – classificações que, por sua vez, implicam a noção de diferença. Essas diferenças são atribuídas e nomeadas culturalmente, a partir de uma referência. No caso do Brasil, esse referencial de identidade é baseado no homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão (LOURO, 2011).

E apesar de as mulheres, aos poucos, irem conquistando empregos nas redações, é importante pontuar que estes não eram na grande imprensa. Elas ocupavam espaços, quase sempre, em veículos alternativos, voltados a defender a emancipação feminina, colaborando para o avanço da construção de uma nova identidade feminina (DUARTE, 2003; CASADEI, 2011). De maneira geral, no século XIX, a imprensa feminina era polarizada: de um lado estavam as revistas que valorizavam a imagem de mãe, dona de casa e esposa; e, de outro, as publicações, nos jornais alternativos, mais voltadas às conquistas de direitos e emancipação das mulheres (CASADEI, 2011).

Em 1820, em Recife, no Jornal *Sentinela da Liberdade*, um grupo de mais de 120 mulheres paraibanas publicou um manifesto declarando apoio ao movimento da Independência do Brasil. Apesar de não ser um periódico de mulheres, já sinalizava que havia as que acompanhavam as ideias mais libertárias sobre o posicionamento feminino na sociedade que estavam sendo espalhadas na Europa (TELLES, 2004).

Uma das primeiras a publicar textos em jornais da chamada “grande imprensa” foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha – Floresta, em homenagem ao pai; Augusta, em homenagem ao segundo marido, que foi seu grande amor; e Brasileira, ao sítio onde ela nasceu, no Rio Grande do Norte (DUARTE, 2003; TELLES, 2004).

Ela trouxe para o Brasil pensamentos sobre as mulheres revolucionários para época, como direitos relacionados à educação e ao trabalho. Para Nísia, o ensino era uma ferramenta para mudar tanto a consciência quanto a vida material (TELLES, 2004). A autora reconhecia a defasagem cultural do país, pois, enquanto na Europa as reivindicações versavam sobre a educação já existente, aqui as mulheres lutavam para serem consideradas seres pensantes e a alfabetização ainda era muito restrita (DUARTE, 2003).

Algumas mulheres de classe média foram fundadoras e/ou dirigiram periódicos no século XIX. No Rio Grande do Sul, há os periódicos *Escrínio*, de Andradina América de Andrada de Oliveira e que começou a circular em 1899, e o *Corymbo*, de Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, cuja publicação foi em 1884. Os jornais cobriam principalmente a atuação de mulheres na arte e em várias outras profissões (TELLES, 2004).

Em 1873, foi veiculado o primeiro número de *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha da Mota Diniz (Figura 2), defensora da capacidade intelectual das mulheres para atuarem em qualquer área e da autonomia econômica para a libertação feminina (TELLES, 2004), o que era bem ousado para época, quando elas ainda viviam uma realidade cercada de repressão e submissão. O jornal circulou na cidade de Campanha, Minas Gerais (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007).

Figura 2 – Primeira edição de *O Sexo Feminino*.



Fonte: Biblioteca Digital Brasil⁵

⁵ Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>. Acesso em: 9 set. 2020.

Outro jornal da época é o *A Família*, que surgiu em 1888, em São Paulo, fundado por Josefina Álvares de Azevedo, republicana, apoiadora da liberdade dos negros e da emancipação feminina, defendendo o direito ao divórcio e ao acesso à educação e o direito de votar e ser votada. Um ano depois da fundação, o jornal foi transferido para o Rio de Janeiro (TELLES, 2004). Alguns anos depois, mais precisamente em 1897, com o mesmo objetivo de endossar a luta pela emancipação das mulheres, é fundada por Prisciliana Duarte de Almeida, também em São Paulo, a revista *Mensageira*. Era uma revista de cunho mais literário, porém veiculava conquistas das profissionais femininas (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007).

Mais um nome de destaque nessa luta foi o de Narcisa Amália de Campos (1852-1924), nascida no Rio de Janeiro, que, em 1870, lançou o livro de poemas chamado *Nebulosas*. Ela escreveu para jornais como *O Rezendense*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *A Família* e *O Garatuja*. Ela tinha ideais abolicionistas, democráticos, progressistas e de liberdade e igualdade.

Maria Benedicta Camara Bormann nasceu um ano depois de Narcisa, em Porto Alegre. Ela usava o pseudônimo de Délia e colaborou para vários jornais do Rio de Janeiro, onde viveu boa parte de sua história, tais como: *A Gazeta da Tarde*, *A Família* e *O Paiz*. Foi das primeiras a favor da afirmação da sexualidade feminina. Já Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) foi jornalista e uma das poucas a viver da escrita. Escreveu para *O Paiz* e *A Semana* textos nos quais defendia questões como a urbanização das cidades, a educação das mulheres e o divórcio (TELLES, 2004).

Há ainda as escritoras anarquistas, cuja escrita estava mais ligada às causas operárias, tais como: Matilde Magrassi, que escreveu para os jornais *A Terra Livre* e *O Amigo do Povo*, de São Paulo; Isabel Cerruti, que escreveu para o *A Plebe*; e Sônia Oiticica, que dirigiu o jornal *Ação Direta* (RAGO, 2004).

Ligado ao partido Republicano Feminino, em 1919, foi fundado no Rio de Janeiro por Leolinda Daltro, o periódico *A Tribuna*, que pretendia promover a representação e integração das mulheres na política, sendo que o jornal era uma ferramenta para alcançar os objetivos do partido (TELLES, 2004).

No Maranhão, no século XIX, assim como no restante do Império, o acesso à educação era difícil e o ensino era precário. A escola era frequentada, predominantemente, por meninos. A abolicionista Maria Firmina dos Reis foi a primeira romancista brasileira e, como tal, colaborava com a imprensa local, com publicações de antologias. A escritora publicou *Úrsula*, em 1859, romance que tem como protagonista uma mulher. Tudo isso quando o gênero literário por si era mal visto e considerado danoso para as moças.

A inserção das mulheres na escrita, seja no Jornalismo, seja na Literatura, é um avanço importante, já que, até então, o mundo era retratado sob a ótica masculina, representando mais um campo em que elas estavam sujeitas à autoridade dos homens (TELLES, 2004).

A fase da inserção das mulheres nas redações, que Duarte (2003) chama de “Primeira onda”, é marcada por uma participação tímida e anônima das mulheres. Segundo a autora, esse foi o primeiro passo da feminização do Jornalismo. Na “Segunda onda”, o direito à educação passou a ser mais pautado. A autora caracteriza como “espantoso” o número de periódicos feministas no Rio de Janeiro nesse momento e salienta que as publicações passaram a ter um viés mais jornalístico e menos literário. Na “Terceira onda”, já no século XX, a reivindicação mais evidente é o direito ao voto. Ganha fôlego também a luta pela instrução da classe operária. É também nesse momento que as mulheres passam a ocupar as redações em maior quantidade, inclusive em periódicos de maior circulação. Assim, os jornais vão deixando de ser predominantemente masculinos, principalmente devido ao processo de profissionalização da área e às transformações sociais iniciadas no século XX (ROCHA; SOUSA, 2011; PORTELA, 2018).

Nos anos 1970, aconteceu a “Quarta onda” do processo de inserção das mulheres na imprensa, período em que o Brasil viveu a censura da Ditadura Militar. Ainda assim, temas como sexualidade, direito ao prazer e aborto são abordados em periódicos feministas. Duarte (2003) cita o jornal *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, que publicavam textos sobre essas temáticas.

Vale pontuar que, em outros países, os periódicos mais alternativos existiam desde os anos 30 do século passado. A exemplo da Argentina, onde já circulavam jornais feministas desde 1830, e dos Estados Unidos, onde as mulheres, da segunda metade do século XIX até o início do século XX, usavam disfarces para elaboração de suas reportagens, ficando conhecidas como *stunt girls*⁶. A estratégia foi importante para que elas passassem gradativamente a ocupar um espaço profissional considerado masculino (SANTOS; TEMER, 2016). Assim, no século XIX, embora de forma restrita, elas já conquistavam as grandes redações (CASADEI, 2011).

É verdade que essas jornalistas, em geral, eram brancas, de classe média, solteiras e filhas ou esposas de jornalistas – quando casadas, conquistavam espaço na área, normalmente, porque a família enfrentava problemas financeiros

⁶ Definição para “repórteres que utilizavam o disfarce ou a performance para a elaboração de suas reportagens” (SANTOS; TEMER, p. 38), estratégia que inspirou a forma de fazer jornalismo investigativo, garantiu o espaço das mulheres no jornalismo e foi inspiração para que elas passassem a ocupar outras áreas.

(CASADEI, 2011). Esse perfil mostra a restrição social e econômica para as mulheres que ocupavam a profissão. Entre as jornalistas negras que se destacaram está Victoria Earle Matthews, que escreveu para periódicos alternativos como *The Boston Advocate*, *Washington Bee* e a revista *The Woman's Era*.

Apesar da veiculação do material mais voltado para as mulheres donas de casa, há avanços, para além da linguagem, seja nos jornais feitos por negros, seja nos demais, tais como o caráter emancipatório que foi a entrada das trabalhadoras na imprensa. Casadei (2011) chama a atenção para a atuação feminina no universo simbólico como agentes da luta pelo reconhecimento, sobretudo, da raça. Isso porque, uma vez dentro das redações, elas começaram a pautar assuntos relativos à emancipação feminina. O *The Revolution*, por exemplo, em um dos seus editoriais de 1868, criticava a ideia de que as mulheres eram criadas para o homem:

[...] nós declaramos guerra até a morte à ideia de que a mulher foi criada para o homem. Nós conclamamos a mais alta verdade de que, como o homem, ela foi criada por Deus para a responsabilidade moral individual e para o progresso, aqui e para sempre (CASADEI, 2011, p. 6).

Entretanto, apesar dessas conquistas, os conflitos não deixaram de existir, já que a inserção das mulheres representava uma disputa por espaço e poder. Casadei (2011) relata que o *The New York Sun*, um jornal de *mainstream*, fez uma crítica sugerindo que Elizabeth Staton, uma das criadoras do jornal feminista *The Revolution*, prestasse mais atenção aos deveres domésticos. Porém, esse mesmo periódico publicou, logo após a Guerra de Secessão, no século XIX, a primeira reportagem geral produzida por uma mulher, Emily Verdery Bettey (SANTOS; TEMER, 2016).

A diversificação de gênero no interior das redações, bem como do conteúdo dos jornais, além de ser resultado da resistência das mulheres jornalistas, visa também atrair a atenção de um novo nicho de mercado, que é o público feminino (BANDEIRA, 2019), o que significa que a feminização também é resultado de uma demanda mercadológica.

Contudo, apesar dos avanços, em linhas gerais, o Jornalismo continua sendo um espaço de disputas: há desigualdades salariais e elas tendem a ser excluídas dos cargos de maior prestígio. Segundo dados da ABRAJI (2017), 86,4% das mulheres já passaram por pelo menos uma situação de discriminação de gênero e 70,2% já presenciaram ou sabem de alguma colega que tenha sido assediada.

Esses números são reflexos da cultura de dominação masculina (BOURDIEU, 2012), que legitima e naturaliza esse tipo de comportamento dos homens (FUKUDA, 2012), e evidenciam que o aumento de mulheres nas redações não é sinônimo de igualdade de condições de trabalho ou de condutas nas empresas. Essa desigualdade é, ainda, um indicador da força coerciva dos valores e das ideologias profissionais que formatam jornalistas, cujas ações são baseadas nos marcadores sociais de diferença de gênero dicotomicamente naturalizados (LELO, 2019).

Essa naturalização é chamada por Bourdieu (2012) de violência simbólica, pois não é algo dado, mas sim imposto por mecanismos criados para isso.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado (BOURDIEU, 2012, p. 8).

Esse respaldoado acontece por meio de um conjunto de crenças e técnicas que forma o sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem que opera como um sistema classificatório, orientando a forma de ver do sujeito e seu modo de entender e perceber o mundo, interiorizando as normas e os valores sociais, em um processo que acontece inconscientemente (BOURDIEU, 2012).

É importante pontuar que o sujeito não é um indivíduo, mas um ser agente. Assim, esse sujeito também exerce influência na estrutura, com base no capital social apreendido por ele (BOURDIEU, 1983). Dessa forma, a ação dos homens é vista como uma manifestação de honra e virilidade, provas de potência sexual. A atitude está estruturada nas relações de dominação estabelecidas e, por esse motivo, os atos são vistos como reconhecimento e legitimados por uma cultura de dominação masculina, sustentando sua autoridade (BOURDIEU, 2012).

Cabe pontuar que a violência de gênero pode abranger vítimas homens e mulheres, de qualquer idade. No entanto, devido “a função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais” (SAFFIOTI, 2011, p. 115) e possuem a autorização ou a tolerância da sociedade para punir o

que é considerado desvio. Dessa forma, a capacidade de mando ou de dominação é auxiliada pela violência, física e simbólica. Esta última, por vez, é incorporada também pelas categorias sociais dominadas (SAFFIOTI, 2011).

Assim, as mulheres são reféns daquilo que elas também consideram como verdade e que os outros reconhecem como tal (SANTOS; TEMER, 2016). As subjetividades, das e dos jornalistas, são construídas por essas relações, abusivas, de poder. Assim, as mulheres incorporam as violências de gênero, que vão desde o assédio até a postura da pseudo-heroína (na verdade, a trabalhadora duplamente explorada), que se embrenha em várias jornadas (SANTOS; TEMER, 2016, p. 55), o que não descarta o seu poder de resistência (SAFFIOTI, 2011).

Partindo do pressuposto dessa agência do sujeito, é importante compreender a forma como o indivíduo se relaciona com esses conflitos do campo. As ações do sujeito no mundo têm como base a interação social, a “maneira como outras pessoas agem em relação a si no tocante ao elemento” (BLUMER, 1980, p. 121) da realidade, que por sua vez abarca desde objetos físicos até pessoas, instituições, ideais norteadores e situações do cotidiano.

As categorias, rótulos e classificações não têm significados por si sós. São representações simbólicas dadas pelos sujeitos – inseridos em formas institucionais históricas, como a família, o capitalismo e o sistema patriarcal – que refletem o ordenamento, as formas de ser e estar no mundo, que são materializadas nas interações sociais (GADEA, 2013; FERREIRA; BUENO; ALVES, 2017). Os símbolos culturais são produzidos por instâncias de poder, que historicamente associam o feminino ao que é frágil, sensível, subordinado em oposição ao centro normativo masculino, representação que é relacionada a ideais como força e virilidade (SILVA, 2010).

Assim, os sujeitos são produtos e produtores da realidade em que estão inseridos, já que são ativos e capazes “de interpretar, de usar seu raciocínio para decidir” (FERREIRA; BUENO; ALVES, 2017, p. 458). Dessa forma, as relações de gênero no Jornalismo e nos demais campos de atividades são resultantes das interações sociais em que o sujeito age mediante a interação consigo, com o outro e com o mundo (FERREIRA; BUENO; ALVES, 2017).

Blumer (1980) e Martin-Barbero (2018), partindo do princípio de que “as relações humanas são interpessoais, na medida em que são agenciadas por pessoas, cada qual com sua história singular de contatos sociais” (SAFFIOTI, 2011, p. 82), de certa forma, inverteram as análises sociais quando buscaram entender o papel dos sujeitos nos processos. Para tanto, esses autores enfatizaram os aspectos históricos e culturais que formam o contexto em que os agentes estão inseridos, apontando que “hoje são sujeito/objeto de cultura tanto a arte

como a saúde, o trabalho ou a violência” (MARTIN-BARBERO, 2018, p. 14), incluindo o gênero.

Nesse sentido, Martin-Barbero (2018) menciona a luta contra-hegemônica das mulheres na sociedade:

Refiro-me especialmente à lenta e profunda revolução das mulheres – quem sabe a única que deixa marcas deste decepcionante século na história – sobre o mundo da cultura e da política, articulando o reconhecimento da diferença com o discurso que denuncia a desigualdade, e afirmando a subjetividade implicada em toda ação coletiva (MARTIN-BARBERO, 2018, p. 20).

Essa discussão permite afirmar que a inserção das mulheres na imprensa é resultado do contexto, mas também da agência dos sujeitos que insistiram para romper com o padrão de uma época. As tensões geradas e expressas, inicialmente, por meio das críticas nos próprios jornais e, posteriormente, pelas violências simbólicas, como as duplas jornadas, o assédio e outras violências de gênero, que são vividas até hoje, mostram que esse não é um processo tranquilo.

São indícios também das características do campo, levando em conta o que Bourdieu (1983) fala sobre as forças de manutenção. Ele aponta que o processo subversivo, neste caso o da inserção das mulheres no Jornalismo, permanece dentro de certo limite, de modo que as revoluções são parciais e não colocam em xeque os fundamentos e as crenças sob os quais as relações são estabelecidas.

Considerações finais

A inserção das mulheres jornalistas se dá, de forma tímida, no século XIX influenciado pela urbanização e pelo maior número de acesso das pessoas à educação e, conseqüentemente, à alfabetização. É também nessa época que a área passa a ser consolidada como campo, entendido como espaço de lógica específica e de disputas entre os agentes e instituições (BOURDIEU, 1983) – enquanto uns tentam se manter em determinados espaços, há os que tentam ser inseridos.

Por meio da retrospectiva histórica, percebe-se que a entrada delas no jornalismo se deu de forma conflituosa e a valorização dos atributos considerados masculinos. Isso é notório devido às críticas, como uma postura de dominação, feitas na época àquelas que desbravaram a área. As primeiras que ocupavam esse espaço eram, em sua maioria, brancas e de classe média, perfil que mostra a restrição social e econômica para as mulheres que ocupavam a profissão.

Somente no século XX, as jornalistas passam a ser maioria nas redações e a fazer parte de grandes veículos. Até então, elas escreviam para jornais alternativos e, durante algum tempo, no anonimato. A postura delas, desde o princípio, com a criação dos periódicos alternativos, rompe com o estereótipo da passividade feminina e evidencia uma postura de resistência, apontado a agência dos sujeitos (MARTIN-BARBERO, 2018) que provocaram uma ruptura no campo, neste caso, em busca da ampliação de direitos. Importante pontuar que a entrada dessas profissionais, embora não deixe de ser uma conquista, se deu por uma conjuntura composta pela necessidade do mercado e pela profissionalização das mulheres na área devido à expansão das universidades.

Atualmente, 64% do total de profissionais que atuam no jornalismo são mulheres, segundo levantamento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que ouviu 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior esse número. No entanto, as violências sofridas por elas, como discriminação salarial, o pequeno número de mulheres na posição de chefia e o assédio evidenciam a naturalização das hierarquias de gênero e as tensões do campo (ABRAJI, 2017). Naturalização que, segundo Bourdieu (2012), não é algo dado. É construída por um conjunto de crenças e técnicas, que forma o sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem. Os problemas enfrentados pelas jornalistas mostram que há segregação sexual no mercado, o que é contraditório, já que se espera que o jornalismo seja um mecanismo para a promoção da igualdade e do combate ao preconceito, inclusive de gênero.

Essas assimetrias, que marcam um campo tão importante para a sociedade, convidam para algumas reflexões: no interior, uma área que deveria atuar para construir uma sociedade com menos marcas de desigualdades foi constituída com assimetrias de gênero desde a inserção das mulheres até os dias atuais. Assim, como são retratadas as questões de gênero nas notícias? Estaria esse campo atuando para reforçar as disparidades e acentuar as discriminações de gênero? Questões que mostram que ainda há um longo percurso quando se trata dos estudos envolvendo mulheres e jornalismo.

REFERÊNCIAS

ABRAJI. Gênero e Número. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. Relatório, 2017. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br/> 12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

ALMEIDA, G. C. C.de. **A mulher na pesquisa em jornalismo**. 2018, 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BANDEIRA, A. P. B. da S. **Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Pierre Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão, seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASADEI, E. B. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218>. Acesso em: 22 mar. 2023.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, C. L. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151 - 172, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>. Acesso em: 23 jun. 2019.

FEDERICI, S. **Calibá e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2014.

FERREIRA, F.; BUENO, T.; ALVES, M. Interaccionismo simbólico como una herramienta teórica y metodológica para el estudio en el ciberespacio. **Razón y Palabra**, México, v. 21, n. 196, p. 456-475, 2017. Disponível em: <https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/843>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FUKUDA, R. F. ARTIGO - Assédio sexual: uma releitura a partir das relações de gênero. **Simbiótica - Revista Eletrônica**, Espírito Santo, v. único, n. 1, jun. 2012. DOI: 10.47456/simbitica.v1i1.4512. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GADEA, C. A. Interacionismo simbólico e os estudos sobre cultura e poder. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, maio-ago., 2013.

HIGA, F. da C. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12 n. 2, maio-ago., 2016.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.27, n. 2, 2019.

LOURO, G. L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul., 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTIN BARBERO, J. Dos meios às mediações: introduções. **Matrizes**, São Paulo, v.12, n. 1 jan./abr. 2018.

MARTINO, L. M. S. **Métodos de pesquisa em comunicação**: projetos, ideias, prática. Petrópolis: Vozes, 2018.

MORAIS, A. M. de; TEMER, A. C. R. P. Feminização e relações de gênero no jornalismo goiano. In: 3º Encontro Regional Centro-Oeste de História da Mídia, 2016, Mato Grosso do Sul. **Caderno de Resumos**, Mato Grosso do Sul: Associação Brasileira de Pesquisadores da História da Mídia (Alcar), junho de 2016.

MUZART, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.225-233, 2003.

NASCIMENTO, C. V.; OLIVEIRA, B. J. O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 429-457, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644835>. Acesso em: 22 mar. 2023.

NEVES, M. de A. Anotações sobre gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.149, p. 404-421, maio/ago. 2013.

PORTELA, M. R. **Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56614>. Acesso em: 11 jun. 2019.

PEREIRA, E. A. T. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, set./dez. 2015.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA, P. M.; SOUSA, J. P. O mercado de trabalho feminino

em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Impulso**, Piracicaba, v. 21, n. 51, jan.-jun. 2011.

SANTOS, M. dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Jornalismo no feminino:

a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 38, n. 3, p. 35-58, set./dez. 2016

SAFFIOTI, H. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 27, p. 82–100, 2011. DOI: 10.23925/ls.v0i27.18733. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18733>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TOLEDO, C. A mulher no mundo do mercado. *In*: **O gênero nos une, a classe nos divide**. Marxismo e Opressão. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008. p. 37-68

THOMÉ, C. F.; SCHWARZ, R. G. Desigualdade em razão de gênero e divisão sexual do trabalho: suas consequências sobre a saúde das trabalhadoras. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, Osasco, v. 15, n.2, p. 187-202, jul-dez, 2015.

Recebido em: 22 de abril de 2022

Aprovado em: 20 de setembro de 2022

EDUCAÇÃO NA FAVELA CARIOCA: UM OLHAR SOCIOANTROPOLÓGICO PARA O SÓ CRIA - PRÉ-VESTIBULAR¹

André Luiz Coutinho Vicente²
Sabrina Galeno³

RESUMO: Esta peça etnográfica se propõe a apresentar uma pesquisa realizada no Só Cria, Pré-Vestibular localizado na Rocinha (RJ), partindo da curiosidade em identificar as particularidades e potencialidades da educação em contextos de favela. Para a coleta de dados, contou-se com a participação observante e com entrevistas realizadas junto a duas Coordenadoras. As categorias educação popular, desigualdade social e desigualdade educacional apareceram tanto nas perguntas de pesquisa quanto nas respostas obtidas. Significativos atravessamentos subjetivos constituem este trabalho e são apresentados sob a perspectiva do saber da experiência, perspectiva que se diluiu em outros aportes teórico-metodológicos na e para a análise dos dados. Percebeu-se, por fim, que há expectativas por parte das Coordenadoras sobre quais podem ser os impactos de suas ações; que a perspectiva esboçada inicialmente por Paulo Freire aparece como organizadora do trabalho pedagógico e; que as disciplinas curriculares são apenas meio para o projeto de formação humana em curso.

PALAVRAS-CHAVE: educação; educação popular; pré-vestibular; favelas; etnografia.

¹ Após a análise dos dados e da escrita do texto, este foi enviado às interlocutoras para leitura e apreciação do conteúdo da pesquisa. Tal escolha ética e metodológica foi acordada entre os pesquisadores. Agradecemos, desta forma, à dupla contribuição dada na construção desta pesquisa.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Pedagogo, mestrando e pesquisador. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8428-5688>. alcoutinho1996@gmail.com.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Professora, mestre e doutora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6580-7732>. sabrinagaleno@ufrj.br.

EDUCATION IN THE FAVELA OF RIO DE JANEIRO: A SOCIO-ANTHROPOLOGICAL VIEW OF SÓ CRIA - PRÉ-VESTIBULAR

ABSTRACT: *This ethnographic piece proposes to present a research conducted in Só Cria, Pré-Vestibular located in Rocinha (RJ), based on the curiosity to identify the particularities and potentialities of education in favela contexts. For data collection, we counted on the participation of observers and interviews with two coordinators. The categories popular education, social inequality and educational inequality appeared both in the research questions and in the answers obtained. Significant subjective crossings constitute this work and are presented from the perspective of the knowledge of experience, a perspective that was diluted in other theoretical and methodological contributions in and for the analysis of the data. Finally, one notices that there are expectations on the part of the Coordinators as to what the impacts of their actions may be; that the perspective initially outlined by Paulo Freire appears as an organizer of pedagogical work and that the curricular subjects are only a means to the ongoing human formation project.*

KEYWORDS: *education; popular education; preparatory education; favelas (slums); ethnography.*

Creio que o verdadeiro realismo do educador popular, social e comunitário é a utopia, porque esse educador educa em função de um sonho na busca de um mundo justo, produtivo e sustentável para todos e todas.

Moacir Gadotti, 2012

Introdução

Bem, começo este texto expondo a estrutura e ecologia social do Pré-Vestibular popular que se tornou objeto da pesquisa empreendida e aqui relatada.

O Só Cria é, atualmente, uma rede de cursos pré-vestibular presentes em alguns espaços da cidade do Rio de Janeiro⁴. Início, contudo, minhas aproximações com o Só Cria quando ele ainda estava presente apenas na favela da Rocinha, Zona Sul da capital carioca, e é deste território específi-

⁴ Em outubro de 2021, momento em que este texto começa a ser estruturado, o Só Cria estava presente na Rocinha, Barreira do Vasco e FICAP/Pavuna.

co que irei tratar. Fundado em 2019, fruto das articulações do movimento social Movimenta Rocinha e que, em conjunto com alguns militantes das Brigadas Populares – organização popular e partidária - e, posteriormente, com a inserção de militantes da corrente interna do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Fortalecer o PSOL⁵, o Só Cria começa um processo de expansão e de solidificação das atividades de ensino. Apesar desta composição partidária, o projeto não se vincula direta e burocraticamente a nenhum partido político, havendo pessoas que não são *militantes partidários* na estrutura do Só Cria – os chamados independentes⁶.

O Só Cria é formado por voluntários e é uma iniciativa sem fins lucrativos que obtém seus recursos majoritariamente a partir de cotização interna/ autofinanciamento de alguns membros que, obtendo rendimentos externos, passam a contribuir financeiramente para a manutenção do Só Cria. A cotização não é, no entanto, uma prerrogativa para compor o quadro de Coordenadores/voluntários. Tal projeto tem como foco atender as demandas de jovens e adultos, prioritariamente moradores do território, que estão *disputando* vagas em universidades brasileiras – públicas ou privadas, via ENEM ou Vestibular – e já *colecciona resultados* de alunos e alunas aprovados/as em Universidades como a UFRRJ⁷, PUC-Rio, UCAM, UFRJ e a UERJ o que pode ser interpretado como um indicativo da relevância e do impacto social/educativo que tal projeto assume na Rocinha.

Conforme informações públicas disponíveis nas redes sociais do Só Cria, sobretudo no Instagram, o Pré-Vestibular “[...] põe em prática um projeto político-pedagógico que vai além das salas de aula”⁸, proporcionando “um espaço de ampla formação, promovendo o debate do mundo que nos cerca”, sendo, hoje, uma “rede de educação popular destinada aos moradores de favelas”. Apesar do apontamento de um projeto político-pedagógico, este ainda não existe – até o momento de escrita deste texto⁹ - enquanto documento formal. As posições e linhas teóricas e de ação são tiradas, então, do entendimento comum do conjun-

⁵ Em setembro de 2021 a organização “Fortalecer o PSOL” se desligou do projeto. Os motivos de tal desligamento não são abordados neste texto por não fazerem parte do escopo da pesquisa.

⁶ Militantes partidários costumam nomear pessoas que não estão vinculadas institucional e burocraticamente a partidos políticos como “independentes”. Essa classificação aparece no Só Cria com o mesmo sentido, mas não é critério essencial nas dinâmicas de poder estabelecidas no interior das discussões.

⁷ A primeira aprovação direta do Só Cria (Rocinha) foi de uma aluna indígena, da etnia Canela, que ingressou no curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, ainda em 2019.

⁸ Tal informação é parte da legenda da publicação feita no Instagram do Pré-Vestibular no dia 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7UiUnipVvs/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 11 out. 2022.

⁹ Final de 2021 e início de 2022.

to de voluntários que compõem as coordenações. Esses “entendimentos comuns” são alinhados e debatidos em reuniões periódicas, convocadas por diferentes membros das Coordenações a partir de demandas – além de contarem com uma periodicidade de reuniões organizativas¹⁰. Esse método de trabalho de discussões coletivas busca horizontalizar as decisões, porém algumas relações de poder podem ser evidenciadas na convocação das reuniões – geralmente feita por algum membro mais antigo da Coordenação – e na figura de quem “bate o martelo” (quase nunca em um sentido autoritário, mas mais organizativo) sobre os encaminhamentos – sendo, geralmente, o/a voluntário/a que está “na mesa”, convocando a reunião, ou na relatoria da mesma, geralmente feita por membros da Coordenação de Organização, o que não impede, no entanto, que outros voluntários convoquem e relatoriem as reuniões.

Ressalto também que um dos meios de transpor as elaborações sobre educação das Coordenações para o conjunto de alunas/alunos é através das atividades propostas pela Coordenação de Extensão - principal responsável por propor atividades formativas, culturais e extensionistas que integram o Só Cria ao território. Para estas atividades dá-se prioridade às discussões de marcadores sociais da diferença, direitos humanos, política institucional, socialismo e educação popular. A Coordenação Pedagógica fica responsável por propor teoricamente as formações nessas temáticas para os/as professores/as, visando adaptar seus planos de curso. Importante registrar que toda essa dinâmica é dada em articulação entre as diferentes Coordenações.

Para ingresso dos voluntários (professoras/es e/ou coordenadoras/es), a Coordenação Geral – heterogênea, em se tratando de formação acadêmica, raça, território, classe e gênero –, faz chamadas públicas e entrevistas a fim de verificar se *os ideais* do/da candidato/a se relacionam com a linha política, sociológica e filosófica¹¹ do projeto. Foi em um desses processos – e por estar vinculado a um dos movimentos que compunham o quadro profissional do Só Cria, além do desejo de contribuir enquanto pedagogo no final da formação acadêmica – que me inseri como Coordenador Pedagógico. O ano era 2020.

Para o ingresso dos alunos e alunas também são feitas entrevistas que, conforme conversas informais que aconteceram durante o período de levantamento de dados com uma Coordenadora da equipe de Organização, servem como uma

¹⁰ Vale ressaltar que meu foco de investigação e análise é o Só Cria localizado na Rocinha. Cada um dos outros espaços de atuação do Só Cria tem uma dinâmica própria, integrantes próprios (que podem ou não se repetir em lugares diferentes) e Coordenações próprias. Não há, nesse quesito, centralização.

¹¹ Ilustro aqui com um trecho do cordel de Crispiniano Neto, escrito nos anos 1980 para o Programa da Semana de Arte e Filosofia realizado em Mossoró/RN. Conforme o professor, “[...] Filosofia pra gente / É um jeito consciente / Do povo se libertar.” (c.f. BRANDÃO, 2013, p. 10).

espécie de “filtro” de/para seleção, de modo que seja possível selecionar e classificar os/as candidatos/as dentro do quantitativo de vagas disponibilizadas em cada processo/ano letivo. A política de inserção do/no Pré-Vestibular também conta com reserva de vagas para o sistema de cotas e outros marcadores estabelecidos anualmente em reuniões de Coordenações.

Em termos de espaço físico e geográfico, até 2020 as aulas do Só Cria estavam lotadas em uma escola pública – CIEP Ayrton Senna – da/na Rocinha, localizada próximo à estação de Metrô São Conrado e à entrada do Túnel Zuzu Angel, na pista em frente ao início da favela. O projeto dispunha de duas salas nessa instituição que eram utilizadas durante a semana no período da noite e em alguns finais de semana para atividades de extensão. Para fins burocráticos e, também, nos momentos de entrevista e seleção de pessoal, eram utilizados alguns espaços da PUC-Rio. Ambos os espaços foram conseguidos por parcerias estabelecidas entre alguns membros do Só Cria e as direções dessas instituições.

Em 2020, o Pré-Vestibular passa a contar com espaço físico próprio – obtendo, inicialmente, parcerias partidárias para o financiamento -, além de ser neste momento em que começam a ser pensadas as estratégias de ampliação do Só Cria – processo que culmina em sua transformação em Rede de Pré-vestibular.

Os voluntários que ocupavam as funções de docentes das disciplinas requisitadas pelos vestibulares e os/as Coordenadores/as eram, majoritariamente, moradores das regiões próximas à Rocinha – Zona Sul e Centro do Rio de Janeiro. Havia profissionais já formados (licenciados e/ou bacharéis) e outros em formação. Nos cargos de docentes, dava-se preferência para pessoas licenciadas na área, mas, por conta da demanda e da necessidade de *completar quadros*, poderiam ser aceitos profissionais bacharéis em áreas que demandam estudos aprofundados nas disciplinas a serem lecionadas (como, por exemplo, engenheiros para disciplinas de Física e Matemática).

Enquanto *compus* a Coordenação Pedagógica, ela era composta por três profissionais da Pedagogia – à época eu estava no final da graduação. Depois, em face das demandas e reconfigurações adotadas no cenário de pandemia, outras e outros profissionais passaram a compor a Coordenação Pedagógica: cientistas sociais e assistentes sociais. Em outras Coordenações tínhamos profissionais da Psicologia, da Administração, das Ciências Sociais, da Economia, da Geografia, entre outros¹². Estas pessoas, vale ressaltar, são responsáveis pelo Só Cria tanto

¹² Conforme Gadotti (2012, p. 5), a educação popular - e as educações social e comunitária - possui um caráter intersetorial e interdisciplinar, uma vez que o trabalho “precisa ser integrado por equipes profissionais de diferentes áreas, com formação de nível médio, técnico ou superior”.

burocraticamente quanto com relação à locação e conservação dos espaços físicos e dos recursos humanos e financeiros.

Enquanto estive na Coordenação Pedagógica – tempo no qual tive que lidar com as demandas de reorganização da Coordenação e do corpo de docentes e discentes do Pré-Vestibular para o “novo” cenário de suspensão das atividades presenciais em face da pandemia da Covid-19 – foi proposta uma rodada formativa sobre Paulo Freire e Educação Popular. Tal proposta surgiu na Coordenação Pedagógica, foi aceita pelo conjunto de representantes das outras Coordenações e tinha como público-alvo os/as professores/as, principalmente aqueles/as que não haviam tido contato com os referenciais freirianos durante sua formação. A dimensão de Educação Popular, mesmo que não esquematicamente, já organizava, em alguma dimensão, as proposições do conjunto das Coordenações, como será visto posteriormente no relato da Coordenadora AT. A experiência de facilitar esta roda de conversa/formação foi também objeto de análise no meu relatório de estágio na graduação¹³. Me desliguei do projeto ainda em 2020 por problemas de ordem psíquica causada pela pandemia, porém em maio de 2021 retornei ao projeto, não mais como Coordenador pedagógico, mas como um dos colaboradores de um Grupo de Trabalho pensado para desenvolver pesquisas sobre o Pré-Vestibular e os alunos atendidos¹⁴, estando ativo nesta função até setembro de 2021. No momento em que escrevo este texto já não possuo nenhum vínculo com o Só Cria, porém as experiências passadas colaboraram na construção daquilo de Larrosa (2002, p. 21) chama de saber da experiência, que é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”.

A ideia inicial desta investigação era a de expor as particularidades e potencialidades da educação em contextos de favela, principalmente a educação não-formal¹⁵, tendo como norte a discussão sobre desigualdades educacionais, por

¹³ Na disciplina de Estágio IV, cursada durante o período remoto emergencial 2020.5, do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ofertado pela Professora Adriana Alves, analisei e descrevi as atividades e intencionalidades da formação de professores em educação popular na perspectiva freiriana, além de explicitar as funções da Coordenação Pedagógica no processo de facilitação do diálogo nessa Roda de Conversa/formação, a partir da experiência desenvolvida enquanto Coordenador Pedagógico do Só Cria.

¹⁴ As Coordenações, principalmente a Coordenação de Acolhimento – composta por psicólogas e assistentes sociais – e a Pedagógica dispunham de dados quantitativos e qualitativos que possibilitariam um estudo intencional e científico daquela realidade territorial e temporal.

¹⁵ A educação não-formal seria um “conjunto de processos, meios, instituições, específica e diferencialmente desenhada em função de explicitos objetivos de formação e instrução que não estão diretamente dirigidos à concessão de grau, próprio do sistema educativo formal” (TRILLA, 1993 *apud* GADOTTI, 2012, p. 7) ou ainda “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população” (LA BELLE, 1982 *apud* GADOTTI, 2012, p. 7).

isso a escolha de um Pré-Vestibular; entendendo que a educação se processa no mundo real, no meio em que se vive (DALMAGRO, 2016) e a ideia de que ela está “ligada fortemente à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais [...]” (GADOTTI, 2012, p. 8). Parti do pressuposto de que as ações de Pré-Vestibulares se inserem no *vácuo* criado pela *ausência do Estado* (daí decorreriam as intervenções da Sociedade Civil¹⁶) enquanto instância legal responsável pela formação em Nível Médio. Nessa concepção, os Pré-Vestibulares assumiriam, portanto, esse papel intermediário e de fomento à formação – principalmente com a crítica ao Estado e ao modo burguês-capitalista de organização dos sistemas de educação - e ao prosseguimento nos estudos, apesar de possíveis desigualdades no acesso e permanência na educação formal. Nas conversas anteriores ao ingresso na coleta de dados, foi possível pensar algumas possibilidades, hipóteses e daí surgiu a necessidade de se trabalhar a partir das entrevistas com pessoas que trabalhavam nesse contexto. Por já ter proximidade pessoal e profissional com o Só Cria, decidi que seria fértil pesquisar as ações empreendidas por esse Pré-Vestibular pensando que é um projeto novo, em expansão e que passa por um período de reafirmação e reconhecimento no território da Rocinha¹⁷.

Quais os modos de educação estabelecidos? Quais as perspectivas filosóficas e sociológicas que balizam as ações do Só Cria? Qual a posição dos/as envolvidos/as no Só Cria, o que eles/as acham que seja a relevância educacional para o território? Como as pessoas que constroem o Só Cria entendem os fenômenos de desigualdade social e, especificamente, de desigualdade educacional¹⁸? Quais

¹⁶ Aqui cabe fazermos uma digressão a fim de visualizarmos o que aponta a teoria sobre a categoria sociedade civil. Conforme Fontes (2022), propondo um verbete sobre o que seria a sociedade civil, “A categoria de sociedade civil nasce com o mundo burguês, vinculado ao conceito de Estado [...] no pensamento liberal, o pacto estatal implica o surgimento simultâneo de duas novas categorias: uma sociedade política e uma sociedade civil. A sociedade política seria constituída pelas instituições do poder soberano (os órgãos do Estado), enquanto a sociedade civil seria a base da vida social [...] a sociedade civil seria o local da vida privada. [...] Para Hobbes, a sociedade civil se subordina ao Estado, o qual deteria todos os poderes [...] O conceito de sociedade civil e de Estado foi submetido à intensa crítica por Marx e Engels, no século XIX [...] Não há nenhuma separação entre Estado e sociedade: ao contrário, o Estado resulta da relação entre classes sociais e, portanto, encontra sua razão de ser nesta relação”. Já para Gramsci (c.f. FONTES, 2022), na perspectiva crítica, “o conceito de sociedade civil é inseparável da noção de totalidade, isto é, da luta entre as classes sociais, e integra sua mais densa reflexão sobre o Estado ampliado [...] Assim, a sociedade civil é indissociável dos aparelhos privados de hegemonia [...] Não há oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci, pois a sociedade civil é duplo espaço de luta de classes”.

¹⁷ Trabalhos como os da socióloga Licia do Prado Valladares (2005) são essenciais para a compreensão do pano de fundo analítico que organiza esta pesquisa. A autora lida com “a invenção da favela” tratando a realidade do Rio de Janeiro, adicionando novas questões ao amplo campo de estudos sobre favelas empreendidos por Cientistas Sociais.

¹⁸ A desigualdade educacional poderia, neste trabalho, também ser investigada a partir do paradigma bourdieusiano, o qual incorpora marcadores sociais para analisar tais desigualdades e tem como foco a noção de “capital cultural” e sua distribuição entre as diferentes classes sociais.

as posições destas/es profissionais sobre o impacto da educação popular nos alunos e para as lutas sociais? Pensando nestas questões – e em várias outras – parti para o contato com duas Coordenadoras Pedagógicas do Só Cria. Adianto que algumas questões serão possíveis de serem respondidas com o material coletado e outras necessitarão de aprofundamentos e novas entradas no campo.

Sobre o Só Cria e as interlocutoras

O Só Cria está organizado burocraticamente em diversas Coordenações, sendo estas multidisciplinares. Alguns exemplos podem ser dados a partir do tempo em que estive coletando dados e integrando a estrutura do projeto. A Coordenação de Finanças conta com Administradores, Economistas e Cientistas Políticos; a Coordenação de Extensão conta com Cientistas Sociais e Assistentes Sociais; a Coordenação de Acolhimento tem profissionais da Psicologia e do Serviço Social; na Coordenação Pedagógica existem Cientistas Sociais, Pedagogas/os e Assistentes Sociais, na Organização existe geógrafo, administrador e cientista social. Todas estas Coordenações se articulam para organizar e pensar os modos de atuação e intervenção do Só Cria, atendendo as demandas de professoras/es, alunas/os, comunidade e dos próprios membros das Coordenações. Não é comum que Coordenadores/as assumam funções de docentes.

Apresentado brevemente o Só Cria, parto para descrever as interlocutoras, - aquela com quem dialogamos, trocamos, conversamos (SANTOS, 2021) – buscando registrar quais motivos levaram-me a elas.

Neste universo de Coordenadores/as, AT e M são duas profissionais que escolhi para dialogar e investigar os pressupostos do projeto¹⁹. Com AT eu já tinha contato exterior ao Só Cria, o que facilitava a aproximação. M eu conheci no projeto e criei laços de afinidade que facilitariam minha aproximação e o estabelecimento do diálogo. Ambas estavam, também, disponíveis para o movimento de levantamento de dados com entrevistas.

AT é cientista social em formação e chega ao Só Cria no meio de 2019 como professora de Sociologia. Com o passar dos meses ela soma à função docente a Coordenação de Extensão e, também, a Coordenação Pedagógica do Só Cria. M é advogada e pedagoga e compõe o quadro de Coordenação Pedagógica desde 2020 contribuindo com o acompanhamento dos docentes e

¹⁹ No momento da escrita do trabalho, AT já havia se desvinculado do projeto. Todo o processo de coleta de dados a partir de entrevistas semi-estruturadas, áudio e videogravadas, se deu, no entanto, em junho de 2021 enquanto ambas as entrevistadas – e o entrevistador – compunham o quadro de voluntários do Só Cria.

discentes e propondo/facilitando espaços formativos²⁰. Ambas não estavam no momento de fundação do projeto, mas adquirem relevância social e administrativa dentro do projeto.

Sobre o ingresso no Só Cria, AT ressalta que teve *motivações políticas*, além da vontade de experimentar a docência. Nas palavras dela:

É... e... eu... é... eu acho que... meu contato com a educação é... com a educação popular principalmente, né, com o pré-vestibular, é... foi muito assim... do nada, né. Eu sempre achei... interessante, né, os movimentos de pré-vestibular popular, mas eu não tinha nenhum contato, também não conhecia muita gente no Rio, é... e aí eu fiz um... eu comecei a fazer parte de um... uma organização política, né, o Fortalecer o PSOL, e fui convidada a participar do Processo Seletivo do Só Cria pra entrar como professora... sociologia. Ai eu gostei da ideia, achei que seria uma ótima experiência pra... aprender um pouquinho sobre a sala de aula, e também, né, queria me envolver com o trabalho político, e aí eu decidi, é, participar desse processo seletivo e entrei como professora [...] (AT)

Já M estava envolvida inicialmente na educação formal, acompanhando os trabalhos na escola de sua filha. As motivações para compor a equipe do Só Cria são descritas do seguinte modo:

[...] me formei no finalzinho de 2019, né, e aí quando eu me formei na Pedagogia eu tinha esse desejo, também, entendendo o meu lugar de uma mulher branca, privilegiada de, é... devolver o mínimo, assim é o que eu digo: não é devolver, é fazer o mínimo por uma sociedade e num âmbito que eu gostava. Minha mãe sempre deu aulas para Jovens e Adultos, a minha mãe era professora de supletivo do Estado e eu ia muito [ênfase] trabalhar com minha mãe, né... essa coisa de não ter com quem deixar...[...] Então eu sempre gostei desse ambiente de jovens adultos, assim, eu acho que... também eu adoro criança, mas acho que enxergava uma... uma potencialidade, né, então [...] E, na verdade, a minha irmã que foi ser professora de inglês primeiro... na verdade eu acho que ela era monitora no Só Cria. Ela conheceu o Só Cria através do Raul Santiago, que indicou pra ela o projeto, ela conversou com o Gabriel [Rolemberg, coordenador do Só Cria], e aí entrou, em 2019 mesmo lá no... quando era no CIEP [1º espaço do Só Cria]. E aí quando eu

²⁰ Política, estilística e epistemologicamente adotamos “formativo” ao invés de “capacitação”.

me formei, e a Simone sempre me falou “olha, conhece.. fala com o Gabriel, conhece o Só Cria, poxa... um projeto...” [teatral], né, me incentivou nessa questão de entrar pro projeto; foi quando, em 2020, eu entrei em contato com o Só Cria e a Giulia [coordenadora do Só Cria] me entrevistou, só que logo veio a pandemia, né [troca de olhares entre pesquisador e pesquisado] então a gente fez um, você sabe [risos], eu entrei meio assim [cara de perda, meneio de cabeça], né, quando a gente ia se encontrar pro mutirão lá no espaço é... veio a pandemia e a gente, né, foi construindo esse ambiente remoto junto, é... ao longo de 2020 e agora 2021 (M)

As razões para escolha de AT e M como interlocutoras foram: conhecimento burocrático do Só Cria, atuação nas Coordenações, formação acadêmica e possibilidade de aproximação e estabelecimento de diálogo. Contudo, mesmo buscando descrever essas escolhas sob critérios objetivos, tem uma dimensão da escolha que foge dessa objetividade, que é a dimensão do afeto, da subjetividade, da identificação pessoal que, em certo grau, borra as fronteiras do “Eu” e do “Outro”. Conforme Santos (2021, p. 14), “quando chegamos em campo nem todas escolhem ou concordam em conversar conosco, mas algumas pessoas se aproximam e por algum tipo de afinidade, interesse, afeto, acabam resolvendo ficar e conversar”.

Ressalto ainda que, no processo de pesquisa passei por aquilo que De Souza Neto e Amaral (2011, p. 497), atravessados por contribuições malinowskianas, chamam de “imponderáveis da etnografia”, que seriam “situações na qual o pesquisador está exposto a certas situações práticas que o levam a enfrentar dificuldades cujos livros não o apresentaram anteriormente”. Um desses imponderáveis foi a impossibilidade em se estabelecer contato com os alunos/as alunas, além do contexto pandêmico. A princípio havíamos discutido a possibilidade de abordar a visão dos/das discentes sobre o trabalho desenvolvido pelo Só Cria, contudo alguns atravessamentos no/do campo, envolvendo interlocutores, relações institucionais, políticas e interpessoais mudaram os rumos antes e durante a coleta de dados.

Vale ressaltar, também, que as dinâmicas de atuação e de pesquisa foram profundamente atingidas pelos modos de se fazer pesquisa em/com uma pandemia em curso. O caderno de campo é digital, bem como as interações entre pesquisador, objeto e interlocutoras. Conforme registrou Miller (2020), fomos atingidos por “[...] realmente não poder visitar seu local de campo e continuar invisível durante toda a sua etnografia”.

Não estar presente, visitando os espaços físicos e encontrando presencialmente as pessoas, ao passo que produz fraquezas, também proporciona possibilidades outras de reflexão sobre o material coletado - principalmente em se tratando do tipo de atividade desenvolvida pelo objeto estudado, um Pré-Vestibular Popular.

Metodologia

Em termos teórico-metodológicos, articulei majoritariamente duas perspectivas que, para os objetivos deste texto, se complementam: a discussão de saber da experiência, formulada por Jorge Larrosa (2002), e as formulações da autoetnografia, me aproximando também “de uma antropologia do próximo, do semelhante” (SANTOS, 2021, p. 15). A coleta de dados se fez com entrevistas semiestruturadas, vídeo e áudio-gravadas – realizadas em 16 de julho e 19 de julho de 2021, cada uma das entrevistas teve uma média de 30 minutos de duração – e transcritas *ipsis litteris* e com inserção no campo de modo online/virtual – pela impossibilidade de atividades presenciais, e consequentemente de trabalho de campo presencial, ocasionada pela pandemia de Covid-19. Conforme nos alerta Miller (2020) “um engajamento on-line será diferente para cada população com que você trabalhe e, é claro, em diferentes níveis”. O autor ainda sublinha que, em Antropologia, “o método também é algo que você aprende no curso da etnografia” (MILLER, 2020), e foi isso que aconteceu, em certa medida aqui: apesar de partirmos para o campo, para a coleta e análise de dados munidos de alguns pressupostos, é no decorrer do trabalho que essas lentes são confirmadas como úteis ou substituídas por outras que possibilitam dar conta da complexidade do trabalho desenvolvido.

Os dados são apresentados e analisados com auxílio das formulações teórico-epistemológicas sobre educação e desigualdades sociais/educacionais. Parte-se então da compreensão, condensada por Gadotti (2012, p. 1), de que

Não dá para falar de uma educação em geral, separando-a de seu contexto histórico. É preciso qualificar de que educação estamos falando, a partir de que ponto de vista. E como todo ponto de vista é a vista de um ponto, precisamos indicar de que lugar, de que território, estamos falando.

Assim como a pesquisa etnográfica de campo desenvolvida por Santos (2021, p. 2-3) com seus parentes, borrando, embaralhando, dissolvendo a dicotomia Eu/Outro, “talvez sintam que algumas vezes o texto que escrevo transita

entre o conforto, desconforto e a surpresa. Isso se deve ao fato de eu lidar com histórias que também são minhas, compõem a minha trajetória como indivíduo e algumas vezes me extrapolam”.

Ainda, para a mesma autora (SANTOS, 2021, p. 22), “os dados etnográficos não existem na realidade, eles só acontecem - e se posso dizer, eclodem - na relação, pois o exercício etnográfico é o artesanal processo do sentido criado no momento da relação”, e é este sentido de acontecimento do dado etnográfico que busco demonstrar aqui enquanto sujeito que viveu a experiência etnográfica que narra, partindo da noção de que “[...] toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 383).

A minha aproximação ao campo-objeto de estudo se assemelha ao que descreve Miller (2020) quando aponta as possibilidades de desenvolver etnografia no mundo online, pois passo a integrar a equipe que constrói o Só Cria, digo no que sou útil, visando participar dos engajamentos daquela comunidade (de voluntários) e observar como se dão as dinâmicas enquanto participo da produção destas dinâmicas. Daí o emaranhado entre pesquisa, pesquisador e pesquisados. Deste emaranhado surgem possibilidades criadas pela minha posição de observador, mas, sobretudo, de participante, próximo àquilo que Wacquant (2002) conceitua como participação-observante²¹. Também é importante sublinhar que “a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição [...]” (PEIRANO, 2014, p. 379).

Por fim, partindo da compreensão de que “palavras fazem coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados” (PEIRANO, 2014, p. 386), sublinho que nas transcrições das conversas/entrevistas com as Coordenadoras, busquei ao máximo registrar, entre colchetes, as pausas, expressões, memórias, digressões que apareceram durante a coleta de dados. Tais apontamentos indicam que todo o processo de exposição - nesse caso, exposição oral da experiência vivida e das expectativas - não é linear, atravessa espaços e encontra memórias e vivências que, de modo sutil ou não, se evidenciam na fala.

Localizando as interlocutoras na Educação

Diferente de M, AT revela ter uma vivência - social, econômica e racial - mais próxima àquela dos alunos do Só Cria. AT se apresenta como sendo uma mulher negra e bissexual, já M diz ser branca, de classe média e também bisse-

²¹ Wacquant salienta que na Participação-observante é um deslocamento metodológico em que há uma maior intervenção, uma maior vivência corporal, uma experimentação do pesquisador com a prática cultural que está sendo investigada (C.f. RIGO *et al*, 2007).

xual. Ambas têm percurso formativo que, inicialmente, não dialogariam com a educação: M com formação em Direito e AT com desejo de cursar Medicina Veterinária. As duas, no entanto, em determinado momento da vida passam à educação; estar no Só Cria, aparentemente, é fruto desse contato acadêmico com a educação, contato que transborda e alcança esses espaços de formação humana.

Interessante analisar sob essas lentes, pois nos dá indícios dos diversos pertencimentos que cada uma das interlocutoras apresenta. Tais pertencimentos podem nos ajudar a compreender os modos de atuação de cada uma e suas percepções sobre o fenômeno educativo neste contexto que identificamos como marcado pelas desigualdades.

Na tentativa de buscar pistas nos relatos dos motivos pelos quais contribuem voluntariamente em um Pré-Vestibular, levanto como hipótese a busca política por equidade social, por contribuir em processos de ampliação do Ensino Superior a sujeitas/os que são excluídos dos processos formais de Ensino. Tal hipótese surge a partir do relato de M, quando informa os motivos pelos quais ingressa em Pedagogia e aí reconhece, em suas palavras, “meu lugar, de uma mulher branca, privilegiada” e a necessidade de “devolver” à sociedade²², bem como no relato de AT, que diz:

Não tive nenhuma influência assim, na minha família. Na verdade eu... desde... desde nova eu nunca tinha visto ninguém da minha família fazer nenhuma faculdade, sempre foi distante da nossa realidade, então fui a primeira pessoa a acessar o Ensino Superior, é... público, né, mas...mas.. não tem ninguém na minha família que faz nenhum tipo de faculdade privada, nem nada (AT).

Contudo, tais ações, se na perspectiva da Educação Popular, não buscam integrar/incluir os sujeitos *de modo mecânico*. De acordo com Gadotti (2012, p. 3), “integram para transformar a sociedade na qual são integrados”.

Os perfis das interlocutoras se aproximam quanto ao desejo progresso de ser docente. Quando questionadas sobre a relação que têm com a educação, M e AT apresentaram que.

[...] Ser professora sempre foi uma... uma questão que eu achava interessante, assim, que eu gostava, mas não era o meu objetivo central, assim, o

²² Tal posição de M dialoga diretamente com o que Paulo Freire apresenta no livro *Pedagogia do Oprimido*. Conforme Gadotti (2012, p. 3), Freire “[...] não escreveu sua pedagogia do oprimido apenas pensando nos oprimidos, mas pensando também nos não-oprimidos que com os oprimidos “sofrem”, mas sobretudo “com eles lutam”.

grande objetivo de vida, né, mas depois que eu entrei nesse curso, né, que é Licenciatura em Ciências Agrícolas eu... vi que eu gostava mais das humanas e decidi mudar de curso e acabei parando nas Ciências Sociais, e aí hoje eu faço Licenciatura, né. [...] (AT)

*[...] Quando eu terminei a escola, assim, eu era muito nova, eu fiz teste vocacional, e o meu vocacional deu pra área de humanas, assim como eu já desconfiava... Eu acho que eu induzi muito este vocacional para o Direito, assim... Na época eu tinha duas amigas, muito amigas, que também estavam pensando em fazer Direito, e eu tinha também uma questão de querer ter uma independência financeira, então eu optei pelo Direito, apesar de sempre [ênfase] ter aquele pézinho, assim “**ai, eu queria ser professora...**” [teatralizando] e minha mãe, professora, dizia o quê: “**ah, mas não vai ganhar nada, vai ser que nem eu. Tem que dar, né, matrícula em 4, 5 escolas e tal...**” [sobe o tom de voz imitando a mãe] então eu fui pro Direito. [...] resolvi fazer a Licenciatura em Pedagogia e... entendendo que o Direito já tinha meio que cumprido um papel [aceno de cabeça de pesquisador e pesquisada] na minha vida e que eu gostaria de explorar esse lado, visitar essa minha infância que eu não gostava dos estudos, né... conhecer a educação de outra forma. (M)*

Um dos achados relevantes da entrevista foi que ambas as Coordenadoras, mesmo não exercendo a docência no Só Cria, se identificam enquanto *educadoras*. Tal compreensão pode ser explicada se entendemos o processo educativo como um processo amplo, que demanda atuação intencional de diversas pessoas em diferentes espaços, articulando saberes e ações. Estar Coordenadora, no contexto do Só Cria, toma o sentido de contribuir para a formação dos docentes e fortalecimento das ações empreendidas pelo conjunto de alunos e professores do projeto, daí a identificação como educadora.

Interlocutoras e suas perspectivas de Educação no Só Cria

Sabendo que “a educação é um fenômeno complexo, composto por um grande número de correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas em culturas e filosofias diversas” (GADOTTI, 2012, p. 1), perguntou-se sobre qual perspectiva de educação era adotada para o funcionamento e organização do trabalho pedagógico do Só Cria. As interlocutoras registraram ser, em algum nível, a educação popular em perspectiva freiriana. Conforme M: “A gente adota

a perspectiva de educação popular [ênfase], né, eu diria, bastante freiriana... é porque é ele que vai, né, trouxe essa base”. M e AT também ressaltam a necessidade de abordar questões raciais no trabalho educativo; para isso elas indicaram lançar mão das pesquisas da professora Nilma Lino Gomes.

Para M,

A educação popular que visa uma visão crítica, né, do estudante, para além da prova do vestibular em si, né, trazendo uma noção de... de mundo mesmo, uma visão de mundo, mas uma visão crítica, né, pra que o estudante entenda, é... quem ele é, de onde ele vem e porquê que as estruturas... estão dessa forma, né, na nossa sociedade, né, e poderia ter um olhar crítico e transformar essa realidade dele.

Para AT, o debate estruturado sobre perspectivas educacionais começou a ser fomentado com mais ênfase a partir da pandemia. Para ela, apesar do debate e das leituras da teoria freiriana, ainda é difícil definir com clareza a perspectiva educacional do projeto. Em suas palavras:

eu acho que é uma discussão que a gente começou a fazer esse ano, é... porque no... início do projeto, assim que o projeto foi fundado, a gente costuma dizer que a gente foi aprendendo muito na prática. Eu era... 4º período, não tive... tinha tido acesso a quase nada assim, de matéria de educação, então era uma discussão que a gente fazia muito pouco. A gente começou a tocar o projeto e aí a gente falou assim “tá, a gente precisa ler mais e... enfim, é... ter mais acesso a debates teóricos sobre educação, mas ao mesmo tempo tem um monte de coisa pra resolver; coordenação tá aí em ritmo frenético” e aí eu acho que a gente teve mais contato, né, quando a gente parou pra pensar um pouco mais sobre o... a nossa linha, é, política e de educação, foi em 2020, né, com a pandemia, que a gente precisou o... discutir se a gente teria Ensino Remoto, Emergencial ou não e aí acho que foi nesse momento também, e principalmente com a entrada da Marcia, que é uma outra Coordenadora Pedagógica, que a gente começou a falar sobre isso, né. E a gente tem... é... feito alguns... encontros nesses últimos meses, assim, encontros de formação política pra a gente debater um pouco sobre Paulo Freire, sobre... alguns... autores, também, negros que falam sobre educação, é... mas eu, eu vejo assim como algo que ainda não é ainda muito... estruturado, não é algo que a gente ainda consiga definir com clareza, mas é isso! Tamo aí tentando aprender também sobre essa parte que acho que ainda tá em falta, mas até então o que a gente

conseguiu estudar foi muito... é... os textos, né, do Paulo Freire, da Nilma Lino Gomes [gaguejo] é... a gente também estudou um pouco de bell hooks e a gente tem feito esse tipo de trabalho, assim, pra tentar... se apropriar também desta parte mais teórica.

Tais relatos já dão pistas de quais entendimentos as Coordenadoras têm do que seja Educação Popular. Na tentativa de fugir dos debates estritamente teóricos e partindo para a compreensão das interlocutoras do que seria Educação Popular - sabendo que tal conceito, na perspectiva que elas adotam, já havia sido incorporado e reformulado a partir de suas vivências e intervenções profissionais -, elas respondem do seguinte modo:

[...] pra mim Educação Popular é aquela que enxerga primeiro de tudo o estudante. de onde ele vem, o território, a origem, a que ele pertence, as escolhas, é... seja religiosas, sexuais, enfim; é a gente olhar esse ser humano, né, perceber o que ele traz de conteúdo, porque todos nós temos algum conhecimento prévio, né, depois de uma caminhada na vida. E... Educação Popular é a gente, é... tentar se inserir, acho que esse é o grande desafio do educador popular, é se inserir no lugar desse [ênfase] estudante pra você tentar dialogar com ele, né... acho que a educação popular é isso, é diálogo, né, e troca e a gente... aprende ensinando e ensina aprendendo, né, então eu acho que o principal é essa troca... e trazer um pouco, é lógico, que eventualmente isso meio que vai acontecer, né... que... mas que eu acho que é um segundo plano, que são os conteúdos pra que o estudante possa, é... dentro da sua realidade, enxergar como que aquele conteúdo se aplica, isso pra mim seria um ideal de educação popular; é a gente conseguir, na realidade do dia a dia de todos os estudantes, dar exemplos e trazer, é... conhecimento pra essa visão crítica de mundo, né, mas sempre com esse olhar atento... pras origens, né... pras nossas [ênfase] origens e pras origens daquele estudante, né, e como esses mundos podem dialogar. Acho que seria por aí... e sempre tentando trazer uma visão crítica [empolgação] pro social, né, eu acho que é isso [feição de rememoração]... (M)

Eu entendo Educação Popular como... um espaço, é... de troca de conhecimento. Eu acho que é um espaço onde a gente permite que os estudantes, é... estejam confortáveis, né, que não seja um... um local com aquele tipo de educação militarizada, com todo mundo sentadinho um atrás do outro num espaço quadrado. [...] E acho também que a Educação Popular ela... é mais

acessível, né... o objetivo dela é ser mais acessível, é dialogar com a realidade da pessoa que tá ali estudando, do ambiente que aquela instituição está inserida, é trabalhar de acordo com a realidade daquele estudante, né (AT).

À luz da teoria, a educação popular estaria, conforme Gadotti (2012, p. 1), dentro do grupo das Pedagogias críticas, aquelas que “têm todo interesse em declarar seus princípios e valores, não escondendo a politicidade da educação”. Para o mesmo autor, a educação popular, a educação social e a educação comunitária “concebem o Estado e a Sociedade como uma arena (no sentido gramsciano) na qual é preciso marcar posição, garantir conquistas e conquistar novos direitos, trabalhando com as contradições e limites existentes tanto no Estado quanto fora dele” (GADOTTI, 2012, p. 2) e “não abrem mão da riqueza metodológica da informalidade” (GADOTTI, 2012, p. 9).

Quando a questão se desloca a fim de compreender por qual motivo, entre tantas correntes filosóficas, pedagógicas e sociológicas que dão significado à educação, o Só Cria escolheu a educação popular de base freiriana, M e AT nos respondem que

[...] É escolhida pelo Só Cria pela questão da territorialidade, pela questão da... da transformação social, né, e eu acho que o movimento tem essa intenção de transformar a sociedade e a gente precisa transformar pelas bases, pelo... por quem sustenta essa pirâmide tão desigual, né, da sociedade [...] eu... eu acho que foi escolhida por isso, pra... porque a educação popular é a que efetivamente respeita o povo e traz essa... essa visão crítica dessa sociedade que a gente quer transformar [...]

Acho que é porque a gente acredita muito que... a gente leva muito em consideração, né, o conhecimento de quem mora no território. A gente acha que não é só nós que estamos no ambiente acadêmico, os professores que já participam, que já estão formados, que têm esse conhecimento, né. Às vezes as pessoas dali, que participam do nosso Pré-Vestibular, que são nossos alunos também, tem outros tipos de conhecimento que vão agregar muito pro debate que a gente vai fazer em sala, então, é... acho que foi desde o início assim uma... um tipo de educação que era nossa proposta, né. [...] É... uma perspectiva de educação que todo mundo achava mais coerente e que poderia dialogar muito mais, poderia deixar os alunos mais confortáveis, também, pras aulas e... acho que é isso, assim.

Um olhar para o território e para a Educação Popular

Percebemos pelo relato de M e de AT, que há um marcador de espaços/territórios que nos informa sobre particularidades no modo como o processo educativo é pensado. Tal marcador encontra suporte nas contribuições de Pereira-Silva (2016), Ribeiro e Koslinski (2009), Koslinski, Alves e Lange (2013), Êrnica e Batista (2012) e Ribeiro e Vóvio (2017), que têm indicado a influência da vulnerabilidade social nas localidades das grandes cidades na produção da desigualdade escolar. Daí surgem duas questões que servem mais para incitar incômodos do que para ser efetivamente respondidas: quais os sentidos e as diferenças de sentido que a Rocinha - espaço do Só Cria analisado, uma favela localizada próxima a bairros “nobres” da capital carioca - assume frente à outras favelas que estão localizadas em espaços menos prestigiados econômica e socialmente da cidade? A disponibilidade de espaços, parcerias e voluntários é influenciada - se sim, em qual medida - por esta localização?

Este espaço/território - no caso do Só Cria, a favela - demanda ações/intervenções pedagógicas que são, na perspectiva das entrevistadas, melhor operadas com os instrumentos teórico-metodológicos e sociológicos da educação popular de base freiriana. Para Brandão (2013, p. 15, grifos do original), o método Paulo Freire - em específico o método de alfabetização - “educa enquanto se constrói”, é um “*método como processo*”. Tal compreensão é importante para entendermos isso que as interlocutoras apresentam como educação popular de base freiriana; a “base freiriana” é tributária desta noção de processo, de construção e/como percurso. É importante salientar, também, que método é diferente de prática; método é o *modo* como agiremos na/com/para a prática. Nas palavras de Brandão (2013, p. 16), o método é “a botina que calçaram nos pés para caminhar”.

Já AT deixou evidente a necessidade de valorização do conhecimento do educando - um dos pilares daquilo que em educação chamamos de Educação Popular - quando relatou que “o estudante tem muito conhecimento, né, e... e os professores, os coordenadores, acabam aprendendo muito nessa relação, né” e em outro trecho da entrevista quando informa, questionada sobre os motivos que levaram à escolha da perspectiva freiriana, que “às vezes as pessoas dali, que participam do nosso Pré-Vestibular, que são nossos alunos também tem outros tipos de conhecimento que vão agregar muito pro debate que a gente vai fazer em sala”.

Desigualdades e exclusões: sociais, econômicas, territoriais ou tudo junto?

Em termos teóricos compreendo a categoria exclusão social enquanto fenômeno processual, estrutural e que desfaz os vínculos sociais, tal como apresenta Silva (2010), ou, ao menos, precariza esses vínculos. Para a autora, apoiada nas contribuições de Sposati (1999), a exclusão “decorre do processo de acumulação capitalista, apresentando caráter estrutural com agravamentos cíclicos [...]” (SILVA, 2010, p. 156).

Diferente do debate francês, analisado por Silva (2010),

No Brasil, o que se tem é um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade; que nunca teve inserção no trabalho formal nem participou da sociabilidade ordinária. Não ser incluído é uma condição estrutural que tem marcado gerações após gerações [...] Tem-se uma sociedade, no dizer de KOWARICK (1999), extremamente marginalizadora do ponto de vista econômico e social que tem constituído massas de trabalhadores autônomos ou assalariados com rendimentos ínfimos que os levam a uma vida precária e sem proteção social, considerados potencialmente perigosos (SILVA, 2010, p. 157).

Apesar das concepções culturalistas, que buscam no indivíduo a raiz da pobreza e da desigualdade, e de concepções liberais que apontam que a solução para a pobreza/exclusão social está no mercado, concordo com Silva (2010, p. 157), que afirma ser o modo de produção capitalista responsável pela “instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda”. A autora, então, continua: “É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política” (SILVA, 2010, p.157).

As desigualdades sociais e educacionais também se refletem nos modos formais de escolarização e gera respostas e embates coletivos. Conforme Libâneo (2012, p. 15),

A luta pela escola pública obrigatória e gratuita para toda a população tem sido bandeira constante entre os educadores brasileiros, sobressaindo-se temas sobre funções sociais e pedagógicas, como a universalização do acesso e da permanência, o ensino e a educação de qualidade, o atendimento às diferenças sociais e culturais, e a formação para a cidadania crítica

Face à esta dimensão coletiva de luta que organiza as pessoas preocupadas com os processos formais de educação, juntamente com esta preocupação coletiva expressa dos voluntários do Só Cria, preocupação esta que gera engajamento e expectativas sobre as funções socioeducacionais do Pré-Vestibular, podemos sugerir que “é na organização coletiva para superação da sociedade atual que pode emergir um novo sentido à educação” (DALMAGRO, 2016, p. 87). Desse modo, estaria o Só Cria no caminho da construção deste novo sentido da educação? Ao propor uma educação popular e política, colocando os conteúdos disciplinares como meio e apontando, conforme a compreensão das interlocutoras, a intersecção de desigualdades sociais e educacionais, estariam se unindo a outros movimentos sociais em busca de reformular os sentidos da educação na contramão da lógica burguesa e liberal?

Ao apresentar e tomar o Só Cria enquanto objeto de pesquisa, intento demonstrar que o Pré-Vestibular e as ações/expectativas de seus voluntários se inserem na caracterização que Libâneo faz do que deve ser o dever ético dos educadores. Para o autor

A luta política e profissional pelas conquistas sociais – entre elas, o ensino público – é um dever ético dos educadores. Por isso, uma visão assertiva sobre a escola e o ensino assentada nas necessidades humanas básicas e nos direitos humanos e sociais não pode contentar-se apenas com a crítica. São necessárias teorias sólidas, acompanhadas de instrumentalidades a serem postas em prática (LIBÂNEO, 2012, p. 24)

Ao sair do formato de projeto “no papel”, passar pela discussão coletiva, escolher um espaço - geográfico e intencionalmente político - e selecionar modos de ação fundados em teorias educacionais e sociais - até mesmo a caracterização de *Pré-Vestibular Popular* denota um compromisso que se espraia para entender e atender as demandas sociais de determinado grupo/território -, o Só Cria se insere no conjunto de ações que possuem esta “instrumentalidade” sugerida por Libâneo.

Questiono, então, às interlocutoras o que para elas seria desigualdade educacional. Tal questão visou mapear *como* AT e M interpretavam o fenômeno da desigualdade. As respostas de ambas encontram correspondência, conforme podemos ver:

Desigualdade educacional, pra mim, ela é um efeito trazido por uma série de desigualdades sociais, né, então, então pra mim a gente não consegue tratar a

educação como salvador da... da pátria, que educando a gente vai ter uma sociedade... a gente precisa de saneamento básico, a gente precisa de comida na mesa, a gente precisa de água potável, porque cada item desse que falta pra um estudante são meses ou anos que ele vai estar em defasagem. A nutrição, né... enfim, lazer, saúde... então desigualdade educacional, pra mim, é um efeito da falta dos direitos básicos de alguns estudantes. (M)

Eu acho que... hoje a gente pode falar de desigualdade educacional de várias formas, né. É... porque com o contexto de pandemia a gente tem outra realidade de educação, né. A gente tem mais [ênfase] dificuldades agora, mas eu entendo, assim, é... é uma educação... né... que não é, que não chega a todos, não chega a todos os territórios, né, no Brasil. Não chega na zona rural, não chega, é... em lugares mais distantes, em lugares mais vulneráveis socialmente. É... e acho também que a desigualdade educacional tá muito na... muito vinculada, ali, ao sucateamento, né, do ensino público, que é um objetivo, um projeto do governo, principalmente do governo atual, então... acho que a desigualdade educacional ela é impulsionada por essa política neoliberal, né, e é uma forma mesmo de transformar a educação em algo... comercial, né, mercantilizar a educação, né. [...] E acho que em contexto de pandemia, a desigualdade educacional também tá muito relacionada com a desigualdade tecnológica, porque a gente tem alunos que, agora, né, já estão há quase dois anos sem conseguir ter acesso a educação de qualidade, né, sem conseguir dialogar com os professores, né, ter acesso aos conteúdos, às aulas virtuais, porque não têm um telefone, porque não têm um computador, porque não têm internet. [...]. Acho que a desigualdade educacional, ela é muito vinculada aos debates de classe, de gênero, de raça. A gente precisa falar desse tipo de desigualdade sempre levando em consideração essas outras questões também, né, porque as pessoas que mais sentem essa desigualdade são as pessoas pobres, mulheres, são pessoas oriundas de bairros vulneráveis, né, como favelas, periferias, zonas rurais. Então acho que é isso. O que eu entendo como desigualdade educacional é... é... é um... é junção de tudo isso: projeto, é, vinculado ao neoliberalismo, que tem como objetivo transformar a educação em um produto que pode ser vendido, né, e isso vai descartar muita gente de ter acesso à educação mesmo (AT).

No relato de AT podemos encontrar algumas categorias interessantes que encontram eco nas teorias educacionais, tal como o debate sobre o projeto²³ de sucateamento da educação, a influência dos territórios na produção/reprodu-

²³ Credita-se ao sociólogo Darcy Ribeiro a frase: “a crise na educação brasileira não é uma crise, é um projeto”. É nesta perspectiva que apontamos para um projeto de sucateamento da educação.

ção das desigualdades educacionais, a mercantilização da educação a partir das políticas neoliberais, além de apontar a necessidade de análises educacionais que tenham como lente analítica a interseccionalidade. Conforme Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 15-16),

[...] como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Por fim, visto que não consegui estabelecer nesse momento a coleta de dados com os alunos e as alunas do Só Cria, a perspectiva que dispomos sobre os impactos das ações/intervenções educativas propostas pelo Só Cria no território analisado partem da visão das interlocutoras, ligadas ao projeto em vínculo institucional; dessa forma são mais expectativas de impacto que o efeito propriamente dito. As observações que fiz enquanto pesquisador no interior da dinâmica do projeto, colaborando em uma participação-observante, também é tributária dessa visão institucional dos impactos que tais iniciativas produzem no território e na vida dos residentes. Daí a necessidade de abriremos novas frentes de investigação/coleta de dados.

Contudo, é possível apresentar alguns prognósticos, a partir da compreensão das interlocutoras, de qual é o papel do Só Cria nesse contexto de desigualdade educacional.

É... bom... pela perspectiva dos estudantes, né, a gente está em um território de favela que, apesar de ser cidade, e quem sustenta a cidade, ele é um território marginalizado, então, onde falta saneamento, onde falta comida, onde falta a água, né, como a gente vê, né, antes e durante a pandemia, né. Falta acesso, transporte suficiente, coleta de lixo, então, tudo isso trazem doenças, né, então da perspectiva do estudante, o estudante está num... território totalmente marginalizado. Do ponto de vista do Só Cria, eu acho que o projeto ele vem, para além da prova do vestibular, do ensino dos conteúdos, ele vem se juntando a alguns outros movimentos sociais, vem, é... realizando atividades extracurriculares, formações políticas, no intuito de se unir, né e reivindicar esses direitos básicos como, é, vaquinhas para distribuições de cestas básicas, máscaras, materiais de higiene, é... enfim, união com outros movimentos sociais da favela para, né, cobrar ao poder público o saneamento básico que

foi prometido a tantos anos e demais melhorias, né, é... aí em diálogo [...] Então, da perspectiva do Só Cria é garantir não só passar no vestibular, mas um mínimo ou... um mínimo de substância ou de conhecimento para esses estudantes da precariedade, né, que eles estão submetidos, do sucateamento do serviço público pra que eles também, juntos com o Só Cria e com outros movimentos pleiteiem isso e cobre isso, é, dos políticos, dos governos, enfim, e da própria sociedade que os marginaliza, né, porque não adianta só eles, né, pleitearem isso, a gente precisa se unir a eles, né [...] Então, eu acho que Só Cria tem essa perspectiva de garantir... de tentar... desse olhar de garantir esses direitos básicos que a gente falou que acabam trazendo um efeito de sucateamento da educação, né. Então seria por aí; a gente não faz milagre, mas a gente pelo menos tenta dar um... empurrãozinho, um pontapé, um esteio, né, uma base para essas pessoas [gesto com as mão de ascensão] começarem a enxergar e questionar essa realidade dura, né, que vivem e... enfim, seria isso. Questionar as condições de trabalho, né, de... de tudo, né [...] (M).

É... então, eu acho que o Só Cria, é... tem... teve um impacto muito importante, principalmente com a pandemia... a gente teve um ano só de funcionamento presencial, né, então esses dois anos que a gente tem agora, né, a gente tá levando agora 2020/2021, foram todos remotos, e acho que foi o momento que a gente mais aprendeu e mais falou de educação, mais falou de desigualdade e foi onde a gente enxergou também,[...] como essa desigualdade afeta [ênfase] às pessoas, né, e afeta de diferentes maneiras, né, e acho que o Só Cria vem contribuindo muito. Hoje a gente não tá só na Rocinha, a gente tá em outros territórios, mas acho que vem contribuindo muito pra falar sobre essa dificuldade mesmo das pessoas terem acesso a internet, e de como essa falta de acesso a internet é... dificulta, né, o aprendizado das pessoas, dos alunos, né, de diferentes idades, nesse contexto de pandemia é... e a gente tem feito um trabalho muito... é, eu considero, assim, muito importante, de acolhimento [...] e aí quando a gente percebe que algum aluno tá faltando por muito tempo, tá há muitos dias sem aparecer, a gente faz uma comunicação, né, contato com esse aluno pra entender o que está acontecendo e a grande maioria das vezes é algum problema de internet, ou algum problema por conta da pandemia mesmo, questões financeiras, familiares, né, [...] e a gente compreende, né que a realidade de que mora na favela, na periferia, é uma realidade muito difícil, então... é mais. é mais complicado, né, da pessoa permanecer na, é... na educação, né, na escola, no Pré-Vestibular, então a gente tenta a todo momento trabalhar pra amenizar um pouco essa situação pelo

menos no território onde a gente tá inserido, mas a gente entende que é um problema muito maior, né, uma falta de assistência do Estado, do governo que a gente tem hoje que não garante, né, o acesso a internet, o acesso à educação de maneira, é... efetiva. [...] (AT)

Percebemos, a partir destas contribuições, que há uma dimensão e um entendimento de desigualdade educacional que se articula com outras desigualdades e opressões para produzir efeitos de opressão e exclusão. Nessa perspectiva, não se fala de desigualdade educacional - ou de ações de mitigação de seus efeitos - sem levar em consideração outras variantes que competem para o aprofundamento desta desigualdade. Uma equação na qual os sujeitos pobres, majoritariamente pretos, favelizados são a parte excluída dos processos de cidadania atravessados pela educação.

AT também traz ao debate, por fim, o papel político do Só Cria. Para ela os Pré-Vestibulares populares têm

[...] que garantir um debate político, garantir a desconstrução de muitas ideias limitantes, assim, ideias, muitos pensamentos limitantes pra a gente conseguir avançar em muitos debates: debate de gênero, debate de sexualidade, falar sobre racismo... até porque a maioria desses alunos são alunos negros, alunos indígenas, então acho que é fundamental também esse papel... é, político do Pré-Vestibular. A gente tem que assumir essa responsabilidade também. (AT)

M ainda ressaltou, ponto importante para futuras reflexões, da necessidade de “[...] trazer essa perspectiva da Educação Popular não só conteudista, não só... também... aguerrida aos movimentos sociais [...]”. Por esta relação exposta com o movimento social, cabe encerrar refletindo junto à Dalmagro (2016, p. 76), para quem “os movimentos sociais são, portanto, educativos, mais precisamente, ao questionarem as estruturas sociais por meio de suas ações, lutas, organização coletiva” e junto à Brandão (2013, p. 93), para quem

[...] para as pessoas com a cabeça feita no meio das experiências pioneiras de educação popular, ficava cada vez mais claro [...] que a missão do educador popular era a de ajudar na criação das condições de surgimento, e apoiar as condições de fortalecimento dos movimentos populares.

Considerações finais

Retomo, por fim, algumas considerações que atravessaram este trabalho e que precisam ser explicitadas de modo a elucidar possíveis questões. Primeiro, não podemos falar do Só Cria enquanto instituição política-educativa-social homogênea. Os dados levantados e apresentados aqui fazem parte da compreensão objetiva, mas sobretudo subjetiva de duas integrantes de Coordenações e são marcados profundamente pelas vivências políticas-sociais-acadêmicas de cada uma. Segundo, é necessário (re)lançarmos luz sobre a noção de que, na perspectiva que ambas se propõem a trabalhar, os conteúdos disciplinares não são o fim, mas o meio. Há uma preocupação com a formação integral que parte e atravessa o reconhecimento de si e de sua realidade rumo à transformação, interpretada como muito próxima àquilo que as perspectivas freirianas classificam como tomada de consciência crítica, crítica e comprometida. Tal ponto fica explícito quando AT, durante a entrevista, afirma que o papel dos Pré-Vestibulares Sociais, tais como o Só Cria, é “não é só trazer a educação que o Estado não está dando, mas é mostrar para aquele aluno porquê que o Estado não tem interesse em garantir a educação daquele estudante”.

Tomei a perspectiva das Coordenadoras a fim de expor as particularidades e potencialidades do desenvolvimento de ações educativas em contextos de favela, principalmente a educação não-formal. No caminho fui interpelado pela fala das duas de que, de modo já esquematizado ou em vias de estudo, a perspectiva freiriana de educação aparece e coloca - conforme apontaram - uma série de expectativas de/para o modo de ação/intervenção, definindo, inclusive, o que é essencial e o que é acessório no trabalho pedagógico nestes territórios.

As perguntas colocadas no início da pesquisa não são passíveis de serem respondidas com objetividade. Todas são subjetivas e dependem do modo como os dados/falas são interpretados. Contudo, em linhas gerais, pode-se inferir que ambas as Coordenadoras enxergam a desigualdade social enquanto dimensão estrutural e que a *educação popular freiriana* é um dos instrumentos adotados como centrais na mitigação desta desigualdade, daí decorre o papel esperado para o Só Cria.

Dessa forma, este trabalho, a partir dos dados coletados, percorre socio-antropologicamente pela dimensão pedagógica e social do trabalho do Só Cria como um exemplo dos modos de funcionamento de um Pré-Vestibular Social. Tal funcionamento perpassa dimensões geográficas, políticas, interpessoais e afetivas que se espraiam para o processo de ensino-aprendizagem.

Cabe ainda ressaltar que há dificuldades inerentes às características da/na construção deste trabalho que parte da minha experiência enquanto pesquisador que faz parte do espaço estudado. É impossível atingir a distância do objeto/campo que o positivismo postula, por isso há dimensões do Eu que interpelam o Outro - interlocutoras. Todo um atravessamento de subjetividades que por vezes auxilia, por vezes dificulta, a análise dos dados e que não pode - e avalio que não deve - ser deixado de fora.

Por fim, junto à consideração de M sobre a potencialidade da articulação entre educação e movimentos sociais, proponho como possibilidade análises que levem em consideração a inserção, atuação e protagonismos de movimentos sociais organizados na construção de alternativas educativas tais quais o Só Cria. Este campo de estudo é fértil e pode oportunizar a escuta de novas vozes e de modos diversos de se fazer educação em espaços não-hegemônicos.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. 34. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DALMAGRO, S. L. Movimentos sociais e educação: uma relação fecunda. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2016.
- DE SOUZA NETO, A.; AMARAL, P. L. Os Imponderáveis da etnografia religiosa: uma análise sobre o trabalho etnográfico no campo da religião. **Mneme-Revista de Humanidades**, Natal, v. 12, n. 29, 2011.
- ÉRNICA, M.; BATISTA, A. A. G. A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 640-666, maio/ago. 2012.
- FONTES, V. Sociedade Civil. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde** [online], Fiocruz. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socciv.html>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *In*: **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília. 2012.

KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LANGE, W. Desigualdades educacionais em contextos urbanos: um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, p. 1175-1202, 2013.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, p. 13-28, 2012.

MILLER, D. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. Trad. Camila Balsa e Juliane Bazzo. **Blog do Sociofilo**, 2020. [publicado em 23 maio 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller/>. Acesso em: 28 dez. 2021.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PEREIRA-SILVA, C. **Vulnerabilidade social nos territórios das grandes cidades, educação e o princípio de justiça como equidade na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

RIBEIRO, L. C. de Q.; KOSLINSKI, M. C. A cidade contra a escola? O caso do município do Rio de Janeiro. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 356-383, 2009.

RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C. L. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. especial 2, p. 71-87, set. 2017.

RIGO, L. C. *et al.* Relações parentais no futebol de salão: a experiência do Paulista Futebol Clube. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 77-90, 2007.

SANTOS, A. C. D. Etnografia em casa: entre parentes e aproximações. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 1-32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/31646>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SILVA, M. O. da S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SPOSATI, A. Exclusão social abaixo da linha do Equador. *In*: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. (ed.). **O debate com Serge Paugan**: por uma sociologia da exclusão social. São Paulo: EDUC, 1999. p. 126-138.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

WACQUANT, L. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Recebido em: 07 de abril de 2022.

Aprovado em: 20 de setembro de 2022.

ATERROS E DESTERROS NA ARQUEOLOGIA DA CIDADE: A DINÂMICA MATERIAL DE SÃO PAULO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.¹

Alessandro Luís Lopes DE LIMA²

RESUMO: Buscamos nesse artigo discutir a dinâmica da desconstrução e refundação material da cidade de São Paulo e analisar suas consequências sobre o espaço paulistano, refletindo como isso afetou as populações habitantes dos antigos territórios negros do século XIX. Para tal tarefa, iremos resgatar a história socioeconômica e da legalidade do ordenamento urbano da cidade, através da análise de textos e estudos historiográficos e de urbanismo. Relacionamos esses dados com as informações sobre os aterros dos cinco sítios arqueológicos mais próximos do núcleo histórico de São Paulo, datados entre os séculos XIX e XX, para compreendermos a dinâmica material da *arqueologia da cidade*, nos termos definidos pelo arqueólogo Edward Staski (1982). Levantamos essas informações através dos relatórios de pesquisas dos sítios Solar da Marquesa de Santos, Beco do Pinto, Casa n.º1, Praça das Artes e Praça da República, localizados no triângulo histórico de São Paulo e em suas adjacências.

PALAVRAS-CHAVE: arqueologia urbana; cidade-sítio; aterros; territórios

¹ Artigo adaptado do texto do segundo capítulo da dissertação *Uma Arqueologia dos Territórios Negros: contas e miçangas no Triângulo Histórico de São Paulo (séculos XIX-XX)*, defendida no ano de 2019 para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Pesquisa realizada através do financiamento público da CAPES.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional - Rio de Janeiro - RJ – Brasil. Doutorando em Arqueologia. Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil. Mestre em Arqueologia. Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara – SP – Brasil. Cientista Social. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8022-7234>. alesslima@ufrj.br

LANDFILLS AND BANISHMENTS IN THE ARCHEOLOGY
OF THE CITY: THE MATERIAL DYNAMICS OF SÃO PAULO
BETWEEN THE 19TH AND 20TH CENTURIES.

ABSTRACT: *We seek in this article to discuss the dynamics of the material deconstruction and refoundation of the city of São Paulo and to analyze its consequences on the São Paulo space, reflecting how this affected the populations inhabiting the former black territories of the 19th century. For this task, we will rescue the socioeconomic history and the legality of the urban planning of the city, through the analysis of texts and historiographical and urbanism studies. We related these data with information about the landfills of the five archaeological sites closest to the historic core of São Paulo, dating between the 19th and 20th centuries, in order to understand the material dynamics of the city's archeology, in the terms defined by the archaeologist Edward Staski (1982). We gathered this information through research reports from the sites Solar da Marquesa de Santos, Beco do Pinto, Casa n.º 1, Praça das Artes and Praça da República, located in and around the historical triangle of São Paulo.*

KEYWORDS: *urban archeology; city-site; landfills; territories*

A perene mudança material

Segundo Pedro Paulo Funari (2008), a arqueologia das cidades na América portuguesa não se desenvolveu de forma mais célere devido à concepção ideológica brasileira de progresso e modernidade, evidenciada na destruição material de nosso meio urbano. O pensamento nacional posto na bandeira republicana tem se colocado de maneira geral contra tudo o que é antigo, atribuindo quase nenhum valor às coisas do passado. O país da “ordem e progresso”, em uma busca utópica pela modernidade, considera tudo que é “novo”, melhor do que é compreendido como “velho”. Será dessa forma que a destruição do patrimônio arqueológico e arquitetônico se tornará uma realidade comum em nossa sociedade. Brasília seria o mais perfeito exemplo da utopia brasileira de progresso, uma capital praticamente quase sem passado (FUNARI, 2008). Para Rafael de Abreu Souza, o patrimônio arqueológico corre mais perigo nas cidades, já que além da efervescência das transformações, temos uma legislação falha e poucos arqueólogos interessados em integrar essa empreitada para além da arqueologia por contrato (empresarial). Toda essa destruição patrimonial poderia ser diminuída com a arqueologia assumindo um papel público mais ativo, tecendo propostas para transformar a realidade através da participação política local, fomentando planejamentos sustentáveis e planos de manejo (SOUZA, 2014).

São Paulo, como uma metrópole que cresceu muito rápido e de forma desordenada no século XX, consolidou-se como um grande exemplo de desprezo pela memória material. Em sua evolução urbana, tudo o que era remanescente e antigo sofreu constantes degradações físicas e simbólicas para que novos edifícios fizessem surgir uma cidade moderna. Seus maiores marcos históricos são a Catedral da Sé e o Ibirapuera, este último um parque modernista dos anos 1950. Os palácios de governo municipal e estadual são prédios recentes, assim como o da Assembleia Legislativa. A Avenida Paulista, símbolo da cidade, sofreu drásticas alterações urbanística até os anos 1970. Sua aparência bucólica do início do século XX, com grandes casarões e um magnífico mirante da paisagem (o antigo Belvedere-Trianon), foi destruída para dar lugar à sede de multinacionais, bancos e do MASP (Museu de Arte de São Paulo). Na virada do século XIX para o XX a cidade sofreu profundas mudanças urbanísticas que tentavam domar a natureza, alterando os cursos dos rios e, posteriormente, construindo-se diversas pontes, viadutos e túneis. Dentro dessa realidade, o interesse histórico acabou por se tornar restrito aos prédios que contavam a história das elites. Por esse motivo, a arqueologia histórica brasileira teria se desenvolvido tão tardiamente, limitando-se muitas vezes a recolher ocorrências arqueológicas, artefatos isolados de seus contextos originais, encontrados ocasionalmente por máquinas em obras urbanas (FUNARI, 2008).

Para a arqueologia é válida a reflexão de que os processos de formação do registro paulistano foram bastante intensos, por isso em nosso entendimento, não faz sentido o uso de noções como “materiais descontextualizados” no âmbito da arqueologia urbana (SOUZA, 2014). Todos os artefatos urbanos fazem parte de um contexto maior que é a própria cidade, compreendida enquanto um grande sítio arqueológico (CRESSEY, 1978). Ao utilizarmos a noção de que existem “materiais descontextualizados”, podemos estar desconsiderando os processos de formações culturais e naturais desse imenso registro arqueológico que é a cidade.

Desse modo, a estratigrafia³ dos sítios urbanos é particularmente caracterizada pelos aterros tecnogênicos, camadas de entulho que cobrem o solo, oriundas do descarte material da própria cidade. O crescimento desordenado da metrópole no século XX foi a causa de alterações na topografia original da cidade, cobrindo com uma grossa camada de aterro e concreto a materialidade urbana do passado paulistano (JULIANI, 1996). A realidade do meio urbano é

³ O conceito de estratigrafia diz respeito aos depósitos sedimentares que conformam as sucessivas camadas do solo, onde a sua interpretação arqueológica permite o levantamento da cronologia de um sítio através do método de *datação relativa*. Este método é baseado na lei da estratigrafia, ou lei da superposição de camadas formulada por Nicolaus Steno (1638-1686): em princípio os artefatos que se encontram nas camadas mais profundas, são mais antigos do que os que são identificados nos estratos sedimentares mais próximos da superfície.

a das transformações, da destruição, da remoção e da “limpeza” do que é antigo (SOUZA, 2010). Portanto os aterros, com suas sucessivas camadas de entulho e outros materiais que compõem o solo da cidade, possuem importância para o entendimento arqueológico do urbano. Assumimos esse posicionamento apenas quando reconhecemos na cidade um grande contexto arqueológico em constante transformação e renovação, ou quando assumimos a perspectiva de uma *arqueologia da cidade*, e não apenas uma *arqueologia na cidade*, na qual esta perspectiva maior, voltada para o entendimento arqueológico de todo o ambiente urbano, não está presente (STASKI, 1982). Logo as constantes destruições de São Paulo que geraram aterros tão densos e complexos estão relacionadas com aspectos ideológicos, tais como a concepção de progresso e modernidade assumida por nossa sociedade (FUNARI, 2008; SOUZA, 2014).

Devemos pensar, portanto, a dinâmica material e nos processos de formação arqueológica da metrópole, suas destruições e reconstruções, descarte e reuso de materiais, mas para além das motivações ideológicas e simbólicas destacamos as motivações materiais e econômicas que determinaram o ritmo dessas destruições, assim como suas consequências para a espacialidade paulistana.

Nas últimas décadas do século XIX, a crise econômica gerada no período da Guerra do Paraguai teria estimulado as elites paulistanas a tirar dinheiro dos bancos e investir na aquisição de terrenos e na construção de prédios (PRADO, 1960). Esse fato levou à destruição das antigas edificações de taipa, para a construção de chalés de influências arquitetônicas europeias (os castelinhos), na passagem do século XIX para o XX. A antiga arquitetura colonial e popular de influência portuguesa, indígena e africana, foi sendo continuamente substituída por chalés, solares e sobrados de inspiração italiana, suíça, alemã, inglesa, entre outras de origens europeias. Uma cidade onde boa parte dos empreiteiros, construtores, pedreiros e mestres de obras eram imigrantes italianos, inevitavelmente iria adquirir um aspecto mediterrânico, que conforme as palavras do viajante Ferruccio Mácola na obra “L’Europa ala Conquista dell’América Latina” de 1894, São Paulo aparentava possuir a arquitetura comum às cidades italianas de província (BRUNO, 1954b). Portanto, a passagem do século foi marcada por grandes destruições e demolições urbanas e, ao mesmo tempo, por novas construções dentro da cidade e em seu entorno (BRUNO, 1954b; TOLEDO, 1983).

O poder público paulistano teve um papel ativo nesse processo de desconstrução material da cidade, e influenciado pelos ideais dos cafeicultores, foi objetivada a europeização da metrópole do café. Essas transformações dos finais do século XIX tiveram início sob o governo de João Teodoro, segundo o urbanista Benedito Lima de Toledo, na sua obra *São Paulo: três cidades em um*

século (1983). João Teodoro foi pioneiro em querer higienizar e revitalizar as áreas de várzea em 1875, acabando com os terrenos miasmáticos e poluídos, como era a região do Tamanduateí próximo à Várzea do Carmo e do antigo Mercado da 25 de Março (TOLEDO, 1983). Nesse período, nos afirma o historiador Ernani Bruno (1954b), nem mesmos as edificações religiosas foram poupadas da destruição, com destaque às profundas modificações e demolições do Convento São Francisco e da primeira Igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos.

Os antigos casarões coloniais do século XVIII, que nos finais do XIX estavam abandonados e serviam como moradias populares, se tornaram um dos principais alvos do interesse do poder público (BRUNO, 1954b). A economia do café que estimulava a imigração para São Paulo e o aburguesamento da cidade, foi o grande combustível dessa dinâmica de destruição e reconstrução material; os novos bairros que surgiam para além do triângulo histórico na passagem do século XIX para o XX, passaram a ter uma aparência italiana, como vimos ocorrer na Santa Efigênia, na Vila Buarque e na Santa Cecília, na Bela Vista (Bixiga), entre outras localidades paulistanas; a cidade que contava com cerca de três mil prédios em 1875, uma década depois (1886) já apresentava cerca de sete mil edificações segundo Ernani Bruno (1954b). Com a abolição não apenas a população negra, mas também muitos fazendeiros endinheirados buscavam a cidade como novo lugar de moradia, fator este que contribuiu com o processo de demolição e reconstrução urbana. Essa realidade levou São Paulo a adquirir uma paisagem heterogênea, mosaica e não harmoniosa, com as edificações apresentando diversas identidades étnicas em suas arquiteturas, fazendo com que nos finais do século XIX, quase já não existiam mais as edificações de taipa do período colonial (BRUNO, 1954b).

Para arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, os altos e baixos da economia cafeeira eram a grande motivação para o investimento em imóveis urbanos no início do século XX. A hipoteca no ano de 1900 passou a ser aceita por parte dos bancos para a realização de empréstimos aos cafeicultores. Os imóveis urbanos acabavam servindo como estratégia de diversificação dos investimentos, já que em 1902 os baixos preços do café no mercado internacional estimulavam o investimento em imóveis (ROLNIK, 1989). O setor imobiliário era considerado um dos investimentos mais seguros no país, fazendo dos terrenos urbanos uma reserva de valor historicamente estratégica. Por este motivo, qualquer legislação urbanística que interferisse no potencial de valorização dos terrenos urbanos incomodava as elites, já que estes eram considerados reservas de investimentos em épocas de crise (ROLNIK, 2003).

Um dos primeiros registros escritos de demolições da cidade antiga é de 1913, quando foi demolido um edifício datado de 1814 e que contrastava com outras edificações por sua evidente antiguidade; este possuía três andares e estava localizado na esquina da Rua São Bento com a Ladeira do Acu. Ele era um representante remoto da antiga arquitetura da economia do café, dos primórdios do século XIX (BRUNO, 1954a). Nessa mesma época foram derrubadas outras edificações antigas, como o Convento Jesuítico do Pátio do Colégio que aconteceu em 1908, para dar lugar ao palácio do governo, levando à destruição boa parte da antiga construção que restava da época da fundação da cidade. Fatores naturais também favoreceram a demolição no Pátio do Colégio, como uma tempestade ocorrida em 13 de março de 1896 que derrubou a parede de taipa e o telhado, levando em seguida à sua ruína. Conforme os escritos de Ernani Bruno (1954b), a justificativa para a remoção da antiga cidade era o “aprimoramento”, baseado na expectativa do aumento do conforto para os habitantes enriquecidos pelo café.

Benedito Lima de Toledo (1983) considera que a cidade de São Paulo pode ser entendida como um palimpsesto, um grande pergaminho onde a escrita é de tempos em tempos removida, para receber normalmente, uma nova versão com qualidade literária inferior. São Paulo é uma cidade que foi destruída e reconstruída duas vezes em menos de um século. Ela foi capaz de gerar belos parques, como o antigo Parque do Anhangabaú e belas avenidas, como a bucólica Avenida Paulista do início dos anos 1900, para destruí-los em tão pouco tempo, motivada apenas por imediatismos. Na economia do café e com a chegada da ferrovia, começou o loteamento das antigas chácaras do entorno da cidade, levando São Paulo à sua “segunda fundação”, conforme a expressão utilizada pelo arquiteto Eurípedes Simões de Paula e muito bem empregada pelo professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, o urbanista Benedito Lima de Toledo (TOLEDO, 1983).

A metrópole do café que surge nos finais do século XIX e início do XX sobre a antiga cidade colonial de taipa durou até os anos 1940, quando foi novamente destruída. O desmonte da “segunda cidade” se deu agora devido à necessidade de uma melhor infraestrutura urbana, onde ainda eram deficientes os serviços de telefonia, correio e transporte, o que acabava desestimulando o surgimento de novos centros alternativos para a expansão do centro comercial. Os edifícios da época do café foram aos poucos sendo demolidos e substituídos por novas edificações que aproveitavam melhor o solo. Sem grandes alardes, a cidade fez desaparecer os aspectos materiais de sua evolução urbana em um processo perene, que ainda permanece em curso. Segundo Toledo, em São Paulo

construía-se “em cima” e não “ao lado”, comportamento este que fez nascer na segunda metade do século XX, a terceira versão da cidade de São Paulo (TOLEDO, 1983). No urbanismo é considerado muito raro este fenômeno em que uma cidade é destruída e reconstruída duas vezes sobre um mesmo assentamento, em menos de um século (TOLEDO, 1983).

Como afirma Raquel Rolnik (2003), a história do centro de São Paulo na virada do século XIX para o XX, foi uma história de demolições e de segregação espacial, em destaque para os territórios da população negra constantemente removida por um poder público dominado por determinados interesses econômicos de classe. A Legislação Municipal nos finais do século XIX favorecia essas remodelações urbanas, redesenhando as ruas centrais e procurando expulsar as classes populares e suas habitações do centro, proibindo os cortiços através de uma burocracia bastante exigente. Na gestão de Antônio Prado (1899-1911), a região central foi alvo de intervenções e empreendimentos dos Planos de Melhoramentos da Capital. Para além de melhorias urbanísticas, a legislação buscava perseguir e expulsar as classes populares de seus espaços, sendo assim, não passava de um código de leis excludente e que promovia a segregação socioespacial (ROLNIK, 2003).

Foi nesse período de “reconquista” do centro que o antigo mercado municipal foi derrubado e toda vida social e materialidade arquitetônica da antiga Igreja da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi removida (ver fig. 1), para a construção da Praça Antônio Prado. Segundo o depoimento de Raul Joviano do Amaral, tomado por Rolnik⁴, foi em 1872 que a Câmara Municipal decidiu desapropriar os pequenos prédios e o terreno que servia de cemitério, localizados ao lado da igreja do Rosário, com o intuito de alargamento da Rua São Bento e da Rua do Rosário. Em 1903 esta igreja foi desapropriada para o aumento da praça, sendo construída em seu lugar a sede do *First National City Bank* (ROLNIK, 2003). Para além do crescimento demográfico como grande motivador das transformações dos finais do século XIX, a redefinição territorial paulistana e o surgimento da segregação espacial urbana foi o elemento estruturador dos valores da especulação imobiliária e do modelo de disputa pelos espaços (ROLNIK, 2003).

⁴ Raul Joviano do Amaral foi um destacado intelectual, jornalista e militante negro falecido em 1988. Atuante desde 1927, Joviano fundou a FNB (Frente Negra Brasileira) e os jornais A Voz da Raça (1933) e Alvorada (1945). Raquel Rolnik o entrevistou em maio de 1982, na cidade de São Paulo.

Figura 1 – Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Largo do Rosário (atual Praça Antônio Prado), em 1904; foi demolida neste mesmo ano



Fonte: Acervo do DIM-DPH/PMSP.

Toda a preocupação higienista com a saúde pública do centro-velho era baseada na então teoria dos miasmas, que acreditava que os micróbios surgiam espontaneamente em materiais orgânicos em decomposição. Junte-se a isso a concepção de que as doenças contagiosas ocorriam através da contaminação pelo ar, em locais de aglomeração. Pasteur em 1870 já havia derrubado a teoria dos miasmas, demonstrando que o contágio se dava pelo contato indireto entre as pessoas, através de objetos contaminados com secreções. Assim sendo, a forma de combate utilizada na época pelo poder público paulistano já era considerada ineficaz e anacrônica para a erradicação de doenças contagiosas. A prefeitura baseada em uma teoria sanitaria ultrapassada continuou seu “combate” aos locais de habitação das classes populares, demonstrando que seu objetivo era mesmo removê-los. Sua motivação não se relacionava às questões de saúde pública, mas aos interesses econômicos de alguns grupos favorecidos. Essa intervenção tinha como objetivo principal o fim dos cortiços, locais de moradia da população negra paulistana (ROLNIK, 2003).

Desse modo, através dos preços, o território social era delimitado, a legislação favorecia a segregação ao exigir padrões únicos de ocupação para determinadas áreas. Assim foi criado um muro invisível em São Paulo, gerando uma mercadoria apenas para poucos no mercado imobiliário. Junto com as fábricas químicas, matadouros, asilos e hospícios, as classes sociais menos favorecidas e seus cortiços eram forçados a se estabelecer fora dos limites da cidade, permanecendo na ilegalidade e em constante tensão. Na legislação de 1886, estava delimitado quem viveria dentro da cidade e quem ficaria ao lado de fora (ROLNIK, 2003).

Para aqueles que desejavam fazer de São Paulo uma cidade com ares europeus, desmontar e apagar os territórios negros era imprescindível. Eles eram portadores de sociabilidades urbanas (FRÚGOLI JR., 2007) que precisavam ser combatidas e desmanteladas através de remoções e despejos. As elites econômicas tomavam o espaço público para si, modificavam sua realidade material e os transformavam em fontes de lucro (ROLNIK, 2003). Em 1877 começou o processo de remoção simbólica e física dos territórios negros, gerando distúrbios nas ruas devido à tentativa de expulsão das quitandeiras do Largo do Palácio. Em 1893, ocorrem conflitos com a força pública nas ruas da cidade devido à remoção do chafariz instalado desde 1874 no antigo Largo da Igreja do Rosário (ROLNIK, 2003).

A cidade enquanto bem cultural possui sua dimensão material, tal como um artefato, e dessa forma ela é produzida e fabricada, constituindo parte da natureza física apropriada socialmente. Este artefato que é a cidade realiza-se apenas no interior das relações de força estabelecidas entre as pessoas, onde se encontram conflitos sociais, econômicos, territoriais, culturais e políticos, como os que relatados no último parágrafo. A cidade seria um vetor desse campo de forças e reflete a realidade de sua própria estrutura social (MENESES, 2006). Também podemos utilizar aqui a noção de *ciclo-de-vida* dos artefatos para explicar a mudança na materialidade do sítio urbano de São Paulo. Residências, prédios e outras construções após sua vida útil, são demolidos e seus restos reaproveitados para formação de novos aterros urbanos (SCHIFFER 1972; RATHJE, 2001).

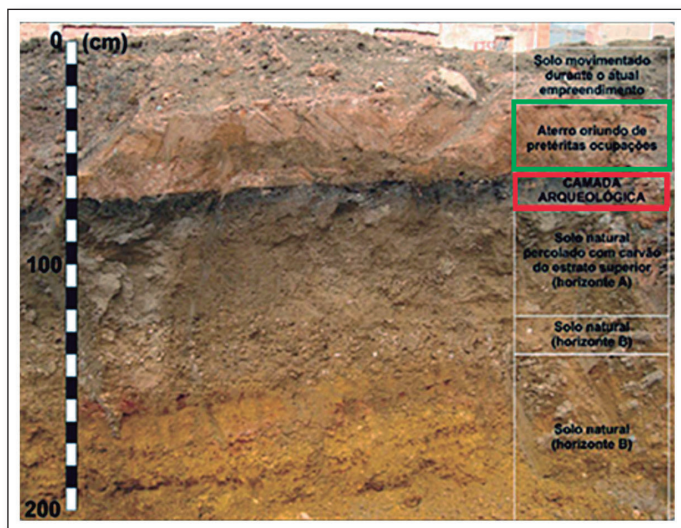
A importância dos aterros

Para realização de nosso estudo foram selecionados os relatórios dos cinco sítios arqueológicos mais próximos e relacionados à região do triângulo histórico da cidade, até o ano de 2019. Essa área de São Paulo localizada em uma elevação

geomorfológica influenciada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, possui um período de ocupação urbana que começou no século XVI, contando dessa forma com a ocorrência de diversas construções e demolições em sua história. A observação dos estratos sedimentares do solo da região do triângulo histórico, através dos registros de sítios arqueológicos, nos fornece dados úteis sobre a dinâmica dos aterros urbanos.

Os estratos de aterros verificados em cinco sítios arqueológicos da região central de São Paulo são: Praça das Artes (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012), Praça da República (DOCUMENTO ARQUEOLOGIA & ANTROPOLOGIA, 2012), Solar da Marquesa de Santos (ANDREATTA *et al.*, 1986; 1991; 1986-1991), Beco do Pinto (DPH-SMC, 1994) e Casa N°.1 (NISHIDA, CARVALHO, 2010a, 2010b), localizados acima das camadas arqueológicas ou às vezes misturados a elas, devem ser encarados como portadores de valor arqueológico, já que são possuidores de historicidade. No sítio Praça das Artes é possível observar uma camada de aterro na faixa destacada em verde, localizada logo acima dos sedimentos da camada arqueológica, destacada na faixa de coloração vermelha (ver figura 2). Na perspectiva da Arqueologia da Cidade (STASKI, 1982), esses dois estratos deveriam ser entendidos como correlacionados, já que compõem um contexto arqueológico maior que é a própria cidade.

Figura 2 – Estratigrafia do solo urbano no contexto da Praça das Artes



Fonte: Scientia Consultoria Científica, 2012.

Alguns desses aterros foram formados a partir de um determinado período histórico e econômico relativo ao desmonte da antiga cidade de taipa e do surgimento da metrópole do café nos finais do século XIX e início do XX. Nos aterros dos sítios relatados acima, há uma constância de restos construtivos como fragmentos de tijolos e telhas, que são fontes de informações importantes e que podem ser exploradas por métodos estatísticos, como a análise de *clusters*⁵. Infelizmente faltam estudos arqueométricos⁶ específicos voltados à compreensão das origens de materiais e sedimentos localizados nos aterros paulistanos, esses levantamentos poderiam ser investigados por meio de técnicas não-destrutivas, como a espectroscopia molecular e atômica, as técnicas de raio-x, os exames de microscopia, entre tantas outras utilizadas pela arqueometria. Os sedimentos dessas camadas de aterros devem ser investigados com técnicas da arqueometria e de análise geológica de rochas, como a petrografia, para que tenhamos informações relevantes sobre suas origens e formações.

Nos aterros do sítio arqueológico Praça das Artes, escavado pela empresa Scientia Consultoria Científica (2012), a diversidade de fabricantes de tijolos identificados no relatório a partir dos fragmentos, levanta a hipótese de origens em edificações diferentes. Estes fragmentos podem ser oriundos de diversos pontos geográficos da antiga cidade. O aterro do sítio Praça das Artes, localizado na vertente do Vale do Anhangabaú, não chega a ser tão denso, havendo uma mistura grande de terra junto à esta camada.

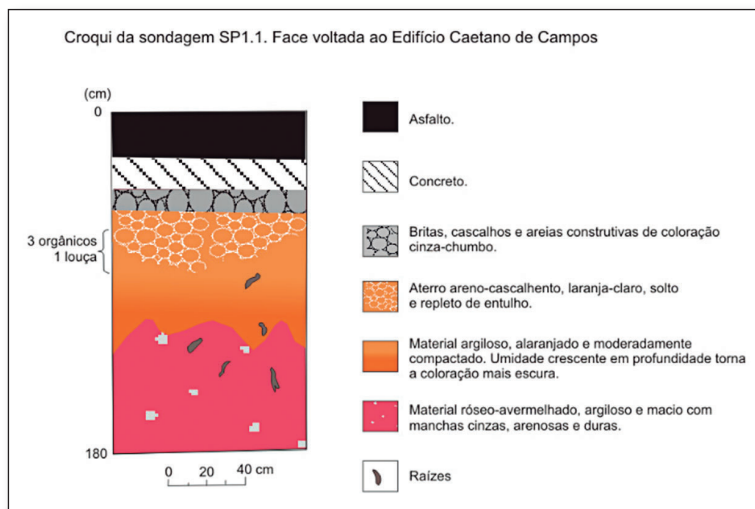
Em outro sítio arqueológico, como o sítio da Praça da República, há um contexto denso de aterros. O sítio da Praça da República foi pesquisado na ocasião das obras da Linha 4 do Metrô pela empresa Documento Arqueologia & Antropologia (2007), e apresentou diferentes tipos de entulhos, como fragmentos de telha, manilha, tijolo e azulejo, chegando estes até os 120 cm de profundidade; essas camadas tecnogênicas são fruto das intervenções da cidade em seu próprio solo (ver figura 3). Por sua natureza, este contexto da Praça da República possui um bom potencial para estudos a respeito da formação dos aterros paulistanos, onde foi possível observar por exemplo, que na camada de

⁵ A análise de *clusters* (clusterização) ou análise de agrupamentos diz respeito às técnicas estatísticas multivariadas que identificam classes de dados semelhantes em uma matriz de casos, indivíduos ou objetos (modo Q) ou entre diversas variáveis colocadas (modo R). O critério de semelhança a ser buscado é determinado pelo problema de pesquisa colocado, dessa forma a análise de cluster é uma técnica estatística bastante útil tanto para as disciplinas das ciências naturais quanto para as disciplinas de ciências humanas.

⁶ Arqueometria é o estudo dos materiais arqueológicos baseado no uso do conhecimento de diversas outras disciplinas científicas, com destaque à utilização de técnicas físico-químicas para o levantamento atômico ou molecular, procurando sempre compreender a temporalidade envolvida nos artefatos. Esse tipo de análise pode identificar a composição e as fontes naturais da matéria-prima, a indústria e as técnicas de produção, as formas de uso ou os elementos naturais, climáticos e sedimentares atuantes na decomposição dos artefatos arqueológicos.

aterro areno-cascalhento, foram localizados materiais orgânicos e um fragmento de louça (ver figura 3). Uma análise mais apurada desses sedimentos e materiais, através de técnicas arqueométricas, podem levantar informações novas sobre a formação dos contextos arqueológicos da Praça da República e da própria cidade de São Paulo.

Figura 3 – Croqui do perfil estratigráfico do solo na Praça da República



Fonte: Documento Arqueologia & Antropologia, 2007.

Também são emblemáticos os aterros do sítio Casa n.º1 (localizado na Rua Roberto Simonsen), carregados de telhas, tijolos fragmentados e entulhos até 40 centímetros de profundidade. No sítio relativo ao Solar da Marquesa de Santos, localizado no mesmo endereço e também escavado nos anos 1980 pela arqueóloga do Museu Paulista Prof.(a) Dr. Margarida D. Andreatta, consta a presença de taipa nos estratos do subsolo da parte interna da casa e de restos construtivos das obras ocorridas em 1860, na parte externa da casa. Essas escavações externas foram realizadas em uma terceira etapa de estudos no ano de 2009, coordenada pela arqueóloga Dr. Paula Nishida do Centro de Arqueologia de São Paulo, órgão ligado ao DPH- Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo.

Esses são indicadores de que as camadas de aterros desses sítios relativos ao século XIX foram formadas por restos construtivos testemunhos da antiga São Paulo colonial e devem ser entendidos como possuidores de grande valor arque-

ológico para o entendimento do sítio paulistano. Os aterros são fruto da historicidade urbana, dos diálogos com a paisagem e da relação homem-natureza, uma vez que eles também são artefatos produzidos pelo homem (SOUZA, 2014).

Este olhar sobre os aterros tecnogênicos ampara-se numa perspectiva, que encara a cidade como um grande sítio arqueológico (CRESSEY, 1978), procurando compreender seus processos de formação (SCHIFFER, 1972). E enquanto fragmentos de artefatos descartados, os entulhos construtivos são reutilizados e reciclados como aterros urbanos, conforme o modelo comportamental de descarte explanado por Willian Rathje (2001).

O Beco do Pinto, terceiro sítio histórico localizado no complexo da Rua Roberto Simonsen e também escavado pela arqueóloga Margarida D. Andreatta, apresentou entulhos e restos construtivos junto a fragmentos cerâmicos e outros vestígios. Por ser uma passagem de pedestres, o Beco do Pinto também pode ser compreendido à luz dos conceitos de Willian Rathje (2001).

O descarte é o tipo mais comum de despojo de resíduos, inclusive no meio urbano onde os solos constantemente pisados e endurecidos, quase sempre revelam uma quantidade significativa de materiais arqueológicos. Estes nada mais são que resíduos despejados pelos transeuntes, pisoteados e jogados aos cantos nesses caminhos, conforme os padrões de tráfego das pessoas (RATHJE, 2001).

No Beco do Pinto, logo abaixo da camada arqueológica, ou mesmo abaixo do paralelepípedo em algumas áreas, aparece uma argila siltica e cinzenta. Essa é a argila tabatinga, característica da Bacia São Paulo, conhecida como “barro branco” e que serviu por séculos como fonte de matéria-prima para as construções de taipa da antiga cidade colonial; ela era retirada na ladeira da Tabatinguera (TOLEDO, 1983). Esse barro branco compõe o início do ciclo material deste grande sítio arqueológico que é o meio urbano paulistano, formando a sequência de três momentos: 1º: *argila tabatinga* – 2º: *construções de taipa* – 3º: *aterros urbanos*.

Ao observar a estratigrafia arqueológica do sítio Praça das Artes, percebe-se a presença de sedimentos relativos aos horizontes pedológicos A e B, logo após o fim da camada arqueológica, o que indica que o local perdeu seus estratos naturais superiores (ver novamente a figura 2 acima). Essa informação pode indicar que o solo foi preparado para o despejo de resíduos urbanos, condizendo com a documentação historiográfica sobre a abertura intencional dos antigos “covões”, aterros sanitários destinados ao descarte de resíduos urbanos nos limites da cidade durante o século XIX (BRUNO, 1954).

O modelo elaborado por Michael Schiffer (1972) para o descarte secundário em áreas urbanas e a localização de áreas especializadas para o depósito de resíduos em ambientes de grandes populações pode ser observado em São Paulo nos primeiros três aterros sanitários (covões) para o depósito de lixo urbano que foram abertos nos finais do século XVII, fora do perímetro urbano da cidade (BRUNO, 1954). Com o crescimento populacional constante do século XIX, novas lixeiras foram abertas nos limites geográficos da então cidade de São Paulo que terminava nas proximidades do triângulo histórico.

Destruição, segregação e conflitos.

Este grande artefato que é a cidade, foi produzido pelos habitantes da metrópole e serve como vetor do campo de forças, conflitos e tensões sociais locais (MENESES, 2006). Na cadeia comportamental de sua fabricação, as atividades de produção sofrem interferências da heterogeneidade social, de conflitos e negociações que atuam na disputa por seu uso e desempenho artefactual (SCHIFFER, SKIBO, 1997; MENESES, 2006).

Todas as mudanças materiais motivadas por questões econômicas geraram tensões sociais no século XIX, e hoje em dia suas consequências ainda são sentidas pelos habitantes da metrópole. A segregação espacial é um dos componentes dos conflitos sociais da cidade, tanto no passado quanto no presente. Na metrópole-artefato, estão sempre presentes os quatro fantasmas (“*haunts*”) da modernidade histórica destacados por Charles Orser Jr. (1996): o colonialismo, o eurocentrismo, o capitalismo e a modernidade. Eles nos alertam para o quanto a arqueologia urbana paulistana, exige uma abordagem próxima da arqueologia histórica do mundo moderno.

Para compreender efetivamente as mudanças materiais de São Paulo, é importante manter em mente a prática de uma “arqueologia da cidade” (STASKI, 1982). Todos esses sítios arqueológicos citados e que serviram para nossa análise, são partes do contexto arqueológico maior que é o ambiente da metrópole, e toda cultura material que fez parte da cidade em sua história, tem o potencial de estar presente enquanto artefato ou fragmento de artefato, nos estratos antropogênicos locais.

Por este motivo, podemos vir a identificar a materialidade relativa à diáspora africana através dos objetos que esses sítios nos oferecem, dentre estes, os mais significativos são os cachimbos (ver figura 4 abaixo) e fragmentos de vasilhas cerâmicas. Destacamos também as contas de vidro que estão presentes em coleções do acervo do Centro de Arqueologia de São Paulo e referenciadas na

documentação histórica primária e secundária da cidade de São Paulo (BRUNO, 1954 *apud* ROLNIK, 2003; WISSENBACH, 1998)⁷.

Figura 4 – Cachimbo de barro resgatado no contexto arqueológico da Casa n.º1



Fonte: Alessandro Luís, 2017, Acervo do Centro de Arqueologia de São Paulo.

Essas materialidades podem ser associadas a inúmeras outras contas de contextos arqueológicos coloniais africanos e da diáspora africana localizados em diversos pontos geográficos da costa atlântica, como no Caribe, na América do Norte, na África, na Península Ibérica e no Mar Mediterrâneo (DE LIMA, 2019). Ainda que sejam artefatos de tamanhos tão diminutos perante monumentalidade de São Paulo, devemos interpretá-los, ou “ouvi-los”, extraindo dados relevantes para o entendimento do passado paulistano.

Os artefatos arqueológicos podem nos informar a respeito do passado de uma parte da população da cidade, que devido ao racismo, foi violentada de inúmeras formas. Uma dessas violências foi a ausência do negro africano na historiografia oficial da cidade, para se tentar construir um passado simbólico bandeirantista e eurocêntrico que de fato nunca existiu (WISSENBACH, 1998; MATTOS, 2006). A tentativa de resgate dos aspectos materiais dos antigos territórios negros paulistanos do século XIX é um esforço de construção de outras interpretações sobre o passado da cidade, politicamente orientadas à visibilidade de grupos sociais excluídos. Recompôr a materialidade das populações negras da São Paulo oitocentista, nos ajuda a pensar nossas memórias históricas, sem os apagamentos motivados por questões estruturais e raciais.

⁷ Tivemos contato com esses materiais na ocasião da elaboração da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Logo, as classes populares devem estar presentes na perspectiva das análises históricas, mas sempre de maneira dialética, reconhecendo o papel das elites nesse processo. O uso de uma arqueologia histórica a partir de uma via mutualista para o estudo do passado se torna importante por situar o grande sítio que é São Paulo, em uma perspectiva econômica global. Devemos sempre buscar compreender as redes de interações materiais do passado, que conectavam a metrópole com outras regiões arqueológicas do Atlântico (ORSER, 1996).

Vestígios arqueológicos são marcos e referências históricas para a população contemporânea. Por esse motivo, o estudo da cultura material arqueológica relativa ao às comunidades negras, demanda responsabilidades e consciência do interesse público em torno do tema (ETCHEVARNE, COSTA, TAVARES, 2011). Esses vestígios carregam grande simbolismo e adicionam atributos de memória para as populações negras paulistanas. Desse modo, investigar esse passado material nos ajuda a recompor a teia histórica de uma maneira mais completa, dialética e justa, já que alguns grupos sociais foram mais evidenciados nas publicações sobre o passado da cidade de São Paulo, em detrimento de outros. A história do negro paulistano foi e é escondida em primeiro lugar da própria comunidade afrodescendente, servindo como estratégia de dominação.

As remoções dos territórios negros em São Paulo no período da expansão da economia do café configuraram uma clara relação entre poder e espaço na passagem do século XIX para o XX. A remoção da Irmandade do Rosário de seu local de origem no início do século XX (conforme já exposto na figura 1), assim como as constantes interferências higienizadoras na Várzea do Carmo, confirma esse aspecto ideológico e conflituoso existente sobre a paisagem paulistana. A destruição do antigo Largo do Rosário e o fim do comércio e das moradias da comunidade negra à sua volta, assim como do cemitério dessa comunidade que ficava ao seu lado, são exemplos emblemáticos de como o desmantelamento material da paisagem urbana promovido por interesses econômicos está relacionado às remoções territoriais forçadas da cidade de São Paulo.

Assim sendo, foi construída no mesmo espaço da antiga Irmandade do Rosário a “Praça Antônio Prado”, batizada com o nome do mesmo governante paulista responsável pelas remoções dessa comunidade afro-católica, demonstrando a apropriação ideológica, socioeconômica e racial do lugar. Logo, as relações de poder estão engendradas na paisagem e por este motivo, a espacialidade pode ser obscurecida pela ideologia dominante com a criação de ilusões sobre esse mesmo espaço, com a sua aparência cumprindo a função de incluir alguns e excluir outros (ORSER, 1996). A comunidade negra paulistana sofreu (e sofre) tentativas constantes de apagamento de sua existência pela sociedade eurocên-

trica dominante. O batizado do lugar da antiga Irmandade da Nossa Senhora do Rosário com o nome do seu próprio algoz, o prefeito que a removeu, além de uma ofensa é uma tentativa de aprovar uma artificialidade europeia, criando um simulacro (BAUDRILLARD, 1981) dentro da cidade de São Paulo. Uma vez que o espaço é um instrumento político manipulável e disputável, podendo ser convertido em uma ferramenta de poder ativo, tanto para a perseguição e o genocídio, quanto para as lutas e resistências populares (ORSER, 1996), dessa forma, esses lugares devem ser reivindicados e valorizados como portadores da memória coletiva.

Conclusão

Podemos dizer que o que “alimentou” a dinâmica material de destruição, remoção e refundação da cidade nos séculos XIX e XX foi a especulação imobiliária e o uso predatório dos terrenos urbanos enquanto reserva de mercado e de investimentos, principalmente na crise econômica da época da Guerra do Paraguai. Em um segundo momento do século XX, a destruição foi motivada pela necessidade de investimentos públicos em infraestrutura urbana para o crescimento econômico da região central (TOLEDO, 1983).

Destacamos a importância do uso dos modelos comportamentais de Michael Schiffer (1972) e Willian Rathje (2001) sobre o descarte urbano, para pensarmos o refugo material das edificações paulistanas, reutilizados enquanto aterro e piso da cidade. O reaproveitamento material em aterros urbanos foi observado por Rathje na reciclagem de pedras das edificações das cidades maia do sul do México e também na extensa estratigrafia de 14 m do solo arqueológico da antiga cidade de Troia. Em Troia o descarte regular de lixo orgânico e material acumulado no piso das edificações, era um problema resolvido através do cobrimento desse refugo com barro fresco e denso. Esse processo de despejo de detritos e aterramentos foi repetido por diversas gerações nas antigas cidades do Oriente Médio, dando origem aos morros conhecidos como *Tells*⁸. As antigas construções de tijolos de barro foram sucessivamente demolidas, para servirem de base para novas construções de tijolo de barro. Núcleos urbanos erguidos sobre seus próprios restos e aterros gradualmente acumulados são uma realidade comportamental humana observável inclusive nas grandes metrópoles contemporâneas (RATHJE, 2001). Dessa forma, reconhecemos que os modelos

⁸ *Tell* é o termo dado ao monte de detritos relativo à uma antiga cidade do Oriente Médio, acumulados por séculos ou milênios de ocupação e que se transformaram em verdadeiros morros maciços que se destacam na paisagem ao redor (RATHJE, 2001).

comportamentais podem significativamente auxiliar no levantamento de informações válidas a respeito da dinâmica material de São Paulo.

Observamos também que essa realidade de destruição material interpretada através da lente comportamental está relacionada com os conflitos socioespaciais gerados pela imposição dos interesses econômicos das classes dominantes, com destaque às remoções e desmantelamentos dos antigos territórios negros paulistanos, junto com suas identidades e sociabilidades. Dessa forma, a metrópole enquanto artefato é um objeto produzido pela humanidade e naturalmente reflete as injustiças e tensões de sua estrutura social. Cabe ao movimento negro a disputa política pelos espaços urbanos relativos às suas antigas territorialidades paulistanas, valorizando assim sua história e cultura, tal como vimos ocorrer no ano de 2018 nas reivindicações pela criação de um memorial no Cemitério dos Afritos no Bairro da Liberdade e na criação do Movimento pela Estação Saracura-Vai Vai no ano de 2022, que reivindica o lugar histórico e arqueológico do antigo Quilombo da Saracura no bairro do Bixiga.

Pelo que constatamos analisando a realidade dos estratos urbanos dos cinco contextos arqueológicos selecionados, temos um perfil estratigráfico urbano heterogêneo e bastante complexo na cidade de São Paulo. A observação apurada dos aterros tecnogênicos que são onipresentes nos perfis estratigráficos urbanos, nos permitirá levantar informações de momentos passados da materialidade da cidade, já que estes são constituídos por materiais reaproveitados da própria metrópole.

O uso de técnicas arqueométricas como a espectroscopia molecular e atômica, os exames de luz e microscopia, as técnicas de raio-x, o uso de técnicas de análise geológicas, como a petrografia e também da estatística, como a análise de *clusters*, podem nos abrir um universo inteiro de novas possibilidades de inferências e de levantamentos de informações quando aplicadas à investigação minuciosa dos aterros urbanos, dos sedimentos e dos artefatos que os compõem.

Estas técnicas físico-químicas podem extrair dos vestígios arqueológicos e dos sedimentos do solo dados materiais e estatísticos que informam empiricamente sobre as atividades sociais pretéritas. A composição química dos artefatos pode indicar a fonte natural de extração da sua matéria-prima ou suas técnicas de produção, revelando as relações ambientais e sociais envolvidas na história de vida dos objetos. O uso da petrografia, técnica da petrologia de identificação estrutural mineralógica das rochas, pode vir a nos mostrar a origem de um determinado estrato sedimentar de aterro, nos dando um parâmetro para avaliar a formação do contexto arqueológico. Por outro lado, a petrografia também

permite a identificação da origem de diversos objetos cerâmicos. A análise de *clusters* nos informa sobre a predominância da incidência de determinados artefatos em comparação com outros de um determinado contexto, possibilitando uma melhor interpretação dos aterros urbanos, frequentemente carregados com milhares de fragmentos de tijolos, telhas, louças, vidros e azulejos.

REFERÊNCIAS

ANDREATTA, M. D. A.; JULIANI, L. J. C. O.; CAMPOS, M. C. **Relatório de atividades - Casa da Marquesa de Santos**. Programa de arqueologia histórica do município de São Paulo. São Paulo: DPH/ Museu Paulista, 1986.

ANDREATTA, M. D. A.; JULIANI, L. J. C. O.; CAMPOS, M. C. **Programa de pesquisa – Casa da Marquesa de Santos**. Programa de arqueologia histórica do município de São Paulo. São Paulo: DPH/ Museu Paulista, 1991.

ANDREATTA, M. D. A.; JULIANI, L. J. C. O.; CAMPOS, M. C. **Intervenção arqueológica na Casa da Marquesa de Santos, Sé – São Paulo**. Programa de arqueologia histórica do município de São Paulo. São Paulo: DPH/ Museu Paulista, 1986-1991.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'água, 1981.

BRUNO, E. S. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. Burgo de estudantes (1828-1872), v.2. São Paulo: Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo, 1954a.

BRUNO, E. S. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. Metrôpole do Café (1872-1918); São Paulo de Agora (1919-1954), v.3. São Paulo: Comissão do IVº centenário da Cidade de São Paulo, 1954b.

CRESSEY, P. J. The city as a site: the Alexandria model for urban archaeology. In: The Conference on Historic Site Archaeology Papers, 13., 1978, Columbia. **Anais** [...] Columbia: The Institute of Archeology and Anthropology University of South Carolina, 1978. p. 204-227. Disponível em: https://scholarcommons.sc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=archanth_historic_site_arch_conf_papers. Acesso em: 3 abr. 2023.

DE LIMA, A. L. L. **Uma arqueologia dos territórios negros: contas e miçangas no triângulo histórico de São Paulo**. 2019. Orientação: Marta Heloísa Leuba Salum/ Elaine Farias Veloso Hirata. 226 fl. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DOCUMENTO ARQUEOLOGIA & ANTROPOLOGIA. **Programa de prospecção e resgate arqueológico, implantação da linha amarela.** Relatório Final. São Paulo: volume 1, 2012.

DPH-SMC. **Beco do Pinto (Projeto de Pesquisa).** São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1994.

ETCHEVARNE, C.; COSTA, D.; TAVARES, A. **Arqueologia nas cidades coloniais portuguesas.** O exemplo de Salvador. Salvador: SEI, 2011.

FUNARI, P. P. A. Arqueología comparada en Iberoamérica: las ciudades. *In: 5º Encuentro de investigadores de arqueología y etnohistoria.* Instituto de Cultura Puertorriquena, 2008.

FRÚGOLI JR., H. **Sociabilidade urbana.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

JULIANI, L. J. C. O. **Gestão arqueológica em metrópoles:** uma proposta para São Paulo. 1996. Orientação: Margarida D. Andreatta. 171 fl. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MATTOS, R. A. **De cassange, mina, benguela a gentio de Guiné.** Grupos étnicos e a formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Orientação: Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez. 239 fl. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MENESES, U. T. B. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. *In: MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H (org.). Patrimônio: Atualizando o Debate.* São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006. p.33-76. Disponível em: <https://patrimonioconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

NISHIDA, P.; CARVALHO, M. R. R. **Relatório das atividades de curadoria, Parte: I,** Projeto de Arqueologia Casa n.º1 - áreas de intervenção: futura área do elevador / futura área do reservatório de água. São Paulo: DPH, 2010a.

NISHIDA, P.; CARVALHO, M. R. R. **Relatório das atividades de curadoria, Parte: II,** Projeto de Arqueologia Casa n.º1 - áreas de intervenção: futura área do elevador / futura área do reservatório de água. São Paulo: DPH, 2010b.

ORSER, JR. C. E. **A Historical archaeology of the modern world:** contributions to Global Historical Archaeology. Nova York/Londres: Plenum Press, 1996.

PRADO, Y. A. **Apontamentos para uma história da Arquitetura em São Paulo**. Depoimentos I, São Paulo: GFAV, 1960.

RATHJE, W. L. **Rubbish!** The archaeology of garbage. Arizona: The University of Arizona Press, 2001.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 29-41, 1989.

SCHIFFER, M. B. Archaeological context and systemic context. **American Antiquity**, v. 37, n.2, p.156-165, 1972.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. Archaeology the explanation of artifact variability. **American Antiquity**, v. 62, n. 1, p. 27-50, 1997.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório final – Monitoramento e resgate arqueológico da área destinada à implantação da Praça das Artes – Operação Urbana Centro, Município de São Paulo**. São Paulo: Consórcio

CONSTRUCAP/ DPH-SC-PMSP, 2012.

SOUZA, R. A. Arqueologia na Metrópole Paulistana. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 1, n.12, p.23-44, 2014.

SOUZA, R. A. **Louça branca para a Paulicéia**: arqueologia histórica da fábrica de louças Santa Catharina/IRFM - São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937). 2010. Orientação: Margarida D. Andreatta. 480 fl. Dissertação (Mestrado), – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

STASKI, E. Advances in Urban Archaeology. **Advances in archaeological method and theory**, Alemanha, v. 5, p. 97-149, 1982.

TOLEDO, B. L. **São Paulo**: três cidades em um século. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1983.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

Recebido em: 31 de março de 2022.

Aprovado em: 20 de setembro de 2022.

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO VIA DE LIBERTAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO ACERVO DA LAJE.¹

Andreane Pereira MOREIRA²

Luciano SANTOS³

RESUMO: O presente artigo objetiva investigar a importância da educação libertadora em contextos marcados por vulnerabilidade e ausência do Estado, tendo como base a experiência do Acervo da Laje, situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA. Em diálogo com estudiosos da educação e do pensamento popular, inscritos no campo das epistemologias do Sul, discutimos o papel da cultura popular (sistematicamente relegada à posição periférica e subalterna), com seu inesgotável repertório de outros saberes, memórias e criações, como via de insurgência e libertação social, de maneira a possibilitar a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade. O foco principal desta pesquisa é investigar a efetividade educacional das ações culturais promovidas pelo Acervo da Laje, que se propõem a compartilhar conhecimentos e experiências junto aos moradores suburbanos, tendo como principal referência existencial a vida dentro do território, sem distinção de formação ideológica, acadêmica ou de qualquer ordem. A pesquisa que resultou neste trabalho é de cunho qualitativo, com abordagem teórico-metodológica fenomenológica, de caráter exploratório. A entrada no campo empírico se deu a partir de um trabalho solicitado numa disciplina como aluno especial, e a partir desse primeiro contato

¹ Esse artigo apresenta um recorte da minha dissertação de mestrado intitulada: A morada da beleza: Educação Popular, estética e libertação a partir do Acervo da Laje. (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Campus I. 2020.

² Universidade do Estado da Bahia (UNEB), SALVADOR- BA – Brasil. Assistente Social, mestre em educação e Contemporaneidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0873-4247>. andreamoreira@gmail.com

³ Pós-Doutor em Filosofia Moral e Política pela Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) do México. Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Contato: lucostasantos1@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3864-7590>

foi realizado o anteprojeto que consolidou minha entrada no programa de mestrado Educação e Contemporaneidade (UNEB).

PALAVRAS-CHAVE: educação popular; subúrbio ferroviário de Salvador; Acervo da Laje.

**POPULAR EDUCATION AS A PATH TO LIBERATION:
REFLECTIONS FROM ACERVO DA LAJE.**

ABSTRACT: *This article aims to investigate the importance of liberating education in contexts marked by vulnerability and absence of the State, based on the experience of the Acervo da Laje, located in the Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA. In dialogue with scholars of education and popular thought, enrolled in the field of epistemologies of the South, we discuss the role of popular culture (systematically relegated to a peripheral and subordinate position), with its inexhaustible repertoire of other knowledge, memories and creations, as a way of insurgency and social liberation, in order to enable the formation of critical and participatory citizens in society. The main focus of this research is to investigate the educational effectiveness of the cultural actions promoted by Acervo da Laje, which aim to share knowledge and experiences with suburban residents, having life within the territory as the main existential reference, without distinction of ideological, academic formation or of any order. The research that resulted in this work is of a qualitative nature, with a phenomenological theoretical-methodological approach, of an exploratory nature. The entry into the empirical field was based on a work requested in a discipline as a special student, and, from this first contact, the preliminary project that was made consolidated my entry into the Master's program Education and Contemporaneity (UNEB).*

KEYWORDS: *popular education; railroad suburb of Salvador; Acervo da Laje.*

Introdução

A Educação Popular apresenta-se, na contemporaneidade, como uma metodologia necessária, com vistas a atuar prioritariamente como possibilidade de libertação e emancipação da pessoa, tendo como característica principal a valorização da cultura local através de seus agentes de produção, de forma a oportunizar a identificação desses sujeitos com determinados espaços geográficos, intensificando, efetivamente, a valorização de saberes locais.

Nesta vertente, a Educação Popular surge como um processo de retomada da consciência, possibilitando a luta pela cidadania e por direitos negados a grande parte da população, pois segundo Hobsbawm, (2002, p. 256) a “crescente divergência entre o mundo rico e o mundo pobre” que vai se evidenciando a partir da década de 60 do século XX com a retomada do liberalismo com ar de novo, neoliberalismo, não representa uma ação efetiva do Estado brasileiro na produção de políticas públicas, sobretudo educacionais. Destarte, essa falta de representatividade foi suprida pela instauração da Educação Popular, um movimento que aparece como mola propulsora para a luta e conquista de direitos, nos então chamados Movimentos de Base.

Renomados autores que discutem a educação popular, a exemplo de Paulo Freire (2005), apresentam-na como instrumento de transformação da realidade opressora a partir da concepção da educação como conscientização e dialogicidade, implicando em libertação política e, conseqüentemente, transformação social.

A proposta de Educação Popular desenvolvida pelo Acervo da Laje, através de seus fundadores, o professor José Eduardo Ferreira Santos e sua esposa Vilma Santos, aparece como possibilidade de tirar das malhas da invisibilização um território – e seu povo – que se constitui como berço fecundo da vida soteropolitana: o Subúrbio Ferroviário de Salvador na Bahia.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste em uma abordagem fenomenológica com “estudo de caso do tipo etnográfico”, ou seja, estudo em profundidade de um fenômeno educacional, com ênfase na sua singularidade e levando em conta os princípios e métodos da etnografia (ANDRÉ, 2013, p.18).

Isto posto, partiremos para a análise do Acervo da Laje enquanto espaço de construção de significados sócio-políticos a partir da região do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Procuraremos investigar a presença (ou ausência) de sentimentos de pertença e identificação da comunidade do entorno com as ações desenvolvidas no Acervo, investigando, também, se verifica (ou não) um sentido de libertação nos atos e relatos dos frequentadores do Acervo, a partir da valorização da beleza produzida e compartilhada naquele espaço.

1. Educação Popular: prática pedagógica

Na contemporaneidade, observamos um expressivo número de educadores, a exemplo de Paulo Freire (1987), Arroyo (2014), Istvan Mészáros (2008), Nascimento (1985), Edgar Morin (2016), Carlos Brandão (2000), entre outros, que se posicionam de modo a contribuir para a disseminação do saber, e a tecnologia em muito tem contribuído neste processo. Contudo, não se observa, na

prática, a materialização dessas ações. O que seria, de fato, o ideal de cultura e educação popular tão propagado?

De acordo com Costa, Silveira e Sommer (2003), a cultura, antes vista como conceito atribuído apenas à elite, assume, gradativamente, novas roupagens, passando a conceituar também o gosto das multidões; não pode mais ser caracterizada como algo estanque, “intelectual”, mas sim como um processo que assume papel constitutivo em toda uma sociedade, o que independe de classes sociais. Compreendemos que, a partir da cultura local, se faz necessário uma educação que privilegie o saber e as vivências dos sujeitos em determinados territórios.

A pedagogia tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1987, p.32).

Para Freire, é preciso consolidar uma educação que possa “ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição” (FREIRE, 1987, p.59). Em “Que fazer: Teoria e Prática em Educação Popular” (2005), Freire propõe aclarar os meandros da educação popular: “Está aqui um ponto muito próprio à educação popular: o conhecimento do mundo é também feito através das práticas do mundo” (FREIRE e NOGUEIRA, 2002, p.20).

Porque a palavra é um ato de poder, o que equivale afirmar que ela não é apenas um entre outros símbolos, mas o próprio exercício do poder. O direito de falar e de ser ouvido é privilégio do senhor. Os súditos calam ou repetem a palavra que ouvem, fazendo seu o mundo do outro. A diferença entre um e outros está em que o primeiro detém a posse do direito de pronunciar o sentido do mundo e, por isso, o direito de ditar a ordem do mundo social. Ele é quem transformou um dever coletivo e anterior de dizer, no poder de ditar e ser, assim, obedecido (BRANDÃO, 2000).

Milton Santos (2003) aborda a Educação Popular a partir da questão da territorialidade, considerada como lócus de emancipação política. Na medida em que sua produção não desaparece como modismo, ela se constitui de verdades que são a expressão da própria existência dos indivíduos enquanto produtores culturais em seu meio.

Dialogando acerca da metodologia desenvolvida por Dom Milani e Freire, Mota (2018), traz a análise acerca dos princípios pedagógicos da educação popular, adotados pelos mesmos, que indicavam a não complacência com o ensino tradicional, no qual se ignora o saber prévio experienciado pelos educandos, apontando como caminho uma pedagogia que privilegiasse o indivíduo como um todo, dando conta de suas particularidades e que, de fato, se constituísse como contraponto ao saber aprendido de forma autoritária e centrado na cultura hegemônica dominante, pautada em reforço negativo às desigualdades, sobretudo sociais.

Dussel (1977) traz a compreensão do mito da modernidade, que promove a invisibilização dos rostos de negros, índios e mestiços, como sujeitos passíveis de dominação; acrescentando-se, a estes, outros rostos, como os dos camponeses, dos marginais, que se configuram ainda na contemporaneidade, como exércitos de excluídos. Atitude de negação dos sujeitos populares, sob o discurso do progresso, que reafirma, por parte da elite civilizatória, a dizimação da cultura de um povo.

Laraia (2001) analisa acerca do homem como produto do meio em que vive, produzindo cultura juntamente com seus pares, sendo também herdeiro de um processo cumulativo de saberes que o antecedeu; esse movimento cotidiano permite-lhe novas e variadas invenções, o que o faz participante de uma ação em conjunto com toda a sociedade, na qual está inserido e de que se faz coprodutor.

O que é importante é o nascimento de uma nova maneira de conceber o homem e o mundo, bem como o fato desta concepção não mais ser reservada aos grandes intelectuais, mas tender a se tornar popular, de massa, com caráter concretamente mundial, modificando (ainda que através de combinações híbridas) o pensamento popular, a mumificada cultura popular. (GRAMSCI, 1995, p.127).

A necessidade de reconhecimento de seu estado de oprimido pelo povo, e apropriação de sua cultura enquanto elemento de valorização e transformação social, perpassa a compreensão do contexto de opressão e desigualdade em que vive, no intuito de que a coletividade se una em prol do bem comum (FREIRE, 1968).

2. Acervo da Laje, espaço de práxis política e educacional

O Acervo da Laje, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA, apresenta-se como um desses espaços de luta e resistência a partir de seu ideali-

zador, o professor José Eduardo Ferreira Santos. O intuito do Acervo também é o de fazer com que a comunidade se identifique com outras imagens do seu lugar, diferentes das imagens de pobreza e violência tão divulgadas pela mídia. Trata-se de um espaço artístico e cultural no Subúrbio Ferroviário, onde o professor José Eduardo e sua esposa, Vilma Santos, vêm acumulando elementos afetivos que contam a história da área, em construção coletiva com moradores e artistas locais.

Embora o contingente periférico seja comumente associado ao espaço do não ser, da não produção, do feio, do sujo e expurgado dos espaços de poder, em estudo anterior denominado Acervo da Laje: Memória estética e artística do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia, (SANTOS, 2014), salienta a falácia desse discurso hegemônico capitaneado pela grande mídia que diuturnamente insiste em atrelar o espaço suburbano periférico como território apenas de violências, pobreza, dores, sofrimentos e morte. A experiência obtida através da pesquisa de mestrado (MOREIRA, 2020), realizada no Acervo da Laje me permitiu ampliar o olhar a fim de identificar quais foram e onde se localizam as pessoas que inspiraram os fundadores do museu do subúrbio: Vilma Santos e José Eduardo Ferreira Santos. A potência traduzida e apresentada por eles através da beleza, arte e educação tem raízes fincadas em seu próprio território originário. Daí a necessidade de identificação dessas fontes sapienciais localizadas no Subúrbio Ferroviário de Salvador, na figura especificadamente de mulheres simples, mas amorosas, solidárias e potentes.

O aspecto social do Acervo da Laje é uma reconstrução do mosaico simbólico da periferia de Salvador, ou seja, estamos restituindo aquilo que a própria cidade retirou dessa área e nunca lhe devolveu: a dignidade, a cultura, o acesso às obras de arte e a beleza, seja ela no território, nas pessoas e nas obras de arte (SANTOS, 2014, p.14).

A identificação do Acervo da Laje como espaço de apropriação de cultura popular e que constitui elemento para esta mesma conscientização, ratifica o ideal da educação popular como elemento de transformação social, inserindo-se e dialogando com questões pertinentes que envolvem a produção cultural e modos de vida locais do Subúrbio ferroviário de Salvador.

Santos (2013) apresenta o Subúrbio Ferroviário de Salvador como lugar de belezas, riquezas e histórias, que precisa sair das garras da invisibilidade apresentada ainda na atualidade, como estratégia de opressão e negação das produções e das pessoas desse lugar em que habitam.

Entende-se que a proposta de Educação Popular deve ser pautada a partir de uma reflexão ontológica de fundo sobre a condição humana, pressupondo um aprendizado a partir do seu chão social, pois a partir daí transcende/aparece o seu caldo de cultura, as suas apropriações são ressignificadas a partir de sua própria experiência concreta assentada em seu lugar de ser e estar no mundo (BOMFIM, 2015). Bebendo na fonte das ideias marxianas, nas quais Paulo Freire buscou inspiração em diversos momentos, para desenvolvimento de sua metodologia, compreende-se a importância da dimensão sócio-histórica, a partir da qual o ser humano é formado e diferenciado de outros animais, através das relações constituídas na sociabilidade com seus pares, como também no meio laboral.

Percebe-se a necessidade e urgência na implementação da Educação Popular, que se apresente de fato como libertadora, a partir dos incontáveis desafios experienciados pelos indivíduos, marcados principalmente pela perversão do capital, operando através da latente desigualdade que segmenta, invisibiliza e exclui, de forma que estes(as) possam encontrar sentido e ressonância em sua realidade cotidianamente vivida, de forma a promover a estimulação necessária para o rompimento com a opressão hegemônica estabelecida.

Arroyo (2007) argumenta, nesse sentido, acerca do direito que os indivíduos têm de conhecer o estado em que foram historicamente “colocados”, como meros “pacientes”, no sentido de estarem passivos diante de uma situação de negação de direitos humanos essenciais, e a necessidade do rompimento com esse *status quo*, através de um posicionamento crítico como agentes, que podem e devem unir-se a outros também excluídos, no sentido de coletivizar a luta em prol da defesa intransigente de direitos historicamente negados.

Chego a desconfiar que a invisibilidade seja uma forma de opressão e ao mesmo tempo uma negação da existência do lugar e das pessoas que nele habitam [...] Criou-se em torno da periferia um cinturão que a separa da “cidade” dita formal (SANTOS, 2014, p. 170).

Santos (2013) entende que a arte empodera a pessoa. A partir desse viés, traz à luz a realidade complexa e estigmatizada do Subúrbio Ferroviário de Salvador, marcado por vulnerabilidades sociais diversas e cercado por invisibilidades articuladas propositalmente, compreendendo ser a arte, produzida também por moradores da periferia, o ponto de partida para estimular e trazer nova ressignificação para a vida destas pessoas que, devido ao imenso fosso de desigualdades, não participam da arte enquanto mecanismo de fruição de vida e proteção, capaz de restaurar aspectos da vida que lhe foram negados.

Salvador-Bahia se apresenta como uma cidade de contrastes, reconhecida mundialmente por sua beleza, ao mesmo tempo em que oculta partes históricas e significativas, continuamente excluídas da história do Brasil, a exemplo do Subúrbio Ferroviário. Este, inclusive, foi um lugar de destaque e viveu seu apogeu em períodos passados, tendo sido importante área ambiental e polo da economia baiana. Este mesmo Subúrbio que, atualmente, é tido como um “não-lugar”⁴. A periferia e o subúrbio carregam estigmas pautados pela exclusão, pela invisibilidade ou simplesmente como reduto produtor e disseminador de pobreza e violências. Nas próprias palavras de Santos:

É como se na periferia e nas favelas o belo não pudesse existir. Diante dessa constatação fomos em busca dessa beleza que permanece invisível aos nossos olhos e que assim se encontra por que está disseminada e ao mesmo tempo escondida; não está na mídia nem nas galerias de arte, nas rádios ou nos teatros de Salvador. (SANTOS, 2013, p. 71).

Importante verificar a cultura popular como forma de expressão de cidadania, como memória de experiências educativas na e da comunidade, e refletir sobre essas experiências que valorizam um saber sonogado pela educação tradicional, que esconde a realidade da cultura nascida a partir do contexto popular. A cultura popular libertadora exige uma postura crítica, sistemática. Não pode haver “ganho”, a não ser colocando-a em prática no dia a dia da população. De tudo isso, percebemos que ensinar não é meramente transmitir conhecimentos, mas contar com uma diversidade de experiências e alternativas que transformem ambientes de circularidade cultural em lugares de variadas e significativas descobertas.

De Certeau (1994) considera que toda atividade humana pode ser considerada cultura, mas ela não é, necessária ou forçosamente, reconhecida como tal, pois, para que determinada ação ou construção objetiva seja de fato considerada cultura, não basta ao sujeito o papel de autoria, se faz necessário que estas mesmas práticas possuam significado para seus autores e/ou idealizadores. Isto

⁴ Não-lugar é um conceito apresentado pelo antropólogo francês Marc Augé. Em 1994, Augé apresenta, no seu livro “Não-lugares”, os conceitos de lugar e não-lugar. A estes conceitos associa-se não só um espaço físico como também uma forma de as pessoas aí se relacionarem. Para o autor, importa não tanto a dicotomia dessas definições, mas antes a existência de uma relação “entre a materialização do próprio espaço (o espaço construído) e as práticas sociais que aí se estabelecem (o espaço vivido).” (AUGÉ, 1994, p.186). E: “O não-lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo, o próprio espetáculo tomado nas palavras e nos estereótipos que o comentam em avanço na linguagem própria do folclore, do pitoresco ou da erudição.” (AUGÉ, 1994, p.186).

se traduz pela capacidade de se maravilhar e confiar na inteligência e na inventividade do mais fraco, em face de uma convicção ética “[...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada [...]” (DE CERTEAU, 1994).

Dussel (1977) analisa a cultura e modo de vida dos povos periféricos, argumentando que não se trata em hipótese alguma de um lugar menor, muito pelo contrário, este constitui um lócus menos contaminado de resistência e de potência, habitado por remanescentes de comunidade fortalecida pela adversidade e cheia de vontade política por parte de um povo oprimido; e é justamente esse distanciamento dos polos corrompidos do poder, que inaugura, a partir deste povo, o fortalecimento e a novidade.

Este é o cenário deste estudo sobre o Acervo da Laje, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Local de regiões antes habitadas por indígenas, antropofágicos, nômades, nus, local de abundância de víveres e de natureza profusa. O contexto do subúrbio, antigamente tido como local afastado da cidade, lugar de descanso, era destinado à classe abastada da sociedade; linhas de trem cortavam o subúrbio até a região do Recôncavo, local que possibilitou riqueza e economia fluente. Essa mesma história local bela e escondida, é possível ser compartilhada com seus moradores contemporâneos, de modo que possam aprender sobre sua história e orgulhar-se de suas raízes.

É necessário entender e vislumbrar a tradição não como algo antigo, ultrapassado e de menor valor; e sim como uma dimensão do ensino, apresentando-se nessa dinâmica de algo novo, consolidando e formando contornos culturais que não são cristalizados. A tentativa de diminuição da cultura produzida pelos de baixo, pelos periféricos, faz parte desse campo de luta, assim como questões ligadas à apropriação de culturas produzidas popularmente, como se à elite pertencessem.

Nesta vertente, faz-se necessário a abordagem acerca da modernidade, pensada por Berman (1986) como um conjunto de experiências da vida compartilhadas por homens e mulheres em todo o mundo na contemporaneidade. Essa aclamada modernidade apresenta-se como ambígua e encontra-se em um ambiente que promete alegria, aventura, poder, crescimento, transformação das coisas ao redor – ao mesmo tempo em que ameaça destruir tudo que temos, tudo que sabemos, tudo que somos.

Modernidade, também, capaz de anular fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia, e promover a desunião, separando e despejando todos em um turbilhão permanente de desintegração e mudança, luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ao longo de cinco séculos, a

modernidade desenvolveu uma rica história e uma variedade de tradições próprias, que Berman (1986) pretende explorar e mapear a partir das contradições. Contradições estas, que estão continuamente sendo ressignificadas no contexto experiencial desenvolvido no Acervo da Laje.

Santos (2013) pontua ainda a importância da arte como fator de proteção e ressignificação da vida e do cotidiano das pessoas, no contexto em que, desvinculando-se de questões obrigatórias como a manutenção da vida diária, a arte proporciona, para além disso, libertação e fruição da vida, através da experiência da beleza e da criação.

Dessa maneira, a Educação Popular funde-se com a ideia de arte e libertação. Ela, a cada dia, se torna mais necessária, pela sua inserção em um pensamento que se postula crítico, que oportuniza reflexões, pondo-se, da mesma forma, como herdeira de uma tradição e promovendo transformação através da prática emancipadora.

A exemplo disto, as ações desenvolvidas no Acervo da Laje se constituem como elementos capazes de promover o fortalecimento de sujeitos que convivem diuturnamente com a segregação cultural imposta. Arroyo (2007) informa que o padrão construído historicamente de segregação e inferiorização tem como objetivo principal o estabelecimento da subalternização e da desumanização, pretendendo a destruição dos saberes, valores, memórias, culturas e identidades coletivas dos grupos subalternizados. Dessa maneira, fazemos a analogia com o lugar ocupado pelo também idealizador do Acervo da Laje, o professor José Eduardo Ferreira Santos. Como ele, enquanto sujeito constantemente posto em situação de subalternização, conseguiu superar essa memória de violências ao ponto de ser capaz de sair desse lugar imposto hegemonicamente? Como não se deixou representar como inferior e ir além, criando oportunidades para que também outros sujeitos se apoderem de seu lugar no mundo e se percebam autores (as) de suas próprias histórias?

[...] toda experiência social, até as mais brutais, de sofrimentos, de vitimização, de opressão produz conhecimentos, indagações radicais, leituras lúcidas de si e do mundo, leituras das relações de poder, de expropriação de suas terras, leituras dos extermínios de que foram e são vítimas. Experiências tão radicais que produzem saberes radicais. Produzem, como nos lembra Eric Hobsbawm, a tomada de consciência política, dessas populações submetidas, vivenciando essas experiências tão radicais (ARROYO, 2014 p.14).

A vida pautada por experiências tão profundas e radicais, fez do criador do Acervo da Laje, um resistente, lutador, sonhador, tomado por uma consciência política que o incita a guardar memórias de quem são e de quem foram, tanto a região do Subúrbio Ferroviário quanto seus ilustres, muitas vezes invisíveis, moradores. A materialização dessas memórias faz parte de um projeto ousado, revolucionário – quiçá, até o presente, único no mundo – com a configuração que apresenta: casa-escola-museu.

Como nos informa ainda Arroyo (2014), se as práticas utilizadas pelos detentores do poder hegemônico, no intuito de subalternizar, foram tão cruéis e sofisticadas, para a desconstrução desse violento intento, faz-se necessário uma resposta de desconstrução à altura, de maneira que possibilite a desestruturação desse pensamento inferiorizante e preconceituoso acerca das populações de origem periférica. A prática pedagógica desenvolvida no Acervo da Laje envolve atores de vários pontos da cidade, mais especificamente a comunidade do entorno, nas figuras principalmente de grupos escolares e da vizinhança que participam ativamente das oficinas e exposições promovidas.

Neste sentido, é possível identificar práticas de cunho criativo de uma pluralidade de agentes, que compreendem o gestar de saberes compartilhados a partir das experiências de vida de cada sujeito, abrindo-se um leque de temáticas e vivências que reverberam na educação, de fato, popular. Desse modo, pensar educação popular na atual conjuntura da sociedade brasileira, pressupõe juntar ideias que se situam como elemento de luta e transformação social.

Paulo Freire (2005), em *Pedagogia do Oprimido*, assim como em *Educação como Prática da Liberdade* (1987), não cria um sistema de métodos para “ensinar” trabalhadores ou oprimidos, mas, a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, contribui para que se reconheçam como agentes de suas histórias de vida e, portanto, detentores de um saber, cultura e conhecimentos que os possibilitem exercer a dialogicidade.

Não propõe como educá-los, mas como se educam, nem como ensinar-lhes, mas como aprendem, nem como socializá-los, mas como se socializam, como se afirmam e se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, étnicos, políticos que são [...], estando atentos, a suas práticas de liberdade e recuperação da humanidade roubada (ARROYO, 2014, p. 27).

Essa prática de libertação se dá através de suas presenças em movimentos sociais e culturais. Não ocorre de forma passiva, portanto, mas sob o viés da luta.

Importante destacar o sentido da palavra luta, abordando a atividade social desenvolvida por Danilo Dolci, cuja militância se inicia no contexto do governo nazifacista, e que, com uma alma de artista, se propõe, veementemente, distanciar-se do referido regime. Por volta dos anos cinquenta, abandona os estudos e aproxima-se de um trabalho cristão voltado para os órfãos de guerra (SHACHTER, 2018).

O horror imposto pelo regime ditatorial e perverso o aproxima cada vez mais de pessoas com vulnerabilidades extremas, e isto o conduzirá a um verdadeiro laboratório comunitário que possibilitará o crescimento mais humanizado dessas pessoas. Dialogando com Shachter (2018), este nos põe a par do segredo das lutas nas quais Dolci e Milani⁵ se envolviam. Eram sim lutas, porém, não violentas, afligindo muitas vezes seu próprio corpo com sucessivas greves de fome, no intuito de posicionar-se a favor dos oprimidos, principalmente contra as máfias, e nas lutas enfrentadas por ele em manifestações e greves por direitos trabalhistas.

A partir dessas intervenções que, de forma direta, impulsionam e moldam cidadãos, que percebem e se situam, de fato, na luta política contra desmandos de setores hegemônicos da sociedade, nas décadas de 1970 e 1980, Danilo Dolci materializa uma das maiores contribuições no campo educativo, com a abertura de um local destinado ao acolhimento e orientações educacionais denominado Centro Educativo de Mirto (SHACHTER, 2018).

Este “Centro Educativo de Mirto” possui características transformadoras, por se tratar de um espaço construído à medida de uma criança, com o ideal libertador de uma didática ao ar livre, que propiciasse ao educando a oportunidade de vivência e aprendizagens com a natureza e a cultura material do lugar:

[...] Também se torna lugar de uma discussão dialética, e de crescimento pessoal, no qual ele dirige toda sua atividade e experiência comunitária fundamentada na estrutura da maiêutica, na comunicação recíproca e na participação ativa nas mudanças da sociedade (SHACHTER, 2018, p. 72).

⁵ Danilo Dolci foi um multifacetado educador-comunicador que contribuiu para o desenvolvimento social das classes menos favorecidas por meio de uma metodologia de educação para a paz, para o diálogo e de luta (não-violenta) pelos Direitos Humanos em época e lugares difíceis. Dom Lorenzo Milani, sacerdote católico, dedicou sua vida em defesa dos pobres e oprimidos. Em meio às montanhas da Toscana, deparou-se com baixos níveis de educação e dedicou-se à Escola Popular. Mais tarde, quando fora transferido novamente, criou a Escola Barbiana, uma escola-modelo de educação humanista, em que cada estudante era responsável pelo próprio aprendizado, sem ser inibido por questões como a avaliação do conhecimento. Para Milani a pedagogia significava o desenvolvimento do pessoal, fazendo crescer a determinação, independência e força de vontade.

É inegável a contribuição da educação popular, que se apresente, de fato, em uma perspectiva transformadora, e que se constitua como fator indissociável dos moldes de libertação necessários em diversos territórios e culturas existentes na sociedade contemporânea. “[...] A educação tem o potencial de mudar o mundo da vida, num sentido mais democrático e cidadão, porque pode promover um desenvolvimento de cultura compartilhada, enriquecida pelo amor e respeito aos outros” (MOTA, 2018, p. 28).

Neste sentido, Carlos Brandão (2006) expõe, de forma magistral, os três sentidos existentes no termo educação popular: 1) como via de reprodução e valorização do saber dito popular; 2) O saber formal escolar compartilhado (na medida em que a partir das vivências cotidianas oportuniza a alfabetização); 3) Como trabalho libertador através de práticas educativas: “A educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação” (BRANDÃO, 2006, p. 75).

Dessa maneira, percebe-se a grandiosidade de tão rica proposta, não se tratando jamais de aniquilação de um saber, em substituição a outro formal e curricular, mas de uma metodologia que dialogue com a diversidade de saberes existentes, de forma a despertar para a beleza existente no mundo da vida, e viabilizar a promoção da emancipação política. Importante salientar que a educação popular não se apresenta como uma variante da escolarização formal, mas sim como uma concepção que oportunize emancipação política, transformação, em suma, libertação.

3. Educar para a libertação a partir da periferia

Existem diversas maneiras e sentidos de se entender a natureza da educação popular; a especificidade consiste em seu carácter social e pedagógico. Essas características são passíveis de ser identificadas nas ações desenvolvidas no Acervo da Laje, através principalmente da tentativa de superar as barreiras impostas hegemonicamente, que cerceiam os processos de produção e fruição da vida e beleza no Subúrbio Ferroviário de Salvador

Spivak (2010) contribui em sua explanação acerca do subalterno e seu lugar de fala, advertindo quanto às artimanhas utilizadas pelos europeus sobre determinadas culturas orientais. Esclarece que a colonização e o silenciamento, que muitas vezes se abatem sobre determinados grupos, estão, na maioria das vezes, enrustidos em forma de boas práticas, mas constituem unicamente manobras com finalidade de expropriação de determinada cultura ou lugar.

Nesse sentido, convém verificar que, à medida que o lugar de intenso convívio do sujeito, a exemplo dos bairros de São João do Cabrito e Plataforma, se afasta do centro econômico da cidade, tende-se a criar um campo de significados menos “amarrados” ao restante da cidade. Isso não quer dizer que, de algum modo, a periferia deixa de estar subordinada ao centro econômico. Porém, o que se percebe é a inserção de novos valores construídos pelos próprios sujeitos na localidade, os quais criam signos e ressignificam sentidos negativos que compõem o status de periférico (LIMA, 2016).

A segregação socioespacial contribui para que os moradores da periferia tenham uma imagem negativa a seu respeito. Segundo Nascimento (2010, p. 94), “pessoas e locais passam a ser estigmatizados, pois morar na periferia significa estar fora do centro, adquirir o status da pobreza, da inacessibilidade, da precariedade”. Isso implica nas relações cotidianas e na reprodução de imaginários carregados de estereótipos que dificultam o desenvolvimento individual e local. Milton Santos (2003) compreende que o caráter de ser cidadão envolve um indivíduo completo, consciente de seus direitos e de sua potencialidade, a ponto de compreender sua situação no mundo e sentir-se impelido e capaz de afrontar o Estado quando este estiver falhando em cumprir com suas atribuições.

O Acervo da Laje está enraizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador como materialidade de um povo e de uma história que, com o passar do tempo, tem estado sujeita a variadas formas de apagamentos. Essa narrativa, que perpassa histórias de vidas e de um lugar não pode mais ser dissociada da história do Subúrbio; por outro lado, também é algo que alcança uma dimensão cultural e estética para além do território, e esta é a forma desse povo estar assim representado. O aspecto politizado deste povo, que aparece como potência insurgente na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, é anterior à experiência do Acervo. Dussel (2006) informa que a negatividade de necessidades, ou seja, a não satisfação de demandas que são coletivas, tenciona a formação de movimentos populares em prol do cumprimento de suas reivindicações.

O professor José Eduardo dispõe acerca dessa força de mobilização desde muito tempo atrás, embora, depois de certo tempo, tenha havido alguns retrocessos, devido a instituições envolvidas que não tinham por objetivo, de fato, a transformação da vida das pessoas que habitam ou habitavam aquele entorno.

Um dos sistemas que vigoram na região, refere-se à assistência de determinadas ONG's localizadas em outros países, que investem dinheiro nas instituições para que seja propiciada qualidade de vida a jovens moradores, por exemplo. Mas, na maioria das vezes, o resultado não aparece, porque o puro assistencialismo cerceia, não empodera, não emancipa, não promove libertação,

criando cordeiros dependentes, subjugados, e não se observa na prática a transformação em suas vidas.

Ocorre o que Dussel (2006) conceitua como fetichização do poder, que consiste na absolutização da “Vontade-de-Poder” daqueles que desempenham cargos públicos, exercendo-os em benefício próprio e como dominação sobre a população representada, especialmente os mais vulneráveis: “A política é, neste caso, a arte do exercício do poder sobre antagonistas, aos quais, no melhor dos casos, hegemonicamente se submete à vontade das instituições fetichizadas, em favor de alguns membros particulares da comunidade [...]” (DUSSEL, 2006, p. 47).

Este é o problema do assistencialismo: não se opera a libertação das pessoas. Nos trabalhos desenvolvidos inicialmente pelo professor José Eduardo, havia a questão da educação formal, mas também a valorização da cultura do lugar, como passeios pelo Parque São Bartolomeu, bandas, Folia de Reis, passeios para conhecerem as histórias das igrejas, ou seja, a história do Subúrbio, sempre trabalhando com cultura, para se perceber que existe mesmo em meio às dificuldades, a beleza e, portanto, alternativas ao problema da violência, por exemplo. O contrário também se percebe na região, ou seja, existem jovens artistas, cineastas, que ganharam o mundo, saindo do Subúrbio Ferroviário de Salvador, diferentemente das notícias veiculadas, nas quais a região é reduzida a um não lugar, ou referencial apenas de violências e vulnerabilidades.

Por esta razão acontece o nascimento do trabalho do Acervo da Laje, na contramão do assistencialismo, como possibilidade de libertação. É um espaço de materialidade que traduz de maneira profícua aquilo de melhor que existe na região. Pois, falar da beleza do subúrbio, muitos o podem fazer; mas, ao se mostrar essa materialidade que provoca mudanças, principalmente para quem imaginava que a arte só existe no centro da cidade, quando o encontro acontece, abrem-se horizontes, leques de possibilidades, entendendo-se que os suburbanos são produtores de beleza. Quando acontece esse encontro, a criança, o jovem, a jovem, a mulher, o homem, não vão olhar o Subúrbio e sentir vergonha; vão entender e passarão adiante essa compreensão, de que não são os “coitadinhos”, os “pobres”, mas estão de fato, envolvidos no processo do libertar-se. E isso, de alguma forma, inviabiliza os interesses daqueles que vivem do assistencialismo, do “coitadismo”.

A construção da Casa 2⁶, no ano de 2015, teve como propósito justamente a materialização de um espaço projetado para a vivência e a documentação, favo-

⁶ Pensada e vivida como Casa-Museu e Escola a Casa 2 do Acervo da Laje, localizada na nova orla nos fundos da Rua Sá Oliveira, São João do Cabrito, Plataforma, originalmente era a residência da mãe de Vilma Santos.

recendo uma imersão constante e reflexiva que não se esvai com meras atividades pontuais. Santos (2018) contribui:

[...] de como a potência dos encontros faz acontecer as coisas, revirar épocas, trazer à tona histórias, riquezas, belezas e tudo isso em uma cidade em permanente estado de mutação, como é Salvador, onde a sanha da mudança faz o antigo e o novo estarem sempre em constante tensão. Essa arqueologia é também a nossa memória afetiva de como a arquitetura pode ser viva, e pode integrar à sua existência a vida da cidade a partir da vivência dos seus moradores. Essa arqueologia é uma dimensão da novidade do olhar para a cidade; olhar com surpresa e novidade o antes visto como corriqueiro. É olhar para o chão com o sentimento de surpresa e ver que para além da pobreza há muita história para ser contada, pois estamos falando do chão que fundou o Brasil e isso não pode ser invisibilizado por conta de fatores como a distância entre centro e periferia ou cidade e subúrbio, pois o Subúrbio Ferroviário de Salvador pertence à cidade, à História humana e isso precisa ser contado, pois se não contarmos a nossa história sempre terá alguém que o fará com as devidas omissões (SANTOS, 2018, p. 5).

Esse ponto crucial de libertação através da experiência obtida a partir do Acervo da Laje se relaciona a valores que incluem a materialidade da memória, na qual se guardam e se atualizam continuamente com as vivências que são elaboradas naquele espaço.

Espinheira (1998), em “História, Natureza e Cultura do Parque Metropolitano de Pirajá”, descreve potencialidades da região hoje rotulada como espaço não cultural. Detalha ainda que o Subúrbio Ferroviário era considerado, na década de 1970, como espaço nobre da cidade de Salvador, a qual possuía características de província, mas também de metrópole. O fato de ser uma

Posteriormente foi projetada pelo arquiteto Federico Calabrese e ampliada em 2015, contando nesta ocasião com térreo e dois andares, com três quartos (dois para visitas), sala ampla para exposições, cursos, aulas e oficinas, biblioteca, dois banheiros, duas cozinhas (uma residencial e outra, mais ampla, comunitária), duas escadas internas e duas varandas (sendo uma delas um solário) com privilegiada vista para a enseada do Cabrito, descortinando a paisagem em frente à ponte férrea São João. A Casa 2 do Acervo da Laje funciona como espaço museal, educacional e de residência porque une em si todas essas funções e realiza atividades que completam a função do Acervo da Laje. Por este motivo a Casa 2 atende às novas exigências de expansão das atividades do Acervo da Laje e suas atividades integradas ao itinerário realizado constantemente entre as duas casas, permitindo uma maior interação com o território, seus moradores e a necessidade de maior permanência das pessoas para dialogar sobre o trabalho realizado, além de ser um lugar de encontros, confraternização, reuniões, diálogos, oficinas e as mais diversas atividades relacionadas às artes, cultura, educação, memória e patrimônio.

localidade afastada e acessível apenas aos que detinham poder aquisitivo, e não acessível às categorias de classes economicamente menos favorecidas, conferia atmosfera bucólica à região e propiciava a restrição de seu acesso aos cidadãos da elite, que gozavam do sossego da Bahia de Todos os Santos e da natureza farta e exuberante, quase sem intervenções humanas.

Com o crescimento acelerado da cidade de Salvador e da região metropolitana, esse cenário se modifica. O Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari fundam uma era de intensa industrialização e favorecem a urbanização da pobreza. Dá-se, então, a estratégia de higienização das paisagens urbanas, ocorrendo a expulsão da pobreza das áreas do sul/norte da cidade para o interior geográfico, separando como um cinturão a região do Subúrbio Ferroviário das demais áreas da cidade.

Mesmo com todos os impasses historicamente criados pelo poder hegemônico, que visam o apagamento dessa história construída a partir do Subúrbio Ferroviário de Salvador, o Acervo da Laje segue incólume e destemido, com foco na utilização da educação popular, como quem anseia pela mudança a partir de ações desenvolvidas conjuntamente, em um esforço que é coletivo e com finalidade no bem comum.

A principal característica das atividades que se propõem a partir dos sujeitos que fazem acontecer esse fervilhar de vida e cultura é a valorização e o protagonismo de um povo. Povo suburbano, vilipendiado historicamente, mas que conserva em seu ser a latência da força traduzida pela resistência que aflora nas manifestações, as quais se fazem presentes, seja organizando, participando ou simplesmente desfrutando do acolhimento recebido no Acervo da Laje. A história de opressão a que foram submetidos fez nascer uma potência insurgente, povo que aparece como beleza e horizonte utópico transformador. Neste sentido, faz-se oportuna a conceituação da categoria “Povo” no sentido utilizado nesta dissertação:

Povo em sentido lato: povo-nação – comunidade que partilha tradições, língua, modos de ser e projetos em comum. Mas, sobretudo, povo em sentido estrito, como bloco social dos oprimidos/excluídos (GRAMSCI, 1995); comunidades que se constituem na luta por igualdade e justiça, como articulação dialógica dos coletivos insurgentes a partir da tradução recíproca de suas exigências e da “fusão” de seus horizontes utópicos (DUSSEL, 2004). Esse mesmo povo – uno no horizonte ético-utópico compartilhado –, que se manifesta em múltiplas faces – indígenas, negras, camponesas, operárias, de sem-teto, mulheres, população LGBT+ etc. –, com suas respectivas lutas, agruras e dificuldades. Esse povo múltiplo e uno ressurge com ainda maior

potência quando, apesar de sua condição marginal ou subalterna, se descobre voltado a um horizonte civilizatório utópico possível, a partir de uma educação de perspectiva libertadora.

Dessa forma, a Educação Popular “emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação”. Constitui-se como um “trabalho simbólico e político de transformação da ordem social dominante” (BRANDÃO, 2006, p.42, 44). Acrescente-se ainda que os centros de cultura popular se apresentam na atualidade como os lugares mais importantes para disseminação desses movimentos que reverberam em mudança e novidade de vida, movimentos de educação de base ou de ação popular (BRANDÃO, 2006).

4. Considerações finais

A presente pesquisa realizada no Acervo da Laje, iniciada em 2018, a partir da experiência de construção da dissertação para o programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade (UNEB), com o objetivo de identificar a importância do lócus enquanto espaço de emancipação política, na ótica dos moradores do entorno, possibilitou a constatação deste espaço se apresentar de fato como uma iniciativa fecunda, realizada a partir de um casal que hoje tem atingido uma dimensão gigantesca, que atrai olhares e especulações, mas no fundo é também semente de um vir a ser. Nesses tempos sombrios, temos urgência de alcançarmos outro tipo de sociabilidade e educação. A entrada e permanência no lócus durante o período estabelecido pela pesquisa possibilitou a constatação do Acervo da Laje se configurar, de fato, como um local com raízes ancestrais, cuidadosamente regadas pelos idealizadores/cuidadores do museu suburbano, que tem se perpetuado no tempo, oportunizando a continuidade de um processo de educação popular a despeito das tentativas de invisibilização do território e saberes locais.

A pesquisa em questão possibilitou o entendimento apurado do trabalho desenvolvido no Acervo da Laje, o qual atua como mola propulsora de uma prática educativa libertadora, na medida em que, partindo de sua cultura e memória local, oportuniza a efetiva emancipação política, através das atividades educativas realizadas com a comunidade local, estabelecendo pontes com a academia, o que possibilita, de maneira complexa, o rompimento com o jugo da opressão, subalternidade e invisibilidade secularmente estabelecidos.

A região do Subúrbio Ferroviário de Salvador se constitui de fato como um polo de significados sócio-políticos. Essa característica é visível, pois os morado-

res do SFS, historicamente, têm uma atuação efetiva que, desde os primórdios, dialogava com os movimentos sociais, possibilitando o alcance de determinadas políticas sociais à população. Ocorre que a atuação expressiva dessas políticas esfriou, com a falta de compromisso ético político de algumas instituições que atuavam nesses espaços suburbanos, e, por um período de tempo, a comunidade se vê órfã desses mecanismos e instrumentos de proteção e empoderamento do sujeito enquanto cidadão. O surgimento do Acervo da Laje se estabelece, então, como ressignificação de espaços de construção política e educativa, na contramão da invisibilização e do estigma impostos, que insistem em se perpetuar na região.

Baseado no entendimento de que a cultura popular se configura como modo de vida e pensamento, estabelecendo vínculo profícuo com processos de libertação, entende-se o espaço do Acervo da Laje como possibilitador desse exercício autônomo e social da vida política, que direciona o cidadão para o “ser mais”. A hegemonia a que estamos sujeitos, não se enfrenta senão com a potência contra-hegemônica, de maneira a romper com os processos de invisibilização e alienação que segmenta, exclui e inferioriza contingentes populacionais periféricos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.22, n.40, p.95-103, jul./dez. 2013.
- ARROYO, M. G. **Indagações sobre currículo – educandos e educadores**: seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da educação/Secretaria da Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov/seb/arquivos/pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- AUGÉ, Ma. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobre modernidade. Lisboa: 90 graus, 1994.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.
- BOMFIM, L. S. V. A ontologia humana enquanto referência para uma educação popular emancipatória. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 43, p. 205-213, jan./jun. 2015.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

COSTA, M.; SILVEIRA, R.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 23, p. 36-61, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/129321>. Acesso em: ago. 2016.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade (interpretação desde a filosofia da libertação). In: BETANCOURT, Raúl Fonet. **Interculturalidade: críticas, diálogo e perspectivas**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004. p. 159-208.

DUSSEL, E. **Para uma ética da libertação latino americana**. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola; Piracicaba: Editora UNIMEPE, 1977. (Coleção Reflexão Latino-americana, v. 2, tomo III, Erótica e Pedagógica).

DUSSEL, H. **20 tesis de política**. México: Siglo XXI, 2006.

ESPINHEIRA, G. **O parque São Bartolomeu: esquecimento e memória**. In: FORMIGILI, Ana Lúcia Menezes (Org.). **Parque Metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, P. **Manuscritos da pedagogia do oprimido**. Editora Instituto Paulo Freire – IPF. Santiago. 1968. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org80/xmlui/handle/7891/3629>. Acesso em: 20 maio 2017.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LARAIA, R B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIMA, A. de S. **Periferias e subjetividades juvenis em Salvador/Bahia**. 2016. 108 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MÉSZARÓS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, A. P. **A morada da beleza: educação popular, estética e libertação a partir da experiência do Acervo da Laje**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, 2020.

MORIN, E. **Reinventar a educação: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade**. Tradução de Irene Reis dos Santos. São Paulo: Athena, 2016.

MOTA, S. **Dom Milani e Paulo Freire: experiência de educação cidadã e democrática**. In: BOSCOLO, Gianni. (org.). **Encontro Sustentabilidade na diversidade – Insurgência educacional na atualidade/Dom Milani, Danilo Dolci, Paulo Freire**. Salvador: Scanjet Gráfica e editora, 2018. p. 7-139.

NASCIMENTO, A. D. Construindo trincheiras em território minado: a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão – o caso da Bahia nos idos dos anos de 1972 a 1990. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 19, n. 34, p. 23-37, jul./dez. 2010.

NASCIMENTO, A. D. **Organização de base: a reinvenção da participação da participação popular**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador: FFCH – Universidade Federal da Bahia, 1985.

SCHACHTER, C. Apontamentos sobre Danilo Dolci. In: BOSCOLO, Gianni. (org.). **Encontro Sustentabilidade na diversidade – Insurgência educacional na atualidade/ Dom Milani, Danilo Dolci, Paulo Freire**. Salvador: Scanjet Gráfica e editora, 2018. p. 17-31

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, J. E. F. Education for beauty in acervo da Laje (the laje collection) and the emergency of creative work at the outskirts of Salvador, Brazil. In: HVIID, Pernille; MÄRTSIN, Mariann. **Culture in education and education e culture: tensioned dialogues and creativ e construccions**. Cidade: Ed Springer, 2018. p. 125-148

SANTOS, J. E. F. **Arqueologia do subúrbio ferroviário**: o mundo em uma casa. Conferência realizada no dia 14 de junho de 2018 no Auditório Mastaba da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, com participação de Federico Calabrese, Ana Carolina Bierrenbach e Glória Cecília Figueiredo, 2018.

SANTOS, J. E. F. **Acervo da laje**: memória estética e artística do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. São Paulo: Scortecci, 2014.

SANTOS, J. E. F. **Nascente da beleza**: história, arte, religiosidade e música na cultura brasileira. São Paulo: Scortecci, 2013.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: 17 de outubro de 2021.

Aprovado em: 07 de junho de 2022.

TRAJETÓRIAS GENERIFICADAS DE PROFISSIONAIS NO CAMPO JURÍDICO: CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DE PESQUISA DE CAMPO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19¹

Laura Mostaro PIMENTEL²

RESUMO: O presente artigo tem por objeto metodologias utilizadas em pesquisa de mestrado com os temas campo jurídico e gênero, em que se buscava analisar a trajetória de profissionais mulheres no campo jurídico, compreendendo-as como sujeitos generificados e este um campo pautado pela neutralidade. Segundo as epistemologias feministas, a neutralidade oficial do campo jurídico representa a perspectiva de um grupo social específico, de modo que o desenvolvimento de trajetórias marcadas por gênero neste campo pode apresentar particularidades. Na pesquisa foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com profissionais de carreiras jurídicas públicas (Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública, todas estaduais) selecionadas por lista de lotação e com interlocutoras selecionadas através do método da bola de neve. A análise do material se deu pelas perspectivas da biografia e da história de vida. Assim, foram utilizadas referências metodológicas da antropologia e da sociologia para análise de gênero da trajetória de profissionais mulheres no campo jurídico.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; campo jurídico; Magistratura; Ministério Público; Defensoria Pública.

¹ Este trabalho integra pesquisa beneficiada por financiamento CAPES.

² Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – Brasil. Doutoranda em Ciências Sociais e Jurídicas. Universidade Federal de Juiz de Fora – MG – Brasil. Mestra em Ciências Sociais. Advogada e Pesquisadora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6713-4984>. lauramostaro@gmail.com.

GENDERED TRAJECTORIES OF PROFESSIONALS IN THE
LEGAL FIELD: FIELD RESEARCH DURING THE COVID-19
PANDEMIC METHODOLOGICAL ORGANIZATION

ABSTRACT: *The present paper object is the methodologies used in masters research about the legal field and gender, in which were analyzed the trajectories of women professionals of the legal field, understanding them as gendered subjects in a field marked by neutrality. According to feminist epistemologies, the official neutrality of the legal field represents the perspective of a specific social group so the development of trajectories marked by gender in such field may portray particularities. At the research were applied semi-structured interviews with members of public legal careers (Magistracy, Public Ministry and Public Defense, all belonging to the state justice) selected by placement lists and with interlocutors selected through the snowball method. The analyzes was made using the biography and life history perspectives. Thereby, methodological references of anthropology and sociology were used for the study of gender in the professional trajectory of women in the legal field.*

KEYWORDS: *gender; legal field; Magistracy; Public Defense; Public Ministry.*

Introdução

No presente artigo trato do processo de construção metodológica e de organização de campo de pesquisa empírico realizado no bojo de minha pesquisa de mestrado. Sendo o objeto de pesquisa complexo, tratando de trajetórias e estratégias relacionais de sujeitos generificados profissionais do campo jurídico, foi necessária a construção de parâmetros metodológicos abordando gênero, trajetórias, entrevistas, memórias, estratégias pessoais e organizações institucionais, como se verá no curso deste artigo.

Inicialmente quanto ao campo jurídico, este é compreendido como campo social segundo o desenvolvimento de Pierre Bourdieu (1989). Uma das características específicas deste campo é sua autodefinição como pautado pelas premissas de neutralidade e universalidade, valores sociais simbolicamente que, como informam epistemologias feministas, são associados ao gênero masculino. Pode-se afirmar, então, a existência de contradição entre as relações marcadas por gênero e a forma como o campo se apresenta, sendo aquelas definidas mais por sutilezas do cotidiano do que por normas expressas e facilmente verificáveis. Ou

seja, mais nas relações de poder presentes nos *habitus* e nos bastidores das normas sociais do que nas normas formais³.

A dificuldade para se alcançar aspectos das sutilezas das relações em um universo social relativamente fechado ao meio externo orientou a escolha pelo método de pesquisa - qualitativa através de entrevistas semiestruturadas. A opção por buscar perspectivas pessoais de profissionais do campo também alimentou o método de análise, em que perspectivas sobre construção de memória e pesquisa biográfica estiveram presentes.

A pesquisa é situada quanto à pesquisadora - sou formada em direito - sendo rejeitada a ideia de pesquisador anterior à pesquisa, distanciado e neutro quanto ao objeto; quanto ao local geográfico de sua realização - comarcas do interior do estado de Minas Gerais; e quanto ao momento histórico de desenvolvimento, no curso de pesquisa de mestrado entre 2019 e 2021. Ou seja, o desenvolvimento metodológico apresentado teve início em projeto de pesquisa que planejava a realização de campo presencial e que foi transposto para o meio virtual para adaptar-se à pandemia de COVID-19. Também optei pela apresentação do primeiro nome de autoras/es, ao menos na primeira menção, por compreender que a norma de citação apenas do sobrenome é uma prática que auxilia no apagamento de autoras mulheres.

Este trabalho objetiva tratar de métodos e metodologias utilizadas na construção de um arcabouço teórico para a realização de campo e para a análise do material sobre processos de gênero, trajetórias e campo jurídico, compreendendo-se ser este um objeto de pesquisa complexo cuja análise exige a utilização conjunta de diferentes metodologias. Apesar de não se almejar a análise da hipótese desenvolvida na pesquisa de mestrado que deu origem às presentes reflexões, alguns trechos de entrevistas serão apresentados, com a função de aterramento da teoria no campo empírico, mostrando a potencialidade de sua utilização.

Ao focar no desenvolvimento metodológico almejo que o presente artigo seja útil para outras/os pesquisadoras/es no desenvolvimento de seus próprios trabalhos, sendo abordados também aspectos práticos e percalços encontrados na realização do campo empírico. São apresentadas, então, as referências teóricas utilizadas, especialmente no que se refere a campo jurídico e a gênero. Em seguida são informadas a construção do campo de pesquisa, a seleção das interlocutoras e a organização da realização do campo. Por fim, apresentam-se as

³ Exemplo neste sentido é a nota publicada no Jornal O Globo, intitulada “O apelido do gabinete de Rosa Weber no Supremo entre advogados”, em que se afirma que “Entre alguns advogados, o gabinete de no Supremo tem um apelido sugestivo por causa de seu jeito austero e de onde nada vaza: Coreia do Norte.” Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/o-apelido-do-gabinete-de-rosa-weber-no-supremo-entre-advogados.html>. Acesso em: 21 jun. 2021.

referências metodológicas de pesquisa biográfica, de história de vida e o conceito de *mosaico científico*.

1. Campo social e campo de pesquisa

A formulação da pesquisa partiu dos conceitos de gênero e de campo social, especialmente pelo forte viés metodológico que trazem. Segundo a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu (1989), estes são universos sociais com elementos e regras que lhes são próprios, como *habitus* e violência simbólica, que pautam as relações ali estabelecidas. Através desses elementos é possível a elucidação da atividade de criação de estruturas, entre contextos e *habitus*, ao mesmo tempo em que os que criam são criados por elas.

O campo de pesquisa foi definido com a utilização do conceito de campo jurídico como um campo social. Abordando estruturas jurídicas específicas da sociedade ocidental em que situado, Bourdieu (1989) organiza o campo jurídico como campo social relativamente independente da sociedade com a qual se relaciona, pautado por dinâmicas que visam o apagamento daquilo que o situa social e historicamente, sendo um modo de vida específico transformado em “experiência universal de um sujeito transcendental” (BOURDIEU, 1989, p. 214). O autor mostra que seus valores predominantes, como a imparcialidade, a neutralidade e a objetividade, relacionam-se com valores hierarquicamente superiores em toda a organização social. Para Maxime Quijoux (2021), o campo jurídico se apresenta como um caso ilustrativo do conceito de campo social de Bourdieu, já que,

[...] o mundo jurídico se constitui como um “caso de manuais”, uma vez que se apresenta como um exemplo paradigmático da noção de campo sem, no entanto, dispor da autonomia que a sua definição pressupõe: se a atividade judicial está, de fato, baseada na luta pelo “monopólio do legítimo exercício da competência judicial”, opondo juristas exegetas e juízes encarregados da aplicação das leis, esse conflito é indispensável para o funcionamento do campo, já que ambos concorrem, por meio de seus respectivos trabalhos – de codificação, de um lado, e de interpretação, de outro –, para a regulamentação de regras e práticas profissionais. (QUIJOUX, 2021, p. 231-232).

Podem-se associar os valores elencados pelo campo jurídico à construção simbólica de gênero, pois seus valores e práticas são correspondentes ao lado

masculino da divisão binária de gênero. Como desenvolve Joan Scott (2019), gênero pode ser conceituado como uma categoria analítica cujas configurações integram as dinâmicas estruturais de relações de poder e de atribuição de sentido às relações sociais. A autora apresenta a seguinte definição para gênero:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. [...]. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 2019, p. 67).

Paradigmas centrais às construções jurídicas como neutralidade e universalidade são conceituados como não marcados por gênero, como se tais valores fossem dissociados das relações de poder e das construções simbólicas da sociedade em que integrados. Entretanto, estando gênero presente nas relações e estruturas sociais, especialmente naquelas que envolvam relações de poder, invariavelmente também estarão presentes no campo jurídico, quer este o reconheça ou não. Epistemologias feministas direcionam suas críticas à premissa de que os valores da ciência ocidental são livres de gênero, compreendendo que todo conhecimento é situado e apontando o aspecto androcêntrico da pretensão de neutralidade da ciência ocidental (HARDING, 1987). No que se refere às interações entre gênero e direito, esse desenvolvimento crítico é feito pelas correntes feministas do direito, pouco presentes na filosofia jurídica brasileira (SANTOS, 2015).

Sandra Harding também chama atenção para a rejeição da ideia de sujeito universal, masculino ou feminino, de modo que epistemologias feministas e teorias sobre construções de gênero também devem alcançar elementos como raça e classe⁴. Assim, deve-se falar em experiências das mulheres e feminismos, ambos no plural, já que, “[...] temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura.” (HARDING, 2019, p. 97). Ao se tratar sobre perspectivas feministas que rejeitam a ideia de universalidade, a teoria da interseccionalidade é uma das mais conhecidas. Termo cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, refere-se à perspectiva teórica que almeja articular simultaneamente em suas análises os sistemas de

⁴ “Uma vez entendido o caráter arrasadoramente mítico do “homem” universal e essencial que foi sujeito e objeto paradigmáticos das teorias não feministas, começamos a duvidar da utilidade da análise que toma como sujeito ou objeto uma mulher universal – como agente ou como matéria do pensamento. Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, com base na experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeitos assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher” (HARDING, 2019, p.96).

opressão e subalternização (racial, de gênero, de classe, de sexualidade, etc.)⁵. Apesar deste trabalho não ter como objeto principal estudos sobre relações de raça, a compreensão de gênero desenvolvida não é cega a esta e a outras relações sociais que perpassam as construções deste.

Considerando que autoras e produções científicas relacionadas a grupos subalternizados sofrem sistemático apagamento e “esquecimentos” na produção científica, não seria diferente no que se refere ao feminismo negro. Cabe destacar, neste sentido, a obra de Lélia Gonzalez, antropóloga, professora universitária e militante dos movimentos feminista e negro brasileiros cuja produção científica pioneira sobre gênero, raça e sociedade apenas recentemente foi redescoberta. Tratando sobre a vida e a obra de Lélia Gonzalez, Luiza Bairros informa que,

Desta perspectiva, sexismo e racismo seriam variações de um mesmo tema mais geral que tem nas diferenças biológicas (reais ou imaginadas) o ponto de partida para o estabelecimento de ideologias de dominação. O “esquecimento” da questão racial pode ser interpretado como um caso de racismo por omissão, que se origina de perspectivas eurocêtricas e neocolonialistas da realidade latino-americana. É importante notar que esta crítica se insere na perspectiva de Lélia sobre amefricanidade, onde o racismo que subordina índias e negras decorre de uma visão falaciosa de latinidade que legitima a inferiorização dos setores sociais cuja cultura e história não têm a Europa como referência. (BAIROS, 1999, p. 355).

Assim, a partir de teorias de epistemologias feministas, gênero e campo jurídico, foi estruturada metodologicamente a presente pesquisa, formulando-se o seguinte questionamento: sendo o gênero feminino visto socialmente como “outro”, não neutro, e sendo o campo marcado pela premissa da neutralidade, como a relação de tensão entre estes elementos se apresenta na trajetória profissional de mulheres do campo?

⁵ “Porque o artigo de 1991 de Crenshaw é tão frequentemente citado como o ponto de origem da interseccionalidade, ele se coloca como um documento fundamental ao marcar a tradução dos entendimentos de interseccionalidade que vinham do feminismo negro e outros projetos de justiça social, e aqueles que cada vez mais caracterizavam um conhecimento acadêmico da interseccionalidade” (COLLINS, 2017, p. 10). Referência do artigo citado por Collins: CRENSHAW Kimberlé WILLIAMS, Bonis Oristelle, “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”, *Cahiers du Genre*, 2005/2 (v.39, n.2), p. 51-82. DOI: 10.3917/cdge.039.0051.

2. Da realização do campo empírico

O desenvolvimento de pesquisas de campo é tradicionalmente dividido entre pesquisas quantitativas e pesquisas qualitativas. A escolha por uma ou por outra, ou mesmo por uma metodologia mista, deve ser feita conforme sua adequação à análise desenvolvida, sem uma hierarquização destes, mas com atenção para os potenciais existentes na complementaridade dos métodos. Pesquisas quantitativas sobre o campo jurídico ganharam estrutura e constância na década de 1990, podendo-se citar a desenvolvida por Luiz Werneck Vianna e outros (1997), que levantou o perfil sociodemográfico da Magistratura nacional, e as desenvolvidas a partir da década de 2000, (BRASIL, 2014; 2018, CNMP, 2018, VIANNA *et. al.*, 2018).

A partir destas pôde-se conhecer o perfil sociodemográfico do direito brasileiro, sua origem social (estratos médios e altos), sua raça (branca) e seu gênero (masculino). Essas pesquisas também informam o processo de feminização das carreiras jurídicas, identificado na década de 1990. Tal identificação levava frequentemente à afirmação de que a completa igualdade de gênero no campo jurídico, inclusive nos cargos hierárquicos, era questão de tempo (VIANNA, *et. al.*, 1997, p. 222). Entretanto, análises mais recentes (BRASIL, 2018) informam a manutenção da ocupação predominantemente masculina, que a presença feminina jamais chegou aos níveis hierárquicos, e que o processo de feminização tem se retraído nos últimos anos.

Estas pesquisas quantitativas informam o universo em que se dá a construção social dos e das *profissionais* do campo e o uso de pesquisas qualitativas permite que se aprofunde nas dinâmicas deste. Para a abordagem da tensão entre a existência generificada de profissionais mulheres e a neutralidade do campo jurídico optei pela realização de entrevistas semiestruturadas, através das quais as profissionais podem apresentar relatos sobre seus cotidianos e trajetórias no campo jurídico. Sabendo ser gênero um conceito relacional definido de forma dicotômica em nossa sociedade, o interesse da pesquisa se direcionava apenas a trajetórias femininas e sua relação com o campo, sendo a opção por entrevistar apenas mulheres tomada segundo este objetivo e por não haver interesse na comparação de trajetórias femininas e masculinas.

Definidas estas duas características do campo, a realização de entrevistas semiestruturadas e a participação apenas de mulheres profissionais do campo jurídico, outros elementos na criação do campo foram: a delimitação das carreiras em que se buscava as participantes, a localização geográfica e a forma de se selecionar e contactar as participantes.

2.1. Que profissionais analisar

Na bibliografia sobre gênero e campo jurídico pode-se observar uma maior presença da Advocacia e da Magistratura. Supõe-se que essa centralidade decorra da organização mais homogênea destas carreiras em todos os estados da federação e de sua centralidade para a organização jurídica. Especialmente sobre a Magistratura, detentora do capital simbólico em mercado no campo jurídico, o *poder de dizer o direito* (BOURDIEU, 1989, p. 214), os dados sobre a formação social de seus membros e a ocupação feminina nas carreiras são mais numerosos e melhor estruturados. Nas pesquisas sobre a advocacia encontra-se a ideia de que as discriminações de gênero são mais fortes nas carreiras privadas, havendo a reprodução da ideia de meritocracia do concurso e da carreira pública (JUNQUEIRA, 2001, p. 187).

Com este cenário em conta, o campo foi delimitado a profissionais integrantes de três carreiras jurídicas públicas, quais sejam, Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública estaduais. Assim seria possível a análise da premissa de que não haveria discriminação de gênero nas carreiras públicas ao mesmo tempo em que se contribuía para a construção de bibliografia sobre carreiras jurídicas abordadas com menor frequência. A centralidade da Magistratura justifica sua análise, além de se poder comparar os dados desta com os de outras pesquisas e com os produzidos sobre outras carreiras. A inclusão de outras carreiras decorre da possibilidade de se construir uma imagem mais ampla do fazer jurisdicional (SEVERI, 2017)⁶. Além disso, a escolha de mais de uma carreira possibilitaria a observação das dinâmicas e disputas entre profissionais e a comparação das construções de gênero entre as carreiras.

O Ministério Público tem seu papel na organização jurídica brasileira consolidado a nível nacional e sofreu importante reestruturação com a Constituição Federal de 1988 (ARANTES, 1999) sendo considerada uma instituição de formação particular em cada país (SADEK, 2012). A Defensoria Pública é a mais recente das três carreiras, tendo sido criada a nível nacional apenas pela CF/1988 e implementada em momentos diferentes nos estados. O reconhecimento da Defensoria foi objeto de disputa nos campos jurídico e político, podendo-se mencionar dificuldades de obtenção de recursos financeiros e entraves à sua atuação provocados por outros grupos profissionais do campo jurídico (SCHIRMER, 2017).

⁶ Segundo Fabiana Severi, o fazer jurisdicional é resultado das dinâmicas entre diversos agentes, em que são disputados sentidos de mundo e de fazer jurídico, em “dinâmicas marcadas por movimentos contraditórios, heterogêneos, permeados por ambiguidades e contradições” (SEVERI, 2017, p.45).

Além das profissões integrantes das carreiras mencionadas, objetivava também entrevistar estagiárias. Caracterizado pelo viés educacional mais do que profissional, no estágio há a inserção nos ambientes de trabalho jurídicos – como o fórum – exigindo dos/as alunos/as adaptações de vestimentas e de rotinas. Compreendo que se trata do ponto inicial de absorção do *habitus* do campo, sendo a perspectiva dessas mulheres interessante para que se possa analisar etapas da vivência generificada na prática do campo.

As diferentes profissões se relacionam de formas diversas com a sociedade e umas com as outras dentro do campo jurídico, construindo relações e parâmetros de profissionalismo que melhor se adequem às disputas de poder com que têm de lidar. Sendo o feminino sempre marcado de alguma forma, mesmo que seja por sua ausência, fato é que os relatos trazidos por pesquisas que utilizaram de métodos qualitativos permitem vislumbres das dinâmicas entre os profissionais, das relações entre as estruturas e os profissionais na construção dos gêneros dentro do campo jurídico e de seus reflexos no universo social.

2.2. Delimitação geográfica e seleção de participantes

Quanto à delimitação geográfica da pesquisa, inicialmente essa se realizaria em apenas uma comarca⁷ no estado de Minas Gerais, caracterizada por ser de entrância especial⁸ e não integrante de região metropolitana. Comarcas de entrância especial possuem perfil intermediário⁹, contando com diversas varas instaladas enquanto mantém o nível inicial na hierarquia da organização jurídica (primeira instância). Tal perfil permitiria o alcance em uma só localidade de profissionais experientes, já socializadas no campo, com perfis diversos e com pluralidade de áreas de atuação. Apesar de terem critérios e ordens de promoções próprios, as três carreiras apresentam profissionais que não se encontram em cargo inicial atuando em comarca de entrância especial.

Objetivava realizar as entrevistas me dirigindo aos locais de trabalho das possíveis entrevistadas portando a carta de apresentação da pesquisa, ou seja,

⁷ Comarcas são subdivisões territoriais da primeira instância judicial, orientadas por questões de organização administrativa e de acesso à justiça. Não correspondem a divisões hierárquicas e podem abranger mais de um município. O site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais informa que o estado encontra-se dividido em 296 comarcas.

⁸ Segundo a lei de organização de divisão judiciária de Minas Gerais (Lei Complementar 59/2001, MG), as comarcas são classificadas como de primeira entrância, de segunda entrância ou de entrância especial segundo critérios populacionais ou de varas instaladas.

⁹ Comarcas de entrância especial são aquelas que “têm cinco ou mais varas instaladas, nelas compreendidas as dos Juizados Especiais, e população igual ou superior a cento e trinta mil habitantes” Art 8º, inciso I, LC 59/2001, MG.

fazendo contato pessoal diretamente com elas. Entretanto, em março de 2020 fomos surpreendidos pela pandemia de COVID-19, que obrigou a suspensão de atividades presenciais, com a consequente adaptação do campo para a realização remota, através de chamadas de vídeo. Essa mudança ocasionou prejuízos à pesquisa, já que fui privada da realização de um campo de pesquisa em sentido literal, em que poderia observar diretamente o ambiente e as relações, e tive dificultado o acesso às estagiárias.

Por outro lado, a realização remota abriu a possibilidade de inclusão de outras comarcas no escopo geográfico, já que o contato não dependia de deslocamento físico. Foram incluídas comarcas de primeira e de segunda entrância e outras de entrância especial, o que ampliaria ainda mais a diversidade das profissionais e contribuiria para o encontro do ponto de saturação do campo¹⁰. Em respeito aos preceitos éticos de anonimidade, os nomes das comarcas e das profissionais participantes foram ocultados nos trabalhos decorrentes do projeto, com substituição por nomes fictícios. Tal prática não é rara na sociologia, tendo sido feita, por exemplo, por Maria da Glória Bonelli (2010; 2016), que utilizou nomes de cores para batizar as cidades em que desenvolveu suas pesquisas com profissionais jurídicos. Os nomes fictícios atribuídos às entrevistadas foram escolhidos em homenagem a mulheres marcantes na cultura e na academia jurídica brasileira, buscando destacar que o processo de canonização do campo também se dá pela lógica masculina, sendo os nomes mais renomados – os professores mais citados e lembrados – frequentemente masculinos.

Através dos sites oficiais das profissões analisadas (Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público do Estado de Minas Gerais) foi feito o levantamento inicial das possíveis entrevistadas, já que nestes estão listados os membros das carreiras e suas respectivas lotações. O número definitivo de potenciais participantes com quem entraria em contato e que efetivamente entrevistaria era impossível de ser definido antecipadamente, tanto por causa das constantes nomeações, aposentadorias e realocações, quanto porque era impossível antecipar quantas aceitariam participar e, principalmente, qual seria o ponto de saturação da pesquisa.

Ponto de saturação das pesquisas qualitativas é aquele em que a amostra alcançada se mostra suficiente para revelar as múltiplas dimensões do objeto investigado por perspectivas qualitativas (DE SOUZA MINAYO, 2017). Assim, o ponto de saturação só poderia ser encontrado no curso da pesquisa, orientado, além do objetivo do estudo propriamente dito e da diversidade das entrevistas,

¹⁰ O projeto de pesquisa, com as alterações decorrentes da realização remota, foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana da UFJF (CEP-UFJF) antes do início da realização da pesquisa de campo.

por coordenadas como faixa etária, tempo de carreira, ocupação de postos de direção e de maior prestígio, interesse acadêmico, estado civil, presença de filhos/as, naturalidade, etc.

Além das listas oficiais de profissionais também foi utilizado o método da bola de neve, no qual uma entrevistada indica outras possíveis participantes da pesquisa, sendo o universo de entrevistadas criado no curso da pesquisa através de uma cadeia de indicações. Problemas associados ao uso da bola de neve são sanados com sua combinação com outros métodos de seleção, no caso o critério de lotação geograficamente estabelecido, reduzindo-se a aleatoriedade e a possível coleta de experiências similares (VINUTO, 2014). Considerando que o direito é um campo relativamente fechado em si próprio, na construção de uma cadeia de indicações as entrevistadas recebem uma forma de recomendação da pesquisa, diminuindo possíveis desconfiças quanto ao conteúdo do trabalho e à motivação da pesquisadora, o que poderia aumentar o número de entrevistas.

Assim, organizado o campo de pesquisa qualitativo: a ser realizado remotamente, com participantes lotadas nas comarcas em que se limitou a pesquisa ou que tenham sido indicadas por outras participantes. Não havia a definição prévia do número de participantes, em respeito ao ponto de saturação das pesquisas qualitativas.

2.3. Realização das entrevistas

Como já dito, a pandemia COVID-19 impôs a realização remota desde o primeiro contato com as profissionais, através de telefone e de e-mails para apresentação da pesquisa, até a realização das entrevistas, que aconteceram por videochamadas nas plataformas *Whatsapp*, *Google Meet* ou *Teams* e foram registradas em áudio.

Apesar de terem sido adotadas as mesmas formas de contato, ocorreram diferenças quanto à facilidade de acesso e à adesão entre as carreiras analisadas. A instituição mais fácil de contactar foi o Ministério Público: o site do MPMG disponibiliza os e-mails funcionais de todos/as o/as promotores/as, com indicação de lotação, de modo que pude contactar diretamente as profissionais almeçadas, resultando 42% dos contatos em entrevistas. Com a Defensoria Pública foi necessária a utilização dos números de telefone de atendimento geral. Na maioria dos casos me foi informado e-mail funcional das defensoras locais, e 20% dos contatos enviados resultaram em entrevistas.

Já a Magistratura não disponibiliza os contatos funcionais dos/as magistrados/as e mesmo os números de telefone das varas nem sempre estão imediata-

mente disponíveis, sendo necessário ligar para o número central do fórum para a obtenção desta informação. Optei então pelo caminho de ligar para a diretoria do foro de cada comarca e através desta solicitar o contato das magistradas. Em quase todos os casos me foi solicitado que enviasse a Carta de Apresentação para um contato da administração que a repassaria às magistradas, resultando 18% dos contatos em entrevistas.

Através destes contatos foram realizadas 15 entrevistas com as profissionais constantes na listagem definida pelas comarcas. Outras 6 entrevistas foram realizadas através da indicação pelo método da bola de neve. Estas foram: uma estagiária, uma defensora pública atuante em outro estado, três advogadas e uma magistrada federal. Percebe-se que a mudança para a realização remota afetou o desenvolvimento do método da bola de neve, especialmente com relação às estagiárias, que só poderiam ser alcançadas através de indicações, já que não constam em listas públicas como as profissionais de carreira. As entrevistas tinham duração média de 45 minutos, mas algumas ultrapassaram o limite de uma hora.

3. Desenvolvimento metodológico

Baseada no processo de feminização e em seu ritmo, a percepção de que a igualdade ou de quase igualdade de gênero nas carreiras jurídicas é apenas questão de tempo continua comum, sendo inclusive negada a existência do *teto de vidro* nestas. Expressão que alude a bloqueios invisíveis, mas existentes, que impedem a ascensão profissional feminina enquanto preservam o ideal de igualdade de oportunidades, o *teto de vidro* já teve sua existência comprovada nas carreiras jurídicas, privadas¹¹ e públicas (BRASIL, 2019). Não obstante, a descrença neste se mantém, sendo especialmente encontrada nas carreiras públicas, devido ao sistema de ingresso e de progressão da carreira, pautados pela impessoalidade (FRAGALE FILHO; MOREIRA; SCIAMMARELLA, 2015, p.58).

Isto considerado, tomei como método de pesquisa a realização de entrevistas semiestruturadas em que questionaria as interlocutoras sobre diversos aspectos que compõem suas vidas, trajetórias familiares, estudantis e profissionais, além de inquirir suas opiniões sobre a situação atual das relações entre gênero e direito. Não buscava a “verdade sobre o campo jurídico” nem adotava pressupostos quanto às respostas, mas almejava a reconstrução de biografias através das

¹¹ ANÁLISE... (2021); LOCALI, MATIAS, ALVES, SILVA (2021).

quais fosse possível entrever relações tecidas e estratégias de vida das mulheres no campo jurídico.

3.1. Pesquisa biográfica

A construção social de gênero antecede a entrada no campo jurídico e se mantém dentro deste, de modo que a forma como essas mulheres afirmam suas existências e suas vivências no campo integra a construção de gênero dentro e fora do contexto jurídico. Mais que apresentar histórias individuais, o método biográfico permite a compreensão e a reconstrução do contexto social envolvido nestas.

Análises anteriores sobre as construções de gênero no campo jurídico informam, dentre outras, tendências de masculinização, de assimilação, de reforço da ética maternalista e de essencialismos de gênero. Essas conclusões são metodologicamente construídas a partir de pesquisas qualitativas, não sendo diretamente extraídas de depoimentos individuais, como se cada relato pudesse informar todo o universo de relações e estruturas sociais.

O conceito de memória é essencial em pesquisas biográficas, e na presente formulação de pesquisa foi adotada a compreensão desta não como uma apresentação de acontecimento passado cristalizado na mente de quem o enuncia, mas como reconstrução da experiência e dos sentimentos do passado no momento presente, atividade em interação com silêncios e interlocutores (POLLAK, 2010). Quer dizer, as memórias são reconstruídas no momento em que lembradas e apresentadas, sendo relevante para tal o interlocutor com quem se fala, o momento presente e, principalmente, o movimento do sujeito nas redes de relações sociais, movimentação mediada por gênero, de modo que, “Assim considerada, a memória desaprisionaria os fatos de uma temporalidade linear, externa, própria da reconstrução histórica, libertando as múltiplas temporalidades vivenciadas.” (KOFES; PISCITELLI, 1997, p.346).

Suely Kofes e Adriana Piscitelli ressaltam que dizer que gênero marca as memórias não significa que exista uma memória essencializada masculina ou feminina, seja por determinação da biologia ou da divisão social sexual. Estando gênero no campo das categorias, como essas diferenças são pensadas, utilizadas e incorporadas nas ações e instituições fazem o que se entende por gênero (KOFES; PISCITELLI, 1997, p.351), no que se relembra a definição de gênero de Joan Scott (2019) que integra, dentre outros elementos, o uso de símbolos culturais, a *des-historicização* dos binarismos de gênero e a construção da identidade subjetiva de gênero. Assim, as construções sociais e subjetivas de gênero

são fios entremeados em todas as teias de relações dos sujeitos, especialmente para mulheres, que integram o gênero marcado, o “outro” em relação ao qual o neutro é desenvolvido, sendo sua vivência generificada um elemento inescapável no processo de reconstrução de memória.

No entanto, não é suficiente afirmar que os elementos deste encadeamento - as experiências, as memórias que as recriam, dotando-as de temporalidades específicas, e as narrativas através das quais são transmitidas - são marcadas pelo gênero. O crucial aqui é mostrar como o gênero opera, como essa operação marca as narrativas, bem como o que nelas se expressa. Este “como” só pode ser desvendado através da análise de material empírico que permite o confronto entre diversas experiências contextualizadas. Isto nos parece particularmente importante considerando dois dos pressupostos fundamentais para a dessencialização presentes nas teorias contemporâneas de gênero: um, histórico, o outro, socio-cultural. (KOFES; PISCITELLI, 1997, p.352)

Ao desenvolver as entrevistas me deparei com uma multiplicidade de visões, mostrando que gênero atua de muitas formas, em reafirmações positivas e negativas na trajetória, na rejeição da existência da diferença ao mesmo tempo em que explicita onde essa diferença atua, na negação do “feminismo” ao mesmo tempo em que reconhece e rejeita as hierarquias de gênero, etc.

Esperar que todas as interlocutoras fossem completamente coerentes e uniformes em suas respostas e trajetórias seria uma *ilusão biográfica*, já que tanto a consciência de gênero e a atuação conforme seus parâmetros quanto a negação de sua diferença são necessárias neste ambiente profissional. A existência de afirmações aparentemente contraditórias, como de que nunca percebeu diferença e de que é necessário mais esforço por parte das mulheres, integram a construção do pensamento do campo e não prejudicam a validade dos relatos. Elas fortalecem o objetivo da pesquisa e a linha metodológica adotada, pois evidenciam que trajetórias não são retilíneas e pré-orientadas, e que todas as vidas são cheias de contradições e sopesamentos entre valores, priorizações e tradições.

E tem esse estereótipo né, de que mulher não passa porque ela tem esse problema, quer dizer, pra mim não é problema, é uma bênção, mas tem essa colocação da maternidade, e pedir uma licença, e tem uma dedicação paralela ao trabalho, mas embora ela tenha sim todas essas circunstâncias ela tem um perfil muito diferenciado do homem, com raras e honrosas exceções. A mulher

ela parece ser um pouco mais comprometida com os detalhes, com as coisas. Homem ele é muito moleção né...

Então, assim, não tô falando de todos, tô falando de um perfil como regra. Então a gente tem um rótulo que é prejudicial por conta dessas circunstâncias? Sim. Mas o tribunal não se guiou por isso. [...] Então não teve não, muita mulher passou.

Quando você entra na magistratura você percebe um pouco de desvalia quando você é jovem e quando você é mulher. Então os advogados, mais velhos, quando entram e se deparam, você assim, nova, [inaudível] e eles olhavam e, você é uma menina, com o poder na mão, decidindo o destino das pessoas. Então você tem que se desdobrar pra você ter uma respeitabilidade. (Lívia, Magistrada Estadual)¹².

Os riscos envolvidos no uso equivocado do método biográfico são tratados por Bourdieu (2006), que alerta sobre os pressupostos envolvidos no conceito “história de vida”. Para o autor este risco está no caso em que biógrafo e biografado constroem uma narrativa cronologicamente ordenada e logicamente orientada, criando retrospectivamente uma história com trajetória retilínea e direcionada para um indivíduo (BOURDIEU, 2006, p. 184). Para o autor, deve-se ter atenção ao espaço de possíveis disponível à/ao biografada/o para que a análise de seu relato não seja reducionista, já que em cada rede de relações esta/e poderá ser considerada/o uma pessoa diferente. Assim, a composição de seu campo relacional possibilita que não se olhe para a trajetória como um caminho trilhado que já estava traçado, mas como multiplicidades de relações orientadas, conforme as possibilidades dos campos em que transita.

Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. (BOURDIEU, 2006, p.190).

Essa perspectiva de trânsito entre os campos fortalece a compreensão do campo social como um campo metodologicamente organizado na construção

¹² Os nomes fictícios atribuídos às entrevistadas não contêm nenhuma relação ou similitude com o nome da profissional em questão, tendo sido escolhidos em homenagem a profissionais de destaque do campo jurídico. Lívia faz referência a Lívia Sant’Anna Vaz, Promotora de Justiça do Estado da Bahia, coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação do MPBA (GEDHDIS), e atuante em debates sobre a discriminação de raça no campo jurídico brasileiro.

do campo de pesquisa. Por isso o cuidado em situar as entrevistadas em seu campo específico: através dele as participantes foram encontradas e suas trajetórias analisadas, preservando-se contexto e relações. Ainda, a limitação a um campo, o campo jurídico, não significa limitação das relações analisadas, já que são diversas as relações possíveis de serem estabelecidas dentro do campo em diferentes momentos. Pode parecer que nestas relações a figura da promotora, defensora, juíza ou advogada é vista como totalizada, ou como um objetivo final, mas os relatos das profissionais informam dos diferentes cuidados tomados nos trânsitos e nas interações em diferentes contextos e da não-linearidade de suas vidas.

Quanto ao risco do desenvolvimento da trajetória como um caminho único traçado no tempo, os relatos raramente seguiam uma trajetória temporal linear. Apesar de a faculdade, marco temporal do ingresso no campo, ser abordada no início da entrevista, essa etapa nem sempre era vista como determinante para o desenvolvimento da trajetória da profissional, sendo recordada de forma vaga e sem muitos detalhes. As próprias interlocutoras não interpretavam o momento em que se encontravam na carreira como única possibilidade, demarcando as opções feitas, no que eram sopesados planejamentos de carreira acadêmica, de família, de filhos e de deslocamentos entre cidades.

Olha, bem no início eu tinha muito [desejo de desenvolver carreira acadêmica]. Eu queria assim, dar continuidade aos estudos. Aí fiquei, não, quando eu passar no concurso... Aí depois a minha primeira comarca foi [narra mudanças de comarca].

Só que durante a vida, a medida em que você vai passando as dificuldades, e eu já passei bastante, não foram poucas, você vai criando [inaudível] que nem tudo dos sonhos que você tem, dos projetos, vai se desfazendo, porque tem algumas coisas que você não consegue esperar.

E eu, como te disse, eu tenho um filho. E o que acontece, eu entrei na Defensoria Pública ele tinha de [menos de 7 anos] E eu sempre sozinha com ele, dependendo de alguém trabalhar na casa e levar na escola, pega na escola, leva na atividade... Embora eu estivesse casada, mas meu marido morava em outra cidade, [...] sempre trabalhando muito, sem tempo, então sempre eu que cuidei do meu filho, e eu não tinha a menor condição de estudar. Aí acabei deixando de lado. Então assim, sempre que eu tenho oportunidade de estudar, de fazer algum curso, alguma atualização, eu faço, mas infelizmente eu tive que abandonar por conta da maternidade porque era impossível. Já

que durante o dia todo eu fico afastada, ao menos à noite eu tinha que ficar um pouco com meu filho.

Então assim, na verdade um verdadeiro malabarismo, você trabalhar fora, gerenciar a casa, cuidar dos filhos, e sozinha. Embora tendo pai. [...] Então eu tive que abandonar por conta disso, da maternidade. Que também sempre foi um sonho. Sou realizada como mãe, mas às vezes, como te disse, a gente tem que... Às vezes não, sempre, que a vida é feita de escolhas, você tem que priorizar e escolher. Aí eu afastei esse projeto por conta da maternidade. (Eliana, Defensora Pública)¹³.

Assim, a escolha pela realização de entrevistas semiestruturadas decorre deste método ser o mais adequado para o alcance do objetivo da pesquisa, qual seja, a análise da influência de gênero nas trajetórias profissionais de mulheres no campo jurídico. A utilização do método e a análise do material encontrado se pautou pelas construções teóricas relativas à memória e à pesquisa biográfica, tendo em conta a dinamicidade das relações e a não totalização das participantes em um papel social ou outro.

3.2. Mosaico científico

Pode parecer que um recorte tão específico, mulheres integrantes de algumas carreiras atuantes em comarcas do interior de Minas Gerais, teria pouco a contribuir para a compreensão ampla das relações de gênero no campo jurídico e nas carreiras públicas em geral. Neste ponto tem relevância a ideia de *mosaico científico*, desenvolvida por Howard Becker (1993), na qual o autor trata sobre as formas como diferentes modos de pesquisa podem contribuir para a compreensão do todo, ainda que isoladamente não apresentem conclusões definitivas (BECKER, 1993, p. 115). O termo mosaico é utilizado, pois, assim como em um mosaico artístico, no mosaico científico estudos de peculiaridades locais são como peças que, conjugados uns com os outros formam uma imagem complexa e detalhada, permitindo a análise de grande número de teorias e de relações (BECKER, 1993, p. 105).

Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram

¹³ Em homenagem a Eliana Calmon, primeira mulher Ministra do Superior Tribunal de Justiça, onde ficou de 1999 a 2013. Se destacou ao ocupar o cargo de Corregedora-Geral de Justiça no CNJ, entre 2010 e 2012.

colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros. Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir; se não tivermos sua contribuição, há ainda outras maneiras para chegarmos a uma compreensão do todo. (BECKER, 1993, p. 104).

Incluindo as pesquisas das histórias de vida na construção de mosaicos científicos, o autor menciona algumas de suas utilizações em pesquisas sociológicas, tendo destaque na pesquisa que desenvolvi a possibilidade de análise do lado subjetivo de processos institucionais e a análise de processos sociais.

Quanto ao lado subjetivo de processos institucionais, através da pesquisa biográfica e de história de vida é possível se alcançar visões de profissionais que ingressaram no campo no período de mudanças institucionais decorrentes da CF/1988 e de fortalecimento do processo de feminização. Esta não teve o condão de afetar a natureza masculina do campo, mas alimentou suas premissas de igualdade formal e as pressuposições de equidade hierárquica com o transcurso do tempo. Assim, o ingresso e o desenvolvimento profissional neste período de mudança institucional afetaram a socialização das profissionais e a construção de percepções subjetivas quanto à relação do direito com a sociedade e à necessidade de adoção de *ethos* corporais específicos, por exemplo. Possíveis mudanças de compreensões entre o momento de ingresso no campo e o de realização da pesquisa, mediados pelos processos sociais e institucionais, podem ser entrevistados através desta metodologia de pesquisa.

Quanto a processos sociais, Becker (1993, p.110) afirma que estes se desenvolvem em interações simbolicamente mediadas que são de difícil observação, demandando pesquisas longas e complexas. Não sendo estas possíveis, a opção por outros métodos de pesquisa exigirá a compreensão do processo subjacente, algo que se poderá fazer, em parte, através do método biográfico. Na pesquisa a que a presente construção metodológica se refere, dados quantitativos, sociodemográficos e pesquisas sobre as carreiras, produzidos em diferentes momentos temporais foram conjugados com a pesquisa de campo, o que permitiu a observação e a elaboração de conclusões sobre os processos sociais das relações de gênero no campo jurídico.

Houve uma alteração, e em aspas, que eu acho que é um ponto interessantíssimo, a gente inclusive acompanhar a própria questão desse desenvolvimento do

direito da mulher, dentro das instituições. A gente olhando a própria evolução do Ministério Público, eu não tô criticando, pelo amor de deus, a instituição hoje nós temos discussões muito profundas e um posicionamento muito amadurecido em relação a isso, mas é uma instituição que também vivencia uma história própria. [...]

E eu quando ingressei na instituição peguei a instituição ainda nesse lusco-fusco que era uma característica daquela formação daquele corpo que também acompanhava todo um cenário político, social da época da ditadura e a construção desses novos ares que vieram com os debates desde a constituinte até a promulgação da Constituição de 88. Então nós vivíamos dentro da instituição com uma característica de uma miscigenação geracional muito intensa, aonde determinados cargos eram ocupados ainda por pessoas não tão somente por pessoas de uma geração diferenciada, mas ainda com característica de uma formação diferenciada.

E aí teve um episódio dentro da instituição que foi quando a minha menina¹⁴ estava pequena, tinha acabado a minha licença maternidade e eu fui e solicitei a possibilidade de eu poder ficar numa comarca ou ser nomeada para uma comarca que tivesse uma possibilidade de uma vacância maior, aquelas comarcas que nenhum promotor quer ir. Falei, então me manda pra lá que ali eu tenho condições de permanecer um período maior porque eu tô com uma criança pequena. E então o que estava responsável por uma chefia específica, que era quem designava, falou comigo que no Ministério Público não tinha lugar pra mães, que se eu não tivesse satisfeita era pra eu simplesmente deixar o Ministério Público. [...]

Eu acho esse episódio institucional que foi muito marcante entendeu, essa questão que marcava a característica, que tinha todo um relevo histórico envolvendo. Existia toda uma questão cultural, essa questão lá que você não viveu na época da ditadura, mas a ditadura ela além de uma formatação genérica com relação ao que é critério de crescimento, de estabilização, esse preceito de ordem que é colocado é um conceito muito interessante porque a ordem passa pelo local de cada um. Seu local de estar. E esse local de estar dentro de uma vivência de uma ordem ditatorial, aquilo que dita o progresso e o local de estar, estabelece muito marcadamente o lugar da mulher. O local onde ela não deve sair, onde ela deve ficar em casa, onde determinados cargos não lhe

¹⁴ Outra opção para preservar a anonimidade foi a colocação no gênero feminino de toda menção que as interlocutoras fizessem a filhos ou filhas.

são permitidos, inclusive por causa de uma característica do entendimento de uma menor expressão de uma racionalidade da mulher... É muito interessante. Eu peguei esse trânsito no Ministério Público logo no meu ingresso. (Ester, Promotora Pública)¹⁵.

Não raro as participantes da pesquisa reconheciam as mudanças ocorridas em si mesmas e no contexto social no transcurso de suas trajetórias, sendo a conjuntura do momento de ingresso para o que se encontravam constantemente marcado, em que o presente era interpretado como menos discriminatório no que se refere a gênero em relação ao passado. Isso não significa que o campo jurídico tenha necessariamente se modificado em sua relação institucional com gênero ou nas relações interpessoais, sendo possível o questionamento quanto à relevância da idade e do tempo de carreira para a respeitabilidade profissional, de modo que a mudança de postura que atribuem ao campo é, principalmente, mudança de postura em relação a elas.

Tal questionamento não significa que não tenha havido mudanças institucionais, mas que estas devem ser analisadas em conjunto com as experiências pessoais e profissionais das entrevistadas. O entrelaçamento das experiências pessoais e profissionais com o processo institucional esteve especialmente presente nas entrevistadas do Ministério Público, sendo a mudança do papel da instituição em relação à sociedade visto como integrante das trajetórias profissionais individuais:

A atividade coletiva, do tipo a que se alude por conceitos como “organização” ou “estrutura social”, provém de um processo contínuo de ajuste mútuo das ações de todos os atores envolvidos. O processo social, portanto, não é uma interação imaginada de forças invisíveis ou um vetor estabelecido pela interação de múltiplos fatores sociais, mas um processo observável de interação simbolicamente mediada. [...]

Ela [história de vida] descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência. Assim, é por conferir uma base realista à nossa imagem do processo subjacente que a história de vida serve aos propósitos de verificar pressuposições, lançar luz sobre organizações e reorientar campos estagnados. (BECKER, 1993, p.110-111).

¹⁵ Em homenagem a Ester Kosovski, advogada e pesquisadora, considerada uma pioneira na criminologia brasileira.

Portanto, a utilização do método biográfico para se abordar a trajetória de vida de profissionais generificadas no campo jurídico tem capacidade para informar subjetivações e processos institucionais, possibilitando a associação de sujeitos, organizações, a análise integrada de organizações de relações, *habitus* do campo, às formas como as interlocutoras transitam por elas. Independente da carreira que integra, se magistrada, ou procuradora ou defensora, a entrevistada é também filha, mãe, companheira, e antes de tudo e simultâneo a tudo, ela é mulher, e é a partir desta categoria que ela transita por suas posições nas relações familiares, estudantis e profissionais.

A entrevista biográfica não pretende organizar tais existências, unificá-las ou fragmentá-las em trajetórias paralelas e eventualmente concorrentes, e afirmar que tal organização é a realidade¹⁶. Este método não é utilizado para a construção de rotas gerais que percorreriam mulheres nas carreiras jurídicas, mas para se tentar compreender os desenvolvimentos das relações entre estas como grupo e como indivíduos com o campo. Cabe destacar que, tendo-se em conta a organização estadual da justiça brasileira e a diversidade de culturas no país, diferentes localidades podem desenvolver diferentes culturas jurídicas, não sendo possível a ampliação irrestrita dos resultados encontrados. Entretanto, mesmo se tratando de pesquisa local, tendo o campo se limitado a comarcas do interior do estado de Minas Gerais, ela pode compor o mosaico científico do campo jurídico brasileiro.

Deste modo, o desenvolvimento metodológico utilizado trabalha com os conceitos de memória, de biografia e de história de vida, tendo em conta suas relações com gênero e seus potenciais para romper com a separação entre subjetivo e estrutural. Através de tal desenvolvimento são revelados aspectos de construção recíproca entre mudanças sociais e mudanças subjetivas, e as tensões entre relações e discursos, de modo que as aparentes contradições nas falas e as multiplicidades de experiências não significam uma falha na pesquisa, mas concretizam a rejeição da ilusão biográfica e de todos os elementos que a acompanham.

Conclusão

O presente trabalho objetivou apresentar o desenvolvimento metodológico realizado em pesquisa de mestrado que tratou dos temas relações de gênero e campo jurídico. Não se pretendia, portanto, exaurir o tema ou tratar das con-

¹⁶ A ideia de “conciliação” entre vida profissional e vida pessoal exemplifica a análise em que a existência feminina é fragmentada em trajetórias que poderiam seguir separadas, mas compatíveis.

clusões encontradas na pesquisa, mas abordar aspectos do fazer uma pesquisa qualitativa. Inicialmente foram apresentadas referências teóricas sobre os temas e sobre os campos e as relações analisadas, bem como dados oriundos de pesquisas quantitativas e qualitativas. Estes pautaram a definição do objeto de pesquisa e a organização da pesquisa de campo.

Foi então explicado o porquê da utilização de método qualitativo de pesquisa, com a realização de campo no qual foram aplicadas entrevistas semiestruturadas. São explicitadas as formas de delimitação do campo empírico, de seleção das interlocutoras e de contato com elas. Em seguida são abordados os parâmetros metodológicos utilizados, em que biografia, memória e história de vida permitem a compreensão da relação entre profissional e pessoal no campo jurídico através do marcador de gênero qual as profissionais desenvolvem suas trajetórias.

Com este trabalho almejo contribuir para a realização de pesquisas qualitativas, marcadas por percalços e por reorganizações, mas que oferecem vantajosas possibilidades de análises. Pretendia também alimentar, na melhor medida possível, uma objetividade da análise diante da consciência da existência do pesquisador como um sujeito localizado no campo acadêmico, e, como no caso do presente trabalho, no campo social que toma por campo de pesquisa.

A partir do momento em que se escolhe um objeto de pesquisa complexo, dificilmente um único método de pesquisa será suficiente para dar conta de sua análise. O uso de referências de pesquisas biográficas e de trajetórias de vida de forma conjugada a parâmetros teóricos de gênero e de campo social, tendo como contexto a ocupação numérica feminina nas carreiras, permite uma análise rica e objetiva de elementos sutis das relações de gênero. A intenção era compor uma peça do mosaico das relações de gênero e de campo jurídico no Brasil, apresentando a perspectiva de profissionais do interior de Minas Gerais e seus trânsitos e processos nas carreiras relacionada a outras pesquisas já desenvolvidas. Trata-se de processos generificados, posto que essa existência molda e determina todas as relações sociais, mas desenvolvidos segundo parâmetros do campo e de suas estruturas que apenas entrevistas abordando aspectos biográficos seriam capazes de captar.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE: advogadas são maioria, mas representatividade ainda é baixa. Reportagem de 19 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/355189/analise-advogadas-sao-maioria-mas-representatividade-ainda-e-baixa>.

ARANTES, R. B. Direito e Política o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, 1999.

BAIRROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, 1999.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução: Marco Estevão Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1993.

BONELLI, M. G. Carreiras jurídicas e vida privada: intersecções entre trabalho e família. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 245–277, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645799>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BONELLI, M. G. As interações dos profissionais do direito em uma comarca do Estado de São Paulo. In: SADEK, M. T. **O sistema de justiça**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S.A., 1989.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Perfil sociodemográfico dos magistrados brasileiros**. Brasília: CNJ, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Censo do Poder Judiciário**. VIDE: Vetores iniciais e dados estatísticos. Brasília: CNJ, 2014. 212p.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Cenários de gênero**. Brasília: CNMP, 2018. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/20180625_CENARIOS_DE_GENERO_v.FINAL_3.1_1.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021

DE SOUZA MINAYO, M. C. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

FRAGALE FILHO, R.; MOREIRA, R. S.; SCIAMMARELLA, A. P. de O. Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro. **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 24, 2015.

HARDING, S. Introduction: Is there a feminist method. *In*: HARDING, S. **Feminism and methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-14.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Tradução: Vera Perreira. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 95-118

JUNQUEIRA, E. B. Mulheres advogadas: espaços ocupados. *In*: BRUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (org.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: FCC: Ed.34, 2001. 328 p.

KOFES, S.; PISCITELLI, A. Memórias de “histórias femininas, memórias e experiências”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9, p. 343-354, 1997.

LOCALI, A.; MATIAS, J.; ALVES, M. S. **Pouca presença no topo da carreira ainda é um drama para as mulheres no direito**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mar-08/presenca-topo-ainda-drama-mulheres-direito>. Acesso em: 23 jan. 2022.

POLLAK, M. A gestão do indizível. **WebMosaica**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 1, p. 9-49, 2010.

QUIJOUX, M. Reprodução, habitus, campo: como Bourdieu pensa o Trabalho. Tradução: Maurício Rombaldi. **Revista de Ciências Sociais**, Ceará, n. 54, p. 220-236, jan.-jun. 2021.

SANTOS, M. F. Teorias feministas do direito: contribuições a uma visão crítica do direito. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 294-310, 2015.

SADEK, M. T. Ministério Público. *In*: AVRITZER, Leonardo. (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012, p. 454-460.

SCHIRMER, I. N. M. **O processo de construção institucional da Defensoria Pública no Brasil: política, ideologia e grupos de pressão (1954-2014)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SEVERI, F. C. **Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha**: elementos do projeto jurídico feminista no Brasil. 2017. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/107/tde-22062017-093152/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VIANNA, L. W. *et al.* **Quem somos**: a magistratura que queremos. Rio de Janeiro: Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), 2018.

VIANNA, L. W. *et al.* **Corpo e alma da magistratura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan. 1997.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

Recebido em: 07 de abril de 2022.

Aprovado em: 22 de julho de 2022.

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275
e-mail: laboratorioeditorial.fclar@unesp.br
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



